

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE JANEIRO-MARÇO DE 1956

ARTIGOS

	<i>Págs</i>
A Região Setentrional da Baixada Fluminense, PEDRO PINCHAS GEIGER	3
A Cidade de Jequié e sua Região, MÍLTON SANTOS	71

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Emmanuel de Martone, HILGARD O'REILLY STERNBERG	113
--	-----

COMENTÁRIOS

Aspectos Geográficos do Território do Rio Branco, ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA	117
--	-----

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

Fabrico de Tijolos de Alvenaria no Interior do Brasil, BARBOSA LEITE	129
---	-----

NOTICIÁRIO

MAPA DO BRASIL	131
XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA	132
TRIENNium BIOCLIMATICUM TROPICALE (Julius Grobe))	139
MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS	142

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano XVIII

JANEIRO-MARÇO DE 1956

N.º 1

A REGIÃO SETENTRIONAL DA BAIXADA FLUMINENSE

PEDRO PINCHAS GEIGER

Geógrafo do C N G

I — INTRODUÇÃO

Em 1954, a Comissão de Solos do Centro Nacional do Ensino e Pesquisas Agromômicas iniciou a elaboração do mapa de solos do estado do Rio de Janeiro, para cuja realização se esforçaram principalmente os pedólogos MOACIR PAVAGEAU e VALDEMAR MENDES e que tem a orientação técnica do Prof Luís BRAMÃO

O autor, geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, foi colocado à disposição dessa Comissão para realizar estudos geográficos que fôsem úteis aos trabalhos da carta de solos. O presente escrito é um dos referidos estudos; tôdas as referências aos solos foram retiradas dos originais dos diversos mapas preparatórios da carta de solos do estado do Rio de Janeiro ou se devem aos ensinamentos e informações das pessoas acima citadas, principalmente do Prof Luís BRAMÃO, a cuja direção obedecem a classificação e a nomenclatura dos solos no mapa

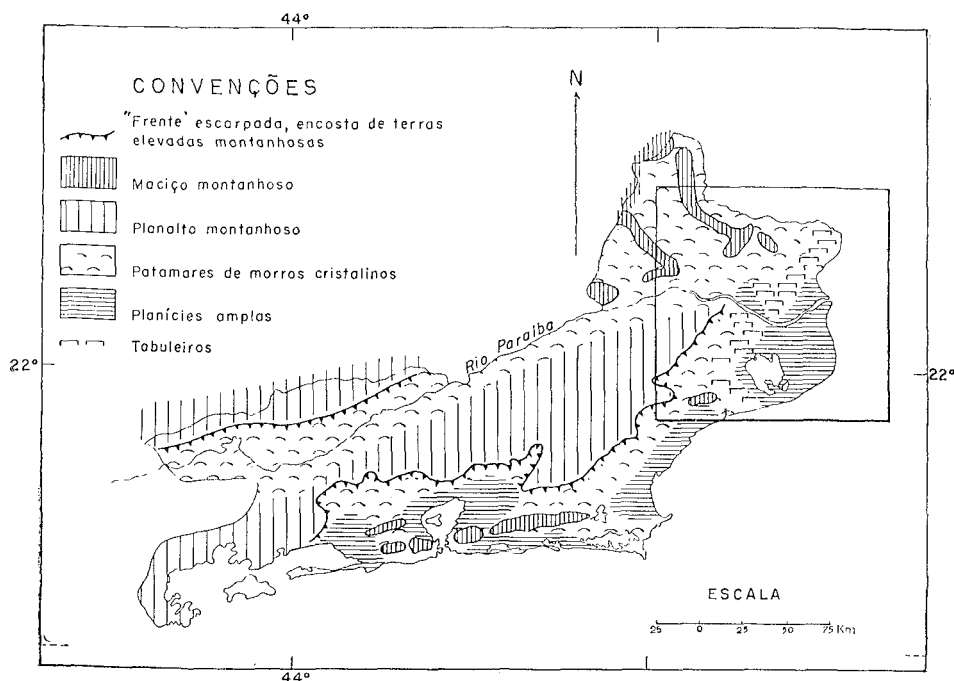


Fig 1 — Esquema do relevo do estado do Rio de Janeiro, estando assinalada no quadrilátero a área estudada no presente trabalho

II — CARACTERÍSTICAS GERAIS FISIOGRAFICAS

O território abrangido pelo estado do Rio de Janeiro distingue-se, de modo geral, em duas grandes regiões:

1) — a Baixada Fluminense — compreendendo as terras que, constituídas em grandes extensões de planícies e de superfícies de ondulações, colinas e pequenos morros, se estendem desde o litoral até as encostas da serra do Mar ou das montanhas que a prolongam ao norte do estado e

2) — o Planalto — abrangendo as terras de altitudes médias bem mais elevadas situadas ao norte e a oeste da serra do Mar e de seus prolongamentos, e que formam um relevo de montanhas e morros

A parte setentrional da Baixada Fluminense tem características físicas que a diferem dos outros trechos da grande região. Nas outras partes da Baixada Fluminense, as áreas de topografia plana, não alcançam tão grandes extensões e são enquadradas por relevos de morros e montanhas de rochas cristalinas; existem diversos maciços, de encostas escarpadas e rochosas, isolados, ou formando alinhamentos entre o litoral e a serra do Mar, que atingem até mais de 1 000 metros de altitude (como o pico da Tijuca no Distrito Federal). Alguns dos maciços ficam situados junto à linha do mar, como se observa no Distrito Federal ou nos municípios de Niterói e Maricá. As grandes planícies e os patamares de morros circundam estas montanhas e estendem-se entre elas e as encostas montanhosas da grande serra do Mar, de modo que o observador, colocado dentro de uma das planícies, tem uma paisagem de superfícies horizontais no primeiro plano e de montanhas fechando o horizonte.

Na porção setentrional da Baixada Fluminense, porém, as planícies alcançam a sua expressão máxima. Aí, os maciços cristalinos ficam situados somente nas proximidades da serra do Mar, ou, ao norte do rio Paraíba, na proximidade dos alinhamentos montanhosos que a prolongam; as superfícies muito regulares de altitudes inferiores a 50 metros, se estendem por enormes áreas, até a linha do litoral, sem interrupção.

De Macaé, para o norte, os maciços costeiros bem como os patamares cristalinos vão-se afastando de junto do litoral e, na área de Campos, o relevo cristalino já se situa muito para o interior. A linha do litoral toma a direção aproximada ENE acima de Macaé, até o cabo de São Tomé, seguindo depois, mais ou menos, para o norte até a baía do rio Itabapoana; é uma extensão de cerca de 180 quilômetros, de costa baixa, cujas praias antecedem as planícies aluviais e as superfícies regulares dissecadas dos chamados tabuleiros.

A principal planície, a campista, é banhada pelo último trecho do rio Paraíba e cercada por grandes extensões dos tabuleiros que formam paisagens de horizontes abertos. Estas paisagens, cujo contraste com as áreas montanhosas do planalto é o mais nítido, são as que comumente se idealiza para a denominação: Baixada.

A região setentrional da Baixada Fluminense apresenta a forma grosseira de um retângulo com o eixo maior na direção norte-sul e cuja largura varia de 40 a 60 quilômetros. Estende-se desde o rio Itabapoana, na fronteira do estado do Espírito Santo, até a linha do litoral situada ao sul da lagoa Feia. Aproximadamente, no centro deste quadrilátero, localiza-se a cidade de Campos.

à margem do rio Paraíba, grande centro urbano cercado de uma área de monocultura de cana-de-açúcar. Assim a parte setentrional da Baixada Fluminense pode ser considerada como formada pela zona de Campos e áreas circunvizinhas (Fig 1 e foto 1)

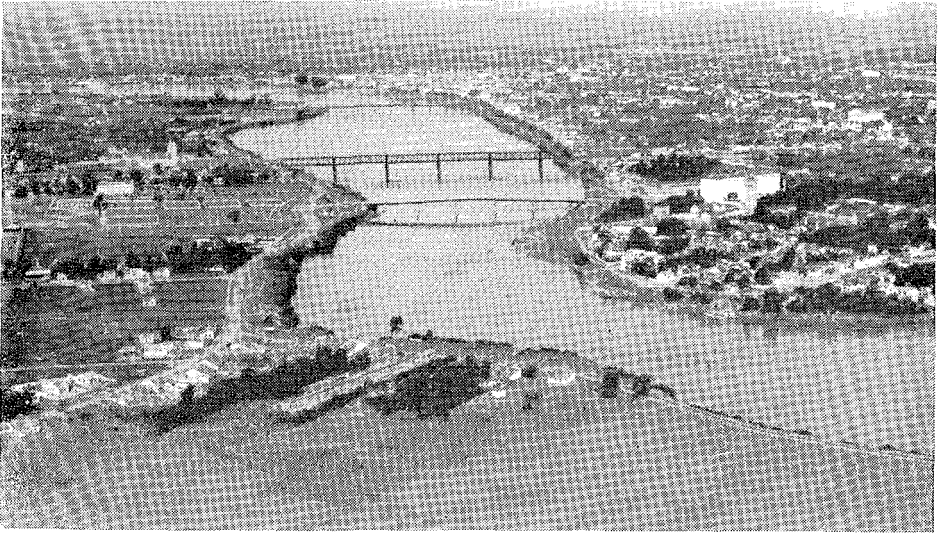


Foto 1 — A cidade de Campos, centro econômico da região estudada, localizada na grande planície setentrional da Baixada Fluminense e situada às margens do rio Paraíba

Um traço particular desta região é ser ela atravessada por um grande rio, o Paraíba, cuja presença explica muitos aspectos de suas paisagens. Por exemplo, a formação da grande planície de Campos, cuja extensão é de se perder de vista, é devida à deposição de suas aluviões.

Na carta de solos do estado do Rio de Janeiro, a região se salienta pela grande área ocupada pelos aluviões e regossolos.

Se o norte fluminense apresenta a região da Baixada tão bem caracterizada, contudo, o limite dela com o Planalto não é sempre tão bem marcado como em outros trechos do estado, como por exemplo, na zona da Guanabara ou na zona de Itaguaí, onde os escarpamentos da serra do Mar separam nitidamente as duas grandes regiões. A razão é que, na forma de um escarpamento contínuo, encosta de zonas serranas, a serra do Mar “morre no Paraíba”¹. Desde este rio até a fronteira do estado do Espírito Santo, seguem-se, na mesma direção geral da serra do Mar, diversos alinhamentos montanhosos com escarpamentos rochosos como a serra do Sapateiro, a serra de Santo Eduardo, “Todos estes relevos porém, nada mais conservam da primitiva unidade geográfica — desmantelada por desabamentos e corroída pelos cortes do Paraíba e do Muiaí”² e do Itabapoana.

A montante dos entalhes destes três rios, nas serras que dominam a Baixada Fluminense, o relevo das áreas drenadas por eles e pelos respectivos afluentes apresenta-se, em grandes extensões, rebaixados e dissecados em superfícies de morros, sobre as quais salientam-se pequenas serras de caráter fragmentário e morros mais elevados.

¹ A. R. LAMEGO — *O Homem e o Brejo*, 1945, p. 5

² A. R. LAMEGO — *Ob. citada*, p. 5

A rede hidrográfica reflete a ausência de um limite mais nítido entre a Baixada e o Planalto. Veja-se a disposição na zona da Guanabara: no alto da serra do Mar o divisor de águas separa os rios de Baixada, que descem a escarpa e correm diretamente para o oceano, dos rios de planalto, afluentes do Paraíba. Já no norte fluminense o rio Paraíba, o Muniaé e o Itabapoana passam a ser rios de baixada, onde recebem um número regular de afluentes; os alinhamentos montanhosos separam apenas os pequenos afluentes de cada um dos três grandes rios, enquanto divisores secundários, inexpressivos, separam os cursos d'água que demandam o mar, a lagoa Feia ou aqueles grandes rios. Somente ao sul do Paraíba a serra do Mar ainda aparece como grande divisora de águas, separando rios que correm para a Baixada: o Macabu e o Imbê, dos grandes afluentes de planalto do rio Paraíba: o Colégio e o Grande.

Na Baixada Fluminense, entre a cidade de Itaguaí e a de Macaé, uma subida pelas encostas da serra do Mar leva a uma zona serrana, povoada com localidades situadas a altitudes relativamente elevadas, como por exemplo, Petrópolis (800 metros), Teresópolis (1000 metros), Friburgo (800 metros), Trajano de Moraes (680 metros), Santa Maria Madalena (630 metros), etc; mas, a oeste e noroeste da cidade de Campos, na parte setentrional do planalto fluminense, quase todas as cidades se situam a pequenas altitudes, nos vales dos grandes rios incrustados nas áreas rebaixadas de superfícies de monos regulares, não sendo encontradas localidades serranas. Servem de exemplo, São Fidélis (25 metros), Cambuci (45 metros), Itaperuna (130 metros) e Bom Jesus do Itabapoana (90 metros) (Fig. 2).

De Campos a Itaperuna penetra-se no Planalto pelo vale do Muniaé sem ser necessário escalar qualquer serra. Pela abertura do grande vale parecem

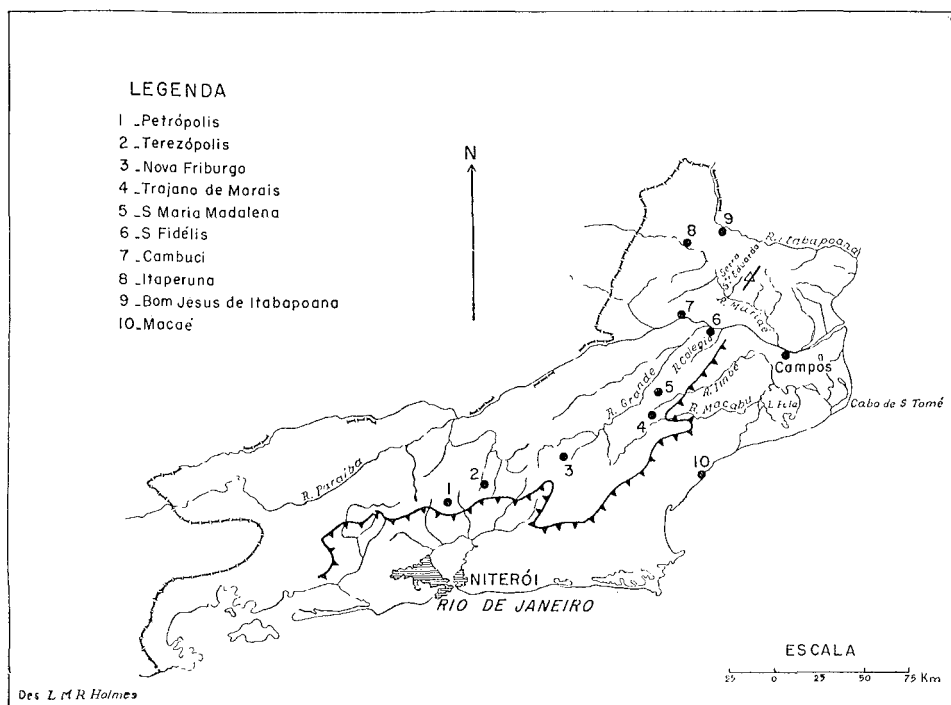


Fig. 2 — Cartograma do estado do Rio de Janeiro, estando assinalados a serra do Mar, alguns rios, o cabo de São Tomé, algumas lagoas e algumas cidades, elementos necessários para a compreensão do texto das páginas 1 a 5

prolongar-se para o interior do Planalto os patamares de morros cristalinos, mais baixos da Baixada, formando níveis regulares. A larga planície também parece se prolongar na forma de belos terraços aluviais, perfeitamente horizontais, que margeiam o rio até acima da localidade de Italva.

A divisão do território do estado do Rio de Janeiro em duas grandes regiões — Baixada e Planalto — também se faz de modo geral, do ponto de vista climático. O estudo mais recente sobre os climas do estado é da autoria da professora LYSIA M. C. BERNARDES³ do qual extraímos as seguintes observações: “na Baixada Fluminense predomina o clima *Aw* (da classificação de KÖPPEN) quente e úmido, com estação chuvosa no verão e outra bem menos úmida no inverno; as encostas da serra ocasionam o clima *Am* — de estação seca menos rigorosa ou o *Af* — de chuvas mais bem distribuídas durante todo o ano, enquanto, no Planalto, aparecem o *Cfa* — clima de tipo mesotérmico de precipitações bem distribuídas e com o verão bem quente; o *Cfb* — mesotérmico com verões brandos, as precipitações bem distribuídas; o *Cwa* mesotérmico com verões quentes e estação chuvosa no verão e finalmente o *Cwb* — mesotérmico, também de estação chuvosa no verão, mas com verões brandos.

Na região setentrional do estado do Rio de Janeiro, a Baixada está toda compreendida no clima *Aw* (Fig. 3). No entanto, como o Planalto está rebaixado e dissecado, este clima se continua pelas suas partes menos elevadas, até as altitudes de 200-300 metros, ocupando grande extensão e ligando-se à Baixada pelas aberturas dos três grandes vales: Paraíba, Muriaé e Itabapoana.

O clima *Aw* do Planalto, sendo mais continental, tem algumas características que o distinguem ligeiramente do mesmo tipo de clima da Baixada: as precipitações, que no total são um pouco mais elevadas, são mais concentradas na estação úmida, no verão, quando caem cerca de 80% das chuvas e a amplitude de temperatura entre o mês mais quente e o mês mais frio também é maior.

Ao sul de São Fidélis, onde ainda existe a serra do Mar, aparecem os climas *Cfa* e *Cfb* nas partes mais elevadas e o clima *Am* nas encostas, mas, ao norte do rio Paraíba, encontra-se, apenas, o *Cwa*, nos terrenos mais elevados.

Na parte setentrional da Baixada Fluminense, o clima *Aw* é menos úmido do que no resto da grande região. As precipitações anuais são de 1 140,0 mm em Campos e de 1 041,0 mm em Barra do Itabapoana. Isto se deve, em primeiro lugar, à situação deste trecho nos limites das zonas de influência da massa continental e da massa tropical atlântica, sujeita ao sopro do alísio e em segundo lugar, ao afastamento mais para o interior das grandes fontes montanhosas.

Em toda a Baixada, a estação úmida não apresenta mais de 75% das precipitações anuais, sendo que o mês mais chuvoso tem dez vezes mais quantidade de chuva do que o mês mais seco. A estação úmida vai de outubro a fevereiro e o período mais seco, de maio ou junho a agosto. O mês mais quente é janeiro ou fevereiro e o mais frio é julho. Campos tem a temperatura média anual de 22,7 graus e Barra do Itabapoana de 22,5 graus. Na primeira cidade o mês mais quente é de 25,6 graus sendo a amplitude para o mês mais frio de 6,1 graus”

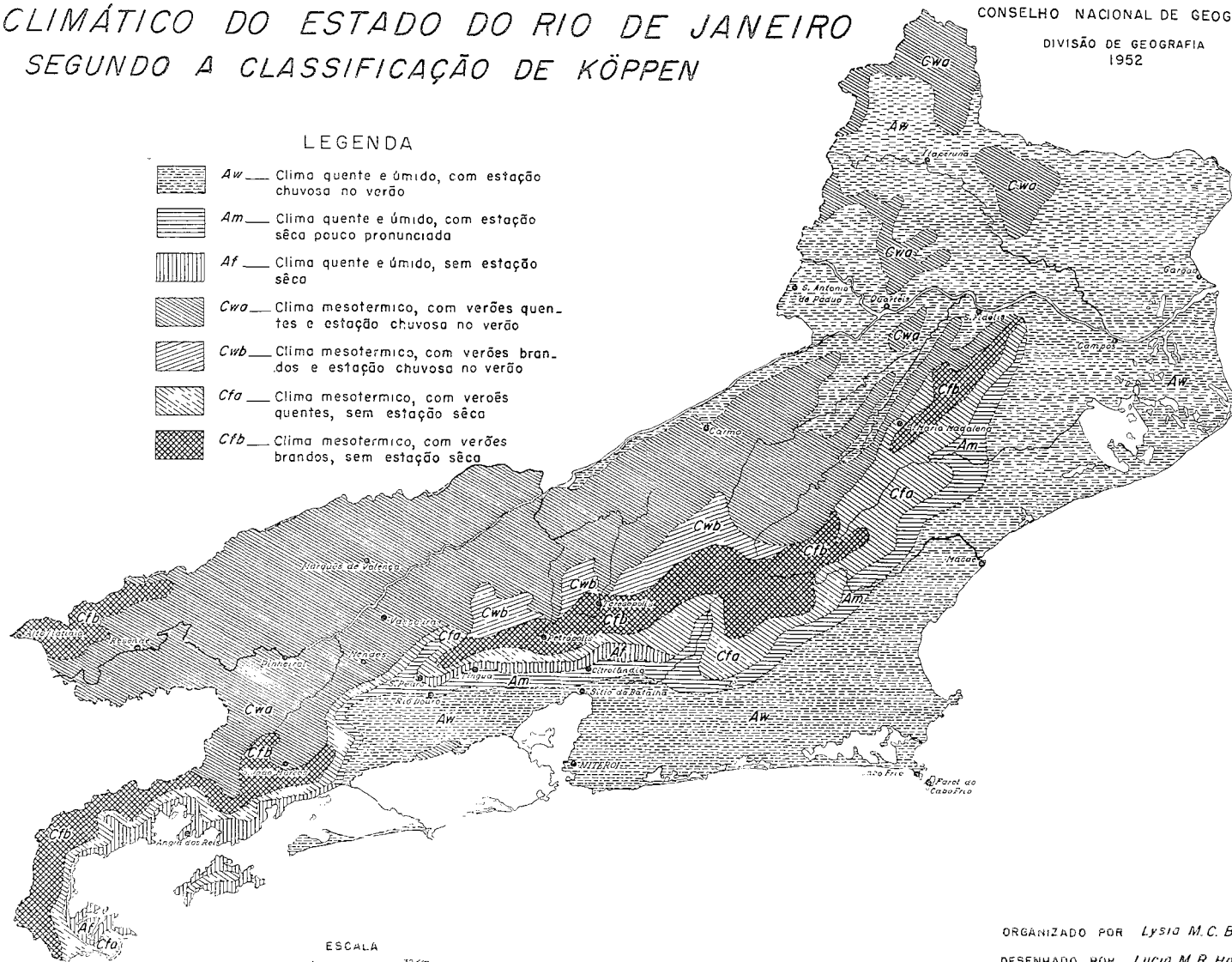
³ LYSIA M. C. BERNARDES — “Tipos de Climas do Estado do Rio de Janeiro” In *Revista Brasileira de Geografia*, janeiro-março 1952, ano XIV, n.º 1, pp. 57-81.

MAPA CLIMÁTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DE KÖPPEN

I.B.G.E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
1952

LEGENDA

-  **Aw** — Clima quente e úmido, com estação chuvosa no verão
-  **Am** — Clima quente e úmido, com estação seca pouco pronunciada
-  **Af** — Clima quente e úmido, sem estação seca
-  **Cwa** — Clima mesotermico, com verões quentes e estação chuvosa no verão
-  **Cwb** — Clima mesotermico, com verões brandos e estação chuvosa no verão
-  **Cfa** — Clima mesotermico, com verões quentes, sem estação seca
-  **Cfb** — Clima mesotermico, com verões brandos, sem estação seca



ESCALA
30 Km

ORGANIZADO POR Lysia M. C. Bernardes
DESENHADO POR Lucía M. R. Holmes

Fig. 3 — "Os Climas no Estado do Rio de Janeiro" — Ilustração do artigo de Lysia M. C. Bernardes — "Tipos de Climas do Estado do Rio de Janeiro" In Revista Brasileira de Geografia, jan.-março 1952, ano XIV n.º 1.

A vegetação original, em quase toda a área da parte setentrional da Baixada Fluminense, era constituída de mata de folhas perenes, como ocorre, aliás, nas outras zonas da Baixada e do Planalto. Isto se deve, segundo a Prof^a LYSIA BERNARDES, ao fato de a estação seca ser menos rigorosa do que nas regiões do interior do país, igualmente de clima *Aw*. Contudo, na área de Campos e em suas circunvizinhanças, apresentam-se outras associações vegetais, que ocupam extensão maior que em outras partes da Baixada, como sejam os campos naturais, a vegetação característica das antigas praias e a vegetação higrofíla dos brejos, dos vales mal drenados e das margens das lagoas.

A vegetação campestre aparece em certos trechos das planícies aluviais, certamente, nos locais sujeitos a inundação. Na vegetação higrofíla de árvores e ervas encontram-se entre outras o piipiri (*Cyperus* sp.), a tabua, a tabebuia, a tifa (*Typha domingensis* Pers.), e a guaxima (*Urena lobata* LIN.)

Na planície arenosa de antigas praias da zona de Campos, é interessante observar a alternância em faixas paralelas da vegetação lenhosa, arbustiva e xerófila, nas partes de relevo, e, vegetação herbácea e higrofíla, nas depressões.⁴

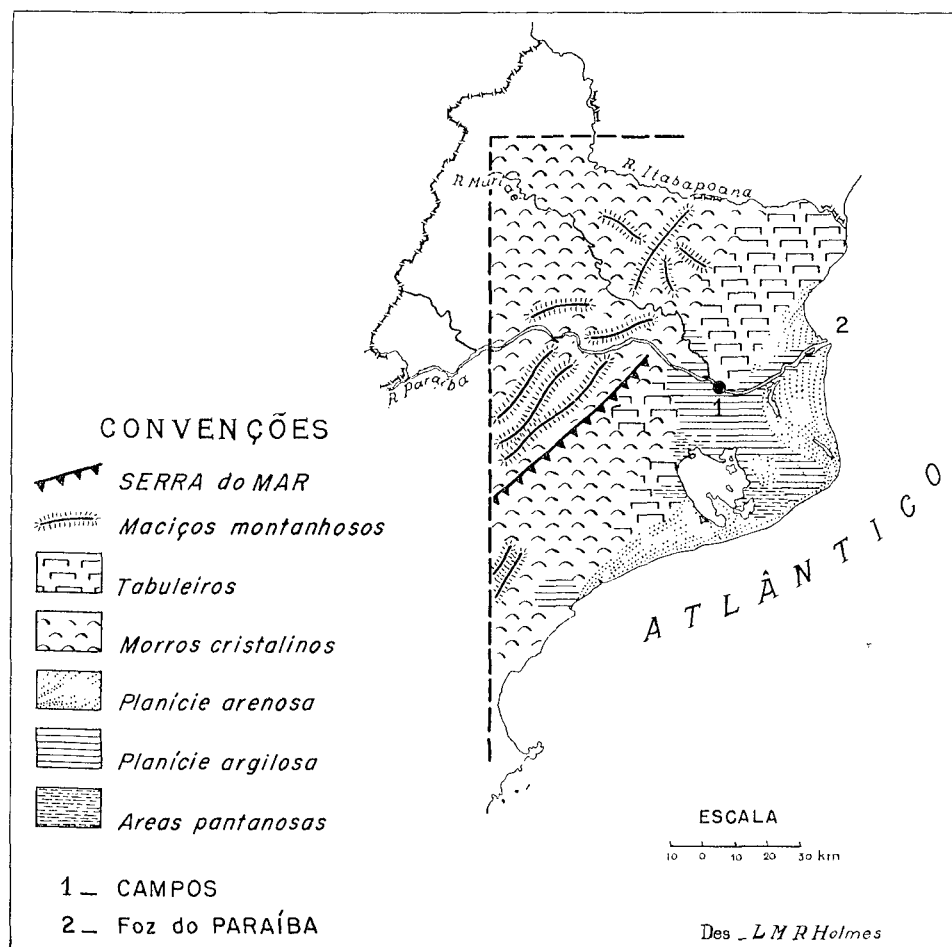


Fig. 4 — Unidades de relevo da região setentrional da Baixada Fluminense, estando também assinalada parte do território do planalto

⁴ RENAIO DA SILVEIRA MENDES — *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*, 1950, p. 31

III — A GRANDE PLANÍCIE ALUVIAL

A região setentrional da Baixada Fluminense apresenta uma extensa planície aluvial, na porção central e sul, formada pelos depósitos argilo-arenosos continentais do rio Paraíba e de outros cursos d'água menores, e pela deposição de areias do mar

Esta planície apresenta duas partes distintas: uma faixa mais ou menos larga, ao longo da costa, formada predominantemente de depósitos de areia, certamente deixados pelo mar e uma parte interior, mais extensa, de aluviões argilosos de origem fluvial (Fig 4)

A planície argilosa

A planície argilosa, cuja altitude regula 5-10 metros, ocupa uma vasta extensão cercada pelo relevo muito pouco elevado de tabuleiros e pelos baixos patamares de morros cristalinos (Fig 5)

De cêica de 10 metros é a altitude da planície em Campos que forma aí um extenso terraço sobre o rio Paraíba, encaixado de 3 ou 4 metros (Foto 1)

Na margem norte do Paraíba, o terraço é relativamente muito estreito. O rio passa próximo dos limites dos tabuleiros que ocupam a parte norte da região setentrional da Baixada Fluminense. A alguns quilômetros da ponte de Campos, na estrada de Vitória, passa-se da planície aluvial às largas ondulações que têm sido consideradas como constituídas de sedimentos de idade terciária. Num mapa que faz parte da obra *O Homem e o Brejo*, de A. R. LAMEGO, o terciário está assinalado na margem norte do rio Paraíba, desde a confluência do rio Muiaé até a altura de Campos.

Para o sul e para o sudeste de Campos, o terraço se estende muito (Foto 7); perdendo altitude, forma a grande planície entre o rio Paraíba e a lagoa Feia. A planície contorna esta lagoa e quase alcança o mar na área do cabo de São Tomé, onde a faixa arenosa é mais estreita.

De modo geral, nenhum acidente marcante separa a planície argilosa da faixa de antigas praias, se bem que as respectivas feições topográficas apresentem algumas diferenças. Quem segue de Campos para São João da Barra nota, pouco depois da localidade de Barcelos, o terreno se tornar arenoso e cordões paralelos de areia de 3 metros de altura aparecem, sinal de que se penetrou na faixa costeira.

Na área do farol de São Tomé não é difícil a delimitação das duas partes da planície: a sudeste de Santo Amaro de Campos a planície argilosa, de mui baixa altitude, cortada por pântanos e braços d'água, é salpicada de manchas arenosas e está separada do mar por uma faixa alongada e mais elevada de areia, na qual houve formação de dunas, hoje fixadas. Neste cômodo de areia que domina, de alguns metros, a planície interior inundável, situa-se o farol.

Já os limites da planície ao sul e ao oeste, com os tabuleiros terciários e com os baixos patamares cristalinos, são marcados em geral por pequenas encostas. Por exemplo, a rodovia de Campos a Macaé, deixa a planície a uns 12 quilômetros da primeira cidade e alcança a superfície de tabuleiros por uma

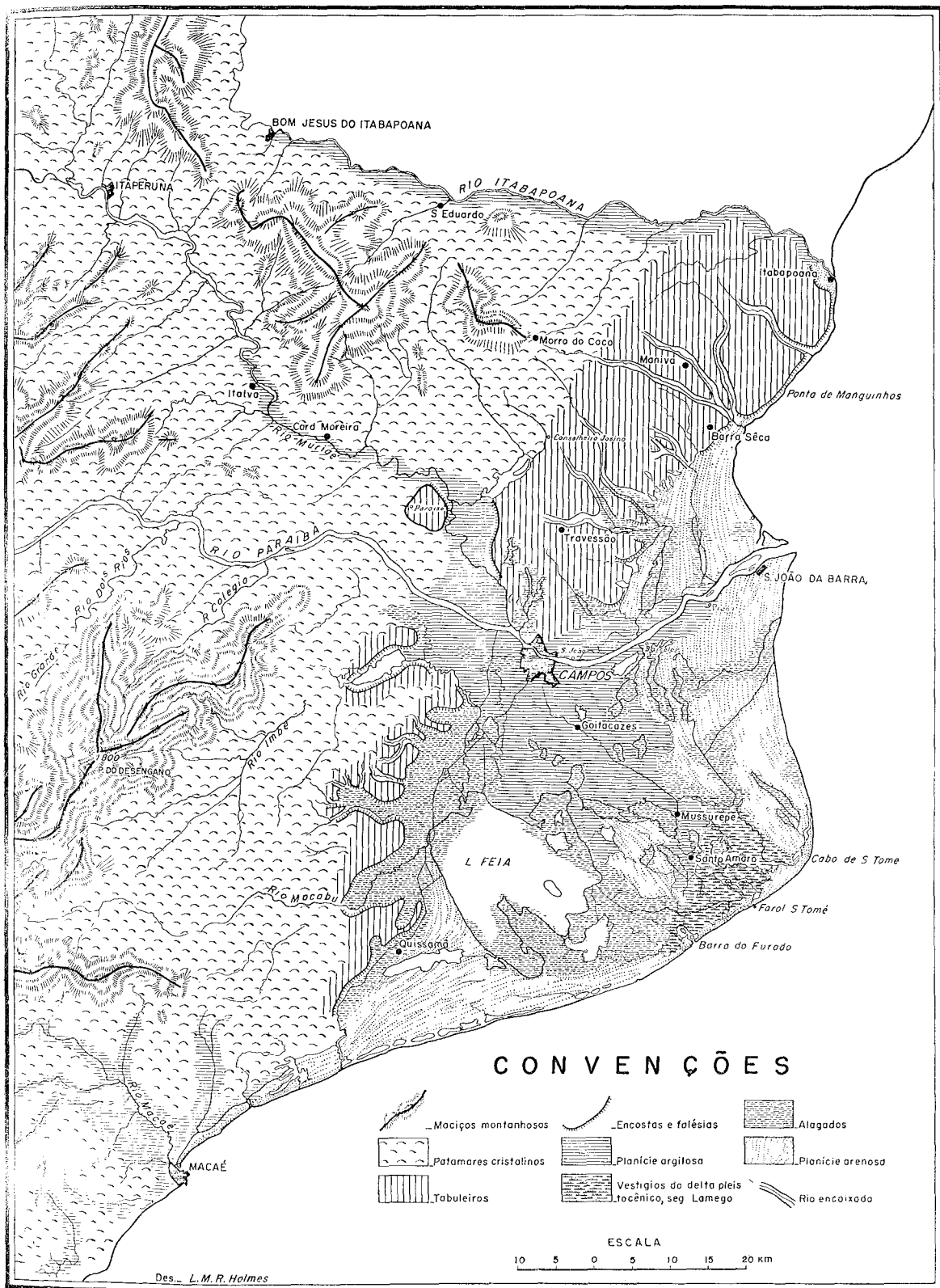


Fig. 5 — Esboço dos principais elementos da morfologia da região de Campos Baseado em trabalhos de campo e no mapa que acompanha a obra do Prof A. R. LAMEGO O Homem e o Biejo

encosta de cêica de 25 metros; as encostas dos tabuleiros terciários e dos morros cristalinos também se observam respectivamente na zona da usina Quiçamã e na área da estação de Conde de Arauama (Fotos 2 e 3)

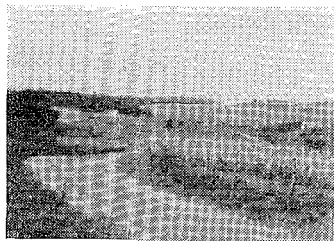


Foto 2 — Planície argilosa na área de Quiçamã, aproveitada para canaviais. No fundo, as encostas dos morros cristalinos que formam um nível regular

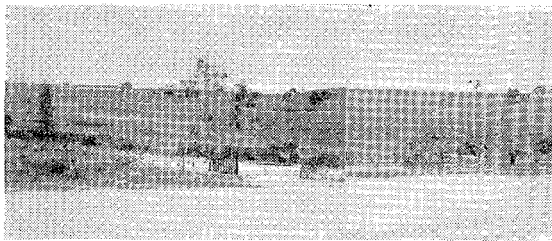


Foto 3 — Encosta do tabuleiro sôbre a planície argilosa a SW de Campos

A planície se prolonga pelas margens do rio Paraíba e pelas do rio Muiáé, para montante, para dentro da zona de “morros” na forma de belos e largos terraços fluviais, que aliás estão sendo erodidos (Foto 4). No vale do Muiáé, o terraço plano e relativamente largo se estende até a localidade de Cardoso Moreira. A jusante de Cardoso Moreira o terraço se limita com os baixos morros cristalinos (15 a 40 metros de altitude relativa) de um patamar dissecado (Foto 5), estando o rio encaixado de cêica de 4 metros. Mais para jusante, na área da usina de Outeiros, o terraço é dominado pelos tabuleiros (Foto 6).

A grande planície argilosa tem um ligeiro declive geral de oeste para leste. Quem segue de Campos para o farol de São Tomé, numa direção NW-SE, encontra-se a 10 metros de altitude em Goitacases e a 6 metros em Santo Amaro de Campos. A planície não é perfeitamente plana, apresentando formas ligeiramente convexas e depressões. Ao se terminar êste trabalho foi editado “Geologia das Quadriculas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé” de A. R. LAMEGO⁵ no qual o conhecido autor explica as origens deltaicas da planície argilosa.

As formas convexas podem representar os trechos onde houve maior deposição de sedimentos, ou onde uma drenagem já melhor organizada executa a modelagem. Nos trechos mais enxutos da planície predominam os solos de aluviões bem drenados (Fig. 13). Nas proximidades de Campos os solos são de cêica amarelada com tons violáceos; apresentam, na superfície, faturas de forma poligonal (característica dos solos de aluviões argilosas, informa o Prof. LUÍS BRAMÃO).

Na área de Muçumpe, zona de cota inferior circundada de depressões, parece existir, abaixo da camada superficial cortada de fissuras e de cêica cinza-azulada uma camada de tabatinga, característica das aluviões hidromórficas. Nas depressões, mais úmidas os solos são de aluviões hidromórficos; muitas delas estão ocupadas, ou foram ocupadas em tempos recentes, por lagos; na carta do estado do Rio de Janeiro na escala de 1 : 400 000, organizada pelo Conselho

⁵ A. R. LAMEGO — “Geologia das Quadriculas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé” Boletim 154 da Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, Rio, 1955.

Nacional de Geografia e pelo Departamento Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, de 1952, ainda estão assinalados diversos lagos que hoje não mais existem como o Coqueiros, Pequeno, Floresta, Abobreira, Itai e outros. Os lagos que persistem na região estão sendo colmatados.

Na área do farol de São Tomé, o cômoio de areia com dunas é muito estreito. Desde o sudeste de Santo Amaro dos Campos, porém, no local conhecido por Boa Vista, a planície apresenta aspecto diferente do que o do trecho entre esta localidade e a cidade de Campos. Já quase ao nível do mar, é atravessada por pântanos e braços d'água salobra; existem manchas arenosas claras, trechos de horizontes superficiais escuros e depressões pantanosas. Um bebedouro de gado apresenta um perfil com horizonte superficial escuro, de matéria orgânica, de 10 centímetros, sobre um horizonte de areia e argila e, finalmente a meio metro, um horizonte de areia mais grossa e mais úmida. Num outro ponto da mesma planície, o horizonte superficial escuro, de matéria orgânica e areia, de alguns centímetros, cobre um horizonte areno-argiloso amarelado, mais úmido. Foram realizadas obras de saneamento na planície de Boa Vista, que é aproveitada para os pastos, pois devido ao solo salobro não se pode cultivar cana-de-açúcar.

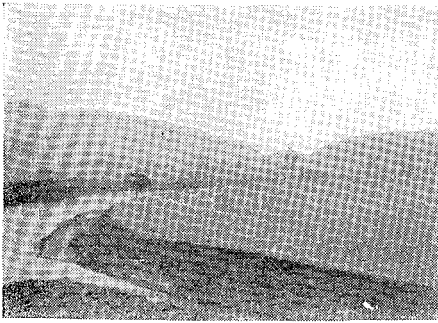


Foto 4 — Terraços do rio Muriaé a jusante de Itaipá. No fundo, o relevo cristalino.

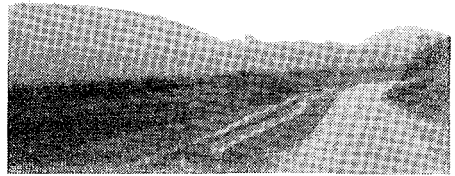


Foto 5 — Terraço-planície no rio Muriaé e morros cristalinos. A jusante de Cardoso Moreira.

Aliás, toda a planície da região de Campos apresenta amplos trechos inundáveis e foi necessária a intervenção humana em face ao problema da organização da drenagem. Para o aproveitamento econômico das terras, o homem abriu valas e canais em diversos locais.

As diferenças existentes entre os diversos trechos da planície argilosa, quanto às formas e às altitudes, são explicadas pelo Prof. LAMEGO no seu mais recente trabalho como devidas a diversas fases de construções deltaicas. As partes mais elevadas corresponderiam a trechos nos quais, o rio Paraíba, com um traçado mais recente, teria elevado o seu leito pela deposição de material carreado, ou, a trechos nos quais este material foi lançado durante as enchentes para cobrir sedimentos mais antigos.

Atualmente, é possível que em alguns trechos da planície já haja modelagem nas épocas sem enchentes enquanto em outros predomina o entulhamento.

Como foi dito, nos locais de maior empilhamento de aluviões, estas ficaram mais elevadas enquanto em outros, devido à menor deposição ficaram mais

baixas — logo, menos bem drenados. Segundo A. R. LAMEGO, as aluviões que iam sendo depositadas pelo rio Paraíba na zona de Campos foram represando uma série de pequenos cursos d'água da região, o que explicaria o entulhamento e o embrejamento deles para montante.

O encaixamento do rio Paraíba, dentro dos sedimentos por ele depositados indica uma retomada de erosão e o nível do rio comanda a erosão das partes mais elevadas da planície; ao norte da cidade de Campos, em terras da usina São João, observa-se pequeno vale seco na superfície da planície como se fôsse uma vala pouco profunda e que deve acumular água nas épocas das cheias. Dentro do vale, o solo é mais úmido e apresenta originalmente uma vegetação arbórea, que formava uma galeria no meio dos campos em volta. Os canais da planície são interrompidos neste pequeno vale, devido aos tocos e à umidade que impedem a aração; o vale é cultivado com produtos de subsistência dos empregados.

Por outro lado, a drenagem da planície foi organizada pelo homem através de um sistema de canais.

Quanto aos pequenos cursos d'água que correm diretamente para o mar, antigos braços deltaicos, segundo LAMEGO, são represados pela barragem das faixas de areia litorâneas. Perto da costa onde a planície é mais baixa, eles formam alagados.



Foto 6 — *Terraço-planície no rio Muriaé alguns quilômetros acima da confluência do rio Paraíba. No fundo a frente dos tabuleiros*



Foto 7 — *Planície campista*

Por que razão a grande planície é mais desenvolvida ao sul do rio Paraíba?

O Prof. LAMEGO relaciona o fato com os antigos traçados que teria tido em outros tempos geológicos, o referido rio, bem como com a linha do litoral.⁶ O Paraíba, então, não descia o cotovelo existente, atualmente, na altura da cidade de Campos, mas seguia para sudeste, na direção do atual cabo de São Tomé, mais ou menos no traçado do riacho Cula e construía o seu mais antigo delta; durante o pleistoceno o rio desenvolvia um delta, no mar profundo que se encontrava muito mais para o oeste do que se encontra agora. O desenho atual da linha do litoral no trecho do cabo de São Tomé, que forma uma figura convexa, seria devido justamente à formação deste delta. Diz aquele autor que perfurações executadas na planície, apresentam “intercadência” de camadas de argila negra e de “areias finas do mar”, denotando avanços e recuos peculiares às fimbrias deltaicas. “Por vezes são as camadas de turfa que denunciam vastos

⁶ A. R. LAMEGO — *O Homem e o Rio*, p. 16

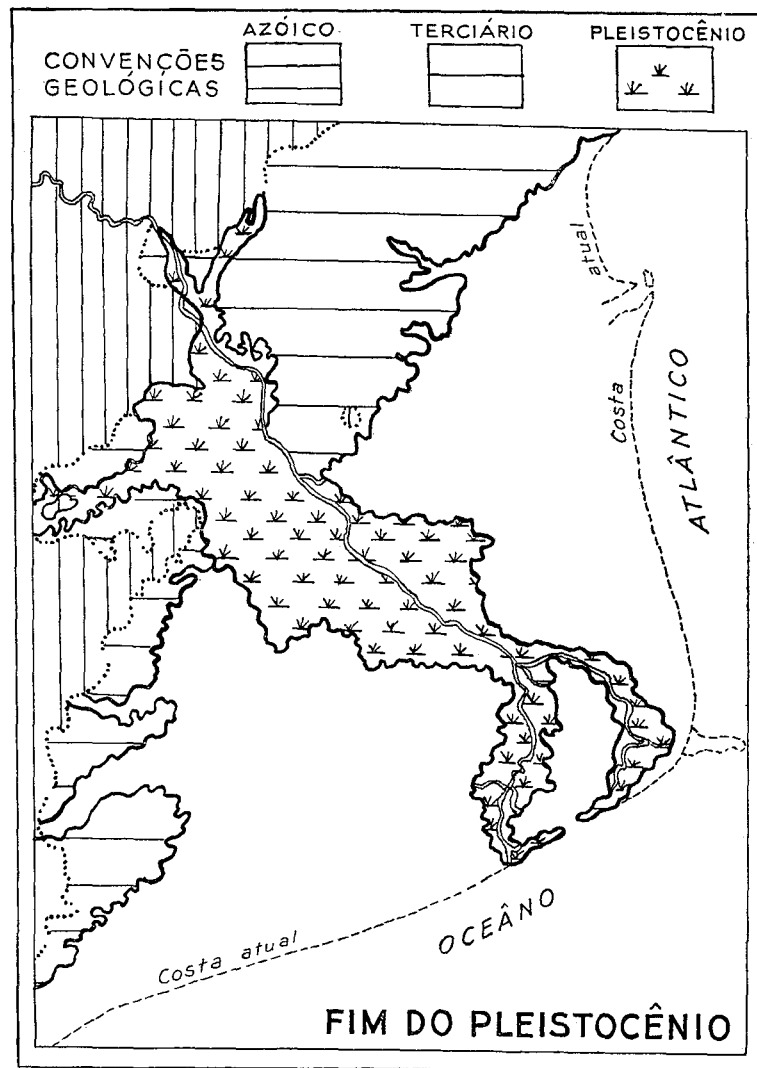
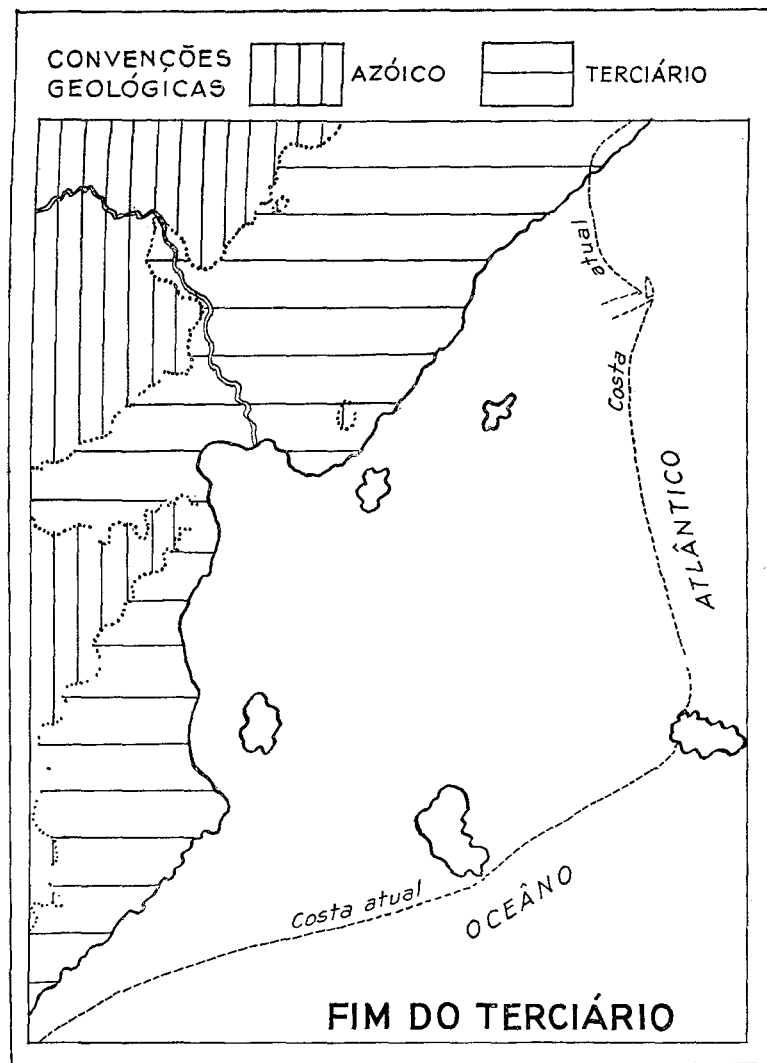


Fig. 6 — O antigo delta do rio Paraíba, notando-se o antigo traçado desta corrente d'água, segundo A. R. LAMEGO na obra O Homem e o Brejo, p. 16.

empantanamentos litorâneos. Mas, sobre elas, acamam-se logo argilas ou areia, que indicam uma erradia oscilação das águas divagantes. Na planície Boa Vista, com as dezenas de camadas superpostas e onde a alternância de águas salgadas e doces, em profundidade, evidencia a intermitência de regressões e transgressões do mar, peculiares às depressões deltaicas. Lentes de água doce foram protegidas e isoladas por capas argilosas impermeáveis antes da submersão. As sondagens locais indicariam dezenas de metros de espessura dos sedimentos. Mais tarde a sedimentação deixou de ser condicionada a uma bacia em afundamento contínuo, isto é, deixou de ter caráter deltaico, a intensidade vertical, para apresentar a dilatação horizontal: desenvolveu-se a planície de aluviões recentes. (Fig. 6) Contudo, já no trabalho "Geologia das Quadriculas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé", o autor apresenta interessantíssimos estudos que retificam o último período mencionado acima. O rio Paraíba construiu a planície argilosa pela formação de sucessivos deltas de tipos distintos sendo que também as ondas e as marés do mar constituíam outros tipos de delta.

Assim, para o Prof. LAMEGO, certos trechos mais baixos da planície, de solos mais escuros e mal drenados, como na planície de Boa Vista, são constituídos de material de um delta pleistocênico e que não foram cobertos, como no restante da planície quaternária, pelas aluviões recentes.

No meio da grande planície quaternária existem apenas alguns testemunhos isolados dos tabuleiros. Parte da cidade de Campos está edificada sobre os restos de um. Pode-se supor que a superfície dos tabuleiros ocupava, antes do pleistoceno, extensão maior, tendo sido destruída provavelmente pelo mar. É possível, "que os parais perigosíssimos", que existem junto da costa e que são a origem do nome do cabo de São Tomé, sejam outros testemunhos dos tabuleiros.

A grande massa d'água que se encontra no interior da planície, a lagoa Feia, tem sido considerada como trecho do antigo mar que subsistiu, fechado pelas barras de areia.

A grande planície se prolonga para dentro da área dos tabuleiros, através dos vales planos dos pequenos rios que os dissecam.

A faixa das praias

A faixa de antigas praias que se estendem ao longo da costa, desde Mangueiros a 25 quilômetros ao norte da foz do Paraíba até a cidade de Macaé, atinge grande largura em alguns trechos, atestando a amplitude do recuo do mar. As duas áreas de maior acúmulo de areias são: uma mais extensa, na altura da atual foz do Paraíba, desde Mangueiros até o cabo de São Tomé e uma segunda ao sul da lagoa Feia, desde a barra do Furado até a zona de Macaé. Ocupam um lado e outro do antigo delta do Paraíba.

A primeira área tem a forma de um crescente, sendo dividida em duas partes pela foz do rio. Este introduz entre as duas partes arenosas um terraço argiloso, um prolongamento da planície argilosa, que se estende desde Barcelos até Viana.

A planície arenosa ao norte do rio Paraíba vai até Mangueiros e se limita diretamente com os tabuleiros terciários que, de Mangueiros para o norte, formam uma falésia sobre o mar. Quem segue pela estrada de São Francisco

de Paula a Gargaú, (município de São João da Barra) passa insensivelmente da superfície quase plana dos tabuleiros para a planície arenosa costeira sem que haja qualquer acidente de relêvo, notando-se, apenas, o aparecimento de extensões de areia sôlta, uma série de cordões de areia formando ondulações paralelas, e pequenas depressões pantanosas; os cordões de areia, de alguns metros de altura, em forma de lentes convexas, orientados N20°E, são ao que parece, devidos à ação do vento; seriam antigas dunas (Foto 8)

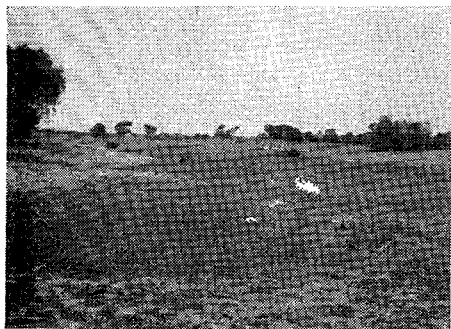


Foto 8 — A extensão arenosa de Gargaú, notando-se os cordões de areia, antigas dunas



Foto 9 — A mata na planície de ondulações arenosas de Gargaú

Entre a ponta de Manguinhos e a foz do rio Paraíba o litóal forma uma imensa enseada e no mar se observam duas correntes de águas amareladas, sujas de sedimentos, uma quase no horizonte, separadas entre si por um trecho de mar limpo. O professor chileno EUSÉBIO FLORES, que estava em nossa companhia supôs que a corrente mais próxima da praia, se deslocasse de noite a sul, trazendo sedimentos despejados pelo rio Guaxindiba e que a outra, mais ao largo, fôsse carregada de sedimentos do Paraíba.

A corrente interna deve ser realmente proveniente do norte carregando também materiais arrancados à falésia dos tabuleiros, pois se pode relacionar, a forte impregnação em monazita, das areias das praias de Gargaú com a extração dêste mineral das rochas dos tabuleiros ao sul de Barra do Itabapoana. (Fig. 7)

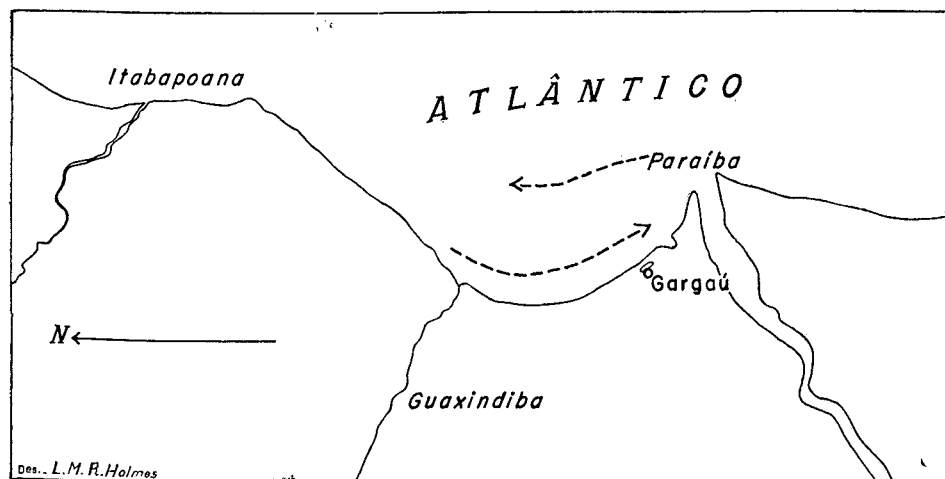


Fig. 7 — Correntes de sedimentos na enseada de Gargaú

Um fenômeno interessante ocorreu em Gargaú, aliás mencionado na obra *O Homem e o Brejo*, de A. R. LAMEGO e cuja paisagem conseqüente é ainda observada hoje em dia: em 1928, a vila ficava junto ao mar quando uma nova praia surgiu, fazendo com que o mar recuasse 200 metros, deixando uma laguna entre a nova praia e a localidade. A areia da praia é de côr amarelada, com muitos minerais escuros, sendo muito mais grossa do que a areia comum na planície. Segundo informações obtidas de um técnico da indústria de monazita, em Barra do Itabapoana, a côr amarelada dos inúmeros grãos de areia se deve à impregnação da monazita, zirconita e ilmenita. A areia da praia de Gargaú é menos bem rolada que a areia das praias de Atafona, na foz do Paraíba ou da do farol de São Tomé, certamente devido a um transporte menor e ao mar menos violento dentro da enseada.

O que acontece em Gargaú sugere o processo da formação da topografia litorânea de cordões de areia e depressões úmidas. Os primeiros são posteriormente trabalhados pelo vento e algumas depressões poderiam corresponder a antigas lagunas mais ou menos colmatadas. As depressões úmidas também poderiam se originar da inundação das margens dos cursos d'água, devido às dificuldades da drenagem, causadas pela deposição dos areões.

Um alinhamento de pequenos lagos e de embocaduras antigas dos córregos que dissecam os tabuleiros, talvez, indique o limite da planície arenosa, com êstes tabuleiros na área de Gargaú. Os vales dos córregos foram alagados pela obstrução das antigas embocaduras com as aluviões. A existência dêstes lagos e das antigas embocaduras, assinaladas por A. R. LAMEGO, contribui para a suposição de que a planície arenosa provém de um recuo do mar.



Foto 9a — Um capão na planície arenosa de Gargaú

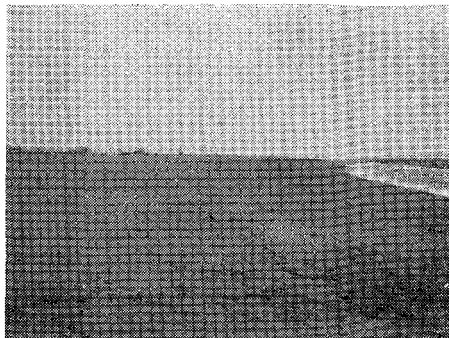


Foto 10 — Praia de Atafona

As areias soltas e às depressões úmidas, correspondem respectivamente, na carta de solos do estado do Rio de Janeiro, os solos regossolos e, aluviões hidromórficos que caracterizam a faixa de antigas praias, principalmente os regossolos (Fig. 13)

Na área de Gargaú, observam-se grandes manchas da mata em terrenos arenosos; parece-nos que se situavam nas depressões, porém, segundo informações colhidas no local, a floresta cobria toda a área, e, apenas devido à devastação realizada pelo homem, existem os trechos abertos. (Foto 9)

Ao sul da foz do rio Paraíba, até o cabo de São Tomé, a planície arenosa se limita com a planície argilosa, e, tendo a forma de um crescente alcança na parte mais larga, 25 quilômetros

A estrada de Campos a Atafona atravessa 15 quilômetros de faixa arenosa, observando-se uma sucessão de longas barras de areia clara de alguns metros de altura, alternando com as depressões alongadas, de solo escuro e, em geral, úmidas. O processo da deposição de praias ocorreu ao sul do rio Paraíba, em escala muito maior do que na área de Gargaú e os lagos existentes nas depressões são bem numerosos; depois da deposição das areias, os ventos construíram dunas que posteriormente foram fixadas. Neste trecho, como em todos os outros da faixa arenosa costeira, os solos também são de regossolos e aluviões hidromórficos.

A praia atual em Atafona é muito larga, com forte declive e escalonada em degraus de areia sendo que os superiores não são mais atingidos pela água. O limite alcançado pelas ondas do mar é marcado pela ocorrência de uma erva que ocupa a parte superior da praia; o desnível desde este limite até a parte mais alta onde se encontram casas no meio das dunas é de 3 metros. (Foto 10)

Os grãos de quartzo da areia da praia são de maior diâmetro e mais bem rolados do que em Gargaú. A areia é ainda amarelada, se bem que muito menos do que na praia daquela vila, impregnada de minerais raros. Isto prova: ou a) que uma parte do material seja proveniente da destruição dos tabuleiros

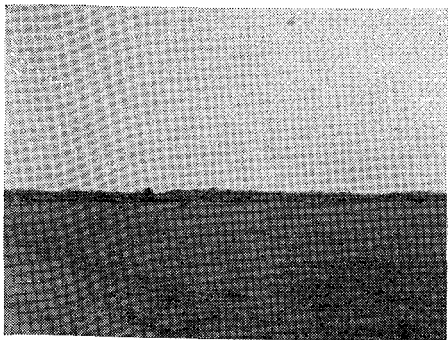


Foto 11 — A planície arenosa em Itabapoana podendo ser observada no fundo a encosta dos tabuleiros

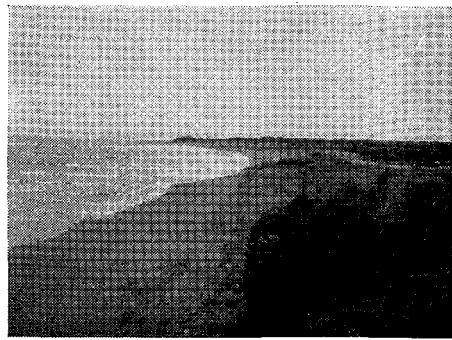


Foto 12 — O tabuleiro terminando por falésias sobre o mar ao sul da barra do rio Itabapoana

que conteriam estes minerais, ou b), que o material para a formação das praias, e dos tabuleiros tenha a mesma origem. Considerando-se o item "a", ainda poderiam se apresentar três hipóteses: 1) o material poderia ter sido trazido pelas águas do Paraíba; 2) seria originário de antigos tabuleiros destruídos que existiam mais a leste; 3) resultaria da abasão da plataforma continental, confirmando as idéias do Prof. LAMEGO de que devem existir antigos tabuleiros submersos, no litoral de Campos. Contudo, de qualquer modo, a maior parte do material utilizado nas construções marinhas provém, neste trecho, da enorme massa de sedimentos despejada pelo rio Paraíba; aliás, esta é a razão do maior desenvolvimento dos depósitos de areia nas vizinhanças da embocadura do seu curso. O mar, em Atafona, apresenta-se amarelado, sujo de sedimentos em quase

tôda a sua extensão visível e só muito ao longe, numa fita delgada no horizonte, distingue-se a côr verde da água mais limpa do Oceano

A praia do farol de São Tomé é ainda mais íngreme que a de Atafona, o declive é muito forte e o desnível desde o tôpo até o nível do mar é de 4 metros. A areia é bem rolada porém mais grossa que em Atafona. O mar se apresenta ainda sujo pelo material carregado, porém, a uma distância menor do que em Atafona.

A praia do farol de São Tomé apresenta uma linha de dunas que dominam de alguns metros a planície interior formada de terrenos escuros, ricos em matéria orgânica, entremeados de manchas arenosas cortada por numerosos braços d'água.

Segundo A. R. LAMEGO, desde o cabo de São Tomé, até pouco ao sul da barra do Furado, a faixa arenosa do litoral é muito estreita chegando a largura a ser interior a 1 quilômetro. Existem, contudo extensões arenosas na planície mais para o interior como por exemplo, a que fica entre a lagoa Feia e a localidade de Santo Amaro. Esta mancha de areias corresponderia a antigas praias e seria separada da atual faixa litorânea pelo antigo delta pleistocênico (Fig. 5).

Ao sul da barra do Furado, a faixa arenosa novamente se alarga, ocupando trechos das margens da lagoa Feia, e estendendo-se até Quiçamã. Volta a se estreitar de Quiçamã para o sul, quando se reduz a outra fita estreita que se limita com as colinas de rochas cristalinas da zona de Macaé.

Ainda segundo LAMEGO, foi o atêmo dêstes depósitos de areia que levou ao isolamento de antigas reentrâncias do mar, formando a lagoa Feia, a maior da Baixada Fluminense.

No passado geológico, ao norte e ao sul do antigo delta pleistocênico do rio Paraíba, teria havido duas grandes enseadas do mar onde se formou uma série de praias e daí a existência de duas zonas principais de deposição de areias (Fig. 6).

Examinando as fotografias aéreas da faixa do litoral, observa-se que, cada trecho considerado é composto de uma série de antigas praias, variando a curvatura das barras de areia de um trecho para outro, sendo que, em alguns lugares, se apresentam em interminável sucessão. Ao norte da foz do rio Paraíba, as antigas praias formam um arco bastante curvo e mesmo a atual linha do litoral tem uma forma bastante pronunciada de enseada.

Não parece que o rio Paraíba, ao estabelecer o traçado do último trecho do seu curso tivesse que cortar todos os cordões de areia existentes atualmente. Muitos cordões de areia devem se ter adaptado ao traçado do rio tanto que antigas praias desenham curvas de curvatura distinta e voltadas para direções diferentes de um lado e outro do rio. São aparentemente, adaptadas à foz do rio. A mudança do curso do Paraíba da antiga direção do Cula para a atual e a deposição dos sedimentos se teriam desenvolvido concomitantemente, no decorrer de um processo que ainda estaria em andamento. A proposição que o rio se alongava, crescendo a foz, se ampliava a planície pela deposição de novas praias; porém, também iam surgindo, à frente da foz, barras de areia às quais o rio se ia adaptando.

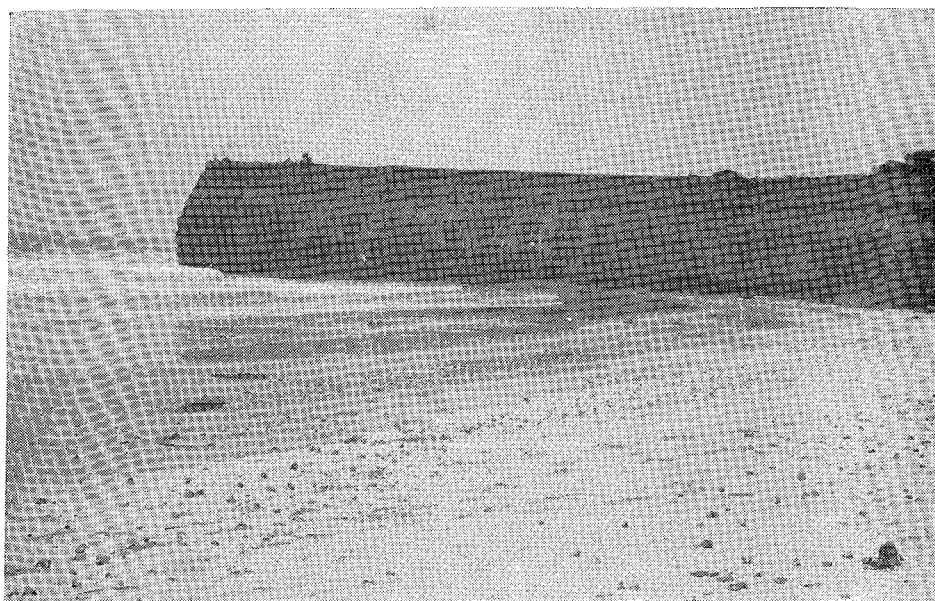


Foto 13 — Falésia do tabuleiro ao sul da barra do Itabapoana. Note-se um nível de concreções ferruginosas no alto da encosta e o material mosqueado na parte inferior (Foto Tibor Jablonsky)

Por outro lado, nota-se nas fotografias aéreas que os pequenos cursos d'água costeiros cortam, perpendicularmente, os diversos cordões de areia, o que faz supor um recuo rápido e progressivo do mar durante um certo período, facilitando o trabalho dos córregos; possivelmente desenvolveu-se posteriormente, maior ação de barragem, pois as fotografias mostram todos os vales inundados, não só nas depressões alongadas paralelas às baías de areia, como nos trechos perpendiculares às praias. (Fig 5)

Assim, seria necessário considerar o problema da oscilação do nível do mar, estudado pelo Prof. FRANCIS RUELLAN para diversos trechos do litoral brasileiro, além do estudo dos fenômenos locais, para a compreensão, não só da planície quaternária, mas, da evolução geomorfológica de toda a região de Campos

Antes de se passar às observações sobre os tabuleiros, algumas palavras a respeito do vale do Itabapoana: depois do rio Paraíba, para o norte o Itabapoana é a primeira grande corrente a desaguar no Atlântico. Na altura de sua foz o vale se estende por larga planície arenosa que apresenta cordões de areia clara. A frente dos tabuleiros que formam a linha do litoral na parte setentrional do estado do Rio,

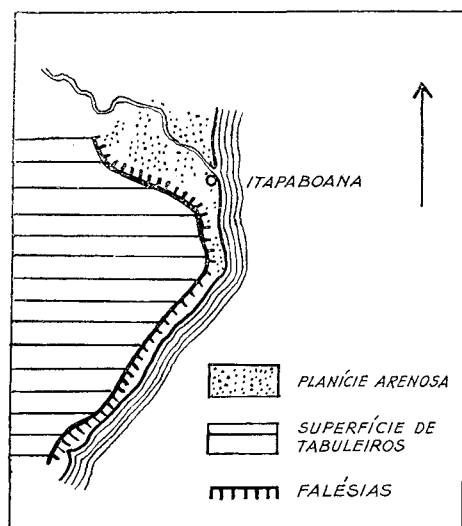


Fig 8 — Esquema da área de Barra do Itabapoana

desenha um cotovêlo antes da foz do Itabapoana e as encostas passam a dominar a planície arenosa. Estas encostas dos tabuleiros são aqui, falésias mortas que atestam a existência de uma baía, da qual em outros tempos, o mar recuou (Foto 11 e fig. 8)

Os tabuleiros

Em torno da planície quaternária, dispõem-se, quase por toda parte, os tabuleiros; estes têm sido considerados como constituídos de rochas sedimentares atribuídas à idade terciária. Os tabuleiros também formam grandes superfícies de topografia suave, quase plana em muitos trechos, mas que se apresentam em relevo sobre a planície quaternária, elevando-se até 50 ou 70 metros. Apresentam-se como um terraço intermediário entre a planície quaternária e os patamares cristalinos, tendo, pois, um declive geral de oeste para leste, perdendo altitudes desde o limite com o relevo cristalino, na direção do mar.

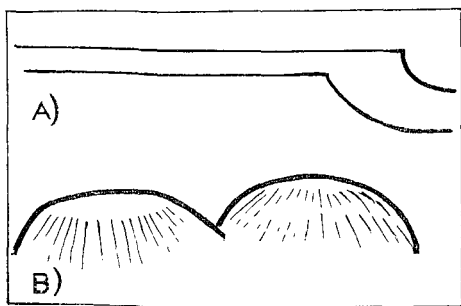


Fig. 9 — Perfis característicos de A) tabuleiros e B) morros cristalinos

Em alguns locais, conforme já foi observado, passa-se insensivelmente da área dos tabuleiros para a planície, porém, noutros, o limite é bem marcado topograficamente por uma pequena encosta contínua e abrupta de 20 metros aproximadamente. Por exemplo, a SW de Campos, a superfície do tabuleiro é muito regular, entalhada por vales encaixados de 20 a 25 metros que separam os abaulamentos suaves. Estendendo-se para o oeste, os tabuleiros vão se confundindo com o patamar de morros cristalinos mais baixos e suaves que antecede o relevo mais elevado e mais íngreme que se situa diante do front da serra Rio Piêto, nome local da serra do Mar.

Para o sul, os tabuleiros também cedem lugar aos pequenos morros formados de argilas da decomposição do cristalino e, igualmente, não é comum ser fácil distinguí-los uns dos outros. No relevo que se eleva lentamente para o sul, muito suave, não se observam afloramentos; as superfícies muito regulares, de topos achatados, se estendem até 40 quilômetros ao sul de Campos. Contudo, examinando as formas com cuidado, reconhecem-se diferenciações entre tabuleiros e morros cristalinos muito suaves: os primeiros formam unidades mais alongadas; o contacto do topo aplainado com a encosta se aproxima mais de uma aresta e o perfil da encosta é, muitas vezes, nitidamente côncavo; os segundos formam superfícies mais fraccionadas pelos vales, são mais arredondados e predominam as encostas convexas. Nestes morros mais arredondados os cortes apresentam por vezes, seixos angulosos de quartzo, resíduos dos veios intrusivos de pegmatitos ou dos cristais de quartzo da rocha (Fig. 9)

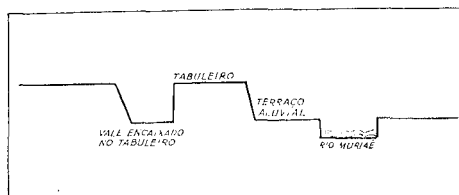


Fig. 10 — Esquema dos tabuleiros no vale do Muniaé

Na área de Quicamã, o tabuleiro bem caracterizado pelo perfil côncavo da encosta apresenta, no alto desta, afloramentos de concreções ferruginosas.

Os trechos de tabuleiros, situados em território ao sul do rio Paraíba ocupam, porém, áreas muito reduzidas. Se o domínio da planície quaternária se encontra ao sul do rio Paraíba, o dos tabuleiros fica no lado oposto, na parte norte; este relêvo se desenvolve, continuamente, desde as vizinhanças da cidade de Campos até o vale do Itabapoana, por toda a extensão setentrional do município de São João da Barra e se projetando muito para o leste, de modo que a planície costeira se vai estreitando desde a foz do Paraíba até a ponta de Manguinhos. Daí até a foz do rio Itabapoana, é a encosta do tabuleiro banhada diretamente pelo mar formando-se uma falésia (Fig. 1 e fotos 12, 13 e 14)



Foto 14 — Outra vista da falésia da foto anterior vendo-se melhor o nível de concreções ferruginosas e mosqueamento da parte inferior do perfil (Foto Tibor Jablonsky)

Assim, de modo esquemático, o baixo curso do rio Paraíba separa uma área de planície, ao sul, de uma área de tabuleiros, ao norte, fato este que ajuda a compreender as diferenças da ocupação humana de um lado e outro do rio.

Ao se sair de Campos, para o norte, pela estrada de Vitória, logo depois de Guarus, a planície cede lugar às largas ondulações de tôpo achatado, de apenas 5 a 10 metros, de altura relativa, sendo a altitude nos topos de 20 metros mais ou menos. Guarus é uma vila conurbada aos bairros de Campos situados na margem esquerda do rio Paraíba. Não existem afloramentos de rochas, apenas os terrenos são mais arenosos do que os presentes na planície, de cores amareladas e avermelhadas. Notam-se algumas lagoas alongadas entre as ondulações costeiras dos tabuleiros. (Foto 15)

Mais para o norte, encontram-se os tabuleiros mais elevados e de formas mais típicas; superfícies aplainadas dissecadas, formando longos espigões limitados por cornijas formando desníveis de 20 a 30 metros, aparentemente. Esta

área de tabuleiros é muito vasta, estendendo-se até o vale do Itabapoana, em cujas proximidades novamente se encontram a altitudes mais baixas. Em Itabapoana é nítida a frente de encostas dos tabuleiros sôbre a planície quaternária; tem 15 metros aproximadamente de desnível.

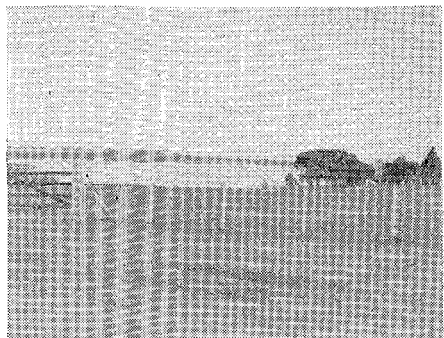


Foto 15 — Pequena lagoa na área dos tabuleiros, a alguns quilômetros ao norte de Campos

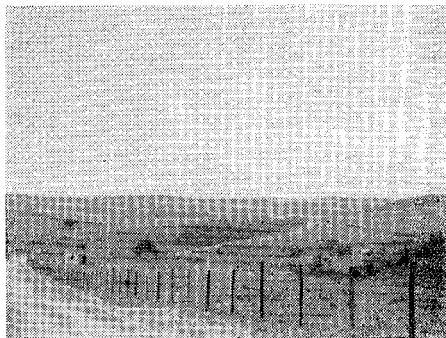


Foto 16 — Área de transição dos tabuleiros para o relevo cristalino nas proximidades de Guandu, estrada Campos-Vitória. Note-se a regularidade da superfície.

Como o que foi observado ao sul do rio Paraíba, também nas áreas situadas a norte do rio Paraíba, não se observa mudança súbita na passagem da zona dos tabuleiros para os morros cristalinos. Ao longo do vale do Muriaé, os tabuleiros se estendem até as proximidades dos alinhamentos de rochas cristalinas.

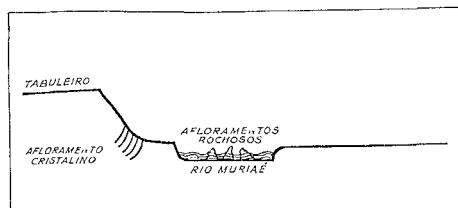


Fig. 11 — Esquema para o vale do Muriaé na altura da ponte da estrada Campos-Itaperuna

Na área da usina Outeiros, na estrada de Campos e Itaperuna, as extensões tabulares de 50 metros de altitude aproximadamente terminam por encostas abruptas sôbre a planície do rio Muriaé e a montante se confundem com os patamares dos morros cristalinos mais baixos e mais regulares que antecedem os alinhamentos das montanhas. Os tabuleiros são cortados por vales encaixados de 20 metros, cujo fundo mal drenado e emborçado, corresponde ao terraço quaternário, no qual o coletor geral, o rio Muriaé, está encaixado (Fig. 10). Junto da ponte rodoviária sôbre o rio Muriaé



Foto 17 — Um vale pantanoso e a encosta do tabuleiro; na área ao norte de Travessão (estrada Campos-Vitória)



Foto 18 — Superfície de tabuleiros nas proximidades do rio Muriaé entre Cardoso Moreira e Campos

afloramento na parte inferior da encosta da superfície de tabuleiros mostra a rocha cristalina, que parece também aflorar no leito do rio. (Fig. 11 e fotos 16, 17 e 18)

Quem segue de Barra de Itabapoana à vila de Moiro do Côco (município de Campos), nota que a superfície plana do tabuleiro se vai elevando lentamente para o oeste, tornando-se mais ondulada. No local Paraíso, distinguem-se acima da superfície uniforme algumas elevações largas e suaves. Não existe mudança repentina na passagem do relêvo; passa-se por transição por ondulações e colinas para os morros mais enérgicos.

O aparecimento de alguns afloramentos de gnaissé certificam que o relêvo mais acidentado é de estrutura de rochas cristalinas. Também os cursos d'água passam a apresentar rupturas de declive no perfil longitudinal: no local denominado Caldeirão, um afloramento de gnaissé de grandes cristais, cortado por diques de granito, situado no fundo de um vale, provoca pequena cachoeira no leito de um córrego.

Na área da localidade Conselheiro Josino, a passagem dos tabuleiros para o relêvo cristalino também se caracteriza pelo aparecimento de pequenas cachoeiras ao longo dos cursos dos córregos, estabelecidas em afloramentos de rochas cristalinas. (Foto 19)

A noção do tabuleiro é principalmente topográfica; êle se apresenta como se fôsse um terraço dissecado, podendo ser confundido com os patamares mais suaves de rochas cristalinas. As concreções ferruginosas, material comum em toda a área de tabuleiros, e que aparecem a uma certa distância da superfície, não nos parecem suficientes para caracterizar o tabuleiro geologicamente, pois a origem destas concreções seria por processo pedológico. Estas concreções são observadas, tanto à beira-mar, nas falésias situadas ao sul de Barra do Itabapoana, onde, vistas de longe, se assemelham a uma camada de seixos rolados, como nos limites ocidentais dos tabuleiros, junto ao relêvo cristalino. (Fotos 13 e 14)

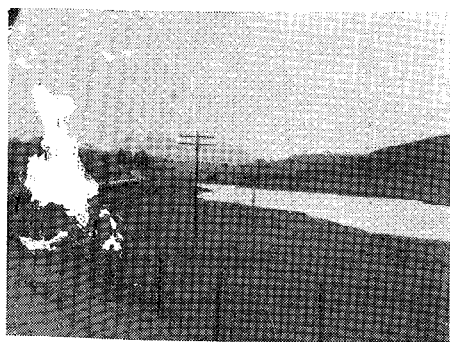


Foto 19 — Relêvo cristalino ao norte de Conselheiro Josino, próximo da área dos tabuleiros. O vale tem uma barragem sobre afloramentos de gnaissé que provocam pequena cachoeira.

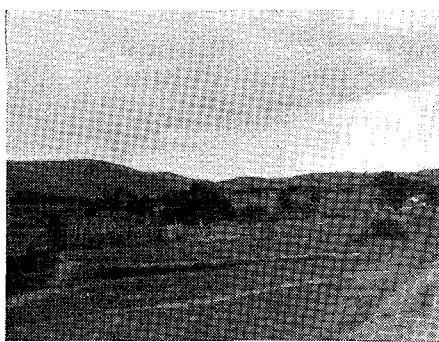


Foto 20 — Vale em relêvo cristalino na área local denominada Deserto Feliz. Aproveitamento para a criação de gado.

É interessante assinalar que no local Caldeirão, já em relêvo de morros e colinas cristalinas dispostos em níveis regulares, observa-se na superfície de um dos patamares, camada de 10 a 20 centímetros de espessura, de seixos semi-

-rolados e angulosos de concreções ferruginosas e de quartzo. Estes de 2, 3 e 5 centímetros de diâmetro formam uma espécie de conglomerado.

De modo geral, na área dos tabuleiros observa-se nos cortes profundos que o material dá a impressão de uma rocha degradada, pois parece não consolidada e não se notam estratificações. Ao pedólogo MOACIR PAVAGEAU a rocha do tabuleiro evoca um material de degradação de rochas que tenha evoluído pouco pedologicamente.

Assim, parece-nos difícil distinguir este material das argilas de decomposição do cristalino. Contudo, no alto de algumas encostas de tabuleiros, aparecem concreções ferruginosas em estratificações horizontais e que poderiam explicar a proteção do tabuleiro de maior destruição e o forte declive destas encostas. Ainda foi observado o aparecimento de fragmentos de canga em alguns locais, a uma certa profundidade da superfície. Finalmente, nos tabuleiros ao sul de Barra do Itabapoana, no local denominado Bueno, são encontrados os depósitos de material contendo monazita.

O geólogo A. R. LAMEGO considera os tabuleiros como constituídos de rochas sedimentares e de era terciária, apontando alguns afloramentos de arenitos ferruginosos e de conglomerados.

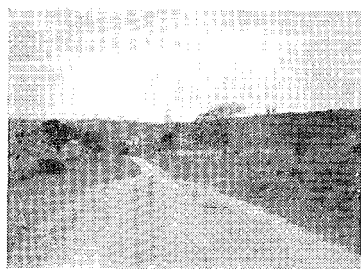


Foto 21 — *Tirada na mesma área da foto anterior*

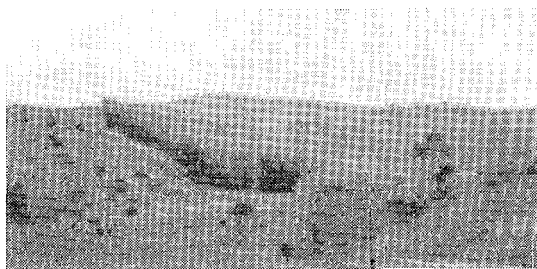


Foto 22 — *Paisagem nos patamares cristalinos a leste de Morro do Côco. Dissecação do patamar em níveis intermediários*

Tudo isto, porém, é muito pouco para se atribuir as formas tabulares a razões estruturais, a camadas sedimentares horizontais. Aliás, o Prof. A. R. LAMEGO diz que “expomos a verificação pessoal de não serem as formações de Campos absolutamente horizontais, mas, antes, bastante inclinadas em certos pontos”.

Mesmo se se considerar que o material do tabuleiro é um sedimento que foi transportado e depositado, fato que necessita ainda ser provado, a origem dos tabuleiros poderia ser explicada apenas com os aplainamentos produzidos por erosão.

Todos estes problemas ainda estão por estudar: é possível que os mesmos ciclos de erosão que aplainassem e depois esculpisse os tabuleiros, também modelassem os peneplanos cristalinos, como os existentes ao sul de Campos. As altitudes, aparentemente, são semelhantes entre tabuleiros e colinas cristalinas mais baixas.

Peneplanos cristalinos, tão suave quase como os tabuleiros, existem noutros trechos da Baixada Fluminense como, por exemplo, na área ao norte da cidade de Araruama.

Ainda segundo LAMEGO, a dissecação da superfície dos tabuleiros deu-se a partir do plioceno. Os vales atuais encaixados são bastante largos para a quantidade de d'água dos córregos, e existem mesmo vales secos. Diga-se porém, que as observações foram feitas no inverno.

Ao sul de Barra do Itabapoana, os vales são embrejados na sua parte central e têm depósitos de areia clara, como de praia, junto das encostas. Nesta área é interessante observar também depressões circulares na superfície dos tabuleiros.

As superfícies aplainadas dos tabuleiros e as do relêvo cristalino mais baixo talvez estivessem ligadas no passado a um nível do mar mais elevado. Os atuais tabuleiros banhados pelo mar em Barra do Itabapoana, muito planos, com 10 a 20 metros de altitude não deixam de sugerir um possível terraço de erosão marinha, principalmente se se considerar que autores como FRANCIS RUELLAN⁷ supõem a existência destes terraços ao longo do litoral, na zona da Guanabara, na zona de Angra dos Reis e noutros trechos, esculpidos em morros cristalinos, desta mesma altitude.

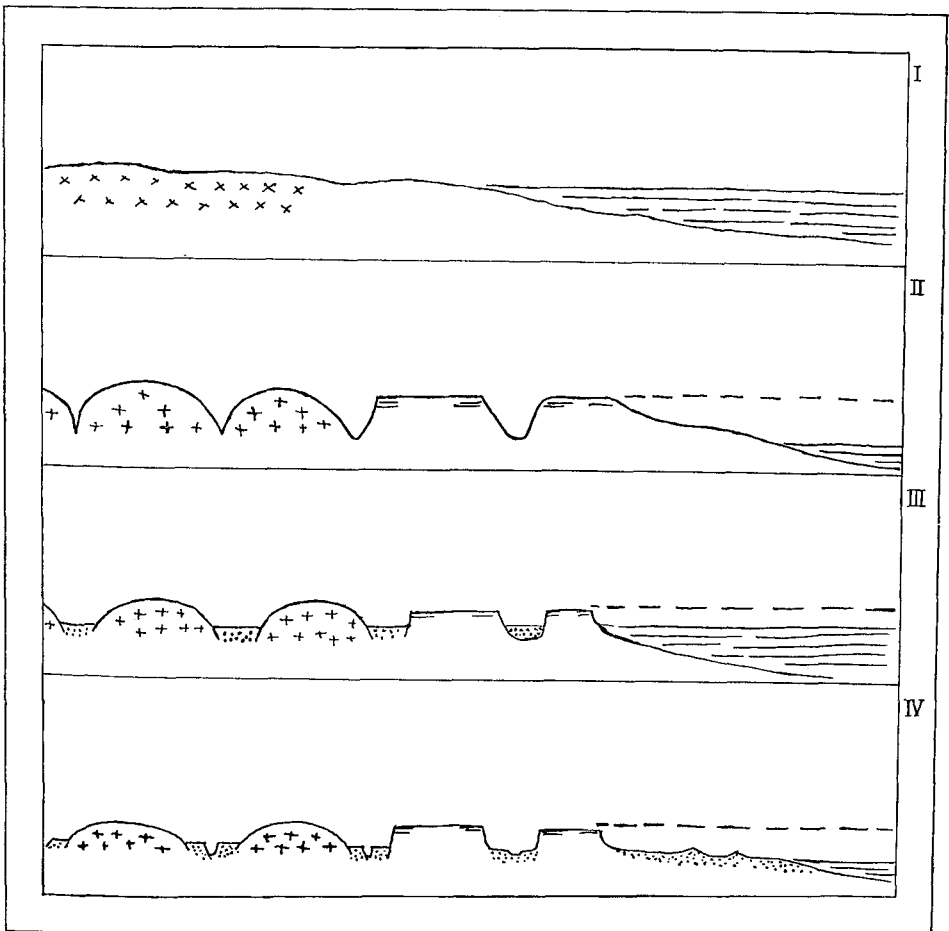


Fig. 12 — Esquema mostrando de modo grosseiro a influência de oscilações do nível do mar em alguns aspectos da evolução do relêvo na região de Campos. Desenho baseado em idéias de autores citados e nas observações pessoais.

⁷ FRANCIS RUELLAN — "Evolução Geomorfológica da Baixada da Guanabara e das Regiões Vizinhas" Rev. Bras. Geog., ano VI n° 4, p. 457

Um abaixamento do nível do mar teria ocasionado a dissecação do tabuleiro. Em seguida teria havido novo avanço do mar que acarretou a destruição de parte dos tabuleiros e a formação das falésias. Vivia depois, outro recuo já bem mais recente do qual temos como provas as falésias mortas de Barra do Itabapoana, os depósitos de areia deixados nos vales inundados e a formação das planícies de antigas praias (Fig. 12).

O aluviamento de argilas e areias nas planícies quaternárias, entulhou antigas embocaduras de riachos situadas junto da fiente dos tabuleiros, enchendo-se os vales destes riachos encaixados nesses tabuleiros.

É interessante assinalar que tôdas estas hipóteses sobre a evolução geomorfológica da região de Campos, e que levam em conta sucessivas oscilações do nível do mar, se adaptam às idéias expostas pelo Prof. FRANCIS RUELLAN no trabalho "Evolução Geomorfológica da Baixada da Guanabara e das Regiões Vizinhas" quanto ao número de movimentos do Atlântico e quanto às altitudes dos diversos níveis do relevo.

Os solos dos tabuleiros são os latossólicos e os regossólicos vermelho-latossólicos sendo encontrados no vale, comumente, as aluviões mal drenadas (Fig. 13).

A vegetação da área dos tabuleiros era originariamente, segundo as informações históricas, uma floresta possante. Para o Prof. ALCEO MAGNANINI, em comunicação verbal, as atuais matas que ainda ocupam algumas grandes extensões são tôdas secundárias, tendo sido devastada a mata primitiva. Existem também capoeiras em grande quantidade. Parece-nos que as matas atuais são acentuadamente semi-decíduas. Entre espécies observadas nas capoeiras do tabuleiro citamos: o monjolo e o jacaré (*Piptadenia communis* Benth.), a goiaba (*Psidium goyava* Radcl.), a aroeira (*Selunus*), a nuná, o caixão, o imbiú, a rípeira, o monjolo de folha unida, etc.

O relevo de morros na região setentrional da Baixada Fluminense

Em torno das áreas dos chamados tabuleiros encontra-se o relevo das rochas cristalinas. Em torno dos tabuleiros, em geral, o relevo de rochas cristalinas é muito suave, de colinas e morros regulares. Certamente, este relevo suave se origina da dissecação de superfícies aplainadas de erosão (Fig. 5).

À proporção que se afasta do litoral em direção à serra do Mar ou aos seus prologamentos, os morros cristalinos tornam-se mais enérgicos e mais elevados. Formam, porém, quase sempre níveis de altitudes regulares. A impressão é de que o relevo cristalino da parte setentrional da Baixada Fluminense, com exceção dos maciços mais altos, se originou da dissecação de diversas antigas superfícies aplainadas sendo as superfícies mais baixas, mais suaves e as mais altas mais acidentadas. Na modelagem de cada uma destas superfícies se formaram as colinas de níveis intermediários (Foto 22).

Uma grande extensão típica deste relevo cristalino suave e baixo, em patamares regulares, se observa a sudoeste de Campos, desde o limite dos tabuleiros até o vale do Macabu, onde as altitudes são de 50 a 80 metros.

Sobre as superfícies cristalinas regulares, que se elevam de modo geral de leste para o oeste sobressaem os morros mais íngremes e rochosos e os maciços montanhosos isolados que apresentam as formas de ucas e pontões. Este

relêvo mais enérgico deve ser relacionado às camadas de rochas mais resistentes à meteorização. São exemplos o morro da Itaoca, a sudoeste de Campos, serra de Santa Catarina, ao norte da colônia agrícola de Macaé, o morro do Côco nas vizinhanças da vila do mesmo nome (Fig 5 e fotos 23 e 24)



Foto 23 — O relêvo cristalino entre Morro do Côco e Santo Eduardo. Grande vale plano dominado por morros de encostas abruptas de um alto patamar. À esquerda, no fundo, pontão rochoso e urca rochosa de um maciço mais elevado.

O maciço do morro do Côco apresenta paredões rochosos quase verticais, agulhas e picos, de gnaiss; seu pico, da Pedra Lisa, alcança 818 metros de altitude e o morro do Baú é uma grande montanha em forma de urca, de paredes rochosas com 600 metros, cercada pelos patamares fortemente dissecados em morros de 300, 150 e 120 metros de altitude. A altura relativa desses patamares, ou seja o desnível aos vales principais é de 210, 60 e 30 metros respectivamente.

Os patamares cristalinos na baixada terminam junto aos escarpamentos da serra do Mar, ao sul do rio Paraíba e junto ao alinhamento montanhoso da serra de Santo Eduardo, ao norte deste rio. Estes grandes acidentes do relêvo são os limites da baixada setentrional com o planalto (Fotos 25, 26 e 27).

Os escarpamentos da serra do Mar são considerados fientes dissecadas de blocos falhados e os seus picos atingem até 1 800 metros, altitude do pico do Desengano. Na área cristalina ao norte do rio Paraíba, a serra do Mar



Foto 24 — As formas rochosas nos maciços cristalinos: pontão e urca entre Morro do Côco e Santo Eduardo.

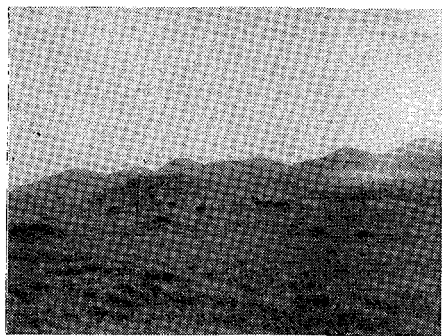


Foto 25 — No vale do Itabapoana, entre Bom Jesus de Itabapoana e Santo Eduardo: planícies, patamares cristalinos e serras.

desaparece; o alinhamento montanhoso da serra de Santo Eduardo que a substitui não ultrapassa 1 000 metros e deixa de ser a encosta abrupta de terras altas dissecadas, pois as altitudes diminuem rapidamente para o interior onde as cristas estão esfaceladas.

Os patamares cristalinos da Baixada nesta área, ao norte do rio Paraíba, se prolongam muito para o leste; segundo LAMEGO, isto é devido à mudança da orientação das camadas gnáissicas, de sudoeste-nordeste para leste-oeste: “Esta mudança de orientação no pacote enrugado primitivamente é que reforçou a resistência das formações azóicas a tão formidável tectonismo responsável pelo grande paredão uniforme da serra do Mar paralelo à estratificação, rebentando a cordilheira em fragmentos isolados ao norte do Paraíba” A conjugação dos esforços tectônicos verticais não conseguiu afundar a massa cristalina integralmente como nas outras partes da Baixada mais ao sul

Os patamares regulares de morros cristalinos da Baixada Fluminense parecem se confundir através dos entalhos que os rios Paraíba, Muiaé e Itapoana cortaram nos alinhamentos montanhosos, com as grandes extensões de superfícies de morros, em níveis regulares, que ocupam a parte mais setentrional do planalto fluminense. Os vales dos rios acima citados aparecem, no trecho de planalto, como embutidos “num mar de morros” sobre o qual se salientam os maciços e alinhamentos escarpados mais elevados. Quem desce ao longo do rio Muiaé, desde Itaperuna, observa a 15 quilômetros a jusante desta cidade nítidos níveis regulares de morros de 30 a 50 metros sobre o vale; estando este a apenas 80 metros de altitude, correspondem aos morros 110 e 130 metros (Fotos 28 e 29). A jusante de Cardoso Moreira, com o rio a uns 20 metros, são nítidos os níveis de morros de 15 a 40 metros de desnível (35 e 65 metros de altitude). Já na Baixada, observam-se de dentro do vale do Muiaé, níveis nítidos de morros cristalinos de 20 a 40 metros ou seja de 35 e 55 metros de altitude e que devem ser comuns a níveis de tabuleiros. No vale do rio Itapoana, próximo de Santo Eduardo, níveis de morros de 10 e 40 metros de altura relativa também são bem marcados, além das colinas de 5 metros de desnível sobre a planície aluvial do rio, aqui a 60 metros de altitude (Foto 25)

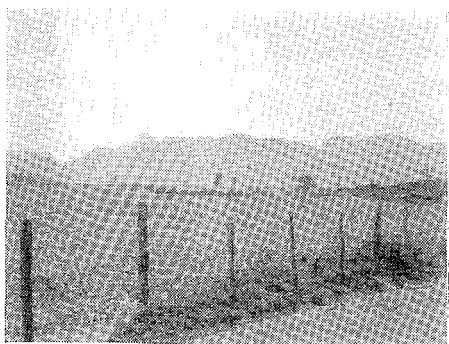


Foto 26 — Outra vista da mesma área da foto anterior. Nota-se o aproveitamento da planície para o canavial.



Foto 27 — Patamar cristalino muito regular (ou tabuleiro?) dominado no fundo por um alinhamento montanhoso, ao norte de Guan-
du, estrada Campos-Vitória

De acordo com observações feitas nos vales acima mencionados junto a diversos afloramentos, as rochas cristalinas foram muito dobradas (Foto 31) variando o mergulho de um local para outro, quanto a direção e grau de declive. As direções são principalmente, para NW e para SE. Deste modo o relevo regular de patamares de morros deve ser o produto de aplainamentos e retomadas de erosão.

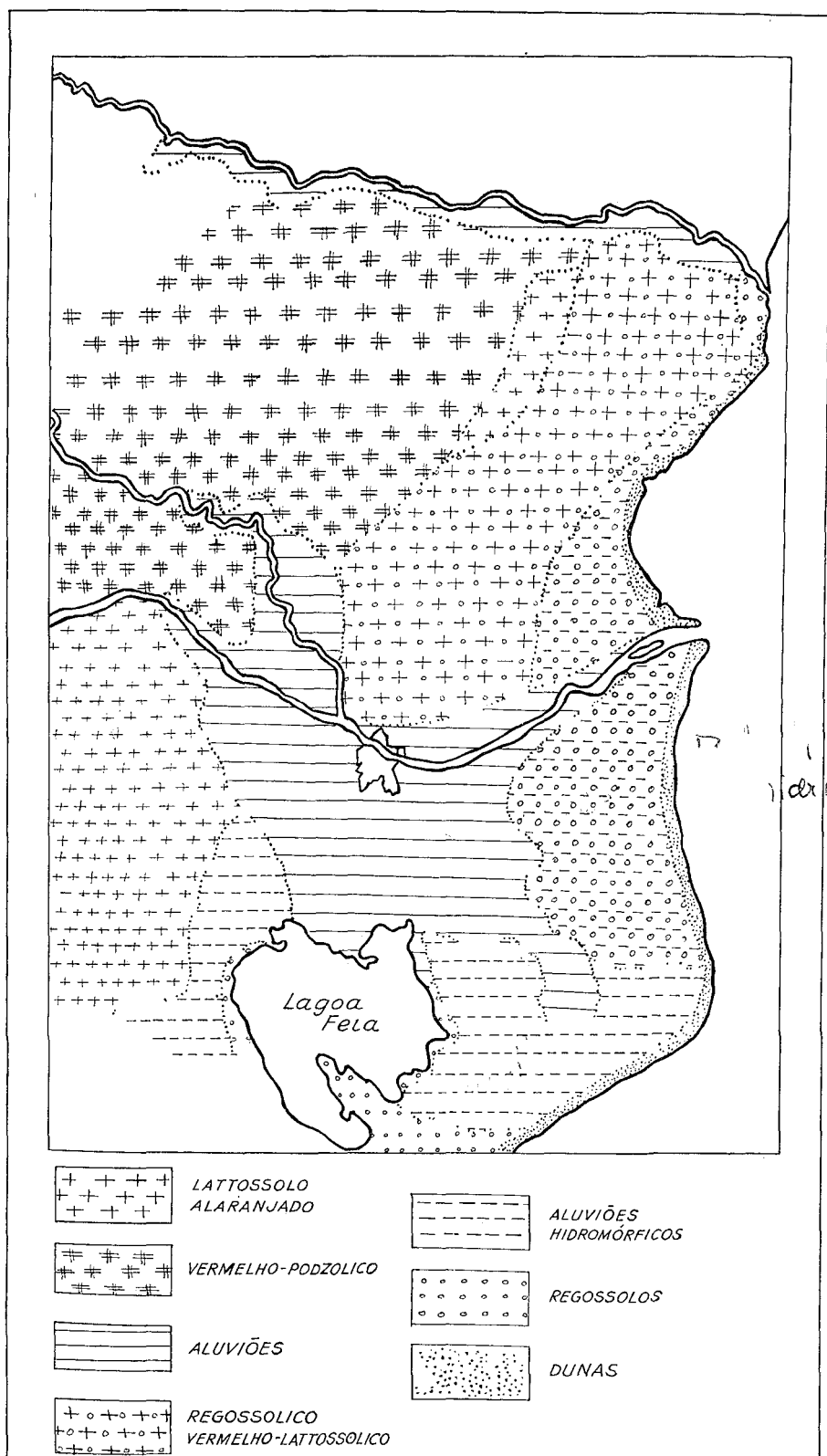


Fig 13 — Esquema dos solos na região de Campos, baseado nos mapas de solos da Comissão de Solos do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Em virtude de estar ainda inédito, no momento, o mapa de solos do estado do Rio de Janeiro, elaborado pela referida Comissão, neste esquema, propositadamente, os limites dos grandes grupos são aproximados e não são assinalados os pormenores.

Um estudo pormenorizado, com levantamentos de precisão poderá definir as relações entre os patamares situados a montante dos alinhamentos cortados pelos grandes rios, isto é, no Planalto, e os situados na Baixada; talvez existam antigas superfícies de erosão comuns à Baixada e ao Planalto, o que significaria que foram formadas depois dos grandes levantamentos tectônicos que se supõe terem originado a serra do Mar e os blocos falhados ⁸

As rochas da área cristalina ao sul do Paraíba são gnáissicas e graníticas e os solos, tanto nos morros suaves como nas encostas, são assinalados como latossolos alaranjados

Ao norte do rio Paraíba predominam os gnaisses. Entre Morro do Côco e Santo Eduardo, observam-se gnaisses ricos em mica e gnaisses mais claros, de grandes cristais de feldspato e pobres de quartzo. No vale do Muiaé, assinalaram-se gnaisses róseos, gnaisses fitados ricos em mica preta, cortados por filões de quartzo. LAMEGO refere-se à riqueza em plagioclásios nesta área cristalina e ao englobamento de mármores. No local Paraíso existe importante mina em exploração de carbonato de cálcio. No vale do Muiaé, observam-se também espessas camadas de rochas básicas; parece tratar-se de largos diques de rochas dioríticas, que se descamam em forma de cebola. As rochas básicas fornecem solos mais vermelhos, os melhores para o café, nesta zona. Em torno de Morro do Côco, outras áreas de solos mais vermelhos certamente também são relacionados com rochas mais escuras.

A carta de solos assinala os solos do *integrate* latossolos vermelhos podzólicos para a área cristalina ao norte do rio Paraíba.

Na área cristalina, são abundantes, naturalmente, os *litossolos*, principalmente, nas encostas abruptas. A não ser nestes, a floresta latifoliada cobria os solos da região do relevo cristalino. (Fig. 13)

V — A OCUPAÇÃO HUMANA

O povoamento da região setentrional da Baixada Fluminense se inicia com o começo da colonização portuguesa no Brasil.

PERO DE GÓIS, donatário da capitania de São Tomé levantou os primeiros engenhos, antes da metade do século XVI e subiu pelo vale do Itabapoana. Contudo, a colonização não avançou neste trecho devido, entre outras razões, à dificuldade de se estabelecerem bons portos e ao mascaramento da planície mais fértil, argilosa, pelas faixas arenosas costeiras.

Na primeira metade do século XVII, estabeleceram-se as comunicações por terra entre a região de Campos e a região da Guanabara, esta mais desenvolvida e enquadrada na economia açucareira. RENATO DA SILVEIRA MENDES ⁹ diz que "inicialmente lutou o colono da Baixada Fluminense com a falta dessa hinterlândia de pastagens que no Nordeste era tão extensa. Cercado de regiões cobertas de matas muito distantes dos currais do vale do São Francisco ou dos campos de Curitiba, o senhor de engenho tinha, contudo, necessidade imperiosa de abastecimento de gado bovino para o transporte e moagem da cana

⁸ Ver FRANCIS RUELLAN, obra citada, e EMMANUEL DE MARIONNE — "Problemas Geomorfológicos do Brasil Tropical Atlântico" — In *Rev. Bras. Geog.* ano V, n.º 4, 1942.

⁹ RENATO DA SILVEIRA MENDES — Obra citada.

ou para a alimentação própria e dos escravos. Esse fato contribuiu para a expansão do povoamento no século XVII em direção dos campos de Goitacases, onde, após árdua luta com os nativos tão temidos que ocupavam a região, instalaram-se os primeiros currais”

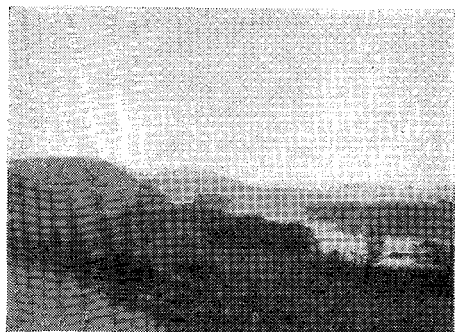


Foto 28 — O rio Muriaé, seu terraço aluvial e os baixos patamares cristalinos nos quais está embutido, a jusante de Itaperuna

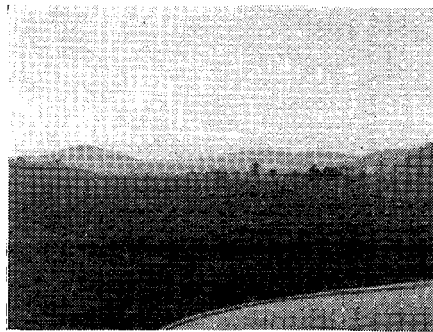


Foto 29 — Planície de um afluente do Muriaé, embutido no patamar cristalino, a jusante de Itaperuna e montante de Itaboraí

Em 1633, são fundados os três primeiros currais dos “sete capitães” Suinham então logo pessoas interessadas em arrendar terras para criação, e novos habitantes vão chegando; assim, se inicia a atividade pecuária na região de Campos. No entanto, também a lavoura canavieira volta a se desenvolver com a chegada de novos colonos que arrendam glebas de terra. Segue-se um período de luta pela posse das terras onde entraram em jogo interesses de colonos moradores da Baixada de Goitacases, de homens poderosos que moravam no Rio de Janeiro e tinham currais e sítios naquela região, de altos mandatários do governo e de ordens religiosas. Este período durou cerca de 100 anos, estendendo-se até os meados do século XVIII, tendo sido a instabilidade um grande fator para atrasar o desenvolvimento agrícola da região. Da disputa entre os poderosos quem sofria as maiores consequências, eram os colonos e a luta acabou revelando características de choque entre os colonos e latifundiários, entre agricultores e criadores. A fase final deste período de conflitos apresenta, principalmente a oposição dos ASSECAS às forças populares da região de Campos e nela já se pode notar, talvez, o embrião do combate do trabalho livre contra o trabalho escravo, nos encontros armados que se realizaram durante a famosa rebelião de 1748, o visconde lançava tropas e escravos armados contra os pequenos lavradores e outros elementos do povo.

Como resultado das vitórias do povo campista sobre os ASSECAS, numerosos lavradores foram atraídos para a região e a partir dos fins do século XVIII, processa-se o grande desenvolvimento da economia açucareira da região de Campos. Segundo diversos autores, o número de engenhos na região de Campos era de 34 em 1737, 55 em 1769, 278 em 1783, 400 em 1819 e de 700 em 1828. Com este crescimento, é ultrapassada em importância, quanto à produção açucareira, a zona da Guanabara.

A lavoura canavieira se caracterizava na região de Campos pelo número de pequenas culturas e pequenos engenhos, apresentando uma estrutura diversa da zona da Guanabara onde predominavam a média e a grande propriedade.

RENATO DA SILVEIRA MENDES, faz um cálculo na base das “relações” que acompanham o relatório do maiquês DO LAVRADIO, pelo qual deduz que, em 1778, a média dos escravos por engenho nos Campos dos Goitacases era de 17, excluídos da conta os 2 032 escravos pertencentes a 3 latifúndios; ao mesmo tempo a média era de 42 escravos por engenho em São Gonçalo e de 40 em Itajá (hoje parte da cidade do Rio de Janeiro)



Foto 30 — O rio Muriaé em Itajá, embutido no patamar cristalino. A cidade ocupa o terraço aluvial

Na região de Campos já havia “fomecedores” nos fins do século XVIII, isto é, pequenos produtores de cana que não tinham engenhos próprios e eram responsáveis por um quinto do açúcar produzido. Em muitas lavouas, havia também, o trabalho livre e já se desenvolvia o sistema de parceria mesmo para os negros.

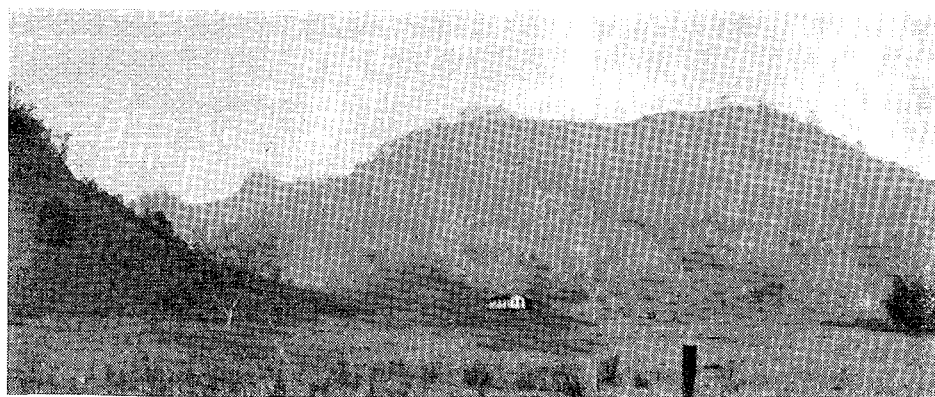


Foto 31 — Um morro rochoso devido à camadas mais resistentes do cristalino, no vale de Itabapoana entre Santo Eduardo e Bom Jesus de Itabapoana

Justamente, na época em que toma grande impulso a cultura da cana-de-açúcar na região campista, se inicia também a evolução para a concentração da indústria açucareira, e conseqüentemente das lavouas. A maior produtividade agrícola como a que se revelou na região de Campos, não era suficiente por si só para a solução das crises que continuavam abalando a economia açucareira e que se acentuaram no século XIX; era necessária a modernização das insta-

lações fabris e a acentuação da monocultura em torno delas. Com a tendência para a concentração da produção, tornava-se mais importante o problema da produtividade dos solos e, neste aspecto, a região de Campos apresentava vantagens sobre outras. No início do século XIX observava-se na Baixada Fluminense a passagem para o engenho a vapor e na segunda metade do mesmo, surgem as primeiras usinas que irão substituir os engenhos na produção do açúcar. A concentração econômica corresponderia naturalmente a concentração geográfica e o aparecimento da usina acentuou o valor da produtividade dos solos, pois com a aplicação dos grandes capitais em maquinaria, houve maior critério na escolha dos locais das fábricas, procurando-se especialmente as áreas de solos de aluviões férteis. Esta é uma das razões pelas quais se concentrou na região de Campos a moderna indústria açucareira, pois, as aluviões têm aí grande extensão.

Outra razão da concentração da indústria açucareira na região de Campos, durante os fins do século passado e durante o século atual, é a estrutura econômico-social existente nesta região: o grande número de proprietários, pequenos e médios, ematizado na terra, necessitava de uma continuidade nas atividades agrícolas; na região da Guanabara, os senhores de engenho, com a decadência deste e do trabalho escravo, procuravam outras atividades, tentavam o café e transferiam-se para a cidade, para onde já tinham seguido os filhos na conquista das profissões liberais. Os senhores de engenho não se sujeitavam a situações de fornecedores de cana; porém, na região de Campos, como já fora assinalado, o desenvolvimento açucareiro já vinha apresentando a tendência da separação entre a indústria do açúcar e a agricultura de fornecedores, bem como a tendência à prática do trabalho livre. A modernização da indústria açucareira aumentava sempre esta separação entre fabricante de açúcar e simples agricultor de cana, diminuindo os lucros dos proprietários de escravos privados de indústria própria, porém, melhorando os dos trabalhadores livres,

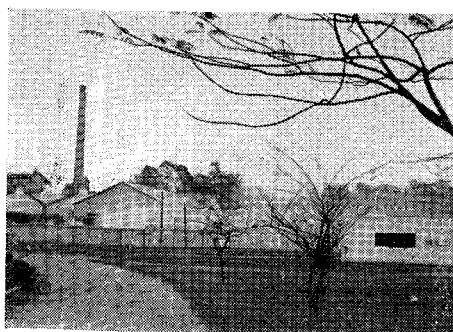


Foto 32 — Usina de Outeiros, vale do Muriaé

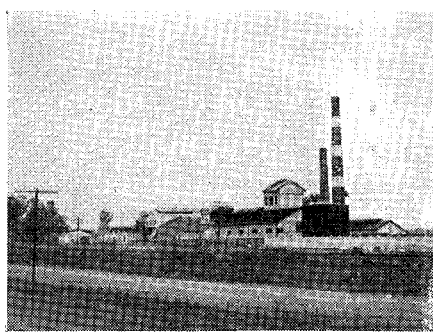


Foto 33 — Usina do Cupim, planície aluvial a sudoeste de Campos

cuas possibilidades aumentavam com a necessidade maior de matéria-prima. Os fazendeiros mais ricos ou mais interessados da região de Campos se uniam para levantar as usinas e estas, tendo uma capacidade de moer quantidades de cana maiores do que as produzidas nas terras próprias, recorriam ao abastecimento dos fornecedores.

Com êste processo, a economia açucareira na região de Campos foi-se expandindo até os dias atuais, tornando esta região uma das principais do Brasil na produção de açúcar e álcool. O açúcar continuou sendo a mercadoria mais importante da região, em torno da qual se desenvolvem as outras atividades econômicas.

Com a instalação das usinas, estas foram adquirindo terras e ampliando as próprias plantações. De modo geral, nas áreas situadas em torno delas, aumentaram as superfícies cultivadas de cana e a produção. Este fato não foi devido unicamente às atividades nas propriedades das usinas, pois, o desenvolvimento da *plantation* não significou o fim das pequenas propriedades; os pequenos agricultores se bem que sujeitos à pressão dos usineiros, resistem para se manterem nas áreas canavieiras, nas quais a usina representa um mercado certo e muitas vezes a fonte de financiamento.

Devido à grande diferença de peso da cana-de-açúcar e do produto elaborado, os canaviais não se podem situar muito longe da usina por encarecer consideravelmente a mercadoria; assim, em certos locais, nos quais estabelecimentos modernos se instalaram em áreas cultivadas já há muito tempo a lavoura continua perdurando nos mesmos campos. Encontram-se trechos onde a lavoura persiste, certamente, mais de 200 anos. Nas áreas de usinas, a lavoura de cana toma um caráter mais intensivo, com utilização de máquinas e adubos, permitindo a manutenção das pequenas e médias propriedades e influenciando em grande quantidade de população.



Foto 34 — Moderno transporte de cana para a usina na planície campista. Canavial da usina.

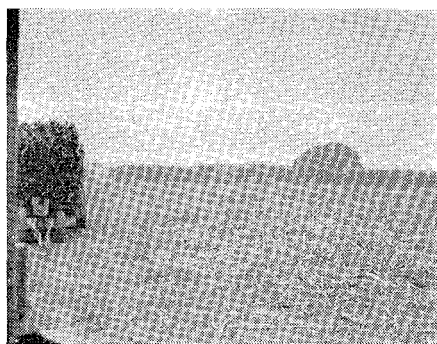


Foto 35 — Canavial da Usina São João na planície Campista, margem norte do Paraíba.

O que acima foi dito explica as condições do enraizamento dos lavradores e o apêgo à terra, observados na região de Campos mais do que em outras partes do país. Muitos dos atuais proprietários de terra e cultivadores descendem de agricultores que ocupavam no passado as mesmas terras. As lutas passadas pela posse da gleba, o trabalho contínuo, de gerações, na agricultura da cana, formaram no lavrador campista, uma tradição e uma consciência tal que, no caso, se pode falar de verdadeiros camponeses no Brasil.

A história da lavoura e da indústria açucareira traça a linha principal do desenvolvimento do trecho setentrional da Baixada Fluminense. A economia açucareira explica a manutenção de uma numerosa população e de um centro urbano importante como é a cidade de Campos. Em 1950, os municípios de

Campos, São João da Barra e Macaé, (êste último município tem a principal área produtora de cana-de-açúcar na sua parte setentrional e que pode ser incluída na região de Campos), produziram 2 619 300 toneladas de cana-de-açúcar no valor de Cr\$ 312 018 000,00. Salienta-se o município de Campos com larga margem, o mais importante da região com 16 usinas das 20 e tantas existentes no estado do Rio e com 237 633 habitantes em 1950, dos quais 61 633 na cidade do mesmo nome.

	Valor total da produção agrícola (Cr\$)	Valor da produção da cana-de-açúcar (Cr\$)
Região de Campos	483 218 000,00	312 018 000,00
Município de Campos	297 256 000,00	264 000 000,00

A população da região setentrional da Baixada Fluminense, considerados, apenas os municípios de Campos e São João da Barra, foi de 282 716 habitantes em 1950, 12,3% de todo o estado; acrescentando-se a população dos distritos setentrionais do município de Macaé, Carapebus e Quicamã, situados na zona açucareira, passa a ser de 300 597 habitantes.

	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO ATIVA NOS ESTABELECIMENTOS RURAIS — 1940		Índice de população ativa do campo sobre a população total 1940
	1940	1950	1940	1950	Permanente	Extraordinário	
Municípios de Campos e São João da Barra	265 036	282 716	191 848	194 900	57 045	6 418	0,24
Municípios de Campos e São João da Barra e distrito de Carapebus e Quicamã (Macaé)	—	300 597	—	210 718	—	—	—
Baixada Fluminense	940 490	—	—	—	163 607	—	0,17

Em tômo dêste processo de concentração geográfica da economia açucareira, que trouxe para a região de Campos o aumento da população, o aumento do seu nível de vida e o alargamento das áreas ocupadas (pelo desbravamento de novas terras, cobertas de mata), se desenvolveram outras atividades econômicas. Entre estas, se incluem a criação de gado e a exploração florestal que, já foram muito importantes no passado e que não desapareceram com a acentuação da produção açucareira; ao contrário, mais se desenvolveram.

Nas antigas zonas canavieiras as fazendas reservaram sempre alguns trechos para os pastos e possuíam certo número de cabeças de gado. O mesmo se ob-

serva atualmente, mesmo na área da monocultura da cana: até as pequenas propriedades apresentam pequenas áreas de pasto e alguns animais para trabalho. Nos anos de queda das cotações do açúcar, canaviais são queimados e substituídos pelos pastos.



Foto 36 — O rio Paraíba a jusante de Campos. Bancos de areia aparecem devido ao abaixamento do seu nível.



Foto 37 — Canavial em grande propriedade na área de tabuleiros de Travessão (Estrada Campos-Vitória).

Em tôrno da zona canavieira existem extensões nas quais a criação do gado de corte ou a sua engorda, constituem a principal atividade econômica. O gado destina-se ao abastecimento de Campos e mesmo do Rio de Janeiro. Encontram-se na região fazendas de mais de 1 000 cabeças de gado. Contudo, em algumas áreas situadas fora da zona açucareira, trata-se do gado com outras finalidades. Junto aos grandes vales faz-se também a criação de gado leiteiro para o consumo de leite da cidade de Campos e para a fabricação da manteiga; na planície arenosa da faixa costeira no trecho situado ao sul do rio Paraíba, existem campos destinados à manutenção de gado de trabalho que vem da zona canavieira, anualmente, para descanso.

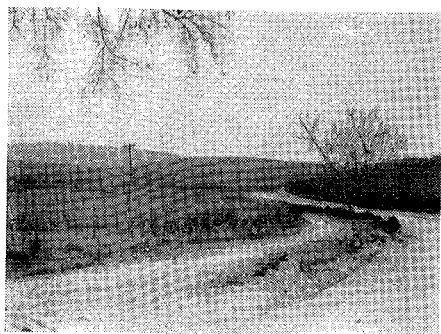


Foto 38 — Canavial da usina em Santo Eduardo nas planícies e nos baixos morros cristalinos.



Foto 39 — Canaviais da usina Outeiros nos tabuleiros do vale do Muriaé.

Em 1950, o gado bovino dos municípios de Campos e São João da Barra representava respectivamente 192 000 e 35 000 cabeças, ou seja, 227 000, em conjunto, sobre o total de 1 119 120 cabeças existentes no estado do Rio de Janeiro. O gado equino dos dois municípios era respectivamente de 22 100

e 9 200 cabeças, ou seja, 31 300, em comparação com o total de 162 490 existentes no estado

A cidade de Campos é um mercado de gado procurado por compradores do Rio de Janeiro e Niterói

A exploração do pau-brasil, que foi uma das principais atividades no passado, praticada então nas matas da faixa costeira, terminou com o desaparecimento da espécie. Atualmente, não mais existem, praticamente, as matas originárias na Baixada Fluminense. Contudo, o progresso, inclusive o da indústria açucareira, exigia cada vez maior fornecimento de lenha e madeira para combustível e construções; são obtidas, a lenha principalmente, nas matas secundárias e nas capoeiras.

Produção vegetal — 1948

	MADEIRA		LENHA	
	(m3)	(Cr\$ 1 000,00)	(m3)	(Cr\$ 1 000,00)
Campos	6 825	3 139,5	292 000	13 140
São João da Barra	12 350	5 775	49 100	1 934
Macaé	—	—	81 293	2 113,6
Total da Baixada	45 775	14 073,2	1 088 541	44 072,2

Carvão vegetal — 1948

	(Kg)	(Cr\$ 1 000,00)	Serrarias
Campos	145 000	246	20
São João da Barra	—	—	1
Macaé	190 000	190	
Total da Baixada	24 510 738	12 451 9	

As fazendas antigas produziam os chamados gêneros alimentícios dentro de seus domínios, para o consumo local; com a acentuação da monocultura em certas zonas, que ao mesmo tempo tinham a sua população aumentada e, com o crescimento das cidades, principalmente Campos, o problema do abastecimento tornava-se mais grave. A maioria dos alimentos passou a ser importada, pois a agricultura de cereais, de modo geral, não teve grande desenvolvimento com exceção de uma importante produção de mandioca, cuja lavoura se encontra na área dos tabuleiros, situada no trecho setentrional do município de São João da Barra.

Produção em 1950, segundo estatística do I B G E
(Cr\$ 1 000,00)

	Mandioca	Milho	Arroz	Hortaliças e legumes
Campos	4 480	1 077	4 000	793 2
São João da Barra	123 400	169	—	101 9
Total	127 880	1 246	4 000	895 1

Nota-se, no quadro acima, a posição de relêvo ocupada pela lavoura da mandioca e a situação secundária das outras culturas de abastecimento

Depois da cana-de-açúcar e da mandioca, é o café que apresenta uma produção de maior valor. Ao se processar a decadência geral das lavouras de café no estado do Rio de Janeiro, a parte setentrional deste estado, contudo, continuou mantendo e desenvolvendo plantações de certa importância na parte do planalto rebaixada e dissecada. Desta área de planalto, as plantações de café se prolongaram pelo trecho de baixada, no município de Campos. Assim, o norte é a única parte da Baixada Fluminense na qual o café se manteve como lavoura de certa importância econômica.

Produção de café em 1950

Campos	Cr\$ 21 746 000,00
São João da Barra	Cr\$ 2 250 000,00

O café, sendo mercadoria de exportação, sua produção não está diretamente relacionada com o desenvolvimento econômico da zona açucareira de Campos.

Do mesmo modo que a economia açucareira foi perdendo o seu caráter disperso, abandonando trechos que ocupava antigamente, em solos latossólicos e podzólicos e concentrando-se principalmente, nas grandes planícies de solos aluviais e nos tabuleiros próximos destas, assim também, as outras atividades rurais que enumeramos se foram concentrando, igualmente, em certos trechos. Dispuseram-se em torno da área açucareira, num processo em que influíam as condições físicas e as oscilações econômicas. Por exemplo: a) a produção cafeeira se localizou na área do relêvo cristalino, ao norte do rio Paraíba, de solos mais vermelhos do grupo latossólico-vermelho-podzólico; b) a produção da lenha, embora espalhada por toda a região, é mais importante nas áreas de regossolos, solos inaproveitados para a lavoura, cobertos de matas secundárias ou capoeiras densas; c) para não se distanciar da cidade de Campos, a produção do gado leiteiro localiza-se nas ilhas do baixo curso do rio Paraíba, nos terraços dos rios e nas depressões úmidas da faixa arenosa costeira situadas a leste da cidade; d) a produção da mandioca é encontrada, principalmente, ao norte do município de São João da Barra, nos latossolos dos tabuleiros, solos mais pobres do que os outros da região.

Em conclusão, a região norte-fluminense é a mais importante da Baixada do ponto de vista agrícola, com grande parte da população ativa dedicada à produção da lavoura comercial e à pecuária, sendo os principais produtos a cana-de-açúcar, o café, a mandioca, o gado bovino e o arroz.

Quadro das propriedades

	NÚMEROS DE PROPRIEDADES							
	Total	De 0 a 1 ha	De 0 a 5 ha	De 0 a 10 ha	De 10 a 39,9 ha	De 200 a 399,9 ha	De 400 0 a 999,9 ha	
Campos	8 383	229	2 818	4 276	—	153	123	—
São João da Barra	2 506	4	656	1 140	—	35	20	—

Área das propriedades em hectares segundo classes de propriedades

	Total	De 0 a 1 ha	De 0 a 5 ha	De 0 a 10 ha	De 0 a 39,0 ha	De 200 a 399,9 ha	De 400 a 999,9 ha	De mais de 1 000 ha
Campos	378 130,5	—	—	20 014,4	76 441,0	43 642,1	77 583,8	92 398,8
São João da Barra	108 310,0	—	—	6 362,6	26 709,1	9 968,1	12 308	28 612

A relação da área total das propriedades de São João da Barra para a área total das propriedades de Campos é de 1 para 4. Fora desta proporção se encontra a relação entre os dois municípios quanto à área ocupada pelas propriedades de 200 a 1 000 hectares que são de 121 225,9 hectares no município de Campos e de 22 276,1 hectares no município de São João da Barra.



Foto 40 — Canavial na fazenda Itaipava no terraço aluvial do Muriaé a jusante de Italva



Foto 41 — Canavial no terraço do rio Muriaé a jusante de Italva, já na zona de transição do planalto para a baixada. No fundo morros dos patamares cristalinos

As pequenas propriedades produtoras de mandioca situadas ao norte do município de São João da Barra, correspondem em número às pequenas propriedades de cana-de-açúcar de Campos. As plantations e grandes fazendas de

Campos, correspondem os latifúndios de São João da Barra situados principalmente na faixa arenosa, porém são menos numerosos neste último município as propriedades médias ou grandes de 200 a 1 000 hectares, que, no município de Campos pertencem a uma espécie de classe média camponesa, produtora de cana-de-açúcar e de outros produtos

A cidade de Campos é um grande centro urbano de cerca de 80 000 habitantes, incluída a população dos arredores. É a segunda cidade do estado e o seu grande progresso se prende, naturalmente, ao desenvolvimento agrícola da região. A sua importância é devido também à sua localização no centro de uma grande área de relevo baixo e plano do norte fluminense às margens do rio Paraíba, permitindo que se tornasse um centro de comunicações por onde passam e se entroncam diversas estradas como a de Vitória para o Rio, a que desce ao longo do rio Muriaé, drenando a zona de Itaperuna e trechos da Zona da Mata de Minas Gerais, a de São Fidélis, a de Barra de São João etc.

Na cidade de Campos e nos seus arredores concentra-se a maior parte das atividades industriais da região sendo que certo número de usinas de açúcar está incluído neste perímetro. Em 1950, a média mensal de operários no município de Campos era de 5 909 e no de São João da Barra 788 (no estado: 63 386). A produção industrial alcançava respectivamente: Cr\$ 678 004 000,00 e Cr\$ 115 355 000,00 (total no estado: Cr\$ 6 468 577 000,00).

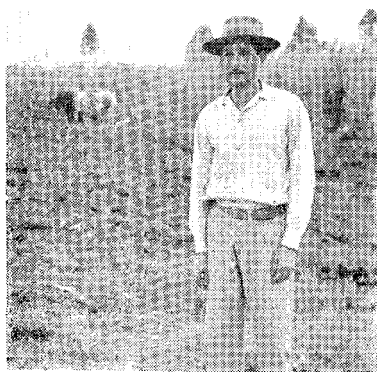


Foto 42 — Um pequeno proprietário, agricultor de cana na zona de Campos

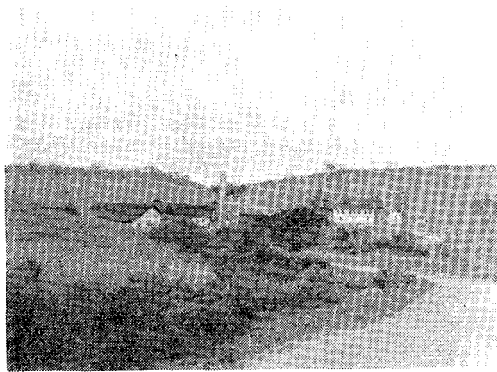


Foto 43 — Engenho de aguardente entre Conselheiro Josino e Morro do Côco, numa fazenda que produz cana e gado

A grande ascendência da cidade de Campos sobre todas as outras localidades na parte setentrional da Baixada se realizou em época moderna. De modo geral, na Baixada Fluminense, enquanto se tinha mantido os transportes primitivos, diversas localidades apresentavam relativa importância, sem que nenhuma delas se sobressaísse de maneira tão dominante. Antigamente, na região de Campos, o açúcar se dirigia por via fluvial e pelo canal Campos-Macaé aos portos de Macaé e São João da Barra; o café da serra demandava os pequenos portos de Macaé e Barra de São João, mais ao sul. As pequenas localidades da região eram centros comerciais das áreas em volta, pontos de concentração de mercadorias e pontos de parada dos viajantes.

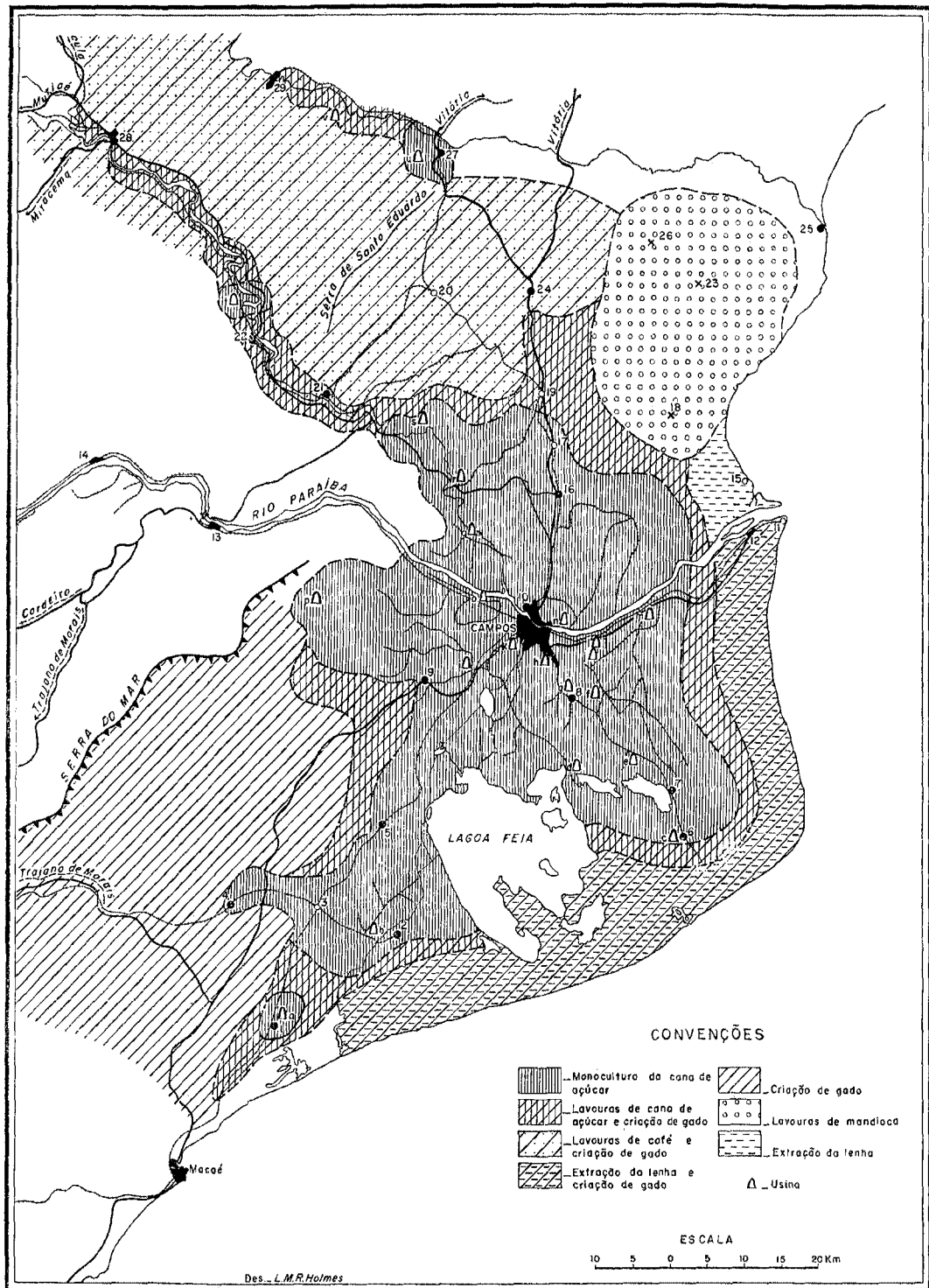


Fig 14 — Alguns elementos da ocupação humana na região setentrional da Baía Fluminense e as regiões econômicas

- | | | | |
|--------------------------|---|--------------------------|----------------------------|
| 1 Carapebus | 15 Gargaú | 25 Itabapoana | 28. Itaperuna |
| 2 Quicamã | 16 Travessão | 26 área de Deserto Feliz | 29 Bom Jesus de Itabapoana |
| 3 Conde de Araruama | 17 Guandu | 27 Santo Eduardo | |
| 4 Macabuzinho | 18 área de São Francisco de Paula | a) usina Carapebus | l) destilaria Central |
| 5 Dores de Macabu | 19 Conselheiro Josino | b) " Quicamã | m) usina Barcelos |
| 6 Santo Amaro dos Campos | 20 Murundu | c) " Santo Amaro | n) " São João |
| 7 Muçurepe | 21 Cardoso Moreira | d) " Paraíso | o) " Santa Cruz |
| 8 Goitacas | 22 Thales | e) " Mineiros | p) " Novo Horizonte |
| 9 Ibitioca | 23 área de localidades na zona da mandioca (João Pessoa, Travesão da Barra, Imburi etc) | f) " Poço Gorá | q) " Sapucala |
| 10 Guarus | | g) " São José | r) " Outeiros |
| 11 Atafona | | h) " Santo Antônio | s) " Sant'Ana |
| 12 São João da Barra | | i) " Cupim | t) " São Pedro |
| 13 São Fidélis | | j) " Cambaíba | u) " Santa Maria |
| 14 Cambuci | 24 Morro do Côco | k) " Quelmados | v) " Santa Isabel |

O desenvolvimento das ferrovias e, mais tarde, do transporte rodoviário, encurtando as distâncias, afetou êstes pontos intermediários em benefício dos grandes centros. Eliminou-se a necessidade dos pequenos portos, pois, tornou-se fácil alcançar o escoadouro do Rio de Janeiro. Além disso, os meios modernos de transporte geravam novos traçados das vias de comunicação o que também era motivo de decadência de muitas cidades. Considerando-se ainda o processo da concentração das indústrias, com preferências por determinadas localidades têm-se as razões do rápido desenvolvimento de algumas cidades contrastando com o pequeno progresso, estagnação e mesmo decadência de outras.

Na zona da Guanabara, a industrialização motivou o desenvolvimento de numerosas cidades, umas próximas das outras, porém na região de Campos, num grande raio da cidade do mesmo nome não existe outra cidade ou vila importante, com exceção de São João da Barra. Localidade interessante é Atafona, situada na costa, junto à foz do rio Paraíba, e cujas edificações são casas de veraneio da classe abastada de Campos; é um verdadeiro aglomerado balneário. A inexistência de outra grande cidade na região setentrional da Baixada se deve ao fato de que, apesar de certo desenvolvimento de indústrias em Campos, a região é essencialmente agrária: com exceção de alguns trechos nos quais também se faz sentir a febre dos loteamentos, os canaviais envolvem a cidade de Campos.

VI — A ECONOMIA AÇUCAREIRA

A produção canavieira da região destina-se principalmente, à fabricação de açúcar de usina e de álcool. As usinas localizam-se, de modo geral, na planície aluvial, situando-se a maioria delas em torno da cidade de Campos. Na região setentrional da Baixada Fluminense existem mais de 20 usinas, sendo 16 no município de Campos.

Com a concentração da produção nas planícies, o aumento da área cultivada em cana foi possível pela ocupação de trechos que ainda não tinham sido explorados, nestas áreas diendendo-se solos molhados, e pela ampliação da monocultura; ao mesmo tempo intensificava-se o sistema de cultivo.

A lavoura da cana se estendeu pelo vale do rio Muiaé, para montante, até além de Itava onde existe a usina Paraíso.

Em direção à costa a cana-de-açúcar avançou pela planície a leste da lagoa Feia; instalou-se, por exemplo, na área de Santo Amaro de Campos, depois de 1920. É interessante assinalar que só podiam ser aproveitados pela organização da dienagem os solos que fôsem cobertos de água doce e que nos trechos onde havia água salobra, a dienagem era seguida pela instalação de pastos.

No vale de Itabapoana entre Bom Jesus e a vila de Santo Eduardo, com a substituição dos engenhos pelas usinas ampliaram-se os canaviais, as usinas desta área tiveram grande expansão depois de 1930 sendo a produção destinada ao consumo do Espírito Santo e do sul de Minas Gerais. Uma delas a de Santa Isabel produzia em 1941 apenas 11 000 sacos e em 1953, 86 000.

Das planícies situadas em torno do vale do Paraíba os canaviais se prolongaram pelos solos dos tabuleiros mais próximos como em Quiçamã, Outeiros,

Travessão, etc São conhecidos como “terras do sertão”, os tabuleiros mais afastados cultivados de cana situados ao norte da cidade de Campos

Nos últimos tempos, a tendência tem sido de se ampliarem as áreas cultivadas de cana. Nos arredores da cidade de Campos, observou-se a substituição por canaviais de trechos que antes produziam leite e frutas para abastecimento da cidade.

Já em épocas anteriores, quando havia recessão, os canaviais eram queimados para serem substituídos por pastos. Anos de crise foram 1922, 1926 e o período 1928-30.

Além das principais áreas de concentração da cana-de-açúcar, longe das usinas, existem diversos trechos na região onde subsistem pequenas lavouras destinadas aos engenhos de aguardente ou às rações de animais. Encontram-se engenhos de aguardente no trecho entre Conselheiro Josino e Morro do Côco, num relêvo de ondulações e morros cristalinos, na área de São Francisco de Paula (município de São João da Barra) em relêvo de tabuleiros, ao longo do Muiaé, a montante da usina de Outeiros e em outros.

A cana-de-açúcar é plantada de julho a maio; dezoito meses depois dá-se o primeiro corte, seguindo-se cortes anuais durante 3 a 5 anos. Nas plantações de usina, em geral, o canavial é renovado quando passa a render menos de 24 toneladas por hectare (menos de 80 carros).

Quando os cortes de uma plantação deixam de ser rendosos, revira-se a soca na terra para adubação e faz-se nova plantação.

A influência dos solos no desenvolvimento das gramíneas pode ser notada em alguns locais facilmente; ao longo da estrada de Campos a São João da Barra, pouco depois da usina Barcelos, ao se penetrar nos regossolos, as canas se apresentam mais baixas e feias e logo depois a lavoura desaparece.

Vejam-se alguns dados obtidos na região sobre a produtividade e o valor das terras, segundo a localização geográfica e os tipos de solo.

Planícies de aluvião

Média de produção nos primeiros cortes — 150 a 200 carros por alqueire e por ano. Cada plantação de cana fornece 5 cortes, isto é, dura 5 anos, diminuindo, naturalmente, o rendimento do primeiro ao último corte. Exemplos: 1) na usina Outeiros que ocupa terras de planície e tabuleiros a produção média é de 136 carros, mas a do 1.º corte é de 224 e do 5.º apenas 80. Equivalendo o carro a 1,5 tonelada, a produção média é de 225 a 300 toneladas por alqueire; 2) na área de Santo Amaro, a sudeste de Campos, onde a produção da cana é mais recente, as aluviões fornecem até 300 carros ou seja 450 toneladas. O preço da terra aí é de Cr\$ 150 000,00 por alqueire. Nas terras que foram recentemente enxutas e organizada a drenagem, e nas quais a exploração tem pouco tempo calcula-se que o rendimento seja de 400, chegando até 600 carros por alqueire; 3) no vale do Itabapoana, entre Santo Eduardo e a cidade de Bom Jesus de Itabapoana, as aluviões argilosas dão em média de 120 a 150 carros valendo o alqueire Cr\$ 50 000,00.

É interessante assinalar o seguinte fato: em muitos trechos da planície do Paraíba que apresentavam canaviais nas partes mais altas e alagadas nas depressões, quando se organizou a drenagem destas partes mais baixas para

o aproveitamento agrícola, criou-se problemas para os velhos canaviais devido ao abaixamento do nível do lençol d'água, já que as raízes da gramínea são pouco profundas.



Foto 44 — O mesmo engenho da foto anterior. Nota-se a antiga sede da fazenda e a capela. Na encosta dos morros, as impressionantes casas de cupim.

Aluviões hidromórficos, mal drenados, muito arenosos ou que foram cobertos de água salobra. Regossolos. — Exemplo na fazenda Boa Vista a leste da área de Santo Amaro: produção de apenas 50 carros de cana por ano, por alqueire, sendo de somente Cr\$ 15 000,00 o valor do alqueire.

Tabuleiros — 1) Ao norte de Campos a produção é de 100 a 150 carros por alqueire, mais baixa do que na planície aluvial. Além disso, o número de cortes econômicos da cana é de 3 a 4 vezes apenas, significando, menor produtividade. Nos trechos mais arenosos, a cana sofre mais na época de seca, rendendo menos. a) Na área de Travessão o alqueire dá de 120 a 150 carros; b) na área de Conselheiro Josino, dá 3 a 4 cortes; o alqueire de terra está aí de Cr\$ 15 000,00 a Cr\$ 20 000,00 e quando coberto de mata alcança Cr\$ 40 000,00. 2) Ao sul de Campos, nos tabuleiros da área de Ibitioca, o alqueire produz 120 a 150 carros em média; nos latossolos alaranjados dos morros cristalinos existem canaviais que fornecem apenas 2 cortes.

É evidente que influem no número de carros e cortes por área, os sistemas agrícolas empregados e o nível técnico da agricultura; mesmo fora da área das aluviões campistas se conseguem 5 cortes em canaviais bem adubados. Contudo, também os sistemas agrícolas são influenciados pelos tipos de solo.

Planície de aluviões de Campos: É comum o cultivo da mesma terra durante anos e anos; em alguns locais, segundo informações, durante mais de uma centena. Em alguns trechos, depois de se renovar a plantação por duas vezes,

(isto é, depois de cêrca de 15 cortes num período de 15 anos) deixa-se o terreno ficar em pastos por 2 ou 3 anos e depois volta-se a cultivar a cana.

No vale do Itabapoana: depois de 3 plantios da cana, a terra é transformada em pasto durante 10 anos. .

Tabuleiros, ao norte de Travessão: depois de 2 a 3 plantios, deixa-se formar capoeiras por 5 anos, sendo aí colocado o gado

Latossolos ao sul de Campos: faz-se apenas 2 plantios e, depois, deixa-se em pastos por 3 anos

Em algumas propriedades, depois do último corte de uma plantação de cana, còstuma-se plantar uma leguminosa para sombrear a soca fazendo-se depois o "tombamento": enterram-se os restos à guisa de adubo, antes do novo plantio

O canavial necessita algumas capinas no início do desenvolvimento da gramínea; em certas épocas de maiores estiagens a irrigação seria interessante, mas esta prática não tem sido feita sendo alegada como causa, a necessidade de muito capital. Comumente, o agricultor troca o tipo da cana de um plantio para outro, como meio de cansar menos a terra e defender melhor a plantação do ataque das pragas.



Foto 45 — Fazenda Boa Vista, entre Santo Amaro dos Campos e o farol de São Tomé. Fazenda de criação de gado na zona litorânea da região setentrional da Baixada Fluminense



Foto 46 — Os pastos no relevo de morros cristalinos entre Conselheiro Josino e Morro do Côco

A plantation

A tendência atual das usinas é ampliar as suas próprias plantações de cana, nas terras que adquiriram ou que vão adquirindo. A aquisição de terras se faz também com o objetivo da exploração da lenha para o consumo e para manter reservas.

Quadro segundo Gileno de Carli:

<i>Usinas</i>	<i>Terras das usinas em hectares</i>
Outeiros .	10 000
Mineiros .	9 680
Santa Cruz .	9 117
Barcelos .	8 640
Cupim .	7 480
Cambaíba .	6 500
Quiçamã .	6 480
São José ..	6 279

Informações colhidas no local:

1) A usina São João tem mais de 1 100 alqueires que se estendem das margens do rio Paraíba até a lagoa da Saudade, isto é, desde a planície aluvial até os latossolos dos tabuleiros, estando plantado de cana-de-açúcar 700 alqueires; 150 alqueires estão em matas ou capoeiras e 600 em pastos.

2) As terras da usina Outeiros se estendem pelas planícies do rio Muriaé e pelos tabuleiros vizinhos, até Conselheiro Josino; em 1953 estavam plantados de cana 3 500 hectares e nestes se fazia o corte em 2 800

3) A usina Barcelos dispõe de terras entre Campos e a vila de Guarus, na planície e nos tabuleiros

4) No vale do Itabapoana, a usina Santa Maria possui 1 000 alqueires e a de Santa Isabel 500, sendo as terras divididas em 3 partes, uma de cana, outra em mata e a terceira em pastos.

Para organizar estes vastos domínios as usinas se aproveitaram, entre outras coisas, da maior facilidade de adquirir as terras que eram inaproveitadas, como as extensões de solos de aluvião hidromórfica. Depois, elas tiveram grande papel na drenagem dos trechos pantanosos. Visando ao consumo da lenha, algumas usinas compraram também terrenos na faixa arenosa de regossolos, como por exemplo a de Barcelos com propriedades na área de Caruara.

Na produção das usinas tende a predominar completamente o trabalho agrícola assalariado, desaparecendo as formas de parceria e colonato, se bem que ainda sejam encontrados seus vestígios, como por exemplo na usina São João. Os salários variam em torno de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 60,00 na área de Campos e Cr\$ 40,00 na de Conselheiro Josino. Nas terras das usinas é comum se permitir aos moradores ou trabalhadores efetivos cultivarem cereais para o consumo entre as fileiras do canavial novo ou nos trechos pouco aproveitáveis para a cana.

Uma parte da mão-de-obra é constituída de trabalhadores extraordinários, pois existem épocas de maior serviço, como no plantio ou no corte, principalmente neste. Ela é formada, em grande parte, por mulheres e crianças que recebem respectivamente a metade e o terço dos salários dos homens

Continuando práticas antigas, as usinas, em geral, dispõem de um armazém para os trabalhadores comprarem seus mantimentos no sistema do vale; há exemplo na usina São João, em cujas terras existem 200 lavradores efetivos

Na *plantation* é mais acentuado o uso de máquinas e adubos. Uma das razões da tendência à agricultura mais intensiva, é que as culturas não se podem afastar para muito longe das máquinas de moer. A topografia plana da planície ou do tabuleiro facilita o uso do arado e a mecanização da lavoura

Na *plantation* o problema da mecanização já está tomando tal importância, que se prefere comprar terras de campo que não necessitam ser destocadas embora os solos de derrubada sejam mais produtivos.

De 1 144 propriedades da Baixada Fluminense que possuem instrumentos agrários 788 estão situados na zona campista, sendo 638 no município de Campos

O número de tratores na Baixada é de 92, sendo 61 na zona de Campos e 53 no município do mesmo nome

Quanto à adubação, ela é hoje tão considerada que a lei prevê uma bonificação do I.A.A., pela produção do álcool, apenas para os produtores que provarem o uso do adubo orgânico. Em geral, nas terras das usinas o gado de trabalho é deixado a adubar as terras cansadas pelo cultivo da cana. Nas terras da usina São João, o gado é deixado nas roças abandonadas até 8 e mesmo 10 anos e por isso a sua produção nos tabuleiros de solos arenosos se eleva até 250 carros e nos brejos 300 e mesmo 400 carros.

Além dos adubos orgânicos usam-se os químicos sendo mais necessários os fosfatados. Em certas usinas se utilizam ainda o pó de serragem, as cinzas e os lodos de prensa. Obtêm-se, nos terrenos adubados, 5 cortes de cana mesmo nos trechos que normalmente não produzem esta quantidade.

Comumente, as usinas recebem as canas de plantação dos postos do Ministério da Agricultura.



Foto 47 — *Boiada na direção de Campos, na estrada Vitória-Campos*

Os fornecedores

Na área açucareira, da região de Campos, grandes, médias e pequenas propriedades produzem cana para vender nas usinas, existindo cerca de 12 000 fornecedores.

Estes agricultores também apresentam a lavoura em monocultura, já que a gramínea tem mais garantidos o mercado e o financiamento do que as outras culturas.

A cana tem outra vantagem: sofre menos nos anos de seca do que os cereais.

A metade da matéria-prima moída pela usina Outeiros provém de fornecedores; 2/3 da cana utilizada pela usina Quiçamã são produzidos por cerca de 1 000 fornecedores que cultivam uma extensão de cerca de 1 200 alqueires.

Atualmente, as usinas têm uma capacidade de moer maior do que a matéria-prima fornecida, porém, o espectro da superprodução do açúcar está sempre presente; e, na crise, quem mais sofre é o fornecedor, principalmente, o pequeno

Em alguns trechos da Baixada Campista as pequenas propriedades de 1 a 15 alqueires aparecem grupadas em grande número. Por exemplo, ao longo do Paraíba, logo a jusante da cidade de Campos, estendem-se numerosas pequenas propriedades na margem direita, sendo que muitas têm a forma alongada e são perpendiculares ao curso d'água; outros locais de concentração de pequenas propriedades existem nas proximidades de Santo Amaro, na área de Conselheiro Josino, etc



Foto 48 — Curral no terraço do Muriaé em fazenda que cria o gado. O alinhamento no fundo é o último vencido pelo rio Muriaé antes de penetrar na Baixada

Nas propriedades dos fornecedores encontram-se, com mais freqüência, as formas de parceria se bem que associada ao trabalho assalariado, este utilizado, principalmente, durante os períodos de maior intensidade do trabalho agrícola. O salário é por dia ou por empreitada. É comum os proprietários dos minifúndios se oferecerem para trabalhar como trabalhadores extras na lavoura ou no corte das propriedades vizinhas. A tendência é o desaparecimento da parceria ante as formas de assalariado, sendo uma das causas o fato de a lei proteger os direitos dos parceiros principalmente quando têm mais de 10 anos.

Em muitas propriedades, os parceiros plantam milho e feijão entre as fileiras do canavial novo ou fazem as roças nas terras cansadas, abandonadas pela cultura da cana. De modo geral, nas propriedades dos fornecedores a agricultura é mais variada pela existência do cultivo dos chamados gêneros alimentícios e, naturalmente, é tanto mais variada quanto mais afastada das usinas for a propriedade ou quanto menor for a produtividade em cana.

As porcentagens das áreas plantadas de cana são, geralmente, mais elevadas nas propriedades menores, nas quais, na maioria das vezes, mais da metade da propriedade é cultivada. A outra parte da propriedade fica, comumente, em pastos para os animais de trabalho e de consumo — capim angola (*panicum purpurascens*) na planície e capim pernambuco ou jaraguá (*hyparrhenia rufa*) no tabuleiro.

Exemplos:

1) Área de Santo Amaro — a) propriedade de 1,5 alqueire sendo 1 em cana e 0,5 em pasto; b) propriedade de 10 alqueires: 4 em cana e 6 em pasto

angola, havendo 3 parceiros; c) propriedade de 10 alqueires, sendo 9 em cana; d) duas propriedades associadas de 10 adqueires, sendo 9 em cana e 9 em pasto angola.

2) *Area de Conselheiro Josino* — propriedade de 14 alqueires sendo 7 em cana e 7 em pasto pernambuco e jaraguá. O corte da cana é feito por empreitada

3) *A 10 quilômetros ao norte de Campos* — 2 fazendas reunidas de 50 e 200 alqueires, sendo cultivadas em cana, 20 alqueires pelo proprietário e 10 a 12 pelos meeiros. A metade da área é ocupada por capoeiras e existem pastos de capim “pernambuco”. Os colonos e camaradas têm roças de subsistência, também no regime de meação. Nesta fazenda as roças de cana duram 15 a 20 anos e depois deixa-se formar capoeiras por 15 a 20 anos. Em cada roça, antes do replantio, o solo é adubado com estrume quando há indícios de fraco rendimento; corta-se cada planta 5 vezes

Em relação ao aproveitamento de maior área das propriedades, os fornecedores também praticam ou tendem para uma lavoura mais intensiva. Os pequenos proprietários alugam arados e tratores à hora bem como alugam pastos para os animais de trabalho que possuem. Na área de Santo Amaro, pagava-se Cr\$ 140,00 a hora do trator, que realiza numa hora o trabalho de três bois.

Numa propriedade visitada em Conselheiro Josino eram aplicados 60 quilogramas do adubo fosfatado por hectare, aliás, este tipo de adubo é muito difundido na zona canavieira.



Foto 49 — Na área a leste de Morro do Côco, na estrada de Itabapoana — Criação de gado na planície do vale e pequenas lavouras de café nas encostas dos morros cristalinos



Foto 50 — Outra vista na área da foto anterior no local denominado Deserto Feliz — Vale e patamares cristalinos; pastos no vale e café em pequenas roças nas encostas desmatadas.

A luta entre fornecedores e usineiros tem a sua expressão mais importante nas disputas pelo preço da tonelada de cana paga pela usina e pela questão dos descontos de 30% que as usinas procuram aplicar pela palha de cana.

Os fornecedores levam a cana em carros-de-boi às estações das linhas férreas utilizadas pelas usinas onde se encontram geralmente as balanças. As “grades” são os vagões que transportam a matéria-prima à usina. Se por um lado, é comum a usina financiar a produção dos fornecedores, por outro lado, não costuma pagar a cana no momento da entrega, ficando a dever mesmo durante meses, sem pagar os juros.

Os engenhos de aguardente

Em redor das áreas que produzem cana-de-açúcar para as usinas, existem fazendas que, afastadas das mesmas, se dedicam à produção da aguardente.

Em geral, as fazendas com engenho de aguardente são de economia mista; além de cultivarem a cana também se ocupam da criação do gado ou da lavoura de café. Veja-se por exemplo a fazenda São José, ao norte de Concelheiro Josino, que no passado produzia açúcar mascavo; propriedade de 220 alqueires, tem apenas 20 de cana e 100 cobertos de pasto onde é criado e engordado o gado de corte. A cana-de-açúcar é plantada pelo proprietário sendo uma parte em meação com os colonos que têm direito às roças de subsistência; nos trechos mais cansados fazem-se apenas 2 plantações seguidas de cana. A capacidade do engenho é de 2 500 litros por dia e os engarrafadores vêm buscar a produção na fazenda.

Os engenhos de aguardente também necessitam para a moagem da cana de um certo número de fornecedores, estes são proprietários vizinhos, que não possuem indústria própria

VII — A CRIAÇÃO DE GADO BOVINO

Como já foi visto, mesmo no interior da área canavieira, existe uma certa atividade criatória que se faz, seja em partes das propriedades dedicadas à agricultura, seja nas extensões de solos impróprios para o cultivo, como os mal drenados



Foto 51 — Cafézal de encosta de morro cristalino na área de Santo Eduardo

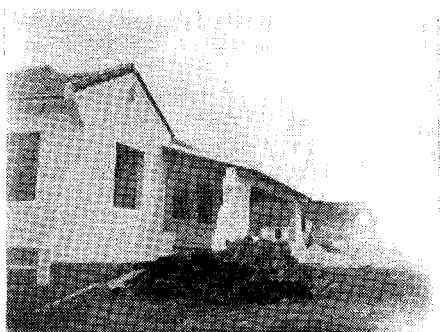


Foto 52 — Casa moderna de proprietário de fazenda, no trecho entre Morro do Côco e Santo Eduardo. Fazenda de gado e café. Ao lado do novo estilo de moradia vê-se a antiga sede da fazenda

Nas propriedades onde impera a monocultura da cana, a existência dos pastos se explica pelo sistema de rotação de campos, de cana e pastos. Os animais destas propriedades são de trabalho. Nas propriedades de solos impraticáveis para a lavoura, é comum serem organizados os pastos para o aluguel aos agricultores vizinhos que dispõem de pouca terra para manterem seus animais de trabalho.

A proporção que as distâncias das usinas aumentam, as propriedades vão apresentando, cada vez maiores, as áreas de pasto e, menores, as áreas de

cana. A cidade de Campos é o centro da área de monocultura da cana-de-açúcar e, à proporção que a gente dela se afasta, vai aumentando a pecuária na economia das fazendas.

Assim, de modo esquemático, a região setentrional da Baixada Fluminense, apresenta um núcleo açucareiro, em torno do qual, há uma área de transição, em forma de anel, de economia canavieira associada a criação de gado. Esta então é envolvida por outra área, na qual, a economia das propriedades é baseada na criação de gado ou na criação associada a qualquer outra atividade que não seja a cultura da cana-de-açúcar.

Conclui-se que a criação é muito generalizada nas grandes e médias propriedades e existem trechos onde ela é a principal atividade.

Cabeças de gado bovino em 1950:

Município de Campos		192 000
" " Macaé	.. .	53 000
" " São João da Barra		35 000

O gado na planície arenosa costeira

O limite da planície argilosa com a faixa de antigas praias é igualmente um dos limites da lavoura açucareira com a criação de gado. A planície costeira tem condições muito desfavoráveis para a agricultura, aí predominando grandes latifúndios que apresentam alguma pecuária muito pobre, praticada, principalmente nos trechos das depressões úmidas nos solos de aluvião hidromórfica cujo horizonte superficial é rico em matéria orgânica.

A pecuária extensiva é do gado comum, sendo que uma parte dêste gado é proveniente da área canavieira; por exemplo, nas planícies de Boa Vista, a sudoeste de Santo Amaro dos Campos, o gado da área açucareira contígua vem invernar aí anualmente. A fazenda Firmino de 280 alqueires tem pasto natural conhecido por "patoral" e trechos de capim angola (*panicum purpurascens*) plantados nos solos mais argilosos. Além de 100 cabeças pertencentes à fazenda existem 900 reses em pastos alugados.

A fazenda Boa Vista embora seja uma propriedade muito grande é apenas uma parte do que foi no passado, um imenso domínio, que se estendia ao longo da costa desde São João da Barra até o norte do município de Macaé, abrangendo 10 000 alqueires. Nestes existiam muitos animais de criação. Depois de desmembrado êste domínio, uma parte, de 2 400 alqueires, constituiu uma propriedade que pertenceu a PINHEIRO MACHADO e desta propriedade foi desmembrada a fazenda Boa Vista, atualmente dividida em lotes entre membros de uma família.

Um dêstes lotes, de 170 alqueires, tem coberto pelo pasto natural "patoral" cerca de 120 alqueires, com mais de 1 000 cabeças de gado. Parte dos animais pertence à fazenda e parte a numerosos pequenos proprietários da área de Santo Amaro que pagam aluguel. O gado na fazenda é o "comum" sendo vendido depois de um ano, pois, o pasto local é fraco. Contudo, o gado é limpo, pois, devido a influência das marés, as terras são salobras e não existem parasitos, mesmo os carrapatos. Uma parte do gado vendido pela fazenda costuma

ir engordar nas ilhas do rio Paraíba. Este lote baseia ainda a sua economia na extração da lenha e em algumas roças de cana situadas nos limites com a planície argilosa. O alqueire vale cerca de Cr\$ 15 000,00 (1913 — 625,00).

Em tórno de Atafona o pasto nos solos arenosos é conhecido por “mineirinho”. O alqueire, aí, vale Cr\$ 5 000,00

Alguns trechos da planície arenosa sujeitos à presença da água salgada não comportam o gado. É o caso da área situada ao norte do rio Paraíba onde a criação só é feita nos tabuleiros, como nas proximidades de São Francisco de Paula. Nestes mesmos o gado é pouco numeroso sendo os pastos jaraguá (*hyparrhenia rufa*) e “peinambuco”.

O gado nas margens do rio Paraíba

Entre Campos e São João da Barra, nas margens do rio Paraíba e nas ilhas, onde os solos são mais argilosos, existe uma criação leiteira para abastecer estas duas cidades, sendo também feita a engorda de gado. O gado leiteiro não é de raça sendo a produção de 5 litros por cabeça por dia “nas águas”, sendo que na estação seca se fabrica manteiga. Os salários por dia dos que trabalham no ramo da pecuária são de Cr\$ 30,00

Exemplo: a propriedade do Sr. P. de 80 alqueires ocupa terras arenosas e algumas ilhas e nela existem 100 vacas leiteiras; é considerada como uma grande empresa na zona. A economia desta propriedade se baseia também na extração da lenha.

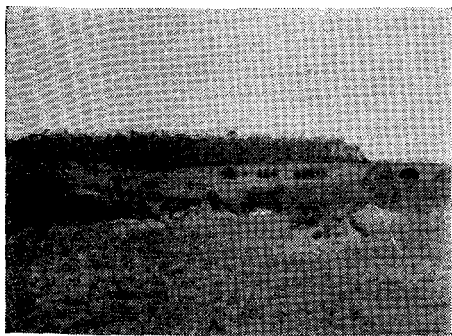


Foto 53 — Zona de tabuleiros na parte setentrional do município de São João da Barra. Note-se o vestígio das matas e as grandes extensões ocupadas pelas plantações de mandioca. Na encosta do vale, casas de lavradores

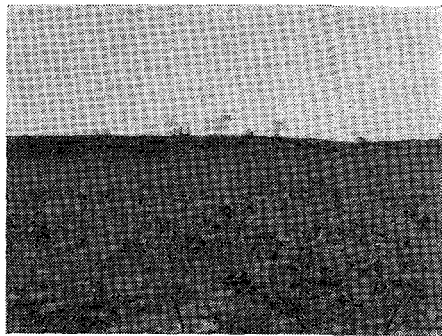


Foto 54 — Mandioc, em solo arenoso de um vale nos tabuleiros imediatamente ao sul de Itabapoana

A criação do gado nos patamares cristalinos ao sul de Campos

Na estrada de Campos a Macaé, quando se deixa a planície aluvial, observa-se a cana-de-açúcar perder a dominância; depois de um trecho no qual as propriedades associam a atividade criatória à lavoura, passa-se ao franco domínio da criação extensiva, nos patamares de morros cristalinos. Ao sul de Ibitioca existem grandes propriedades de 500 a 1 000 alqueires. Exemplo de uma: 300 alqueires de extensão, 500 reses para engordar, havendo também a criação de gado proveniente de Minas; destino dos animais: Rio de Janeiro e Campos.

A criação de gado nos patamares cristalinos ao norte de Campos
— Associação com a lavoura da cana e a lavoura do café

Na estrada Campos-Vitória, observa-se a criação de gado tornar-se dominante ao se passar dos tabuleiros para o relêvo cristalino. Algumas fazendas se dedicam apenas à criação e outras associam pecuária e produção de aguardente.

Nos solos do *intergrade* latossólico-vermelho-podzólico dos morros cristalinos, os pastos são geralmente de “pernambuco”, “jaraguá” e o “gordura” (*melinis minutiflora*). Faz-se a criação e a engorda, inclusive de gado de trabalho.

Interessante é o caso de algumas pequenas propriedades canavieiras, na área de Conselheiro Josino, que reserva parte de suas terras para servir de pouso ao gado que marcha de Minas para Campos; reservam justamente os trechos cansados do canavial, que dêste modo vão sendo estrumados, e além disso, recebem o pagamento de Cr\$ 1,00 por cabeça e por noite.

A usina de Queimados dispõe de uma fazenda de 138 alqueires para criar gado “nelore” necessário para o trabalho e para o consumo. Nesta fazenda cada alqueire de pasto sustenta 3 a 5 cabeças.

A fazenda São José de 220 alqueires tem em pasto 100, com 3 ou 4 cabeças por alqueire. O gado é o zebu mestiço para o corte, sendo vendido na balança de Campos a compradores locais e do Rio de Janeiro. Cria-se nos pastos de “pernambuco” e engorda-se nos pastos de “gordura” e “jaraguá”. Outras atividades da fazenda são a produção da aguardente e a extração da lenha e da madeira.

Da localidade de Monio de Côco para o nordeste, na direção de Barra do Itabapoana, a área de morros cristalinos é ocupada por grandes e médias propriedades que se dedicam ao gado de corte, mestiço de zebu, sendo muito comum o pasto “pernambuco”. O local denominado Deserto Feliz, bem como seus arredores, se caracterizam pela existência de grande número de propriedades de tamanho médio. Foram visitadas uma propriedade com apenas 10 alqueires e 20 a 30 cabeças e outra de 80 alqueires. Porém existem na área fazendas com mais de 1 000 cabeças; a fazenda Triunfo, por exemplo, é de 400 alqueires. O alqueire vale 20 contos na área de Deserto Feliz.

Na área de Morro do Côco, muitas fazendas têm associado à criação de gado, a lavoura cafeeira. Ao que parece, nos trechos onde existem os solos mais vermelhos, os fazendeiros fazem a cultura por conta própria, enquanto nos solos mais claros, menos produtivos para o café, a lavoura é feita no sistema de parceria.

Os parceiros das fazendas cultivam também o milho e a mandioca para o sustento, ou mesmo para fins comerciais.

A fazenda de Santa Rita, nesta área, é um belo exemplo de fazenda mista de gado e café. Com 141 alqueires tem 60 em pastos e 50 em café, sendo este, todo do fazendeiro. Os pastos são o “colonião” (*panicum maximum*) o “jaraguá” e o “angola”. Segundo o fazendeiro, o “colonião” bem tratado pode sustentar 10 cabeças de gado por alqueire, devendo o “pernambuco” ser desprezado por ser muito seco. No máximo, a fazenda mantém 400 cabeças de gado de corte gir, não puo, mestiço com guzerate. A fazenda cria e engorda, vendendo re-

banhos sempre gordos para o mercado de Campos. São necessários 4 anos para uma cria dar 13 a 14 arrôbas. O valor do alqueire é de 10 a 30 contos, sendo mais cara a terra coberta pela mata secundária.

Quando o observador se avizinha do vale do Itabapoana, pela estrada Campos-Vitória, nota a cultura canavieira se tornar novamente importante, até ser dominante, na área em torno de Santo Eduardo

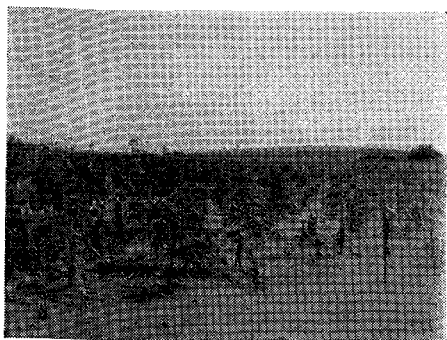


Foto 55 — Mandiococal nos tabuleiros ao sul de Itabapoana com pés de milho plantados entre as fileiras do mandiococal novo.

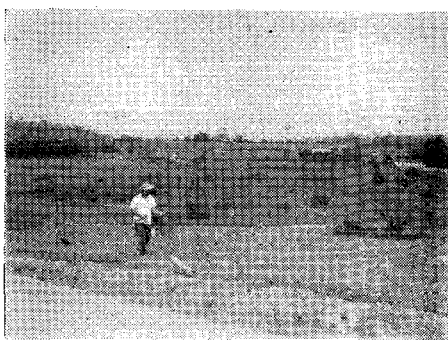


Foto 56 — Na zona dos tabuleiros da parte norte do município de São João da Barra, zona da mandioca. Note-se a paisagem densamente ocupada

A criação de gado nos grandes vales associada às lavouras da cana, café e cereais

Ao longo da estrada de Campos a Itapeiruna observa-se, igualmente, que deixada a principal área açucareira em torno de Campos, a criação de gado vai tomando uma importância maior. Porém, a lavoura canavieira tendo-se expandido pelos terraços do vale do Muriaé e os de seus afluentes, penetra pela zona de criação de gado. A cultura da cana se prolonga para o oeste até se encontrar com a zona de economia de pecuária e lavouras de café.

Ao longo do Muriaé, algumas fazendas cultivam cana para as usinas, como em Paraíso; outras produzem para o fabrico de aguardente ou para o consumo doméstico. Em muitas delas esta lavoura é feita no sistema da meação.

Podemos classificar as fazendas situadas ao longo de Muriaé em: a) fazendas mistas de gado e de lavouras de cana, b) fazendas mistas de criação, lavouras de cana e lavoura de café, e c) fazendas de gado e de lavouras de café.

Note-se que muitas vezes as lavouras destas fazendas são feitas somente no regime de parceria e a existência dos parceiros significa que é feito por parte deles o cultivo dos chamados gêneros alimentícios; ao longo do vale do Muriaé, os gêneros são principalmente milho e mandioca.

Também no vale do Itabapoana existe a associação das atividades criatórias com a lavoura da cana e do café.

Nos grandes vales, talvez pela maior facilidade em água, encontra-se mais desenvolvida certa criação de gado leiteiro, as vacas mais comuns são de raça nelore e gir e os pastos, de modo geral, são os de "jaraguá" e "angola", este último comportando até 10 reses por alqueire. O pasto "angola" é muito bom

para a criação de gado leiteiro, sendo encontrado nas planícies mais úmidas, não se desenvolvendo nas encostas dos morros. Do vale do Itabapoana, por exemplo, uma parte do leite é enviado à cidade de Liberdade, centro de fabricação de manteiga e requeijão. Estes produtos são consumidos até no Rio de Janeiro. No vale do Muriaé retira-se o leite mesmo do gado comum ou de vacas cruzadas.

A fazenda de Itaipebas, próxima de Italva, com 270 alqueires fluminenses (30 e tantos mil metros quadrados cada um) tem 6 alqueires de cana-de-açúcar, 23 ocupados pelos colonos, e mais alguns alqueires cultivados com cana-de-açúcar, café e arroz dos empregados e o resto encontra-se em pastos ou em mato.

A principal atividade da fazenda é a criação de gado e sendo que de 500 reses, 300 são vacas de leite comuns, nelore misturado, fornecedoras, cada uma de 2 litros por dia em média. O leite é destinado ao consumo dos trabalhadores da empresa de cimento de Paraíso. A produção de cana da fazenda se destina à usina São Pedro.

Mais próximo de Itaperuna, na fazenda Fortuna existe número superior a 1 000 cabeças de gado. Praticamente a criação e trata-se de gado leiteiro sendo utilizados os pastos "jaraguá", "guiné" e "angola". O gado desta fazenda é de cruzamento de gii, nelore, guzerate e holandês, sendo a produção de leite por vaca de 3 a 6 litros por dia.

Refletindo o desenvolvimento da criação do gado leiteiro da zona do vale do Muriaé, a cidade de Itaperuna é um centro industrial de laticínios. Neste vale, os salários nas atividades criatórias são de 20 a 30 cruzeiros por dia e por pessoa e o valor do alqueire é de cerca de 50 contos. Como acontece em geral, os salários são inferiores àqueles pagos no trabalho de lavoura e a mão-de-obra necessária é bem menor.

Segundo a opinião dos habitantes da área de Itaperuna, tem havido um decréscimo nas atividades das lavouras do vale do Muriaé em favor da criação, e a causa apontada por eles é a acentuação das estiagens.



Foto 57 — Trabalhadores rurais na zona da mandioca. No fundo os "mulundus", (casas de cupim?) que infestam grandes extensões dos tabuleiros e patamares mais baixos do cristalino, no norte do município de São João da Barra.

VIII — O CAFÉ

Em tempos passados ao se desenvolver a cultura do café em nosso país, a então província do Rio de Janeiro foi uma das primeiras e principais produtoras. Essa cultura foi tentada mesmo na região da Baixada. Atualmente, a produção de café no estado do Rio de Janeiro só é mais desenvolvida na parte setentrional do estado; a lavoura se propagou do planalto dissecado e rebaixado do norte fluminense, pela região vizinha de baixada, nas superfícies de morros cristalinos situados ao norte do vale do Paraíba.

Produção do café em 1950

MUNICÍPIOS	Quantidade em toneladas	% sobre a produção do estado	Valor em 1 000 cruzeiros
Campos	4 660	17,0	21 746
Itaperuna	2 400	8,8	24 000
São Fidélis	2 250	8,2	27 000
Bom Jesus de Itabapoana	2 250	8,2	19 500
Cambuci	2 220	8,1	32 560
Natividade de Carangola	2 040	7,5	20 400
Poreciúncula	1 950	7,1	26 000
Miracema	1 455	5,3	17 460
Estado do Rio de Janeiro	27 351	100	294 086

Todos os municípios com exceção de Campos, estão localizados no planalto norte-fluminense, porém, é Campos o primeiro, quanto à tonelagem produzida

Os dados da produção em toneladas têm um inconveniente, o de variarem muito de um ano para outro conforme as condições do tempo; veja-se, por conseguinte, a ordem dos municípios segundo a área cultivada em hectares:

MUNICÍPIOS	1950	1946
Cambuci	7 830	7 200
Bom Jesus do Itabapoana	7 400	7 200
São Fidélis	7 200	7 200
Itaperuna	5 000	12 800
Miracema	4 063	5 000
Natividade de Carangola	2 720	(incluído em Itaperuna em 1946)
Campos	2 520	2 520
Poreciúncula	1 300	—

Os melhores solos do café na região são os do *intergrade*-latossólico-vermelho-podzólico, principalmente os mais vermelhos. As condições são ainda melhores para a cultura quando estes solos estão situados nas faces mais sombreadas dos morros. Nos trechos mais produtivos, geralmente, o café é cuidado pelo proprietário no regime do assalariado enquanto nos outros trechos, ele é tratado na meia

Na região não existem grandes plantações contínuas, uma das causas seria o fato dos melhores solos para os cafezais encontrarem-se nas áreas de relêvo mais acidentado; de modo geral, as propriedades que cultivam o café, também dedicam extensões de seus terrenos à criação do gado

No vale do Muriaé, nas propriedades situadas em torno de Itaperuna, o cafezal dura 100 anos nas faces mais frescas dos morros de solos vermelhos e 30 a 50 anos nos solos menos úmidos. O alqueire comporta 6 000 pés, que produzem cerca de 4 800 quilogramas de café; o preço do alqueire é de

Cr\$ 50 000,00. Parte das plantações pertence aos donos das terras e parte é feita pelos colonos no sistema da meia. Já em Italva, os 6 000 pés dão apenas 1 350 quilogramas. Nesta área a cultura é bem menos importante do que em torno de Itaperuna, sendo feita pelos colonos em pequenas roças.

Em Morro do Côco, onde se encontram vestígios de belas florestas, existem fazendas com extensões apreciáveis de cafèzais. A fazenda Santa Rita com 141 alqueires tem 50 plantados de café no regime da meia; cada colono necessita de 2 a 3 trabalhadores agrícolas. A terra aí é considerada "quente"; não apresenta as melhores condições para a lavoura. O alqueire comporta 6 000 pés que produzem de 100 a 120 sacas; o cafèzal dura até 40 anos. Valor do alqueire Cr\$ 40 000,00, quando em mata, alcança até Cr\$ 100 000,00.

Na área de Deserto Feliz, trecho de transição a leste de Morro do Côco, existem fazendas que apresentam apenas 1 a 2 alqueires cultivados de café, no regime de contrato ou de meação. Nesta área, o cafèzal dura de 15 a 18 anos. A maior parte das propriedades é ocupada pelos pastos sendo comum o proprietário empreitar a derrubada, para depois os colonos praticarem a queimada e plantarem o café no regime da meia.

No vale de Itabapoana entre Bom Jesus e Santo Eduardo, as plantações de café são poucas. Num certo trecho, informa-se que um alqueire comporta apenas 2 000 pés; deste modo, em vista dos maiores gastos necessários à cultura, o café, é menos rendoso do que a lavoura da cana-de-açúcar destinada às usinas locais.

Os salários nos cafèzais variam de Cr\$ 25,00 a Cr\$ 40,00 diários, sendo necessária muita mão-de-obra na colheita, 2 a 3 homens por alqueire. Nas roças de meação, quando o colono faz por sua conta a aração do terreno entrega 1/3 do café em vez da metade. Geralmente, os colonos também cultivam outros produtos, como milho, mandioca e arroz, pelos quais também dão uma parte quando são destinados ao comércio. Em Deserto Feliz, o milho e a mandioca são plantados entre os pés de café novos, cobrando alguns fazendeiros a terça.

Na área de Itaperuna, os colonos plantam milho e arroz e em alguns lugares também algodão.

IX — O CULTIVO DE CEREAIS E DA MANDIOCA

Uma grande parte da produção de cereais e de mandioca na região setentrional da Baixada Fluminense provém das roças pertencentes aos colonos das fazendas das diversas zonas da região. Quando estas roças são muito pequenas, destinadas principalmente ao consumo local, ou, quando a fazenda se dedica à exploração intensiva de um outro determinado produto, o colono não efetua nenhum pagamento pelo cultivo destes gêneros alimentícios; porém, nas propriedades que se entregam a atividades mais variadas e nas quais as roças dos gêneros são maiores, com o claro objetivo comercial, os colonos entregam ao proprietário a meia ou uma fração menor da produção.

Em geral, as roças avantajadas de cereais e de mandioca se encontram fora da área da monocultura da cana, nas fazendas de criação e nas fazendas de

criação e de café. Quanto à lavoura de arroz, se localiza principalmente nos terraços dos vales.

No entanto, além destas produções dispersas, existe uma extensa área onde a produção da mandioca é concentrada, consistindo na principal atividade econômica desta zona. Trata-se de um território densamente habitado constituído pela parte norte do município de São João da Barra, formado pelos tabuleiros do trecho setentrional do estado.

A zona de produção da mandioca ao norte de São João da Barra

Desde tempos muito antigos estabeleceu-se a produção comercial da mandioca nos tabuleiros setentrionais do estado do Rio de Janeiro onde os solos parecem ser do *intergrade* latossolo-regossolo. Segundo M. PAVAGEAU, estes solos são demasiado secos para a produção da cana-de-açúcar ou para a instalação de boas pastagens; não tendo penetrado nenhum outro produto valorizado nesta área, nela se foi estabelecendo a lavoura da mandioca, raiz que apresenta aí melhores rendimentos do que outros produtos agrícolas, nas maiores estiagens e nos terrenos arenosos. Nos trechos que iam sendo desmatados, tornava-se o principal produto das fazendas e das pequenas propriedades.

Um aspecto muito interessante desta zona produtora de mandioca é a grande quantidade de pequenas e médias propriedades formando trechos densamente povoados e intensamente cultivados. Observam-se paisagens de numerosas plantações contíguas e cheias de casas.

Inúmeras propriedades têm áreas menores de 10 alqueires. Seria interessante o estudo do desenvolvimento das propriedades nesta zona e procurar as causas do predomínio das pequenas.

A produção da mandioca se destina principalmente à fabricação da farinha que é exportada para Campos e mesmo Rio de Janeiro. Os engenhos de farinha são numerosos e espalhados pelas grandes e médias propriedades. Em geral, eles são pequenos estabelecimentos com capacidade de 10 a 30 sacos por dia. A maquinaria necessária para um engenho dêste vale mais ou menos Cr\$ 100 000,00. Alguns empreendimentos maiores têm sido tentados como a instalação de moinhos de maior capacidade da Cia. Tipité e a fábrica de amidos em Barra do Itabapoana, sendo que esta última nunca chegou a funcionar. A construção dos grandes engenhos e a tentativa de fabricar amido, contribuíram para a ampliação da lavoura da mandioca nesta zona setentrional do município de São João da Barra.

A maior parte dos pequenos proprietários não dispõe de engenhos e mói as raízes nos estabelecimentos da vizinhança mediante o pagamento em produto ou dinheiro. Em geral paga-se em dinheiro quando a produção é grande e a procura menor, e em espécie (meia) quando o produto está em alta. É comum também o engenho adquirir a farinha como intermediário no comércio, entre lavrador e comerciante.

Exemplo em Travessão da Barra: uma propriedade tem 1,3 alqueires em roça de mandioca e um engenho da vizinhança faz a colheita e mói as raízes. A roça deverá fornecer 530 sacos no valor de Cr\$ 69 000,00, o lavrador reserva Cr\$ 25 000,00 que são considerados a meia, deduzida a despesa da colheita.

Em geral, para 1 quilograma de farinha são necessários 3 de raiz de mandioca. Os pequenos proprietários são pobres pois a farinha rende pouco dinheiro. Não tem havido aumento nos preços pagos aos fabricantes dos engenhos nos últimos anos; pelo contrário, o preço da farinha baixou de Cr\$ 4,00 o quilograma em 1950 para Cr\$ 3,00 ou Cr\$ 2,50 em 1954

A lavoura da mandioca também apresenta o regime da meação muito generalizado sendo utilizados os meeiros nas diversas classes de propriedades. É enorme a população de meeiros na zona, gente muito pobre. Nas épocas de maior serviço, contratam-se trabalhadores por salários de 20 a 40 cruzeiros por dia. A mandioca é plantada entre setembro e dezembro podendo ser retirada 18 meses depois; necessita cerca de 3 a 4 limpas. Se o cultivador desejar, pode deixar a raiz na terra até 24 meses, o que é uma vantagem, pois se trata de uma armazenagem natural. Contudo, a mandioca, susceptível ao ataque das formigas, torna necessário o uso de formicida nas roças. Outras vantagens desta cultura, de gente pobre, é que ela é a que melhor resiste às secas e exige pouco em matéria de solo, de modo que nas pequenas propriedades as plantações são feitas repetidamente no mesmo local.

Em muitas propriedades costuma-se plantar milho entre os pés do mandio-cal novo e nas margens úmidas dos córregos, feijão, para consumo.

É um fato interessante que os donos das propriedades muito pequenas têm que fugir ao sistema agrícola comum da rotação de terras primitiva, por terem pouca terra, sendo este sistema mais difundido nas médias e grandes propriedades. Interrogados, os pequenos agricultores afirmaram que não faziam a rotação comum, por falta de terra suficiente mas que gostariam de praticá-la deste modo: 1 ano de cultivo por 3 anos de descanso. Em substituição, tombam e aram a terra depois de 2 a 4 colheitas, porém, quando a produtividade decai bastante, têm mesmo que abandonar aquele trecho para formação da capoeira; em alguns lugares, não se deixa o pousio por mais de 6 meses. Naturalmente, os clamores são gerais por parte dos lavradores quanto à falta de tratores e arados; os pequenos proprietários utilizam-se dos arados por aluguel.

Exemplo de uma propriedade: planta-se ininterruptamente num trecho durante 14 anos, sendo que depois de cada 3 ou 4 colheitas faz-se uma aração; quando a terra ficar cansada, ficará por 1 ou 2 anos para capoeira.

Nas médias e grandes propriedades, a rotação de terras é feita a pequenos intervalos. Quando se trata de terreno novo, onde houve derrubada, só depois de 5 colheitas se abandona a roça para capoeiras ou pastos por 3 a 5 anos, mas, em seguida, o pousio se segue a cada série de 3 colheitas.

Na zona da mandioca, certas áreas estão dedicadas à lavoura desde tempos muito remotos e existem outras, nas quais a lavoura se propagou mais recentemente, com a ampliação do número de engenhos. Nestas últimas a produtividade é maior. Em torno de São Francisco de Paula, próximo de Gargaú, de produção mais antiga, o alqueire de terra fornece 22,5 toneladas de mandioca; o valor do alqueire sem mata é de Cr\$ 20 000,00 e com mata de Cr\$ 50 000,00. Os salários neste trecho são de Cr\$ 35,00 a Cr\$ 40,00 por dia influyendo para este nível a proximidade de Campos. Na área de Travessão da Barra, mais ao norte, próximo do vale do Itabapoana, também trecho de lavouras antigas, os solos são muito arenosos. Numa determinada propriedade a produção da

mandioca por alqueire era de 18 toneladas. Em 1924 o mesmo terreno produzia 45 toneladas. O salário aí, é de 25 a 30 cruzeiros

A noroeste do município de São João da Barra, onde existe mandioca mais recente a produtividade é maior. Em torno do lugar Paraíso a média é de 80 a 100 toneladas por alqueire, sendo o valor da terra de 10 a 30 contos. Este valor é mais baixo do que no trecho anteriormente citado devido à maior distância de Campos. Nesta área, nas médias propriedades, colhem-se 5, 6 e até 8 vezes, nos solos desbravados mais recentemente; depois destas colheitas, deixa-se formar os pastos ou capoeiras por 1 ano para em seguida se tombar e se arar para novas plantações. Nos solos já mais trabalhados, colhem-se apenas 3 ou 4 vezes antes do pousio. Os colonos costumam plantar entre os pés do mandiocal, milho, para o sustento e venda das sobras, sendo a produção de 50 sacos por alqueire.

De maneira generalizada, a primeira planta do mandiocal é mais rendosa. A área de transição dos tabuleiros para o relevo cristalino é também a área de transição da zona produtora da mandioca para a zona onde predomina a criação de gado. Exemplo das atividades econômicas de uma propriedade de 13 alqueires, a oeste de Paraíso, já em relevo cristalino: preparada a roça planta-se inicialmente o milho e quando este está crescido, a mandioca; feita uma colheita o solo é plantado de pasto angola que é deixado durante 10 anos e, só depois volta-se à roça de mandioca. A primeira plantação da raiz na roça nova, produz aproximadamente 60 toneladas de mandioca por alqueire.

Na zona da mandioca, algumas grandes e médias fazendas também fazem alguma criação de gado sendo comum o pasto jaguaré (*paspalum maritimum*) adaptável aos solos latossólicos-regossólicos.

Tanto os compradores de farinha vêm dos mercados de Campos, Bom Jesus de Itabapoana e Itaperuna, para adquiri-la nos engenhos como os produtores também vão nos mercados e feiras de algumas localidades para oferecer a mercadoria.

Gargaú é conhecida pela sua feira das sextas-feiras, onde é oferecida a farinha de raízes frescas, sendo denominada "manjari" a mandioca mansa. De Gargaú a mercadoria segue por barco para São João da Barra e Campos.

Na zona da mandioca existe uma grande quantidade de pequenas localidades, povoados, onde residem proprietários e trabalhadores agrícolas. Em torno das mesmas, localizam-se as lavouras de mandioca onde trabalham estes moradores como se observa em São Francisco de Paula, Paraíso, Travessão da Barra, João Pessoa, Imburi, etc. todas no município de São João da Barra.

Estas localidades têm função comercial, sendo atravessadas pelas estradas, porém servindo de moradia a camponeses, lembram aldeias. Em alguns trechos estão relativamente próximas umas das outras sendo que, ao observador, não passa despercebido este aspecto interessante da ocupação humana, quando ao longo de uma estrada se seguem, a pequenos intervalos, uma série de aglomerados.

Nesta área de relevo de tabuleiros, em outros tempos, já se fez algum cultivo de algodão; são alegadas as fortes estiagens para explicar a interrupção da lavoura deste produto. Dizem os pequenos lavradores que a vantagem do algodão é que rende dinheiro 4 meses depois de plantado, fato importante para uma população pobre.

Notas sobre a produção de outros gêneros de abastecimento

Já foi dito que o arroz é cultivado nas grandes planícies, nas margens úmidas. A principal área de sua produção tem a forma de uma faixa ao longo do rio Muriaé, no seu trecho de baixada e penetrando um pouco pelo planalto. O arroz, plantado de novembro a dezembro e colhido 5 ou 6 meses depois, exige muito trabalho e a presença da água, o que incomoda a saúde dos lavradores. Além disso as plantações devem ser preservadas da ação dos pássaros que, comendo as sementes, obrigam o replantio.

Os colonos entregam a meia ou a terça da produção aos proprietários, e devem, muitas vezes, eles mesmos, ir à cidade vender a produção (1954 — saco de 52 quilos — Cr\$ 300,00) o que caracteriza o arroz como produto menos valorizado pois, no caso do café, o proprietário sempre adquire a produção do colono e se interessa pela circulação da mercadoria. Em Itaperuna existem engenhos de beneficiamento de arroz.

No vale do Muriaé um litro de arroz plantado produz 50, 60 e até 100 litros.

Na área de Italva nos campos experimentais de arroz do governo estadual, o arroz irrigado produz o dobro que o não irrigado ou seja 800 a 1 000 quilogramas por hectare.

Milho e feijão são cultivados nas fazendas de gado e de café, principalmente, na área do relêvo cristalino.

Vale do Muriaé — Entre Itaperuna e a planície campista, no território de morros cortados pelo rio Muriaé e seus afluentes, os colonos cultivam esses cereais mediante a “meia”; quando eles mesmos fazem a colheita entregam somente a terça; os colonos também tratam da cana-de-açúcar. Em alguns locais deste trecho informa-se sobre uma rotação de milho, mandioca e pasto: entre duas colheitas de milho planta-se feijão, podendo a rotação durar 10 anos nos terrenos de mata ou fornecer apenas 2 a 3 colheitas nos terrenos de campo. Em torno de Italva, o hectare produz 800 a 1 000 quilogramas de milho ou 80 sacos por alqueire.

No vale do Muriaé, os colonos também cultivavam o algodão, abandonado ultimamente pela crise do baixo preço. Sua produção era considerada custosa devido às secas, às formigas e aos solos considerados fracos. Nas fazendas deste vale os colonos têm direito a tirar a lenha de consumo.

Em torno de Morro do Côco — No norte do município de Campos, os colonos produzem milho e mandioca.

Na área do lugar Mutuca, 1 saco de milho plantado em 1 alqueire fornece depois 80 sacos. A jusante de Campos, nas margens do rio Paraíba, 20 quilômetros abaixo da localidade de Abadia, existem lavouras de milho, feijão, abóbora e outros gêneros para o abastecimento da cidade. Se estas culturas são pouco desenvolvidas na planície aluvial, isto é devido ao predomínio da economia açucareira e não a fatores físicos, pois os solos são excelentes: na usina São João os trabalhadores retiram das roças de consumo 160 sacos de milho e 60 sacos de feijão de cada saco plantado. Contudo, deve-se lembrar que lavouras de milho e do feijão sofrem mais do que as outras culturas nos anos de seca.

No relêvo dos tabuleiros, o milho dá melhor nos trechos mais ondulados. São 100 sacos por 1 saco plantado a 10 quilômetros ao norte de Campos; em São Francisco de Paula 1 alqueire dá 300 sacos. Mais ao norte, onde o tabuleiro é mais plano como em Paraíso, o alqueire dá apenas 50 sacos.

X – A EXTRAÇÃO DA LENHA

A extração da lenha é feita em tôdas as fazendas que dispõem de matas ou de capoeiras. Em algumas áreas da região, as massas de vegetação arbórea têm extensão apreciável, de modo que a sua exploração representa uma atividade econômica importante.

A extração da lenha é a atividade dominante em largas porções da faixa costeira, onde, nos regossolos, existem manchas de floresta. Usinas de açúcar e capitalistas do Rio de Janeiro adquiriram terras nestas zonas costeiras com o fim de praticar esta exploração. Destina-se a madeira ao consumo da cidade de Campos, para as usinas, para os engenhos, etc. O Sr. MANSUR, por exemplo, possui na faixa costeira do município de São João da Barra, ao norte da foz do rio Paraíba, só em terras cobertas de mata, cerca de 1 600 alqueires, havendo uma saída de sua propriedade de 30 a 40 caminhões diários de lenha para Campos. A usina de Barcelos dispõe na área de Gruaí, de propriedades, unicamente para extrair a lenha de que necessita.

Em Cuarua, os lenhadores ganham Cr\$ 20,00 por metro cúbico e ainda aproveitam os solos arenosos para preparar 10ças de abóbora e melancia.

Exemplos de atividades madeireiras em outras áreas: uma fazenda a 10 quilômetros ao norte de Campos, na estrada de Vitória tem importantes lavouras canavieiras, mas, a exploração florestal também é importante, existindo 20 000 metros cúbicos de reserva. Estando o metro cúbico da lenha, atualmente a Cr\$ 100,00 na cidade de Campos, ou Cr\$ 1,50 o quilograma, aquela quantidade representa Cr\$ 2 000 000,00; desde a vila de Conselheiro Josino, para o norte, nos patamares cristalinos, existem extensões razoáveis de mata, como em tôrno de Morro do Côco. Também ao longo do vale do Muriaé são encontrados trechos em floresta. Naturalmente, é a planície campista, a parte mais intensamente ocupada, que apresenta menores quantidades de reservas arbóreas.

XI – CONCLUSÃO

A divisão regional do território considerado

Na região de Campos e suas áreas circunvizinhas, a distribuição dos diversos grandes grupos de solo se relaciona muito com a distribuição das grandes unidades de relêvo.

Relação das grandes unidades de relêvo e os solos que nelas predominam.

Planície quaternária	— aluviões e regossolos
Tabuleiros	— <i>intergrade</i> dos latossólicos-regossólicos.
Baixos patamares cristalinos de relêvo suave	— latossolos alaranjados.
Patamares de morros cristalinos mais enérgicos	— latossolos e <i>integrate</i> dos latossólicos-podzólicos.

Na evolução econômica da região de Campos, observam-se nitidamente duas ordens de influência: uma relacionada ao processo por que passava o país, o todo no qual esta região se encontra incluída e a outra, inclui os fatores físicos e humanos particulares desta região, porém ambas entrelaçadas.

Como influência do todo, do processo pelo qual passava o Brasil, Campos apresentou diversas fases históricas caracterizadas pela penetração das diversas atividades econômicas que se desenvolveram no país e pela eventual predominância de uma delas. Assim, houve a exploração florestal, a criação do gado, a produção do açúcar, a lavoura do café, a industrialização

As condições locais, físicas e humanas, contribuíram para que esta região se tornasse uma das que iriam servir de palco ao maior desenvolvimento da indústria açucareira, exigência do processo histórico do país; o açúcar tornava-se um produto importante do mercado interno, essencial à alimentação, não estando mais sujeito, totalmente, às oscilações da exportação.

Planícies úmidas e solos de aluvião são alguns elementos das condições físicas que favorecem a lavoura canavieira. Grande massa rural enraizada, camponeses conscientes de uma tradição agrícola são alguns elementos das condições humanas. Estes últimos elementos vieram se formando no desenvolvimento econômico da lavoura canavieira desde os tempos coloniais, e foram reforçados depois com a instalação das usinas. Estas obrigam a agricultura a se manter nas suas proximidades e assim as roças de cana não se podem deslocar com a mesma facilidade que as de outros produtos, de uma região geográfica para outra.

A atual distribuição das atividades agrícolas na região de Campos reflete as oscilações econômicas por que passavam os produtos, inclusive a cana-de-açúcar. De modo geral, as oscilações levam à concentração dos produtos; nas épocas de baixa ou de superprodução de um produto, este vai abandonando, primeiramente as áreas de menor produtividade, onde passa a ser menos lucrativo do que outros produtos, concentrando-se numa área de maior produtividade; quando volta a alta ele se expande a partir desta área de concentração e vai expulsando os outros para trechos onde estes encontram as melhores condições.

Assim, no transcorrer do tempo histórico se foram criando zonas econômicas distintas na região de Campos onde a predominância de certas atividades se relaciona com as condições pedológicas ou climáticas locais. Por exemplo, a modernização da indústria açucareira para fugir às crises do século passado e manter a lavoura trouxe, ao lado da concentração industrial, a concentração dos canaviais nos trechos de maior produtividade e que foram as planícies aluviais. Destas, com a expansão moderna da lavoura, a cana-de-açúcar se expandiu para os tabuleiros vizinhos. Nas áreas de relevo cristalino, afastadas das planícies onde se situam as usinas, hoje, se fabrica apenas aguardente em lugar do açúcar de engenho que era feito outrora.

O café se localiza, apenas, nos trechos de morros cristalinos de solos mais apropriados estando a ceder terreno à pecuária, etc.

Na região de Campos afora as questões peculiares encontramos os mesmos problemas comuns a outras partes do país: o problema do latifúndio, do sistema da parceria, dos sistemas primitivos no trabalho agrícola, de massas rurais sem

terra, etc. No caso da economia açucareira, a *plantation* representa uma forma mais avançada de produção e os conflitos de interesse entre as usinas e os fornecedores, necessitam soluções diferentes das que comumente se imagina para latifúndios, como seja o retalhamento da propriedade ou de uma parte dela.

A divisão regional

I) *Zonas urbanas* — Compreendendo as cidades de Campos e São João da Barra — Atafona.

II) *Zona da monocultura canavieira* — Compreende a grande planície de aluviões argilosas dos rios Paraíba e Muriaé e os tabuleiros vizinhos.

Terras de usina, grandes e pequenas propriedades, de todos os tipos produzem a gramínea.

III) *Zona de lavoura canavieira* — Nesta zona a criação de gado já tem maior importância ao lado das lavouras de cana. A gramínea se destina às usinas, mas, também aos engenhos de aguardente. Fazem parte as áreas de Itaúva, Conselheiro Josino, o vale do Itabapoana em Santo Eduardo, etc.

IV) *Zona de gado, de trabalho e de exploração florestal* — Esta zona compreende a faixa costeira de regossolos e aluviões hidromórficas. Aí costuma descansar o gado que trabalha na zona da monocultura canavieira. Também se cria gado para engorda em outras zonas.

V) *Zona de criação de gado nos patamares cristalinos de Macaé* — Esta zona situa-se ao sul da área de monocultura da cana, havendo um trecho de transição onde as propriedades criam gado e fazem pequenas roças de cana.

VI) *Zona de criação de gado e de cultura de café* — Esta zona situa-se a norte e noroeste da área da monocultura da cana, num relêvo de morros cristalinos. Cria-se e engorda-se o gado; o café é produzido pelos proprietários e colonos. Esta zona inclui áreas ao longo do vale do Muriaé e em torno da vila de Morro do Côco.

VII) *Zona da criação de gado e da produção da mandioca* — Esta zona situa-se ao norte e nordeste da área da monocultura da cana, no relêvo de tabuleiros. Nas grandes propriedades, cria-se gado, sendo que nestas fazendas e nas pequenas propriedades os proprietários e colonos também cultivam mandioca.

VIII) *Zona da mandioca* — Corresponde ao trecho setentrional do município de São João da Barra, onde o relêvo é de tabuleiros. Existem numerosas, pequenas e médias propriedades sendo a mandioca o principal produto comercial.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDES, Lysia M. C. — “Tipos de Clima do Estado do Rio de Janeiro”. In *Rev. Bras. Geog.* Ano XIV, n.º 1, Rio, 1952. Pp. 57-81.
- DE MARTONNE, Emmanuel — “Problemas Geomorfológicos do Brasil Tropical Atlântico”. In *Rev. Bras. Geog.* Ano V, n.º 4, Rio, 1942.
- LAMEGO, A. R. — *O Homem e o Brejo*, Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1945.

- LAMEGO, A. R. — "Geologia das Quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia, Xexé". *Boletim* n.º 154 da Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento da Prudução Mineral do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1955
- RUELLAN, Francis — "Evolução Geomorfológica da Baixada da Guanabara e das Regiões Vizinhas". In *Rev. Bras. Geog.* Ano VI, n.º 4. Rio de Janeiro. P. 457.
- SILVEIRA MENDES, Renato — "Paisagens Culturais da Baixada Fluminense" — Universidade de São Paulo, São Paulo, 1950

RÉSUMÉ

L'auteur, géographe du Conseil National de Géographie, étudie dans cet article une partie de la Baixada Fluminense

Des unités du relief de cette région sont mis en évidence: la grande plaine d'alluvions divisée en plaine d'alluvions argileuses construite par les eaux continentales et plaine aréneuse construite par la mer; les "tabuleiros" caractérisés par la topographie et par les concrétions ferrugineuses; les petits plateaux des collines cristallines qui se présentent en niveaux réguliers et les massifs montagneux de roche cristallines

Les unités sont décrites et leurs évolution morphologique est interprétée. Dans la région étudiée prédomine le type de climat Aw, suivant la classification de Köppen, la forêt étant la végétation original

D'une manière générale, à chaque unité du relief correspond un type de sol prédominant ou caractéristique: régosols dans les plaines aréneuses, d'alluvions dans la plaine argileuse, latosols et regosols dans les "tabuleiros", latosols orange, latosols-rouges-podzoliques et lithosols, dans le relief cristallin.

En relation avec la géographie économique de la région, on observe l'influence des faits historiques, économiques et sociaux dans le développement d'une importante zone sucrière entourée de régions d'économie complémentaire produisant du bétail, du bois et du manioc, et d'une zone de petites plantations de café associées à l'élevage du bétail

La production du sucre est celle dans laquelle on applique de grands capitaux, les plantations, et cela constitue un facteur important pour l'occupation des sols plus fertiles de la région de Campos, les *alluvions*. La culture de la canne à sucre, s'est repandue à travers les "tabuleiros" plus proches de la plaine argileuse et a donné lieu à l'organisation des systhèmes de drenage des aires inondables

Dans les petits plateaux cristallins plus bas des latosols-orange l'activité est constituée par l'élevage. Il s'agit de bétail pour la viande et de bétail destiné au travail dans les plantations de canne à sucre. Dans la zone cristalline où existent les intergrades *latosols-podzoliques*, les "fazendas" présentent des plantations de café, beaucoup sous le régime de participation dans les résultats, outre l'élevage du bétail

Dans les "tabuleiros" situés à l'extrême nord de l'Etat de Rio de Janeiro, dont les sols du type intergrade latosoliques-regosoliques, existe une zone très intéressante de nombreuses petites propriétés et dont l'économie est basée sur le manioc et sa farine, ainsi, que sur les produits de commerce.

Finalement, au long de la côte, outre l'élevage de bétail pour le travail, les forêts qui existent encore dans les régosols et les alluvions mal drainés servent à l'exploitation pour le bois nécessaire à la zone sucrière

Dans cet article, sont étudiées ces zones économiques différentes de la région nord de la Baixada Fluminense; et l'on observe que les relations ces zones et les sols sont formées à travers l'évolution historique de la région

RESUMEN

El autor, geógrafo del Consejo Nacional de Geografía, estudia en este artículo la parte septentrional de la Baixada Fluminense

Son presentadas las unidades de relieve de la región: la extensa planicie de aluviones comprendiendo dos partes: una de aluviones arcillosos construida por las aguas continentales y otra arenosa formada por el mar: los tableros de topografía y concreciones ferrugentas; los peldaños de morros cristalinos en niveles regulares y los macizos de rocas cristalinas

Se describen esas unidades y se interpreta la evolución morfológica. Predomina el clima del tipo Aw, según la clasificación de Köppen. En las florestas predomina la vegetación original

En general, corresponde a cada unidad de relieve un suelo dominante o característico: diferente en las planicies arenosas, en la planicie arcillosa, en los tableros y en el relieve cristallino

En la geografía económica se observa la influencia de hechos históricos, económicos y sociales en el desarrollo de una importante zona azucarera rodeada de áreas de economía complementaria (ganado, leña y mandioca), y de una zona de pequeños plantios de café asociados a la ganadería

La producción azucarera presenta las "plantations", caracterizadas por la utilización de grandes capitales, lo que constituye un factor importante para la ocupación de los suelos más fértiles de la región de campos, los aluviones. El cultivo de la caña de azúcar se extendió por los tableros próximos de la planicie arcillosa y provocó el drenaje de áreas inundables

En los peldaños cristallinos más bajos, la pecuaria es la actividad principal. Parte del ganado se destina a la zona azucarera.

En los tableros situados en el extremo septentrional del Estado del Rio de Janeiro, con suelos característicos, hay una infinidad de pequeñas propiedades cuya economía comprende mandioca y su harina, además de productos comerciales

En la costa, además de la ganadería para el trabajo, las matas aun existentes poco drenados sirven a la explotación de leña necesaria en la zona azucarera

Se estudian en este artículo varias zonas económicas de la región septentrional de la Baixada Fluminense; las relaciones entre estas zonas y los suelos se formaron a través de la evolución histórica de la región.

SUMMARY

The author, Geographer of the National Council of Geography studies the northern part of the Baixada Fluminense (coastal lowland in the State of Rio de Janeiro).

The morphological units of the regions are divided as follows: the large alluvial plain, which is in turn divided into clayish alluvial plain constructed by continental waters, and sandy plain, constructed by the sea; the "tabuleiros" (terraces), characterised by ferruginous concretions; the areas adjacent to chrystalline hills, which can be observed at regular levels, and the mountainous massifs composed of chrystalline rocks

These units are described and their morphological evolution is studied. The Aw type of climate (Köppen) predominates in the region under study; original vegetation is composed of forests

In a general way, it may be said that to each unit corresponds a dominant or characteristic soil type; regosols in the sandy plains; alluvia in the clayish plain, latosols or regosols on the "tabuleiros", orange latosols, red-podzolic latosols and litosols on the chrystalline areas

The influence of historic, economic and social facts is noted on the economic geography of the region, with the development of an important sugar-cane growing zone surrounded by areas with a complementary economy; these areas produce firewood and manioc as well as cattle and are in turn surrounded by a zone where small coffee plantations are associated to cattle-raising

The sugar-cane production is the one in which large investments are made and this is an important factor which helps the occupation of the more fertile soils of the Campos region: the alluvial soils

Sugar-cane spreaded over the "tabuleiros" adjacent to the clayish alluvial plain and originated the organization of drainage systems on periodically flooded areas

Cattle-raising predominates on the lower chrystalline zones where orange latosols occur. This activity comprises beef as well as work cattle which is used in the sugar-cane area. Within the chrystalline area, where intergrade latosolic-podzolic soils occur, the farms present coffee plantations besides the cattle-raising activity

On the "tabuleiros" of the extreme north of the state of Rio de Janeiro, where intergrade latosolic-regosolic soils occur, there exists an interesting zone with numerous small farms which have manioc and its flower as their basic commercial products

Within the coastal area, besides the cattle-raising activity, the forests still existing on regosols and badly drained alluvia are used for firewood which is consumed by the sugar-cane zone

These various zones of the northern Baixada Fluminense are studied in this article; it is observed that the relations between these zones and the various soil types were formed during the historic evolution of the region

ZUSAMMENFASSUNG

Der Verfasser, Geograph am Conselho Nacional de Geografia, untersucht in seiner Arbeit den Nordteil der Ebene von Rio

Die grossen, vom Relief bedingten Teillandschaften werden dargestellt: 1) die alluviale Ebene, die sich in einen Abschnitt mit lehmigen Böden gliedert, welche von den Gewässern aus dem Inneren herbeigebracht worden sind, und in einen sandigen Abschnitt, der vom Meer gebildet wurde, 2) die wegen ihrer Eisenkonkretionen charakteristischen Tafelberge, 3) die Stufenlandschaft der kristallinen Hügel und 4) die kristallinen Bergmassive

Die Teillandschaften werden beschrieben, und die Entwicklung ihrer Formen wird erklärt. Im Untersuchungsgebiet herrscht ein Klima vom Typ Aw der Klassifikation von Köppen. Die ursprüngliche Vegetation ist vor allen noch in den Wäldern erhalten

Im allgemeinen entspricht jeder Region ein ganz bestimmter Bodentyp. Halbreife Böden finden wir in den sandigen Ebenen. "Alluviale" Böden gibt es in den lehmigen Ebenen. Als Latossolico und Regossolico bezeichnete Böden gibt es auf den Tafelbergen, gelbliche Latossolos, rötlich podsolige Latossolos und Gesteinsböden finden sich in den kristallinen Bergmassiven

Dem Wirtschaftsgeographen wird der Einfluss gewisser geschichtlicher, ökonomischer und sozialer Tatsachen auffallen, die für die Entwicklung eines wichtigen Zucker-Anbaugebiets bedeutungsvoll sind, und das umgeben wird von anderen Zonen mit zusätzlich ergänzenden Wirtschaftsformen. Letztere liefern Vieh, Brennholz und Mandioca. Eine weitere Zone weist kleine Kaffeepflanzungen auf. In ihr wird daneben noch Viehzucht getrieben

In den Plantagen der Zuckerwirtschaft, die die fruchbarsten Böden der Alluvionen von Campos besetzt hat, sind grosse Kapitalien angelegt. Die Kultur des Zuckerrohrs breitete sich auch über die Tafelberge in der Nähe der Lehmebenen aus, und sie machte die Entwässerung der überschwemmten Ländereien nötig

An den tiefsten Teilen der kristallinen Stufenlandschaft mit gelblichen Lateritböden herrscht die Viehzucht. In jenem Teil der gleichen Landschaft, in dem es podsolige Böden gibt, finden sich Kaffeepflanzungen, die vielfach durch Genossenschaften betrieben werden, neben Viehwirtschaft

Auf den Tafelbergen des äussersten Nordens des Staates Rio gibt es auf den sogenannten Latossolico und den Regossolico eine bemerkenswerte Zone kleiner Besitzungen, die als Handelsprodukt Mandioca und Mandioca-Mehl liefern

Die Küstenregion endlich züchtet Arbeitsvieh. Daneben liefert der in den Schluchten und schlecht entwässerten Alluvionen noch erhalten gebliebene Wald Brennholz, das in der Zuckerzone benötigt wird

So beobachtet man, wie sich in den verschiedenen Zonen auf der Grundlage gewisser Bodentypen während der ganzen geschichtlichen Zeit jeweils ganz bestimmte Wirtschaftsformen entwickeln konnten und dass die Beziehungen zwischen Boden und Wirtschaft sich immer enger gestalteten

RESUMO

La aŭtoro, geografo de la Nacia Konsilantaro de Geografio, studas en ĉi tiu artikolo la nordan parton de la *Baixada Fluminense* (ebenaĵo de ŝtato Rio de Janeiro)

Estas prezentataj la unuoj de tiu regiono: la granda ebenaĵo de aluvioj dividita en ebenaĵo de argilecaj aluvioj konstruita de la kontinentaj akvoj kaj sabлека ebenaĵo konstruita de la maro; la malaltplataĵoj karakterizataj de la topografio kaj de la ferhavaj ŝtonaĵoj; la interetaĝaj plataĵoj de kristalecaj montetoj kun regulaĵoj niveloj kaj la montaj masivoj el kristalecaj rokoj

La unuoj estas priskribataj kaj kaj la morfologia evoluado interpretata En la regiono studata superregas la klimato de tipo Aw de la klasifiko de Köppen; la origina vegetaĵaro superregas en la arbaroj

Generale al ĉiu unuo de reliefo respondas iu superreganta aŭ karakteriza grundo: *regossolos* sur la sablohavaj ebenaĵoj, *aluvioj* sur la argilhava ebenaĵo, *latossolos* aŭ *regossolos* sur la malaltplataĵoj, *oranĝkoloraj latossolos*, *latossolos-ruĝaj-podzolikaj* kaj *litossolos*, sur la kristaleca reliefo

En la ekonomia geografio de la regiono oni observas la influon de la historiaj, ekonomiaj kaj socialaj faktoroj sur la disvolviĝon de grava sukerkana regiono ĉirkaŭata de areoj kun komplementa ekonomio produktanta brutaron, brullignon kaj maniokon, kaj de zono kun malgrandaj kafplantejoj kunigitaj al la brutarbredado

La sukera produktado prezentas la formojn, en kiuj oni utiligas grandajn kapitalojn, la *plantations*, kaj tio konsistigas gravan faktoron al la okupado de la plej fruktodonaj grundoj de la regiono de Campos, la *aluvioj* La kulturo de la sukerkano etendiĝis tra malaltplataĵoj proksimaj de la argilhava ebenaĵo kaj originis la organizadon de la draĵno de inundeblaj pecoj

Sur la plej malaltaj kristalecaj interetaĝaj plataĵoj el *oranĝkoloraj-latossolos* la aktiveco estas la bestokulturo. Temas pri brutaro por buĉado kaj brutaro por laboro, direktataj parte al la sukera zono En la kristaleca areo, kie ekzistas la *intergrade latossolos-podzolikaj* la farmbienoj prezentas kafplantejojn, multajn en la asocia reĝimo, krom la brutarbredado

Sur la malaltplataĵoj situaciantaj en la norda ekstremo de ŝtato Rio de Janeiro, kun grundoj de *intergrade latossolos-regossolos*, ekzistas interesa zono de multnombraj kaj malgrandaj proprajoj, kaj kies ekonomio koncernas la maniokon kaj ĝian farunon, kiel komercajn produktojn

Fine, sur la marborda rando, krom la bredado de brutaro de laboro, la arbaroj ankoraŭ ekzistantaj sur la *egossolos* kaj *aluvioj malbone draĵnitaj* servas al ekspluatado de brulligno necesa al la sukera zono

En ĉi tiu artikolo estas studataj tiuj diversaj ekonomiaj zonoj de la norda regiono de la *Baixada Fluminense*; oni observas, ke la rilatoj inter tiuj zonoj kaj la grundoj estas formiĝintaj tra la historia evoluado de la regiono

A CIDADE DE JEQUIÉ E SUA REGIÃO*

MÍLTON SANTOS

INTRODUÇÃO

Quinta cidade baiana quanto à população, Jequié é, hoje, um nome familiar a quantos viajam pelo país. Uma das poucas cidades, na Bahia, a gozar do privilégio de ser atravessada pela nova rodovia Rio-Bahia, soube retirar dessa vantagem tôdas as conseqüências, notando-se um surto de progresso após o fato. Foi muito feliz para Jequié a coincidência dêsse acontecimento com a presença de administrações operosas e dinâmicas, que contribuíram para melhoria do aspecto e dos equipamentos urbanos do antigo pouso dos mascates que, outrora, serviam a boa parte do sertão baiano.

Cidade viva e alegre, com suas belas praças ajardinadas, ruas bem pavimentadas, próspero e movimentado comércio, indústria que reponta e um ativo movimento de transportes, Jequié (Fig. 1) é uma autêntica capital regional, tendo sabido juntar às excelências de sua posição uma razoável capacidade de organização do espaço. A região de Jequié abrange paisagens naturais e humanas diferentes, até opostas: a zona semi-árida, onde se cria gado e se sofre de sêca e a zona úmida onde se planta cacau e chove todo o ano. Nossas observações, todavia, no que se refere à área regional, limitam-se ao trecho da zona cacauzeira baiana que pode ser incluído na região de Jequié. É também, nosso objetivo demonstrar que a cidade de Jequié, não estando situada dentro da zona cacauzeira, exerce, em relação a uma porção desta o papel de verdadeira capital.

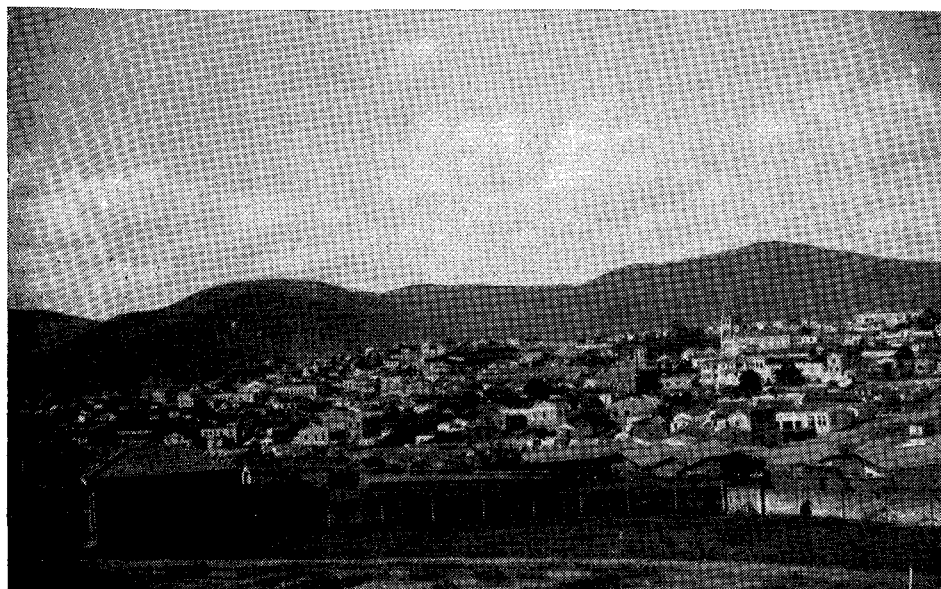


Fig 1 — Uma vista parcial da cidade de Jequié, tomada do Alto do Hospital

* Este trabalho resulta de pesquisa feita sob os auspícios da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia

I O SÍTIO E A SITUAÇÃO DE JEQUIÉ

1 — *Os terraços do rio de Contas e o sítio de Jequié*

Quem, no bairro de Jequièzinho, à margem esquerda do rio de Contas e à esquerda do rio que lhe dá o nome, (Fig. 2) divisa, na outra margem, o extenso casario da cidade de Jequié, sente-se como se estivesse em uma rasa arquibancada de vasto anfiteatro, olhando para a que lhe fica frente. As casas, não se amontoam, embora em multidão. Elas como que se superpõem, em terraços sucessivos, desde a margem do rio até atingir níveis mais altos. Além desses, porém, o terreno continua a ondular-se lentamente, formando verdadeiros degraus suaves conduzindo ao planalto, aparecendo tanto mais numerosos quanto mais distante se plante o observador. O espectador que se coloque em sentido oposto, procurando divisar da cidade o seu bairro fronteiro não ficará com impressão diferente. É a mesma paisagem, embora menos marcada pela presença do homem.

É esse um dos pontos em que o vale do rio de Contas tem laçua mais notável. Poucos meses, porém, durante o ano as águas cobrem o leito maior. Na maioria dos meses o que se nota aí é a presença de meandros calibrados, temporários, que são formados por caprichosos filêtes d'água, abrangendo o leito menor do rio arenoso, em cujas praias é comum virem as lavadeiras exercer o seu ofício.

Ajudado pelo rio Jequièzinho, seu afluente da margem esquerda, construiu aí, o rio de Contas, em busca do seu perfil de equilíbrio, os níveis escalonados que nos dão aquela impressão de anfiteatro (fig. 3) e, na sua atual área deposicional, uma planície de laçua variável, que o homem por falta das obras necessárias, ainda não pôde ocupar com as suas construções a não ser em parte mínima, em virtude de estar sujeita a inundações periódicas. O rio Jequièzinho, correndo na maior parte do seu curso, em região de clima árido, é portador de enorme quantidade de sedimentos, acumulados mais notavelmente nas proximidades de sua confluência, quando as suas águas perdem velocidade. Na ocasião das chuvas mais fortes a enchente é inevitável, porque elevando-se de nível o rio de Contas, cujos afluentes a montante são todos de regime torrencial, e encontrando assoreada a linha de fluidez representada pelo seu principal afluente, nessa área, as águas naturalmente desbordam, aumentando, assim e por outro lado, a planície, com as aluviões que carregam.

A cidade somente em pequena porcentagem está construída nessa área de quando em quando inundável. Era aí que outrora, toda ela se edificava, seguindo linearmente o rio. Mas a enchente de 1914 mostrou aos moradores um outro caminho. Hoje, Jequié está situada em pleno terraço fluvial e já está ganhando níveis de erosão mais elevados. As casas, respeitando em sua disposição as ondulações do relevo, cobrem-nas, já agora, por uma vasta superfície, espalhando-se pelas suaves encostas e vertentes das colinas terraceadas regionais.

O mesmo fenômeno ocorre em Jequièzinho, embora em escala menor.



Fig 2 — Confluência do rio Jequiêzinho com o rio de Contas

2 — O médio vale do rio de Contas — A situação da cidade de Jequié

Não é o sítio elemento que se preste a explicar a boa fortuna da cidade. O terreno em que se planta foi sempre hostil à agricultura e o rio, que é o fator dominante, nem mesmo é navegável aí, a não sei por ocasião das “chuvas do caju”, quando essa fruta e outras da estação, como os umbus e as melancias, costumam chegar, conduzidas em canoas, trazidas por lavradores que vêm fazer compras no comércio

É Jequié apenas um pôrto temporário, visitado, em certa parte do ano, por embarcações sem importância e que são responsáveis por um comércio que não tem maior significação

O que parece ter explicado, no passado, prevalecendo, ainda hoje, como razão de seu crescimento, é a privilegiada posição da localidade, como ponto natural de convergência de estradas. As que hoje, ali, se observam são as mesmas contemporâneas dos primeiros tempos do embrião da vida urbana, como a que vai para a mata (Ipiáu-Ilhéus), a de Conquista, a de Maracás, a de Jaguaquara. Tais caminhos são beneficiários dos vales que os condicionaram. Jequié ficou com o privilégio de ser, no vale do rio de Contas, o ponto em que há maior convergência dessas linhas de fluidez, que atingem fundo várias regiões do estado

Por outro lado, o local em que se edificou a cidade, fica, mais ou menos, a igual distância da zona de caatingas e da zona úmida, situando-se no coração da chamada zona da “mata de cipó”, que é uma transição entre aquelas duas paisagens vegetais. Mercê dessa posição conseguiu disciplinar as trocas comerciais forçosamente provocadas na faixa de contacto, entre áreas economicamente diferentes, organizando em torno de si um vasto espaço rural e, ao mesmo tempo, colaborando na sua ocupação e desenvolvimento. A sua proximidade

da área seca lhe valeu sucessivos aumentos da população tanto da cidade quanto do município, após as grandes secas que, expulsando de suas terras os agricultores, faziam com que voltassem as vistas para outras zonas, como a parte sudeste do município de Jequié, de cujas matas úmidas e chuvosas a notícia depressa lhes teria chegado, juntamente com a ciência de que o cacau, plantado em terras análogas, era capaz de dar fortuna fácil ao seu plantador. Era, talvez, ainda mais do que hoje, o local de cruzamento, não só de estradas, como de mercadorias de zonas diversas, como o baixo sudoeste e os planaltos de Maracás, e de Conquista.

O desenvolvimento dos meios de transporte, a expansão da lavoura cacaueira e da criação do gado em terras vizinhas, além do florescimento da cultura do café e de outros produtos alimentares, contribuíram para o fortalecimento da situação regional de Jequié, especialmente após a conclusão da rodovia Rio-Bahia.

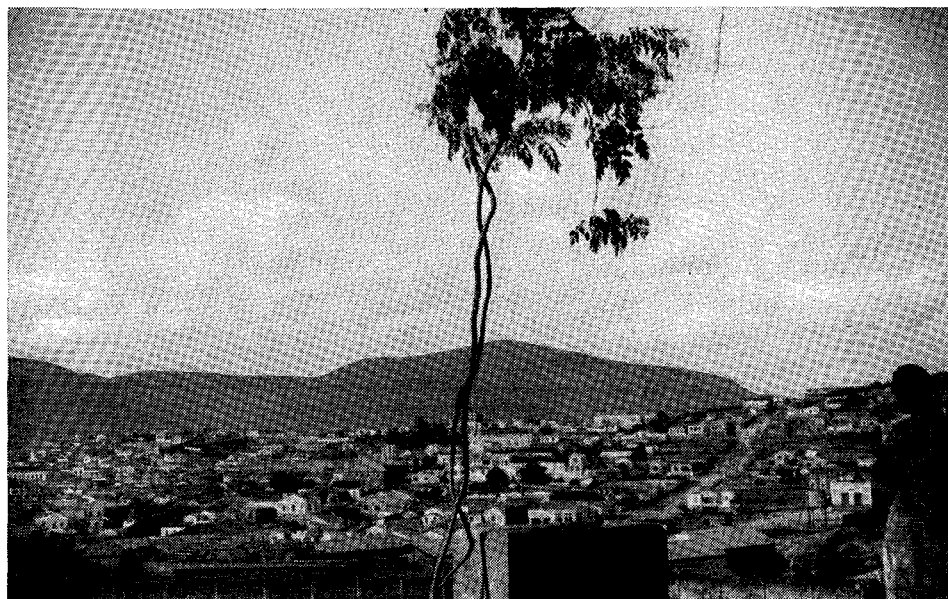


Fig 3 — Outra vista parcial de Jequié. A cidade se estende pela encosta dos morros que a circundam.

II. O CRESCIMENTO URBANO

1 — As raízes do povoamento

Em sua *Corografia Brasília*, publicada em 1817, AIRES DO CASAL não dedica uma linha sequer à localidade de Jequié. Isso mostra que ela não é das mais antigas do território baiano. Contam os historiadores, entre os quais ÉMERSON PINTO DE ARAÚJO, que encarregado de abrir uma estrada entre Camamu e Monte Alto, JOSÉ DE SÁ BITTENCOURT veio a conhecer as terras jequienses. Esse homem foi um dos inconfidentes mineiros de 1789. Malgrado o movimento, tomou o falso nome de Acióli e fugiu para Camamu, onde residia seu pai. Passou, antes, por Conquista, onde foi acolhido por JOÃO GONÇALVES DA COSTA

desbravador daquelas regiões (residência outrora dos índios Camacãs) e amigo da família.

Perdoado já pelo governo e investido nas funções de inspetor de minas, com o título e ordenado de coronel, aquela comissão lhe proporcionou a oportunidade de ver as terras de Jequié, que participavam do "Sertão da Ressaca", nome que era dado à faixa de terra entre o rio de Contas e o rio Pardo. Então era o terreno coberto por densa mata. Animado pela perspectiva de uma próspera lavoura, JOSÉ DE SÁ BITTENCOURT, associado a um seu irmão, comprou boa parte daquelas terras a JOÃO GONÇALVES DA COSTA, pelo preço de dez mil cruzados "sendo metade a dinheiro e metade por uma letra ou escrito de obrigação", conforme nota ainda ÉMERSON PINTO DE ARAÚJO, em seu trabalho sobre Jequié. Foi assim que surgiu a fazenda Borda da Mata, cuja sede, de nome Sobrado, foi edificada a três léguas do sítio atual da cidade.

Morto o dono da propriedade e, também, sua mulher, foi ela (cujo inventário rezava ter doze léguas de extensão e doze de largura) dividida em vários lotes, que receberam nomes também vários. Um deles foi chamado Jequié ou Barra de Jequié e coube ao coronel brigadeiro JOSÉ DE SÁ BITTENCOURT E CÂMARA, governador das armas da província da Bahia. É possível que as suas ocupações, decorrentes mesmo de sua posição, o afastassem da propriedade, razão por que ela começou a entrar em decadência.

Enquanto isso, na confluência do rio Jequiêzinho com o rio de Contas, foi-se formando um pequeno povoado, certamente para servir às diversas fazendas surgidas do retalhamento da antiga "Borda da Mata".

O crescimento da pequena povoação foi-se dando regularmente. Era ela preferida para pouso de tropas, em virtude de sua posição favorável em relação às comunicações com outros pontos da zona e isso contribuiu para aumentar-lhe o "comércio".

Não foram poucos os criminosos que, foragidos da justiça, em suas terras foram procurar homizão. Uma grande seca, no primeiro quartel do século XIX atraiu às terras úmidas cobertas de mata, do sul e sudoeste, uma grande leva de emigrantes. Situada numa zona de transição, a pequena localidade beneficiou-se disso. Já em 1854 a sua função comercial parecia firme, tanto que após a grande enchente desse ano os moradores voltaram a construir suas casas no mesmo sítio. O mesmo, aliás, sucedera vinte anos antes, em 1834.

O maior impulso ao comércio local foi dado, porém, após o ano de 1881, quando chegou a Jequié o italiano JOSÉ ROTONDANO. Ademais os altos preços obtidos pela borracha, de maniçoba nativa na região, serviram, também, de estímulo ao comércio. Em 1893 já era eleito o primeiro administrador distrital. Em 1897 o distrito foi promovido a município, por força de lei sancionada no dia 10 de julho, pelo governador LUÍS VIANA. Nesse mesmo ano criava-se o termo, subordinado à comarca de Areia. Em 1899 instalava-se a freguesia.

O século XX despontaria encontrando Jequié em pleno surto de crescimento, graças à sua posição e aos progressos da pecuária e da agricultura. Em

1910 a vila ascenderia à categoria de cidade. Treze de junho é o seu "Dia da Cidade". É desta época, mais exatamente de 1914 para cá, que se encontram documentos e informes mais preciosos quanto ao seu crescimento. É com o seu auxílio que tentaremos realizar êste esforço interpretativo da bela capital do sudoeste baiano, cuja população, deve ultrapassar, já hoje, os 25 000 habitantes.

2 — *A chegada da ferrovia e sua influência relativamente pequena*

Ao contrário do que muitos poderiam supor, a chegada da estrada de ferro a Jequié não contribuiu de maneira muito notável para o crescimento da cidade. Isso se deu não só porque a essa época já a aglomeração era bastante desenvolvida e de considerável expressão, como porque muitos dos efeitos possíveis fizeram-se sentir a bem dizer por antecipação, porque se sabia ser temporária a parada dos trilhos em Jaguaquara, devendo êles prosseguir para fazer ponto final em Jequié. Demorando cêrca de 13 anos a construção dêsse trecho, isso foi o bastante para fazer com que a antiga fazenda da Cova da Onça se transformasse em uma movimentada cidade, cuja importância, entretanto, foi decrescendo após a inauguração da estação de Jequié. Mas, enquanto Jaguaquara era ponta de trilho, Jequié permaneceu com a sua função inicial de coletora e distribuidora de produtos por sua região, de sorte que a chegada da ferrovia não lhe trouxe aumento de massa muito considerável.

Não se pode todavia negar que a cidade haja crescido à custa de ser ponta de trilho, conquanto os documentos e informações a propósito sejam muito pouco esclarecedores, a despeito de ser o fato quase contemporâneo da atual geração. Isso se deve a que o país atravessava então um período pré-estatístico. Além do mais, nesse período não houve nenhum recenseamento geral no Brasil, sendo insuficientes os documentos existentes.

É verdade, por outro lado, que a ferrovia teve pouco tempo para fazer sentir a sua presença. Oito anos depois da sua chegada, em 1935 já estava sendo aberta a rodovia para Ipiaú, continuada depois pelo ramal que ligou esta última localidade à BA-2, junto a Ibitaia, antiga Tesouros. Enquanto a ferrovia pôde ampliar a sua penetração para o interior, por intermédio da estrada de rodagem, a tendência foi para o engrossamento das suas funções, com reflexo no desenvolvimento urbano. A abertura da BA-2, entretanto, como veremos depois, veio alterar os dados do problema. Por outro lado, o crescente abandono em que se viu a falta de cumprimento dos horários, as demoras de 60 e até 90 dias para entrega das mercadorias, os furtos verificados em caminho, foram contribuindo para que a estação ferroviária fôsse tendo um papel cada vez mais secundário na vida da cidade, limitando-se a receber principalmente materiais de construção, sal, querosene, cimento, a carne farpada, aguardente e açúcar, êstes últimos fabricados, em boa quantidade, na cidade de Nazaré, que é virtualmente o pôrto da estrada de ferro do seu nome.

O tráfico descendente sofreu enormemente. Constituído em grande parte pelo cacau, isso não poderia deixar de suceder, pois o rico produto passou a preferir a BA-2 em suas viagens para Ilhéus ou Salvador.

De 10 065 toneladas transportadas pela ferrovia, em 1938, baixou-se para 304 em 1954, passando por um mínimo de 171 em 1952. Esse acréscimo, verificado depois, deve-se ao crescimento da safra do município de Mutuípe, nada tendo a ver, pois, com a estação de Jequié. O café que até 1952, era a principal mercadoria no tráfego de descida, sofreu também incrível decréscimo, a que a estação de Jequié não está ausente. Eram 18 536 toneladas em 1937 e em 1952 esse número se reduzia para somente 1 380.

A conclusão da Rio-Bahia se, por um lado, fortaleceu a posição da cidade, restituindo-lhe o papel de entreposto, por outro lado veio enfraquecer ainda mais as possibilidades da estação ferroviária. A princípio, aliás, de alguma sorte a rodovia serviu à ferrovia, quando as mercadorias trazidas do sul do país sofriam transbordo para poderem alcançar as cidades marginais à estrada de ferro. Mas a incapacidade desta para as tarefas que lhe pertencem foi-se agravando e todos os municípios subsidiários da linha férrea preferiram abrir estradas de rodagem, que mal ou bem os ligam diretamente à Rio-Bahia.

A presença da Rio-Bahia representou para a estação ferroviária de Jequié uma diminuição notável em seu movimento. Em 1948, a receita era contada em Cr\$ 1 453 949,50, baixando, em 1953, para Cr\$ 514 668,40. Naquele ano venderam-se 39 742 passagens em Jequié, enquanto em 1953 não foram vendidas mais do que 15 898, numa média de 100 por viagem, pois os trens são tri-semanais.

Vê-se, pois a pequena importância da estação ferroviária na vida local. Todavia é possível que a estrada de ferro restaure o seu prestígio, se estiver convenientemente aparelhada para as suas funções e souber resolver inteligentemente os seus problemas de competição com a rodovia. Quanto ao seu papel no crescimento urbano, vimos já que não foi muito notável, seja porque chegou quando a aglomeração era já desenvolvida, seja porque foi pouco o tempo com que contou para influir, pois sobrevieram fatores de perturbação, que serão examinados nos capítulos seguintes.

3 — A captura econômica realizada por uma rodovia

Os dois únicos portos baianos que lucraram com a conclusão da rodovia BA-2, (BR-5 no plano federal) foram o de Salvador e o de Ilhéus, este muito mais, relativamente, que aquele. Os outros portos, os pequenos portos do litoral, como Ituberá e Canavieiras, que se incumbiam de recolher a produção cacauífera das redondezas e entregá-la, por meio de saveiros e navios pequenos em Salvador, (donde era feita, então, a exportação), entraram em decadência. Jequié “ponto de terra”, também sofreu com a superveniência dessa estrada.

No tempo da tração animal, sendo Jequié a estação terminal da Estrada de Ferro Nazaré, isso lhe assegurava a chegada diária de centenas de burros conduzindo cacau, do seu e de outros municípios, que ali embarcava nos comboios ferroviários até Nazaré, onde a carga era transferida para saveiros que,

por sua vez, a levavam ao pôrto da capital. Aí, eram retirados para os armazéns, pagando a mercadoria uma série de tributos e taxas que gravavam fortemente o seu preço, com prejuízo para produtores e exportadores.

As ligações rodoviárias de Jequié com algumas de suas sedes distritais, como Itajuru e Jitaúna e com a cidade de Ipiáú, concluída esta em 1932 ou 1933, reforçaram a sua função de entreposto. Isso enquanto a BA-2 não atingia Ilhéus e não se concluía a ligação Ibirataia-Jequié, que vinha completar a ligação Jequié-Ipiáú. Daí por diante as coisas iriam processar-se de modo diferente. Perdendo tão vasta freguesia, a estrada de ferro entrou em desequilíbrio, ressentida com o impacto da concorrência do caminhão. E sua própria desorganização, disso resultante, acairetou cada vez maior retração dos negociantes quanto a entregar-lhe as suas mercadorias. E até hoje prossegue êsse círculo vicioso, tão prejudicial à economia baiana.

Os números, no que refere ao cacau, são bem ilustrativos: em 1938 foram transportados pelas ferrovias 10 065 toneladas, isto é, 167 750 sacos, em 1942 êsse número descia para 6 139 toneladas ou 102 310 sacos. Em 1948 eram somente 1 815 toneladas ou 30 250 sacos e em 1952 somente 172 toneladas, isto é, 2 866 sacos. No que refere aos 2 últimos períodos citados não se pode deixar de referir à influência da Rio-Bahia, como veremos adiante. Mas, a exportação de cacau por Jequié não atendia somente à produção própria. E, por causa da BA-2, os demais municípios antigamente subsidiários do seu "pôrto" cacaeiro hoje estão mais próximo de Ilhéus que de Salvador, segue-se que à conclusão dessa rodovia é que se deve, principalmente, mesmo nos dias atuais, a diminuição do papel de entreposto cacaeiro de que Jequié se valia antes.

Antes da BA-2 a produção dos municípios sudoestinos era pouco mais do que insignificante e quase todo o cacau transitado, então, pela Estrada de Ferro Nazaré era embarcado na estação de Jequié.

Mas essa mercadoria era procedente não apenas dêsse mas de outros municípios. Em 1935, por exemplo, 7 180 toneladas de cacau foram escoadas pela ferrovia, enquanto o município de Jequié produzia na safra respectiva (1934-35) 5 836 toneladas. Em 1938, para um trânsito de 10 065 toneladas, houve uma produção (1937-38) de 9 437,340. Em 1941, transportava a ferrovia 8 022 toneladas de cacau, enquanto o município de Jequié produzia 7 872,540.

Agora vejamos como as coisas mudam. Em 1947, pouco tempo após a chegada da BA-2 a Ipiáú, que assim ficou diretamente ligada a Ilhéus, a Estrada de Ferro Nazaré transportou 57 670 sacos, mas na safra correspondente (1946-47) somente Jequié produzia 61 141.

Em 1950, conduzindo a ferrovia 10 811 sacos de cacau, a produção (1949-50) de Jequié, somada à de Ipiáú, alcançou 118 832 sacos, isto é, foi dez vezes maior. Em outras palavras 9/10 da produção preferiu o caminhão.

Na verdade a evasão terá sido muito maior, pois deve ser levada em conta a produção de cacau, já agora mais significativa, dos municípios sudoestinos

servidos pela Estrada de Ferro Nazaré. Como o escoamento dessas safras se dá quase todo pela ferrovia, fica evidente que a quota devida à estação de Jequié cada vez mais foi diminuindo, até desaparecer: em 1951 e até hoje, não se registraram mais embarques. Nem ao menos um saco transitou pela estação de Jequié.

Influência da Rio-Bahia? poder-se-á perguntar. Sim e não, pode-se responder, mas, principalmente, não. O cacau que hoje demanda Salvador, de qualquer parte da zona respectiva, dirige-se quase todo para o abastecimento das indústrias aí localizadas e pode suportar fretes mais altos, porque as fábricas, beneficiárias de uma bonificação paga pelo governo federal, podem atribuir melhor preço aos produtores. Como o pagamento é feito contra a entrega do cacau, há pressa, de parte dos produtores e comerciantes, em encerrar o assunto. Conquanto a preferência pela Rio-Bahia esteja condicionada à distância e ao frete, dela se têm servido muitos exportadores, como já observamos; e isso, naturalmente, iria reforçar pela Jequié a sua posição como lugar de ruptura de carga, substituindo assim, e de certo modo, a estrada de ferro, no que se refere ao cacau.

A BA-2 fez o contrário. O cacau que vai ser exportado em bagas é transportado por essa estrada e mesmo que seja originário do município nem sequer passa pela cidade de Jequié. Ora, o que interessa, diretamente, à vida urbana, o que, outrora, lhe dava animação, ajudando-lhe o desenvolvimento, era o transbordo do cacau, a sua ruptura de marcha. E é, sobretudo à BA-2 que, inegavelmente, se deve a mudança. Apuramos, na agência local do Instituto do Cacau, que, antes dessa rodovia, a média anual de exportação do cacau por Jequié era de 120 000 sacos, atingindo os 180 000 no ano em que vigorou a portaria chamada do “fomento econômico” pela qual toda a produção tinha de ser entregue àquele órgão. Aberta a BA-2 ao tráfego, a média de escoamento local não temido a mais de 50 000 sacos. É, pois, a BA-2 a principal responsável pela diminuição da importância da cidade, como entreposto não só cacaueiro, como de outras mercadorias. Isso, como natural, teria de influir negativamente, tanto no papel regional, quanto no próprio crescimento do organismo urbano.

Confiou-se, assim, a previsão do agente local do I.B.G.E., enunciada em seu relatório de 1942: ... “se as rodovias atingirem outros municípios com portos marítimos, o comércio local será prejudicado...”

Jequié, “pôrto de terra”, não poderia deixar de ressentir-se com a concorrência dos portos de mar, ou, mais acertadamente, com a concorrência do único pôrto de mar que, realmente, se beneficiou com a nova organização do espaço. Nesse ponto Ilhéus começa a disputar com Jequié, procurando afirmar-se com a incorporação ao seu *arrière-pays* de novas áreas, que dantes giravam sob a atração de outro centro. Jequié era um desses centros, destinados a perder parte de sua zona de influência, em favor de Ilhéus.

Vejamos, agora, o que ia acontecer com a chegada da Rio-Bahia.

Cacau transportado pela Estrada de Ferro Nazaré

<i>Toneladas</i>	<i>Toneladas</i>	<i>Toneladas</i>
1933 — 4 505	1940 — 7 321	1947 — 3 460,208
1934 — 6 324	1941 — 8 022	1948 — 1 814,989
1935 — 7 180	1942 — 6 139	1949 — 2 629,293
1936 — 9 317	1943 — 10 455	1950 — 648,703
1937 — 9 011	1944 — 8 097	1951 — 211,332
1938 — 10 065	1945 — 6 280	1952 — 171,911
1939 — 6 148	1946 — 6 972	1953 — 417,430

4 — O papel da Rio-Bahia no rejuvenescimento de Jequié

A construção da rodovia Rio-Bahia representou para Jequié a abertura de uma nova fase de prosperidade e crescimento. Vendo a estrada passar pelo coração da cidade, confundir-se com as suas próprias ruas, sacudindo-lhe os antigos padrões de cidade interiorana e lhe transmitindo o sangue novo de um cosmopolitismo carregado das grandes metrópoles pelo caminhão, a capital do sudoeste logo soube adaptar-se às necessidades da rodovia, dela lucrando não apenas uma agitação de superfície, porque soube incorporá-la à sua própria existência urbana, recolhendo disso mais movimento e animação. Foi assim que logrou aumentar-se em população, como em área construída, reforçando sua posição regional e a de “porto de terra”, que, no passado, fizera a sua fortuna.

Como a estrada de rodagem pôde tão fortemente influir no desenvolvimento da cidade de Jequié, a ponto de provocar a criação de uma verdadeira *association routière*, que viria a dar novo impulso às atividades urbanas?

O traçado da rodovia Rio-Bahia, no território baiano, evita as aglomerações urbanas, desenvolvendo-se em diagonais, algumas delas com até dezenas de quilômetros. As cidades que se deixam atravessar pela importante via interestadual são, naturalmente, beneficiadas. E se transformam em etapas da marcha automóvel, lucrando tanto mais dessa condição quanto melhor estejam aparelhadas para desempenhar as respectivas funções. Jequié, como também Conquista e Feira de Sant’Ana, está nessa categoria e instintivamente soube ir se dobando às exigências do tráfego rodoviário, sempre crescente.

Sob a influência da Rio-Bahia, que a tornou muito mais próxima da capital do estado, e incomparavelmente mais próxima do Rio e de São Paulo, a cidade foi recuperando a sua antiga e importante função de “porto de terra”, que embora pàlidamente presente, estava a pique de perder com a falência da Estrada de Ferro Nazaré e a influência negativa da BA-2. Quanto ao comércio de cacau, linhas atrás vimos o que ocorreu. O mesmo aconteceria com outras mercadorias, transportadas pela nova rodovia e de que Jequié se transformou em natural centro redistribuidor.

Tudo isso provocou fundos reflexos em todos os setores da vida urbana.

Comércio de abastecimento da Região de Jequié — Locais de origem das mercadorias

	AIQUARA	ITAJI	ITAJURU	JITAÚNA	IPIAÚ — cidade	IBIRATAIA	BARRA DO ROCHA	UBATÃ
ILHÉUS.....					Banha Farinha de trigo Charque	Bacalhau Banha Charque	Bacalhau Banha Café em pó (Itabuna) Charque Farinha de trigo Sal Fuba de milho	Bacalhau Banha Café em pó (Itabuna) Charque Farinha de trigo Sal
JEQUIÉ.....	Farinha de trigo Arroz Alcool Bacalhau Cebola Charque Fubá de milho Macarrão Óleos comestíveis Peixe seco e enlatado Queijo Sal	Açúcar Alcool Arroz Bacalhau Banha Batata Cebola Charque Doce enlatado Fubá de milho Macarrão Óleos comestíveis Fubá de milho Macarrão Peixe seco e enlatado Queijo e óleos Sal	Açúcar Alcool Arroz Bacalhau Cebola Charque Doce enlatado Fubá de milho Macarrão Óleos comestíveis Peixe seco e enlatado Sal	Açúcar Alcool Arroz Bacalhau Cebola Charque Doce enlatado Fuba de milho Macarrão Óleos comestíveis Peixe seco e enlatado Sal	Arroz Bacalhau Macarrao Batata inglesa	Aguardente Arroz Batata Sal	Açúcar Aguardente Arroz Batata Macarrão	Aguardente Arroz Batata Fubá de milho Macarrão
SALVADOR.....	Tecidos	Tecidos	Tecidos		Doce Peixe Queijo Sal Óleos comestíveis Fubá de milho Tecidos	Doce Farinha de trigo Fubá de milho Macarrão Óleos comestíveis Peixe seco em lata Queijo Tecidos	Doce Óleos comestíveis Queijo Tecidos	Doce Óleos comestíveis Peixe em lata Tecidos
RIO.....					Tecidos			
PERNAMBUCO.....					Aguardente Tecidos	Tecidos	Tecidos	Tecidos

OBSERVAÇÕES: Jequié recebe tecidos de todos esses lugares, e de Pernambuco, doce em lata; de São Paulo, óleos comestíveis; do Rio, peixe em lata; de Porto Alegre, cebola, banha, arroz descascado e charque; de Salvador, açúcar, farinha de trigo, macarrão, fubá de milho. Ipiáu fornece a Ibirataia, Barra do Rocha e Ubatã, banha, batata, café, pão, carne de sol, farinha de mandioca, feijão, manteiga, milho, rapadura, requeijão, sabão e toucinho salgado.

FONTE: Inquérito sobre comércio de abastecimento feito pela Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia (1952).

A association routière — Antes da Rio-Bahia havia apenas uma oficina de reparos de veículos, 2 postos de conservação e bombas de gasolina. Em 1953 êsses números estavam elevados para 16, 5 e 6 respectivamente. Em 1954, cinco estabelecimentos negociavam com automóveis e acessórios, enquanto em 1950 eram somente 3 e nenhum antes de 1940

	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Oficinas	14	—	14	14	16	—
Postos de conservação	1	—	3	4	5	—
Bombas de gasolina	11	—	11	6	6	—
Estabelecimentos que negociam com automóveis e seus acessórios	3	3	—	5	—	5

Em 1953 havia registrados, no município, 452 veículos, sendo 178 automóveis, (*jeeps* na maioria), 29 ônibus, 57 camionetas e 188 caminhões, enquanto em 1938 eram apenas 83, no total

Município de Jequié — Veículos automóveis

	1938	1945	1948	1951	1952	1953
Automóveis	—	—	48	—	—	178
Camionetas	—	—	48	—	—	57
Caminhões	—	—	117	—	—	188
Ônibus	—	—	18	—	—	29
TOTAL	83	108	183	414	436	452

Contaram-se 5 empresas de transporte de carga operando na cidade, enquanto não havia nenhuma antes da rodovia.

No que refere aos meios de hospedagem a evolução foi, igualmente, notável. Ao único hotel existente em 1920, juntaram-se, nos 20 anos subseqüentes algumas pensões, precariamente instaladas. Os dados estatísticos para 1941 revelam que, nesse ano, Jequié possuía 8 casas de hospedagem. Deve-se, todavia, considerar que não havia um critério rígido para classificar, critério que somente surgiu em 1953, quando o I B G E recomendou que, nas cidades, somente fôssem contados os lugares de hospedagem com 10 ou mais acomodações. Daí o aparente decréscimo na respectiva estatística a partir daquele ano. Acrescente-se, porém, que certos hotéis melhoraram as suas condições e que se abriram novos. Os 17 contados em 1954 possuíam 475 lugares, isto sem contar com as 4 pensões que, no mesmo ano, foram encontradas com menos de 10 acomodações.

Cidade de Jequié — Meios de hospedagem

1920 — 1	1945 — 10	1950 — 20
1941 — 8	1946 — 11	1951 — 21
1942 — 11	1947 — 12	1952 — 23
1943 — 10	1948 — 13	1953 — 18
1944 — 10	1949 — 18	1954 — 17

Em 1954 eram cêica de 10 os restaurantes locais e 15 os cafés, estabelecimentos quase inexistentes antes da chegada da rodovia.

Destarte, pode-se calcular que, em 1953, entre 600 e 700 pessoas tinham ocupações diretamente ligadas ao tráfego rodoviário em Jequié, contando-se 63 empregados nas casas de manutenção e reparação de automóveis e calculando-se em 20 os das casas que vendem peças e acessórios, em 60 os dos postos de lubrificação e bombas de gasolina, em 100 os dos hotéis e pensões e em 400 os motoristas e cobradores domiciliados na cidade

Reflexo sôbre a vida urbana

Reciada e fortalecida a *association routière*, outras atividades vieram juntar-se às já existentes e estas, por sua vez, não raro se avolumaram, consideravelmente Jequié viu afluir para sua sede municipal grande massa de pessoas dos distritos e de municípios vizinhos, e a melhoria dos seus equipamentos urbanos, especialmente nos últimos 10 anos, contribuiu para motivar uma atração cada vez mais notável, reforçando-a na condição de verdadeira capital regional. O hospital regional, fundado desde alguns anos teve 2 novos companheiros, numa casa de saúde e na maternidade

O ginásio particular existente desde 1940 divide, hoje, as suas funções com um estabelecimento público, instalado em 1952 Tudo, enfim, se desenvolveu em ritmo acelerado, contrastando com o de épocas anteriores

Em 1950 havia na cidade 305 casas comerciais e 59 indústrias Em 1948 as casas de negócios eram 395 em todo o município, número que ascendeu para 674 em 1953. O número de bancos cresceu Cresceu o número de escolas. A própria renda municipal deu um verdadeiro salto. De um orçamento de 800 mil cruzeiros em 1940, passou-se a 12 milhões (quinze vezes mais) em 1955. Esses números são significativos porquanto é do distrito-sede que vem a quase totalidade da renda municipal — em 1952 contribuía com cêica de 80% sendo seguido imediatamente pelo distrito de Jitaúna que, tendo quase metade do número total de propriedades rurais, recolheu aos cofres da comuna menos de 10% da receita total Há, ainda, um outro aspecto — a renda provinda de Jitaúna incide quase inteiramente sôbre a atividade agrícola, enquanto a do distrito-sede é, quase tôda, proveniente dos impostos sôbre as atividades urbanas.

Renda do município de Jequié em 1952, por distrito

Sede	5 277 014,80
Aiquara	168 431,90
Baixão	15 922,70
Boaçu	24 174,90
Itaji	306 375,70
Itajuru	113 623,80
Jitaúna	645 916,00
Total do município	6 551 459,80

À chegada da ferrovia em 1927, Jequié contava com 1 406 casas. Em 1943 êsse número subia para 2 508. Foi um aumento de 78,37% em um período de 16 anos, correspondendo a cerca de 69 construções em cada ano. Todavia, no ano de 1954 eram já 5 288 os prédios lançados pela Prefeitura. Isso quer dizer que, nos onze anos do período 1943-54, o número de casas mais que dobrou, (210%) com a edificação de 2 780, equivalente a 252 novas construções anuais.

Número de prédios

<i>Ano</i>	<i>Total da cidade</i>	<i>Jequiêzinho</i>
1925	1 339	152
1926	1 338	155
1927	1 406	175
1934	1 791	259
1937	2 017	309
1943	2 508	429
1944	2 674	502
1951	4 660	1 220
1952	4 902	1 223
1954	5 288	1 328

Quanto à população o mesmo fato pode ser observado. Dos 4 370 habitantes estimados para 1918, passava em 1928 para 13 000 (recenseamento feito pelo Posto de Profilaxia), em 1940 eram 13 468 à data do recenseamento. Mas, em 1950 contaram-se 20 652 pessoas. Enquanto a população do município crescia apenas 7,02%, a da sede obtinha um aumento de 55,68%. Em números absolutos, a da cidade obteve maior crescimento que a do município todo. Foram 7 384 contra 5 714, no período intercensitário. Aliás, a população rural do município de Jequié decresceu cerca de 9,44%. Certas vilas, como Itajuru, Aiquara, Itaji e Jitaúna viram consideravelmente aumentados os seus efetivos, em detrimento do mundo rural.

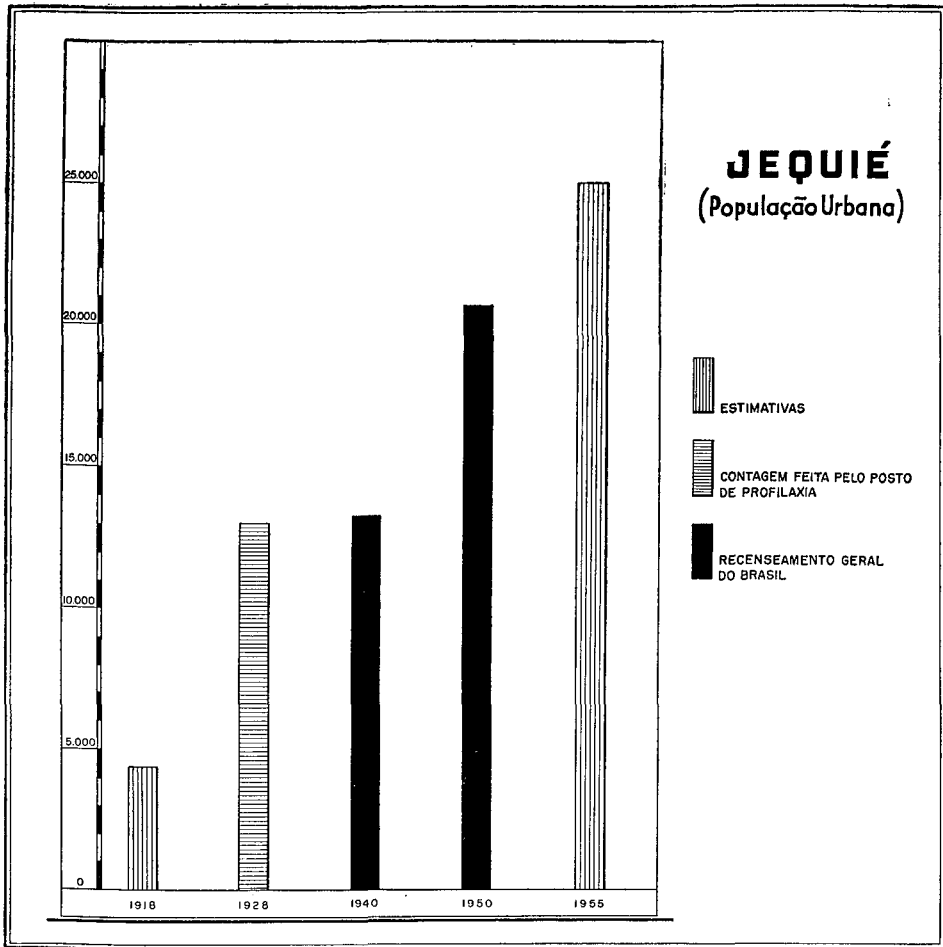


Gráfico n° 1

III A ESTRUTURA DA CIDADE

1 — Plano e fisionomia

Primitivamente era uma cidade linear — Jequié foi, outrora, uma cidade-linear, estendendo-se paralelamente ao rio, como inúmeras outras de idêntico sítio. Então, conforme atestam moradores, o rio de Contas àquela altura era muito mais estreito, sua largura atual devendo-se levar à conta da presença do homem, de sua atividade agrícola ligada invariavelmente às queimadas, fatores de erosão que igualmente contribuem para o alargamento gradativo do leito. Mesmo assim, o rio não desempenha o papel de via de transporte, exceto em pequena parte do ano, quando recebia maior quantidade de água. A atração que exercia sobre o povoamento ligava-se sobretudo ao abastecimento de água.

Em 1914, entretanto, uma grande enchente destruiu boa quantidade de casas, admite-se que fôssem mais de 2 000, deixando a maioria da população ao desamparo. Essa enchente causou danos semelhantes a tôdas as localidades ri-

beirinhas, como Ipiaú, Barra do Rocha e Ubaitaba, sendo que esta última foi, possivelmente, a que mais sofreu.

Por ocasião da enchente a aglomeração acompanhava o rio até perto de Curral Novo, conquanto as casas de certa altura em diante estivessem salteadas. Então, o quadro urbano se compunha dos seguintes logradouros: praça Luís Viana, praça São João, hoje João Borges, rua das Flores, que é hoje a entrada da rodovia Rio-Bahia, rua da Vitória, hoje Lindolfo Rocha, rua da Areia, hoje Félix Gaspar, rua das Pedrinhas, hoje 15 de Novembro, rua do Maracujá, hoje Passos, rua Pedregulho, hoje 27 de Janeiro e rua do Boi, hoje Pôrto Alegre. Em 1914 o cemitério local era onde atualmente se encontra o prédio escolar, na avenida Rio Branco. Jequiêzinho também já existia, não obstante sua feição nitidamente rural. Eram casas dispersas, sedes de chácaras e pomares. Muitas dessas situavam-se onde hoje está o leito do rio.

Do plano linear ao plano radial — Devendo reconstituir a antiga vila, os moradores recusaram-se a construir suas casas ao alcance de uma nova enchente. Começaram a deslocar-se pelas encostas dos morros, preferindo, a princípio, os de declive mais suave. Também as estradas, que de Jequiê demandavam as diversas zonas em que se fazia o seu comércio, começaram a ter mais povoadas as suas margens, formando ruas cujas denominações antigas bem evidenciam o fenômeno: rua da Areia, rua Maracás, rua Joaquim Romão, que era a saída para a estrada do Curral Novo, caminho que ia ter a Conquista, depois de transposto o rio. Tinha a cidade, então, um plano radial, com base no antigo centro, mas continuando a obedecer à orientação do relêvo, cujas linhas de menor resistência aproveitava.

A chegada da estrada de ferro parece ter influído pouco na modificação do plano da cidade. Os terrenos em que se edificou a estação eram pertencentes a um particular, um italiano de nome ROTONDANO, descendente daqueles que primeiro se estabeleceram com uma casa comercial em Jequiê. Esse rico proprietário loteou as terras vizinhas, pretendendo vendê-las a quem o desejasse. Isso, possivelmente, contribuiu para a demora da ocupação dessa área, pois quem desejava construir preferia fazê-lo em outra direção, onde os terrenos não lhe custassem coisa alguma. Ainda hoje a soldagem com a estação ferroviária ainda não se deu inteiramente, sendo recentes, em sua maioria, as ruas que se lhe situam em torno. Os trilhos, entretanto, exercem o papel que universalmente lhes é reconhecido, descrevendo como que uma linha de limites para as construções urbanas, linha que em Jequiê somente é ultrapassada por uma pequena fila de casas populares, ocupadas principalmente por empregados ferroviários.

O traçado atual: natural e rádio-concêntrico — O crescimento da cidade, especialmente nestes últimos lustros, completaria a evolução da sua paisagem, mudando o seu plano radial em um traçado rádio-concêntrico, com a colmatagem dos espaços entre as radiais. Isso se deu mediante a abertura de novas ruas, transversais em relação aos antigos e novos caminhos, que depressa se povoaram. É nessa terceira etapa que tomam características mais definidas os bairros da cidade, como o de Joaquim Romão e outros, e que nascem ou se avolumam seus verdadeiros subúrbios, como Jequiêzinho e Mandacaru.

Nos últimos cinco anos abrem-se novas artérias e bairros, como o Campo do América, Bairro do Hospital, Alto do Cruzeiro, Santa Maria e outros, inclusive o bairro *chic* que, atrás da igreja matriz, está se formando em anfiteatro, subindo rapidamente a encosta dos morros.

Jequièzinho tem um plano mais regular que Jequié, devido talvez à sua topografia mais acolhedora, fator que teria levado os jequeienses a pensarem, após a enchente de 1914, em reconstruir ali a sua cidade, empreendimento que não levaram a termo devido às resistências opostas por proprietários de terrenos, que se recusaram a vendê-los. Essa topografia menos acidentada, de suaves encostas terminadas por uma larga plataforma, possibilitou a abertura de ruas amplas, arborizadas e bem iluminadas, que se cortam em cruz.

Jequié está numa área de relevo mais movimentado, o que determina certas limitações e desfigurações ao seu plano, um verdadeiro plano natural. Há, na verdade, no que poderemos chamar de cone de dejectos do rio Jequièzinho, perto



Fig. 4 — A baixada continua desocupada, porque sujeita a enchentes periódicas

de sua confluência com o rio de Contas, uma planície de razoável extensão que, entretanto, se encontra inteiramente desabitada (Fig. 4). É um dos vazios dentro do plano da aglomeração. Sua existência se explica porque essa área é a que mais depressa sofre os efeitos das enchentes. Se, entretanto, trabalhos de retificação e drenagem fossem realizados tal inconveniente poderia ser eliminado e a cidade encontraria uma boa margem para expandir-se no plano, sem os embaraços já apontados de uma incômoda movimentação do relevo.

A fisionomia da cidade — Assim, se fizermos exceção ao subúrbio de Jequièzinho, poderemos dizer que Jequié tem um plano natural e rádio-concêntrico. Suas casas tomam como ponto de referência as grandes linhas de circulação, as vias que põem a cidade em comunicação com o exterior e lhe possibilitam o exercício de suas funções de capital regional. Partindo dos vales, como que se sobrepõem umas às outras, formando anfiteatro: sujeitam-se às limitações

da topografia. No centro da cidade, na antiga urbe, são as casas coladas umas às outras, "parede-meia", formando ruas e praças desalinhadas, sem qualquer simetria ou plano, algumas das quais muito estreitas. A periferia, beneficiária das normas vigentes à época do seu aparecimento, tem ruas largas e ensolaradas, com as habitações separadas, entre si, por espaços vazios, conforme preceituam as determinações da engenharia sanitária. Jequié, contudo, tem grandes praças, em uma das quais fica um belo jardim. Seu edifício mais alto tem somente dois pavimentos, conquanto haja um outro, de construção recente, com 3. Ambos ficam na praça Rui Barbosa.

É uma cidade constantemente movimentada, não só pela importância de seu papel regional, como pela passagem diária de dezenas de automóveis e caminhões, obrigados a atravessar pelo coração da cidade, cortada, como se sabe, pela rodovia Rio-Bahia.

Nos sábados, dia de feira, ela exerce uma função tipicamente agrícola, lembrando as outras vilas e cidadezinhas da zona do cacau, invadida, nesse dia, por tropas de burros, carregadas de produtos agrícolas e por uma considerável massa de rurais, que lotam a praça do Mercado, em cujas casas de negócio encontram as utilidades de que necessitam para compor o farnel semanal

2 — O centro da cidade

No elementar e incipiente zoneamento urbano de Jequié, espontaneamente estabelecido de alguns anos para cá, pode-se distinguir, sem dificuldade, a sua área central, especificamente comercial, das demais áreas, as zonas residenciais da cidade. A parte comercial se alarga por várias ruas, cobrindo vasta extensão de terreno. É formada de casas na maioria térreas, coladas umas às outras, "parede-meia" como se diz por ali, um que outro sobrado e apenas um edifício com três pavimentos, recentemente construído, e que fica numa das esquinas da praça Rui Barbosa. É que a expansão do comércio local, vai-se dando à custa de uma lenta expulsão das casas de residência.

A princípio o comércio jequeense situava-se bem próximo do rio e paralelo a êle. O centro da cidade era na praça Luís Viana, onde também ficava a igreja matriz. Com a enchente, o comércio se expandiu em sentido normal à calha, ganhando as ruas 7 de Setembro e João Mangabeira. A feira, que se realizava naquela praça, mudou-se para a praça Rui Barbosa, que era, então, uma "manga", de propriedade dos irmãos GRILLO, e foi por êles cedida, com êsse objetivo. A presença da feira animou comerciantes a se instalarem em seu derredor com estabelecimentos. Depois com as obras de urbanização feitas na cidade, um jardim sendo edificado aí, a feira foi novamente transferida para a praça da Bandeira, um grande largo próximo, onde o mesmo fenômeno se repetiu, com a multiplicação das casas de negócio, cujo número foi consideravelmente ampliado, depois que se concluiu a construção e entrou em funcionamento o mercado municipal.

As transversais entre essas praças e ruas abrigam também diversos tipos de comércio, como o hoteleiro e os consultórios médicos e dentários, que as preferem talvez pela sua relativa calma.

Há uma certa especialização nas diferentes áreas internas da zona comercial. Assim as praças dos Caixeiros Viajantes, Luís Viana, João Borges, ruas 10

de Novembro, 25 de Outubro, Presidente Dutra, Costa Brito e a travessa Presidente Dutra, que estão mais próximas da entrada da rodovia, formam uma verdadeira *association routière*, (fig. 5) com a presença de oficinas de reparos de automóveis, postos de lubrificação, bombas de gasolina, hotéis baratos, restaurantes, cafés, agências de empresas de transportes, postos arrecadadores de impostos, de fiscalização e policiais, etc. (fig. 6) Os bancos ficam na praça Rui Barbosa e imediações.



Fig 5 — Nessa praça, que participa da *association routière*, ficam as pensões preferidas pelos motoristas e viajantes “de uma noite só” .



Fig 6 — Uma das ruas da *association routière* de Jequié

As ruas João Mangabeira e Sete de Setembro concentram o comércio de luxo, que se estende até a praça Rui Barbosa onde também se encontram os melhores hotéis. Na praça do Mercado encontram-se casas de secos e molhados, alguns grossistas, depósitos de mercadorias etc.

Não nos foi possível medir as diferenças da população diurna e noturna do centro de Jequié, para avaliarmos em que medida tem êle aspectos semelhantes aos das grandes cidades. Os dados do recenseamento de 1950, que temos à mão, dão-nos, porém, indícios convincentes de uma nítida diferença dos índices demográficos dessa e das outras áreas de Jequié. Sendo a cidade, junto com o município, dividida em setores, para o fim de trabalho censitário, aconteceu que houve setores dos quais se pode dizer que são quase exclusivamente residenciais, mas o mesmo não ocorreu com a parte comercial da cidade, que não constituiu um setor só, mas foi distribuída indiferentemente por vários. Entretanto alguns desses formam-se de uma grande maioria de ruas comerciais. É o caso dos setores censitários de números 1, 6 e 7, principalmente o primeiro.

NÚMERO DO SETOR	Número de lançamentos	Número de domicílios	Número de moradores
1	272	117	876
6	304	181	1 165
7	216	148	705

Vê-se, por um lado, na tabela anexa, que o número de domicílios é muito inferior ao de lançamentos, especialmente no setor 1, onde as casas de residência são em número pouco superior a 40% do total. No setor 6, a porcentagem é de 60%; e no 7, de 70%.

Dos 792 lançamentos apurados nesses 3 setores, 346 não são domicílios. Há uma quase coincidência com o número de estabelecimentos comerciais existentes em 1950, isto é 305. O restante deve ser contado como hotéis, consultórios, serviços, etc., além das indústrias, que, então, eram 59. Assim fica até um excesso, que se deve atribuir às indústrias e casas comerciais situadas nos bairros.

Por outro lado, sendo a média na cidade de cerca de 4 habitantes por prédio, nos três setores citados ela apenas beira essa média no setor 6 e pouco ultrapassa os 3, nos setores 1 e 7.

Levando-se em conta apenas os domicílios, há uma inversão, porque no setor 6, cada qual abriga 6, em média, enquanto no setor 7 essa porcentagem média cresce para quase 5 e no setor 1 atinge quase 8. Isso se dá pela presença maior de hotéis e pensões nesses dois setores, sendo que no setor 1 estão os maiores, os de maior capacidade.

Não se pode, assim, deixar de reconhecer que o centro urbano de Jequié possui caracteres definidos e próprios. Se arquitetonicamente êle pouco se distingue do resto da cidade, todavia, funcionalmente, pelos ritmos de suas pulsações e por sua população eminentemente diurna, êle tem caracteres diferenciais bastantes para distingui-lo dos demais bairros.

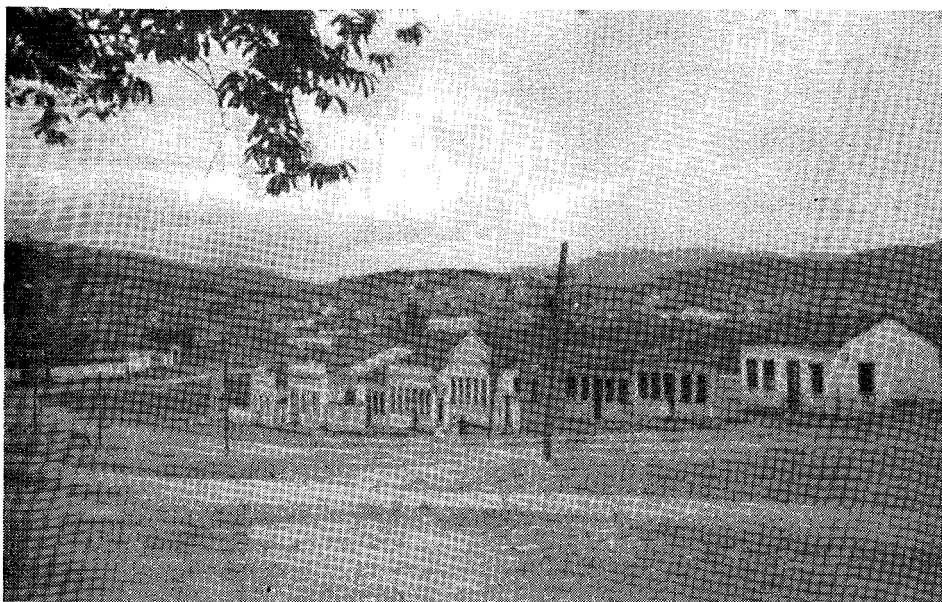


Fig. 7 — Uma rua do bairro de Jequiêzinho. Ao fundo, a cidade de Jequié

3 — Os bairros

Invadida por uma considerável massa de população de origem rural, Jequié viu, à sua custa, crescerem os seus incipientes bairros, cuja expansão anterior vinha-se dando muito lentamente. É verdade que houve, também, a soldagem entre os antigos caminhos — com o tempo tornados ruas — e que ligavam a cidade ao exterior, mas os terrenos foram cada vez mais encarecendo e conseqüentemente expulsando os mais pobres das áreas mais próximas do centro. Assim foram se formando e crescendo os bairros.

a) Jequiêzinho

Jequiêzinho (fig. 7) é exemplo típico de bairro crescido em ritmo igual, ou talvez mais acelerado, que o crescimento demográfico da cidade. Situado à margem esquerda do Jequiêzinho, afluente de margem esquerda do rio de Contas, num terreno suavemente ondulado, antes de 1914 pouquíssimas casas estavam construídas ali: eram sedes de sítios e fazendolas. Em 1918 a mesma situação ainda perdurava e somente em 1930, com a abertura da rodovia para Ipiatú, é que às suas margens se foram estabelecendo residências, logo atraindo outras e formando o nódulo que deu origem ao grande bairro que ali se ergue. A ponte sobre o rio Jequiêzinho, que substituiu as antigas pinguelas, fez a soldadura entre as margens e facilitou a expansão do povoamento. Enquanto em 1925, o número de casas de Jequiêzinho era de 11,2% do total da cidade, em 1934 essa porcentagem subia para 15,3%. Em 1954, com 1.328 residências, Jequiêzinho abrigava cerca de 25,1% do total das casas urbanas.

De 1937 até 1954, enquanto o número das casas do bairro quadruplicava, o do resto da cidade apenas dobrava. Isso mostra que Jequié está se expandindo

em sua direção, beneficiando-se as famílias mais pobres e de classe média, da suave ondulação do relevo e do bom preço dos terrenos. Contribuíram também para essa preferência a presença da água encanada, da luz elétrica e de um bom serviço de ônibus.

O maior crescimento de Jequièzinho é posterior à Rio-Bahia, como consequência indireta da influência dessa rodovia sobre a cidade. Já entre 1943 e 1951 a média anual de construção foi de 100, ou seja, uma cada 3 dias e um quarto, enquanto de 1918 até 1943 a média de edificações não passou de 15

Em 1918 havia exclusivamente em Jequièzinho as ruas 19 de Fevereiro, (que era a principal) e as do Oriente, do Gravatá e do Pau Ferro, onde começava a estrada para a mata. Em 1943 as artérias que formavam esse bairro eram apenas as ruas Leôncio Galvão, 19 de Fevereiro, Oriente, Água Branca, da Linha, 1.º de Outubro, Esporte Clube, João Emílio e Santos Dumont, nove portanto. Em 1954, além dessas, contavam-se mais as ruas Brigadeiro Sá, antiga Aníbal Brito, N. S. Perpétuo Socorro, São Paulo, Agapito Fernandes, Eliézer Sousa Santos, Mongoióis, Dr. João Braga, do Alecrim, Dr. J. J. Seabra, da Paz, Prof.^a Virgínia, João Ribeiro e travessa Leôncio Galvão, Dr. João Braga e Água Branca.

Conta Jequièzinho com um ativo comércio, concentrado numa única rua, a Brigadeiro Sá, que se beneficia da passagem da rodovia e onde os moradores encontram utilidades de primeira urgência, além de avarinhos e fazendas. Isso, junto à tradicional rua da boêmia, dá ao bairro um certo ar de independência, defronte do organismo urbano. Mas a quase totalidade da sua população trabalha na cidade.

Em 1950, Jequièzinho contava com 5 684 moradores, mais de um quarto do total da cidade, (mais exatamente 27,4%). Hoje, possivelmente, essa porcentagem estará bem mais elevada. É lícito admitir que a maior parte da sobrecarga demográfica recebida pela cidade de Jequié tenha ido localizar-se preferentemente nesse bairro e nos de Joaquim Romão e Mandacaru.

Aliás, a população que se deve considerar como sendo de Jequièzinho é, a rigor, muito maior que a estatisticamente considerada. Cachoeirinha que lhe fica contígua é uma localidade que somente do ponto de vista oficial pode ser considerada um povoado.

De fato, é, simplesmente, apenas uma continuação de Jequièzinho, com quem forma um todo orgânico. Sua população, estimada, em 1954, em 430 almas, estatisticamente considerada rural, pode, pois, ser acrescentada à população urbana da cidade de Jequié.

b) Mandacaru

Mandacaru é outro importante bairro da cidade. Situado à margem da Rio-Bahia sofreu-lhe influência direta, ao contrário de Jequièzinho, que resulta das tendências gerais de crescimento urbano, provocada pela presença da importante rodovia interestadual.

Estatisticamente é Mandacaru um povoado do distrito de Boagu, cujos limites com o distrito sede ficam bem próximos da cidade, quase dentro dela.

Quem, desavisadamente, compulsar as estatísticas referentes aos dois últimos censos terá a impressão de que cresceu a população desse distrito (de 4 354 para 6 158).

De fato, porém ela diminuiu, a menos que forçando a realidade, não excluamos dele esse povoado, que, marginal à nova rodovia, cedo soldou-se ao organismo urbano, de que, hoje, é uma parcela, e de cuja vida participa ativamente, no exercício da função residencial. Sua população muito reduzida há 10 anos atrás, atualmente é estimada em 700 pessoas.

c) Joaquim Romão

Joaquim Romão é outro bairro, onde, cada ano que passa, cresce consideravelmente o número de moradores, que são, principalmente, das camadas mais humildes da população. Difere dos dois anteriores mencionados, porque é, na verdade, uma continuação do casario urbano, com o qual forma um só todo, enquanto Jequiêzinho e Mandacaru se encontram um pouco afastados, separados como se acham, respectivamente, pelos rios Jequiêzinho e de Contas. Também nesses 2 últimos é grande o número de chácaras e quintais plantados, enquanto Joaquim Romão nada tem que o aproxime do mundo rural.

Outrora, havia, apenas uma rua. Era o começo da estrada, primeiro de animais depois de rodagem que, acompanhando o curso do rio, conduzia a Curral Novo, onde em qualquer época do ano se podia atravessar o rio, para encontrar a estrada para Conquista. Depois, e pouco a pouco, foi-se fazendo a soldagem. O casario foi galgando a encosta dos morros, ganhou o seu tópo e já vai descendo a contra-encosta, para encontrar-se com as edificações que, beneficiando-se do traçado da Rio-Bahia, no outro lado já se vão levantando. O crescimento de Joaquim Romão, mais apreciável de 4 anos para cá, reflete a sobrecarga demográfica recebida por Jequié, cuja área construída desbordou naturalmente para o vizinho espaço contíguo, tanto mais facilmente após a criação de linhas de ônibus, em 1953, ligando ao centro o populoso bairro.

d) O bairro elegante

Sòmente de alguns anos para cá é que Jequié vê edificar-se um bairro *chic*, que fica quase contíguo ao coração da cidade, (fig. 8) galgando a encosta dos morros, ao lado e por detrás da igreja matriz.

Até bem pouco tempo as residências dos ricos fazendeiros de gado ou cacau, ou dos comerciantes bem sucedidos, misturavam-se às casas de funcionários públicos e pessoas das classes médias, nas ruas bem próximas ou periféricas ao centro comercial. O aumento da população, que determinou a expansão da área construída, foi empurrando para as zonas mais externas os moradores mais pobres, as edificações acompanhando as linhas de fluidez e as suas transversais. Por isso, os terrenos mais acidentados permaneceram vazios. O crescimento da cidade em tôdas as direções valorizou muito aquela área próxima ao centro. Isso a interditou às construções pobres. Quando a municipalidade resolveu urbanizar e servir aquela parte da cidade com água encanada, edificações bem construídas, de linhas arquitetônicas modernas, começaram a surgir, formando um bairro elegante, cuja tendência é concentrar a população mais rica de

Jequié Há ainda, ali, um bom número de casas acanhadas e sem os requintes das que agora se vão levantando. São construções feitas esparsamente, muito tempo atrás, antes da valorização dos terrenos e que ainda resistem à aristocratização do bairro.



Fig. 8 — No primeiro plano, o principal hotel da localidade, sito na praça principal. Ao fundo, atrás da igreja matriz, o bairro chic que se vai formando. Note-se o número de jeeps estacionados. Esse veículo é preferido, em virtude do péssimo estado das estradas regionais.

IV AÇÃO REGIONAL DE JEQUIÉ

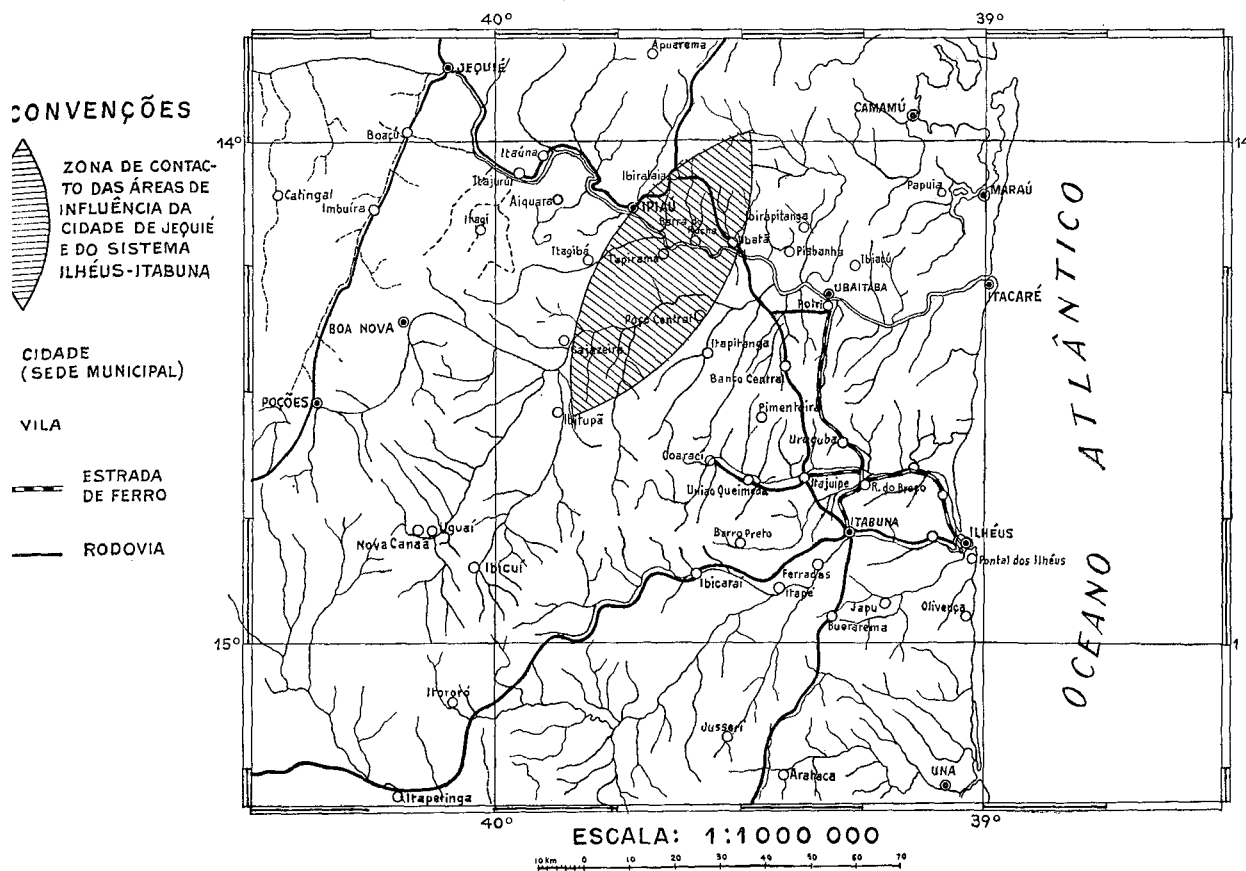
A região de Jequié

Jequié é uma autêntica capital regional “Pôrto de terra”, como a chamamos, deveu seu nascimento e evolução à privilegiada posição em que assentou. E como tantas outras localidades situadas num ponto de contacto entre duas áreas fisiograficamente distintas e também distintas do ponto de vista econômico, isso viria contribuir sensivelmente para a sua afirmação como centro de trocas e nó de comunicações.

Foram, todavia, os fatores da ordem humana, muito mais que os da ordem física, que atribuíram a Jequié um papel regional tão indiscutível, que dela fazem um centro de convergência interessando a uma área muito vasta. De um lado a zona acaatingada, onde, principalmente, se cria o gado. A maioria dos fazendeiros de gado que residem em Jequié o são na verdade, no município de Boa Nova. A outra, a área da produção do cacau, aliado ao café e em boa parte à criação. De outra parte a zona de policultura do sudoeste e baixo sudoeste.

De todos êsses confins chegam-lhe rodovias que aí se vão encontrar com a Rio-Bahia e a Estrada de Ferro de Nazaré. As estradas é que são o principal fator de animação na vida urbana e ao mesmo tempo de sua afirmação como centro regional. Por êsse papel, possível pelo equipamento social urbano, são

ÁREAS REGIONAIS DE JEQUIÉ E DO SISTEMA ILHÉUS-ITABUNA

**Mapa n.º 1**

responsáveis as várias funções exercidas pela cidade, como a função bancária, a comercial, a educacional, a hospitalar e a administrativa, para falar sòmente nas de maior relêvo

O raio de ação da cidade de Jequié avança *grosso modo*, pela estrada de ferro até Itaquara, para oeste, até Maracás, para o sul até Boa Nova e, descendo o rio de Contas, até Ubatã. Cumpre, todavia, estabelecer espacialmente diferenças na intensidade e no ritmo dessas influências. É assim que podemos distinguir uma zona interna e uma zona externa, na região de Jequié (Mapa n.º 1).

A zona interna forma-se além da cidade e seus subúrbios, por aquelas localidades cujo ritmo no contacto com a capital “não é diário, porém imediato”.

Incluem-se nessa área as localidades de Itaji, Jitaúna, Itajuru e Aiquara além de outras inteiramente fora da zona de produção do cacau, escapando, assim, aos limites do nosso estudo.

A zona externa é, dentro da zona do cacau, a área de contacto e de luta com a região de Ilhéus e à qual se incorporam Ipiáu e Ubatã (administrativamente cidades) e Ibirataia e Barra do Rocha (vilas administrativamente).

Não será difícil verificar a atração exercida por Jequié em relação à vasta área do território baiano. É, pois, uma capital regional. E sua influência, como se verá, faz-se dentro da própria zona do cacau, perante a qual exerce, entre outros, o papel de centro de redistribuição e abastecimento. Não há pois exagero em dizer que Jequié, capital regional, é também uma *cidade* em relação à zona do cacau.

As funções urbanas

Conquanto, através de sua evolução, Jequié se tenha mantido fiel à sua função inicial, que é a função comercial, outras muitas se vieram juntar, num entrosamento perfeito e não apenas justaposição, dando-lhe, assim, a principal das características por que podemos considerá-la uma verdadeira cidade, e uma autêntica capital regional. Tais funções são principalmente as funções educacional, recreativa, hospitalar, de centro de transportes, administrativa e industrial.

Como centro de educação, Jequié possui 2 ginásios, sendo um público e outro particular, uma Escola Normal, anexa ao Ginásio Público e uma Escola Técnica de Comércio, somando uma matrícula de centenas de alunos. Nas suas 84 escolas primárias, estão matriculadas centenas de crianças, sendo grande também, o número de matrículas nos cursos supletivos noturnos. Há, também, na cidade, 4 jornais, que são lidos além do território municipal e uma estação de rádio, a 2YN-27.

Jequié, por outro lado, oferece aos seus moradores oportunidades de diversão, não encontradas em localidades das redondezas, como o seu excelente Clube Social (o Jequié Tênis Clube) e dois cinemas, um dos quais com capacidade para 1 335 pessoas.

A indústria é, apenas, nascente, em Jequié, surgindo para atender, precisamente, às necessidades da crescente população e também da região respectiva. Em 1940 todo o município possuía 68 indústrias, número que foi aumentado para 232 em 1952. Eram, porém, indústrias pequenas, tanto que apenas 25 empregavam mais de cinco pessoas. O valor da produção destas últimas, que empregavam então 198 pessoas, ascendeu a 7 969 mil cruzeiros, enquanto a produção industrial municipal alcançava os 18 127 mil cruzeiros. Em 1950, dos 97 estabelecimentos industriais encontrados no município, 55 o foram na cidade. O restante, isto é, a parcela que cabe ao interior, é representada, em maioria, pelas indústrias agrícolas aí localizadas, como em Jitaúna, distrito que é grande produtor de cana, e onde os alambiques são em número de 11.

É também importante a função hospitalar da cidade. Seus vários hospitais maternidade e casas de saúde recebem, anualmente, milhares de enfermos, de várias partes do município, como de outros.

Também não lhe pode ser esquecida a função administrativa. Cabeça do governo municipal, é aí, também, que têm sede inúmeras repartições públicas, estaduais e federais, centros obrigatórios de atração e geratrizes de povoamento, pela presença de numeroso funcionalismo. A função judiciária é, também, presente, com os 2 juizes da comarca respectiva. Essa função política de Jequié teve, outora, certos dias de maior relêvo, quando a cidade exerceu o papel de capital do estado.

Ponta de trilho desde 1928, êsse privilégio influiu decisivamente sôbre a vida da cidade. Não lhe aumentou em muito a área construída, nem a população, o que se explica pela importância anterior dêsses dois fatos de massa. Mas reforçou, consideravelmente, para Jequié a sua posição de “pôrto de terra” ou de lugar de comércio. Com a BA-2 a estação de Jequié começou a perder o antigo relêvo, vindo consecutivamente diminuída a tonelagem embarcada e desembarcada. A Rio-Bahia, por um lado, capturou mais ainda as possibilidades de transporte por trem, mas tendo fortalecido Jequié na sua posição de “pôrto de terra”, possibilitou à sua estação ferroviária o recebimento de volumes transportados por caminhão, os quais encaminha para localidades servidas pela ferrovia e que são próximas da capital regional.

A importância de Jequié, como centro rodoviário, está manifesta em quase todos os capítulos dêste trabalho. A *association routière* de que falamos ao nos referirmos às influências da Rio-Bahia sôbre a evolução urbana, é bem um atestado disso. A especialização de uma das áreas centrais da cidade, posta a serviço quase exclusivo da estrada, é outro fato sintomático. O número dos seus habitantes, dedicados a trabalhos ligados ao trânsito rodoviário é outra prova de como a função rodoviária está indissolúvelmente ligada à vida urbana. O plano da cidade, embora hoje deformado pelos sucessivos aumentos e soldagens, deixa, em suas linhas mestras, entiever o relêvo do seu antigo e atual papel rodoviário. Em uma palavra, a própria função regional de Jequié se liga ou se explica, em primeiro lugar, pelo seu papel rodoviário. Isso veremos ao escrever sôbre a respectiva região urbana.

O aeroporto de Jequié também está exercendo um significativo papel como fator centípeto, pois em procura dos seus aviões diários pessoas de vasta área, formada por vários municípios, aumentam assim o seu movimento quotidiano.

É a função comercial, entretanto, a que avulta entre tôdas, fortalecida, aliás, pela posição de verdadeiro nó de comunicações de que se vale Jequié, desde os primórdios de sua história. O distrito-sede que, em 1940, tinha 231 estabelecimentos comerciais viu em 1950, aumentado êsse número em mais de 40% passando a ter 336. Êsse acréscimo de 105 novos estabelecimentos, representando uma média de 10 por ano, é lícito atribuir, em sua quase totalidade, à própria cidade de Jequié, pois a população do seu distrito rural, que é relativamente pequeno e positivamente pobre nesse período intercensitário não cresceu, mas diminuiu em cerca de 13%, nada disso justificando que tal aumento pudesse a êle ser devido, mesmo em parte mínima. Assim, podemos afirmar que nesse decênio a cidade de Jequié obteve um grande desenvolvimento em sua atividade comercial, cujo giro ascendeu em 1954 a mais de 300 milhões (em todo o distrito-sede o giro comercial foi de 348 milhões).

Verdadeiro “pôrto de terra”, devemos reconhecer que em Jequié se confundem uma atividade comercial voltada para a interior da cidade, servindo-lhe à vida íntima e uma outra atividade comercial voltada para o exterior da aglomeração, para a sua região, servindo-lhe à vida de relações. Ambas essas atividades formam uma só unidade orgânica, exercida em boa parte, pelos mesmos órgãos, que são, no caso estabelecimentos grossistas, os quais tanto vendem para os retalhistas da cidade, quanto para os de fora. Também nas casas de venda a varejo, exceto nas que exercem o fornecimento de bairro ou quarteirão,

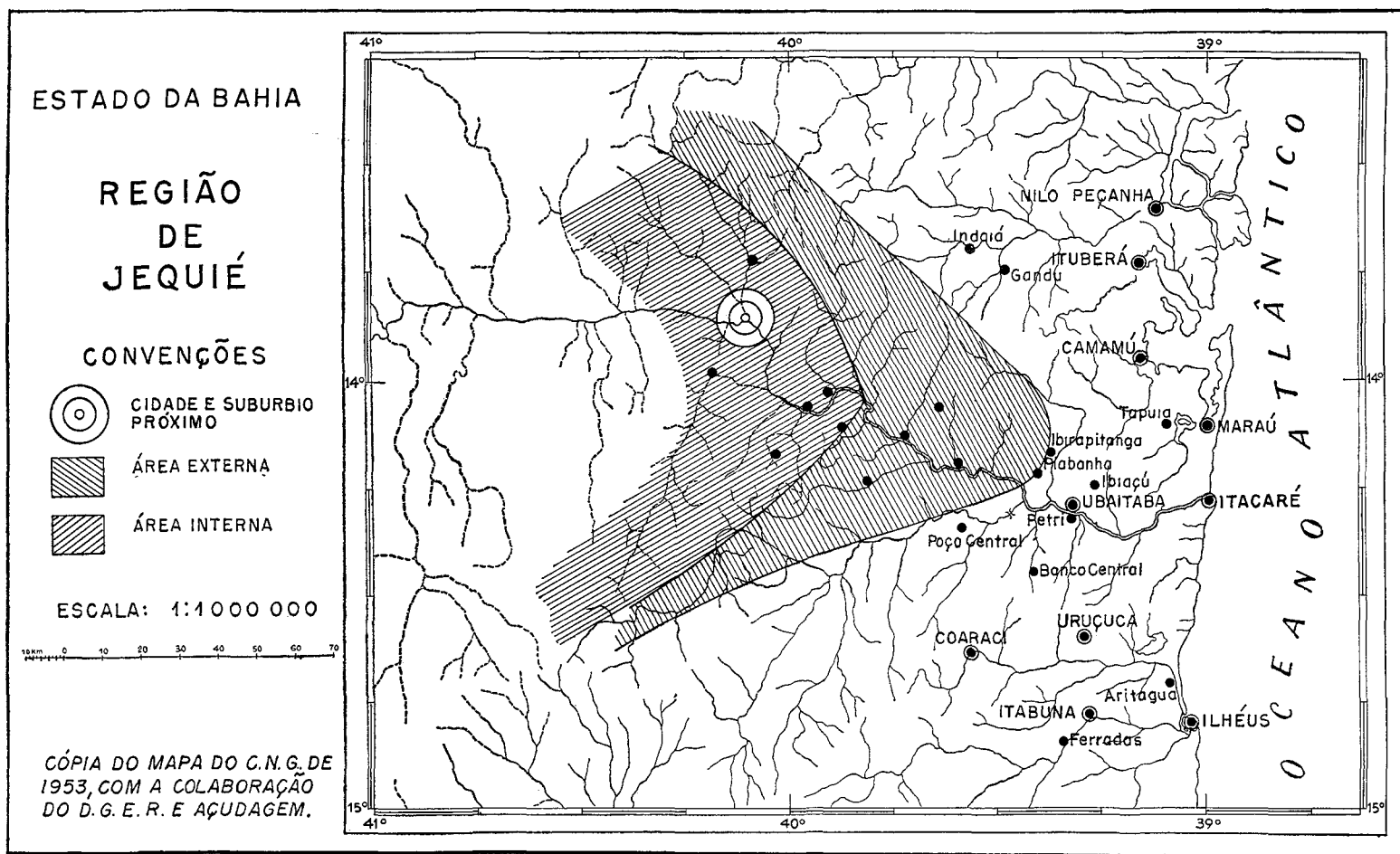
podem se reconhecer, ao lado dessa função simples, um certo intercâmbio com o que poderíamos chamar de *grand banlieue*, como ensina CHABOT, ou zona interna da região urbana, constituída por vilas, como Aiquara, Itaji e Itajuú, que dispõem de transporte diário e regular, ligando-as à sede municipal.

A função bancária, outrora ligada à função comercial, hoje dela se libertou, mostrando-se quase completamente independente. Antigamente às casas comerciais eram confiadas as tarefas dos bancos, muitas delas investidas no papel de agentes, papel que, em outros pontos da zona, ainda lhes é cometido. Hoje, porém, há na cidade cerca de 5 bancos que são o do Brasil, o Banco Econômico da Bahia, o Banco do Distrito Federal e a Caixa Econômica Federal, aos quais veio juntar-se, em princípios deste ano, o Banco da Bahia. Entretanto, casas exportadoras, especialmente de cacau, de acordo, aliás, com a organização econômica regional, continuam custeando safras e nessa base emprestando dinheiro, o que, inegavelmente, é, também, atividade bancária.

A presença desses bancos, especialmente do Banco do Brasil, age, no âmbito demográfico, com verdadeiro centripetismo, como um autêntico catalizador. A necessidade da visita temporária a esses estabelecimentos, para regularização de negócios, levou inúmeros fazendeiros, especialmente de gado, a instalarem residência em Jequié, para onde transportam as suas famílias e onde educam os filhos, aproveitando, num e noutro caso, dos equipamentos sociais e urbanos aí encontrados à sua disposição e que em outras localidades dessa área não poderiam achar.

Os bancos agem indiretamente sobre o crescimento da cidade, atribuindo recursos para o desenvolvimento das possibilidades do mundo rural. No que refere, especialmente, ao Banco do Brasil, sabe-se como a sua política de amparo à pecuária nesse e noutros municípios, levou indiretamente, ao abandono de culturas agrícolas já radicadas mas pouco rentáveis e sua substituição pela criação extensiva e conseqüente concentração da propriedade. Isso, como natural, levou à rarefação da população rural, que, expulsa de suas terras, outro recurso não teve senão concentrar-se nos núcleos urbanos de maiores possibilidades. Boa parte da atual população de Jequié tem essa origem.

Essas funções foram-se distinguindo, é bem verdade, da função comercial pré-existente, ou por ela foram animadas e sustentadas. Mas, no estágio atual da vida urbana, a despeito da precedência da função comercial, que domina a maior parte das atividades citadinas, pode dizer-se que há um verdadeiro entrosamento entre todas elas, uma autêntica interdependência. Se o cruzamento de estradas favorece a presença de estabelecimentos bancários, estes por outro lado animam a circulação, garantindo a possibilidade de horários fixos e rendosos. Se o papel bancário da cidade atraiu para ela bom número de moradores, isso não seria possível em semelhante escala, se ela não contasse com um bom equipamento social, que agiu como ponto de atração para esses novos vindos do interior. A função de *relais* e de ponta de trilho da estrada de ferro, por sua vez, contribuíram para o desenvolvimento comercial de Jequié; este levou a cidade a organizar melhor o seu espaço, providenciando a abertura de novas estradas, contribuiu para o aumento da sua população, para o desenvolvimento de sua indústria urbana, etc. Assim, em cada fato examinado nota-se, perto ou



distante, a influência de inúmeros outros, de cujo entrosamento, à primeira vista, é cabível que nem se possa suspeitar

Pode-se dizer, sem dúvida, que há nessa cidade uma verdadeira coalescência de funções, ou, em outras palavras, que Jequié é, geograficamente, uma verdadeira cidade. Aliás, já o era há muito tempo. Quando, conforme vimos atrás, completou-se a construção da estrada de rodagem chamada BA-2 e a urbe perdeu em grande escala, o papel de entreposto cacaueiro que vinha exercendo há décadas, isso, como natural, afetou-lhe o desenvolvimento, mas não foi de molde a provocar um colapso das atividades urbanas, que se mantiveram estáveis.

Cidade, tanto do ponto de vista administrativo, quanto funcional, Jequié, autêntica capital regional, exerce influência sobre vasta porção do território baiano. É a sua região o que nos cabe agora estudar (Mapa n.º 2)

A zona interna da região de Jequié

A zona interna da região de Jequié não é monocultura de cacau. Esse tipo de ocupação do solo aparece de Ipiá para o sul, fato que se pode apreciar viajando através da rodovia que liga Jequié a essa última cidade. A expressão "o sul", constantemente usada nessa área, significa mesmo aquela parte do território baiano, em que o cacau reina sem competidor, para distingui-la do próprio *habitat*, onde a cultura do teobroma, por motivo das condições climáticas, associa-se à criação e ao plantio do café. É a localmente chamada "zona mista".

Os núcleos nascidos para servir a essa área, muitos dos quais implantados na zona de passagem entre a zona mista e a zona propriamente de criação, possuem características que muito os distinguem daqueles que estão em meio às terras exclusivamente cacaueiras. Refletem, coerentemente, o complexo de condições que o fizeram surgir e evoluir. O estudo que deles procuramos fazer não quer perder de vista que a sua existência decorre de uma combinação que lhes é a principal causa. Tais localidades não poderiam ser convenientemente explicadas, nem bastante compreendidas, se as abstraíssemos do meio em que nasceram e se desenvolvem.

Todas essas localidades se acham estreitamente ligadas a Jequié, seja administrativamente, pois fazem parte do seu município, quer econômica, e culturalmente, através de comunicações diárias e regulares. A linha que serve a Itaji podia anunciar, após 554 dias de fundada em 1952, haver feito 910 viagens, num espaço de 554 dias percorrendo 54 000 quilômetros.

Essa zona mista, que corresponde *grosso modo* à zona interna da região de Jequié, caracteriza-se pelo avanço da criação e concentração da propriedade, a rarefação da população rural, e a dos núcleos urbanos, onde o artesanato se fortalece e mesmo já se ampliam certos setores da indústria agrícola.

A paisagem rural

A paisagem rural que se observa, com ligeiras mudanças, apresenta-se sempre a mesma, abrangendo diversos modos de ocupação do solo, notabilizando-se a criação do gado, o plantio do cacau e do café e a cultura da cana-de-açúcar e da mandioca.

O cacau tem a preferência dos terrenos melhores, os cimos dos morros e as grotas, quando as contingências climáticas, a altitude e a natureza do solo não aconselham mais o plantio do café. A cana-de-açúcar é plantada nos vales e a mandioca o é em qualquer terreno, seja associada com as plantações novas, seja independentemente

Os pastos, avassaladores, acompanhando a expansão da pecuária, progridem mais em relação com motivos econômicos, dos quais o principal é a concessão de crédito pelo Banco do Brasil. Registram-se casos inúmeros não só de abandono das lavouras de subsistência e mesmo das de café e até de cacau, substituídas pela pecuária

O agente local do I B G E., em relatório referente ao ano de 1942, assinala o abandono das lavouras de subsistência, em favor da criação do gado, realizada, então, segundo um sistema rotativo: criação, plantio de mandioca, feijão, milho e até algodão e fumo. Foi, apenas, uma fase de transição no que se refere ao uso da terra. Em breve o pastoreio mostrava-se avassalador, limitado, apenas, pelas culturas de cacau, café e mandioca, seja cultura simples, seja ancilar. Enquanto isso os pequenos lavradores, desalojados de suas terras, emigravam para outras glebas, como as do sul do estado, ou para as vilas e cidades. O progresso da pecuária deve-se principalmente aos favores com que o Banco do Brasil resolveu ajudar os criadores

Durante todo o percurso entre Itajuru e Itaji sucedem-se as chamadas "fazendas mistas". Nestas, é comum ver-se, ao lado do curral, os estabelecimentos ligados à exploração cacaueira, como barcaças e estufa; ao lado dos cacauais, os pastos (figs. 9 e 10). Como não é uniforme o terreno, os fazendeiros reservam os terrenos melhores, os cimos dos morros e as grotas para o cacau, plantando capim nas porções de terra mais fracas. Outra associação, presente à paisagem



Fig 9 — Paisagem humanizada na chamada "zona mista", a zona de transição entre a área especificamente cacaueira e a da pecuária. Estrada entre Itajuru e Itaji. Ao lado do cacauai, o pasto

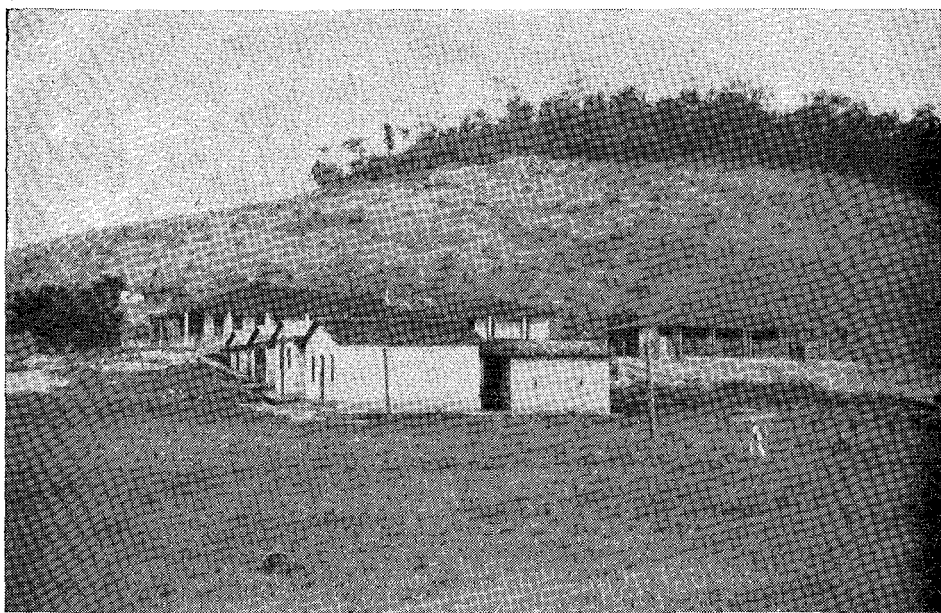


Fig 10 — Sede da fazenda Veneza, no município de Jequié, na estrada entre Itajuru e Itaji
Ao lado do curral, as barcas, fato comum na zona de transição

agrícola dessa zona, é constituída pela existência das fazendas de cacau e café. Neste último caso não funciona como seletor apenas a natureza do solo e altitude. A conjuntura econômica também influi consideravelmente. Assim, quando o cacau dá bom preço, a tendência é plantá-lo mais que ao café, sucedendo o contrário se o café é que obtém melhor cotação. Quando se equivalem, a preferência é pelo café, porque a sua cultura é mais barata, menos exigente e mais depressa oferece rendimentos aos lavradores, pois enquanto o cacau precisa de 6 a 8 anos para frutificar e de 8 a 10 para fazê-lo compensadoramente, o cafeeiro exige apenas de 3 a 4 anos

Cada vez que o cacau cai de preço, no mercado internacional, ou simplesmente sobe o do gado em pé, os fazendeiros se sentem animados a transformar seus cacauais em pastagens, “mangueiros” como eles chamam, o que realmente fazem, poupando todavia algumas áreas, às vezes porque não se prestam a essa mudança, às vezes porque esperam um reverso na sorte. O incentivo representado pelos financiamentos do Banco do Brasil age com idênticos resultados

Ao longo da rodovia que iniciada em um ponto da margem direita do rio de Contas, quase defronte de Itajuru, até Itaji, quase tôdas as propriedades pertencem a um mesmo proprietário. Aliás, pode dizer-se que é o latifúndio que favorece a expansão da pecuária. E, por outro lado, contribui para a rarefação demográfica. As 984 propriedades recenseadas em Itaji, no ano de 1940, reduziam-se a 794 em 1950. No distrito de Itajuru o decréscimo foi de 320 para 247, por motivo idêntico

Diminui a população agrícola

A presença de tantos latifúndios, em meio dos quais se acham encravadas algumas fazendas de cacau de propriedade desses grandes fazendeiros é responsável, nos distritos de Itaji e Aiquara pela rarefação da população agrícola.

O distrito de Jitaúna, o de maior renda após o da sede, por estar situado mais para o sul, é o que mais produz cacau, onde talvez por isso mesmo, o latifúndio tenha mais dificuldade em expandir-se: dos 3 842 estabelecimentos agrícolas contados em 1950 em Jequié, 1 538 estavam em Jitaúna, sendo a área desse distrito pouco maior que um quinto da superfície total do município

Mesmo aí, porém, a pecuária estende os seus tentáculos

Refletindo essa verdadeira revolução nos gêneros de vida, a população agrícola se ressentiu de maneira notável. No distrito de Jitaúna, devido também ao amadurecimento das plantações de cacau, a população rural decresceu 5,5%, no último período intercensitário (de 20 016 em 1940 para 18 912 em 1950); no de Itaji descia de 13 965 para 12 519; no distrito-sede de 12 989 para 11 319, sem contar com Baixão que se constitui de terrenos mais áridos tradicionalmente utilizados na pecuária, onde o decréscimo foi ainda maior: de 2 827 para 2 031

Zona interna da região de Jequié

População urbana

LOCALIDADES	1940	1950	Aumento
Jequié	13 268	20 652	55,65%
Jitaúna	1 501	2 001	33%
Itaji	1 634	2 250	37,69%
Aiquara	13 268	20 652	45,85%
Itajuru	284	455	60%

População rural

DISTRITOS	1940	1950	Diferença
Jequié	12 989	11 319	— 12,9%
Jitaúna	20 016	18 192	— 5,5%
Itaji	13 965	12 519	— 11%
Aiquara	6 655	6 722	— 1%
Itajuru	5 528	5 648	+ 2%

Em Itajuru e Aiquara a população agrícola manteve-se estacionária, com um aumento de 2% no primeiro caso e de 1% no segundo, o que revela, ainda assim, a existência de apreciável contingente emigratório

Tendências da vida “urbana”

Enquanto isso, avolumava-se a população “urbana” de todos esses núcleos. Jitaúna (fig. 11) ganhou 500 novos moradores, um aumento relativo de 33%; a vila de Itajuru, (fig. 12) obteve um aumento de 60%, a de Itaji de 37,69 e a Aiquara 45,85%.

Essa inversão dos números deve-se principalmente, à perda de substância do mundo rural, cujos habitantes se deslocaram para as vilas. Também — pela

incapacidade destas de reter um maior número — muitos se diuigiram para as cidades de Jequié e Ipiaú, e outros ainda, para outros pontos da zona do cacau, para a capital do estado e para o sul do país, beneficiando-se das facilidades de transportes trazidas com a abertura da Rio-Bahia. Das 2 557 pessoas que provavelmente, teriam nascido no distrito de Itajuru entre 1940 e 1950, das quais terão sobrevivido quase metade, 171 foram engrossar a população da vila, 121 permaneceram nas áreas rurais e o restante (mais de mil) emigrou

Tais características do mundo rural são responsáveis pelo aspecto das vilas, como a de Itaji Esta, além de não possuir igual movimentação, foge às características gerais de estrutura social de outras unidades de sua condição funcional, que se encontram plantadas no coração da zona monocultora



Fig. 11 — Uma rua de Jitaúna

Itaji abriga uma pequena parcela de cacaucultores, médios alguns e pequenos na sua maioria, muitos dos quais com suas roças no vizinho município de Boa Nova, distritos de Cajazeira e Itajiba (antiga Destampina). A maior parte da população, dedicada à agricultura e residente dentro da vila, prende-se à cultura do café, cultivado em dois boqueiões próximos, que escaparam à tendência latifundiária, uma verdadeira ilha minifundiária e que serve ao sustento de numerosas famílias. A época da colheita do café é a de maior animação no comércio local, havendo trabalho para muita gente, inclusive mulheres, empregadas na “apanha” do fruto. É costume pagar cêica de vinte cruzeiros (Cr\$ 20,00) por cada caixa de querosene recolhida cheia. E é comum ouvir-se dizer a outrem, porventura seu credor: “Pago-lhe na “apanha” do café”..

Não havendo, no que refere ao cacau, um considerável número de pequenos lavradores ou de pequenas propriedades, mas, apenas, alguns grandes fazen-

deiros, ou, quando não isso, criadores com razoável plantação de cacau, a estrutura social da vila difere em muito das vilas tipicamente cacaueiras.

O crescimento de Itaji pode-se atribuir ao papel de centro redistribuidor dessa localidade, papel que foi reforçado pela construção de uma rodovia chegada em 1950 de que é ponto terminal. Itaji depois da estrada, ficou em melhores condições para escoar a produção não só do seu distrito, que compreende cerca de 400 quilômetros quadrados, mas, também, de uma boa parte do território de Boa Nova, sendo mais constantes as suas ligações com Cajazeiras, Acaraci e Ponto Novo, além da Baixa Alegre que lhe fica próximo e pertence ao município de Jequié. Aliás, a chegada da estrada exerceu influência idêntica em todos os demais núcleos dessa área.

Os moradores de Itaji, são, em sua maioria, plantadores de café, a “cultura do pobre”, como aí é chamada. Grande número deles sai diariamente para trabalhar nos boqueirões de que já falamos, quando não passam a semana nas “roças”, vindo, no sábado, reunir-se à família que reside na vila, onde se aproveita da escola primária e dos serviços assistenciais da paróquia, ambos fatores de atração demográfica, bem como a luz elétrica e a água que foram instaladas ultimamente. Também mora em Itaji um bom número de fazendeiros de cacau do distrito e do município vizinho. Ao comércio se dedica menos de 1/3 da população economicamente ativa.

Em Aiquara, Itajuru (fig. 13) e Jitaúna reside, igualmente, grande número de lavradores, sendo o sábado o dia de maior animação no pequeno comércio local.

Em todos esses distritos verificou-se, concomitantemente, um razoável fortalecimento das funções comercial e artesanal, presentes nas vilas, crescendo, também, a indústria agrícola, conforme mostra o quadro junto

DISTRITOS	CENSO COMERCIAL		CENSO INDUSTRIAL	
	1940	1950	1940	1950
Aiquara	34	36	3	11
Itaji	40	117	6	11
Itajuru	18	36	4	4
Jitaúna	73	118	7	14

O maior giro comercial é o de Jitaúna com 140 milhões em 1954, considerável quando se leva em conta que o do distrito-sede foi de 348 e o total do município de 748. O giro de Itaji foi quase igual com 133 milhões e o de Aiquara atingiu os 60 milhões.

A indústria é ligada estreitamente à economia agrícola. Em Itaji contaram-se 2 alambiques, 1 sapataria e 1 selaria, num total de 11 estabelecimentos. Em Jitaúna, havia 11 alambiques, sendo 41 as indústrias recenseadas em 1950.

O maior desenvolvimento dessas localidades, todas elas situadas no vale do rio de Contas ou seus afluentes, deveu-se à influência das rodovias e aos bons preços obtidos pelo cacau.



Fig 12 — Itajuru, a mais antiga rua da localidade fica a beira-rio Margem esquerda do rio de Contas

4 — A zona externa da região de Jequié

A zona externa da região de Jequié, abrangendo vasta área do território baiano, compreende, dentro da zona cacaueira, o território em que se chocam as suas influências com as do conjunto Ilhéus-Itabuna. É, do ponto de vista regional e humano, uma região de transição. Do ponto de vista econômico, está quase toda ela rigorosamente dentro da zona produtora de cacau. Terras recobertas inteiramente, até meio século, por densa mata, possuidoras de clima úmido e com chuvas bem distribuídas, isso explica ou justifica as vantagens oferecidas à monocultura. Esta, por sua vez, tem o seu grande quinhão na explicação das formas de povoamento e na caracterização dos núcleos. As principais localidades da referida parte da zona externa da região de Jequié são Ipiatã, Ibirataia, Ubatã e Barra do Rocha, funcionalmente vilas-cidades, exceto a primeira que consideramos uma cidade-vila.

Zona externa da região de Jequié

População urbana

LOCALIDADES	1940	1950	Aumento
Ipiatã	3 806	6 981	57%
Barra do Rocha	912	960	5%
Ubatã	876	2 503	185%
Ibirataia	938	2 916	210%

População rural

DISTRITOS	1940	1950	Diferença
Ipiaú ..	12 547	15 847	26%
Barra do Rocha	6 320	6 061	— 4,8%
Ubatã	1 878	2 128	13%
Ibirataia	6 376	10 660	67%

O povoamento é recente

Trata-se de uma área de povoamento recente, o qual se deu subindo lentamente o eixo do rio de Contas e dos seus afluentes. O desbravamento das matas que aí eram muito densas, foi feito por pessoas vindas da “beirada”, que é como localmente chamavam ao litoral. O município de Ipiaú, por exemplo, fôra, antes, um distrito do município de Camamu, com o nome de Alfredo Martins. Conta-se que foi a notícia da existência, nessa área, de plantas medicinais, como a ipecacuanha ou poaia, que atraiu os primeiros povoadores. Abertas as picadas para a “beirada”, não tardaram a procurá-la malfeitores, foragidos da justiça, que se incluem entre os que chegaram primeiro àquelas terras com o intuito de permanência. A maioria, porém, foi de gente trabalhadora, desejosa de progredir.

De Camamu, de Ituberá, de Barra do Rio de Contas (hoje Itacaré), localidades litorâneas, é que veio a maioria dos povoadores, contando-se muitos, também, oriundos de Areia, Amargosa, Mutuípe e Capela (município de Ituberá)

A cultura do cacau é, nessa área, relativamente recente. Avançando lentamente pela margem dos rios foi dando ensejo ao nascimento de diversos núcleos, mais ou menos contemporâneos, exceto Ibirataia que, fora da linha de circulação geral — nessa época, o rio de Contas — surgiu um pouco depois, há coisa de 30 anos. Aliás, discute-se, ainda, se Ubatã, ou Barra do Rocha, terá nascido primeiro, restando poucas dúvidas da anterioridade de ambos em relação a Ipiaú. Ubatã, todavia, parece haver se plantado antes que tôdas, tendo em conta que a expansão do povoamento se deu rio acima, firmando-se, entretanto, as dúvidas, nos critérios diferentes utilizados para considerar o assunto.

Essa zona externa da região de Jequié, que, *grosso-modo*, pode ser confundida com o próprio município de Ipiaú (hoje dividido em 2, Ipiaú e Ubatã) é um *front* aberto há cerca de 50 anos, (em 1920, a população total da área era de 8 556 habitantes, enquanto em 1950 era já de 48 856) quando a zona ainda vivia a sua era do transporte pré-mecânico. Barra do Rocha foi assim, no começo, isto é, ao tempo das tropas de burro, a localidade que centralizava o comércio, meirê de sua posição, próxima a um obstáculo da circulação fluvial.

As mudanças operadas pelos transportes

A chegada das ferrovias e rodovias viria modificar a hierarquia estabelecida. Chegando a Jequié a estrada de ferro, Ipiaú, que estava mais próxima à ponta

de trilhos começou a dar sinais de melhor sorte Abriu-se uma rodovia ligando Jequié a Ipiáú e este núcleo passou a ser um pólo irresistível de atração Sua população em 1940, era de 3 806 habitantes, enquanto Barra do Rocha tinha 912, Ubatã, 876 e Ibirataia, a mais nova de tôdas, 938.

Com a construção da rodovia BA-2 (BR-5 do plano federal) chegou a vez de Ubatã e Ibirataia, ambas servidas pela mesma A feliz coincidência de sua chegada, com o amadurecimento de suas culturas possibilitou a ambas um crescimento demográfico inusitado, enquanto Ipiáú, fora daquela linha de circulação geral, embora a ela ligada por uma variante, relativamente crescia muito menos e Barra do Rocha afastada inteiramente, teve um aumento insignificante, como o quadro seguinte bem evidencia:

LOCALIDADES	1940	1950	Aumento
Ipiáú	3 806	6 981	57%
Barra do Rocha	912	960	5%
Ubatã	876	2 503	185%
Ibirataia	938	2 916	210%
TOTAL	6 532	13 360	104%

O aumento da população urbana corresponde ao amadurecimento das culturas e, também, aos melhores preços obtidos pelo produto no mercado interno e internacional. Em 1940, uma só localidade havia com mais de 2 000 moradores: era Ipiáú, com 3 806 Em 1950, esta possuía 6 981 habitantes, enquanto Ibirataia e Ubatã estavam com mais de 2 000 cada (2 916 e 2 503 habitantes, respectivamente) A população em centros com mais de 2 000 pessoas dobrou em dez

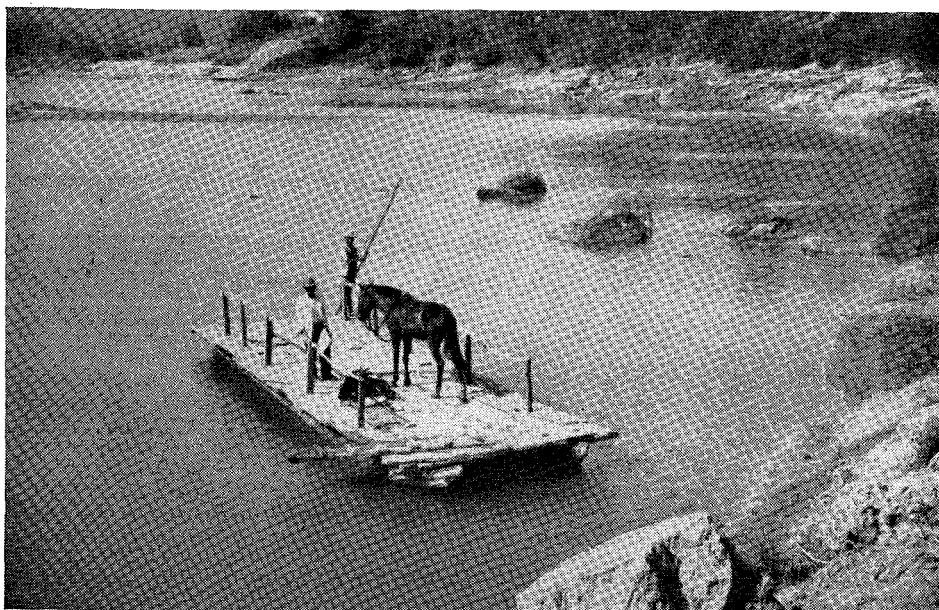


Fig 13 — Em Itajuru, antiga Rio Branco, atravessa-se o rio em balsa, para alcançar as localidades de Itaji ou Aiquara.

anos, no último período intercensitário. Enquanto isso, no mesmo período, a população dispersa ou distribuída em pequenos centros aumentava somente de 19,4%, crescendo de 29 847 para 35 656, nestes incluindo-se Barra do Rocha, que é uma sede distrital, com 960 habitantes.

As áreas rurais de povoamento mais antigo obtiveram um aumento menor (Ubatã, 13%; Ipiaú, 2,6%) e até sofreram decréscimo (Barra do Rocha — 4,8%), enquanto nas de povoamento recente deu-se o contrário (distrito de Ibirataia, 67%). É que os *fronts* pioneiros atraem um maior número de braços, necessário ao trabalho de desmatamento e plantio, dispensando boa parte dessa mão-de-obra, quando a cultura começa a dar sinais de maturidade. Chega, então, a vez dos núcleos urbanos.

Uma comparação entre as duas zonas de cultura nova e velha dessa área externa da região jequeense é bem ilustrativa. De modo geral, e pelos mesmos motivos, diminuiu, nessa área, o número de homens, em relação ao de mulheres (1 014 por mil, em 1940; 1 005 por mil em 1950).

A hierarquia dos núcleos

É possível supreender uma certa hierarquia urbana dentro dessa verdadeira zona de transição, que é a zona externa da região jequeense, da qual Ipiaú é o centro. Os centros menores têm uma determinada área de influência. A de Ubatã, por exemplo, se estende além do seu próprio município até parte do de Camamu. Verdade é, também, que os seus agricultores e comerciantes muito dependem da cidade de Ubaitaba, onde está a agência mais próxima do Banco do Brasil e à qual está diariamente ligada por um ônibus, que seive, quase exclusivamente, a essas relações, pois as comerciais, *strictu-sensu*, são, primariamente, com Ipiaú e, também, com Jequié e Ilhéus. A vila de Barra do Rocha tem cada vez mais limitado o seu círculo de ação, mercê da revolução dos transportes. Ibirataia, também subsidiária de Ipiaú, do ponto de vista bancário e comercial, exerce atração sobre o território distrital e sobre pequena parte do município de Ituberá.

Por outro lado a cidade de Ipiaú, sujeita-se à influência de centros maiores, quer seja a cidade de Jequié, quer seja o sistema Ilhéus-Itabuna. Um inquérito sobre comércio de abastecimento, levantado pela Inspetoria Regional de Estatística, mostra como a área presidida por Ipiaú (e essa localidade mesma) sofre a atração de ambos aqueles pólos.

Oferecendo, às vezes, vantagens aos comerciantes, mediante fretes de retorno mais favoráveis e ainda por ser um porto, Ilhéus torna-se o lugar preferido para aquisição de mercadorias, em vez de Jequié, que se situa muito mais perto. Indo até lá os caminhões, para conduzir ao porto o cacau, é melhor cobrar tarifas cômodas no regresso, que voltarem vazios. Tais fretes variam, na conformidade da época do ano e de outras circunstâncias, sendo, difícil, por isso, traçar, corretamente uma carta com linhas isotimas.

V CONCLUSÕES

1 — A cidade de Jequié teve seu crescimento ligado à sua situação, confluência de vias naturais e não ao seu sítio.

2 — A chegada da ferrovia pouco contribuiu para o desenvolvimento urbano, seja porque seus efeitos se fizeram sentir desde antes, seja porque pouco após a inauguração, inaugurava-se, também, uma rodovia concorrente.

3 — A rodovia BR-5 (BA-2), depois de concluída, contribuiu para uma parada no crescimento da cidade de Jequié.

4 — Mas, a chegada da rodovia Rio-Bahia representou um verdadeiro rejuvenescimento para Jequié, refletindo-se, de modo positivo, em todas as suas atividades. Sob a sua influência, criou-se uma *association routière*, naquela cidade.

5 — Jequié foi, primitivamente, uma cidade linear, acompanhando o curso do rio. Após a enchente de 1914, a cidade começou a ganhar novos níveis e a acompanhar a direção das estradas: um plano radial. O traçado atual é natural e rádio-concêntrico, com a colmatagem dos espaços vazios. Permanece desocupada a baixada do rio Jequiêzinho, porque sujeita a enchentes periódicas.

6 — O centro urbano de Jequié já possui certos caracteres que o distinguem dos outros bairros. Esboça-se, por outro lado, um incipiente zoneamento social, dentro da estrutura urbana.

7 — A área de maior expansão é a que corresponde ao bairro de Jequiêzinho, cujo crescimento surpreendente vem atender à grande população rural que tem invadido a cidade.

8 — São várias as funções desempenhadas por Jequié, havendo verdadeira "coalescência" entre elas.

9 — A ação regional de Jequié faz-se sentir numa vasta extensão do território baiano, compreendendo áreas fisiográfica e economicamente distintas. Podemos dividir a região em duas zonas: a interna e a externa.

10 — Itaji e Aiquara, na zona interna da região jequieense, são localidades típicas da zona de transição entre a monocultura caçaveira e a zona de pecuária extensiva, guardando, por isso, caracteres próprios.

11 — Ipiaú, Ibirataia e Ubatã, na zona externa de Jequié sofrem igualmente a atração do conjunto — Ilhéus-Itabuna.

RÉSUMÉ

L'auteur, Professeur de Géographie Humaine à la Faculté Catholique de Philosophie de Bahia, fait dans cet article une étude géographique de la ville de JEQUIÉ et des plantations de Cacao qui se trouvent sous son influence. Cette étude est divisée en cinq chapitres, outre une petite introduction: I — Localisation et situation de Jequié; II — Le développement urbain; III — La structure de la ville; IV — Influence régionale de Jequié; V — Conclusions.

I — Dans le premier chapitre, il est décrit comment la ville a été construite sur les terrasses du Rio de Contas, mais, son développement est attribué plutôt à sa situation comme point de croisement naturel des lignes de circulation.

II — Ensuite, après avoir fait, un peu, l'historique du peuplement, l'auteur montre la relation qui existe entre l'accroissement urbain de Jequié et les changements des types de transport dans la région. Il met, en outre, en évidence la petite influence qu'a exercé la construction d'un chemin de fer, l'influence négative d'une route et l'essor de progrès qui a surgit après la construction de la route Rio-Bahia.

III — Ce chapitre passe en revue les plans successifs qui ont été élaborés pour la ville, depuis sa naissance, jusqu'à l'aspect qu'elle présente actuellement. Les caractéristiques les plus importantes du centre et des alentours de la ville y sont aussi mentionnées.

IV — La région de Jequié, c'est à dire, l'aire occupée par les plantations de cacao est l'objet d'analyse dans ce chapitre. Tout d'abord, sont analysées les fonctions locales, à travers lesquelles la ville va exercer son influence régionale. Ensuite, une étude de la zone interne et de la zone externe de la région de Jequié est faite par l'auteur. La première se confond, grosso-modo, avec l'aire municipale et est caractérisée par l'activité mixte et la diminution de la population, tandis que la zone externe — région où s'entre-choquent l'influence de la ville de Jequié avec l'ensemble Ilhéus-Itabuna — pratique la monoculture et voit croître son indice démographique.

V — Dans le dernier chapitre l'auteur fait un résumé des conclusions plus importantes.

RESUMEN

El autor, profesor de Geografía Humana en la Facultad Católica de Filosofía de Bahía, ofrece un estudio geográfico de la ciudad de Jequié y del tramo de la zona del cacao sujeta a su influencia. El trabajo se divide en cinco capítulos además de una corta introducción: I — El sitio y la situación de Jequié; II — El crecimiento de Jequié; III — La estructura de la ciudad; IV — Acción Regional de Jequié; V — Conclusiones.

I — En el primer capítulo el autor muestra como la ciudad fué fundada sobre las terrazas del río de las Contas, pero atribuye su desenvolvimiento a su situación, como nudo de líneas naturales de circulación.

II — Después de examinar rápidamente la historia del poblamiento, el autor trata de las relaciones del crecimiento urbano con los cambios de tipo de transporte en la región, y hace resaltar la pequeña influencia de la llegada del ferrocarril, el papel negativo de una carretera y el progreso obtenido con la construcción de la carretera Río-Bahía.

III — En este capítulo, se refieren los sucesivos planos con que la ciudad se presentó, desde su formación hasta alcanzar la fisonomía actual. Se muestran asimismo las principales características del centro urbano y de los barrios.

IV — La región de Jequié, esto es, la porción del área que pertenece a la zona de cacao de Bahía constituye el objeto de este capítulo. Inicialmente se analizan las funciones locales a través de las cuales la ciudad ejercerá su acción regional. Se estudia después la zona interna y externa de la región de Jequié. La primera se confunde, *grosso modo*, con el mismo territorio municipal y se caracteriza por la actividad mixta y por el descenso de la población, mientras predomina la monocultura y aumenta siempre el índice demográfico en la zona externa, área donde se chocan la influencia de la ciudad y la del conjunto Ilhéus-Itabuna.

V — En el último capítulo el autor resume las principales conclusiones que ofrece en su trabajo.

SUMMARY

The author, professor of Human Geography at the Catholic Faculty of Philosophy of Bahía, presents a geographical study of the city of Jequié and of the cacao growing region under its influence.

The author divided his paper into five chapters following a brief introduction: 1) The site and position of Jequié; 2) Urban growth; 3) The structure of Jequié; 4) Regional influence of Jequié; 5) Conclusions.

In the first chapter the author describes the construction of the city on the terraces of the Contas river, stating that the cause of the development of Jequié resides in its situation as a natural point of convergence of circulation lines.

The author then studies the relations of urban growth to the changes in the transports of the region, after briefly describing the history of the peopling the author emphasizes the fact that the arrival of the railroad had little influence, while a surge of progress was noted with the construction of the Río-Bahía highway.

The third chapter presents the successive aspects of the city up to this day; the chief characteristics of the urban center as well as of the suburbs are reviewed.

The region of Jequié and the portion of this area belonging to the cacao zone are analysed in the fourth chapter. Local functions are initially studied so as to have a way of judging the regional action of the city. The internal and external zones of the Jequié region are then studied. The internal zone corresponds to the municipal area and is characterised by diversified activities and a decrease in its population; the external zone, which corresponds to the limit of the areas of influence of Jequié, on one side, and of Ilhéus-Itabuna on the other, is engaged solely in cacao growing and presents an increase in population.

The author then presents his conclusions as part of the fifth and last chapter.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Autor, Professor der Wirtschaftsgeographie an der Katholischen Fakultät für Philosophie in Bahía, legt eine Studie vor über die Stadt Jequié im Staat Bahía und ihre Bedeutung für einen Teil des Kakao-Anbaugebiets. Er gliedert seine Arbeit in eine Einführung und die folgenden fünf Abschnitte: 1. Lage und Stellung von Jequié, 2. das Wachstum der Stadt, 3. die innere Struktur der Stadt, 4. die regionale Bedeutung der Stadt, 5. Folgerungen.

1. Im ersten Kapitel zeigt der Verfasser, wie sich die Stadt über die Terrassen des Flusses das Contas erhebt und er erklärt ihre Lage am Knotenpunkt natürlicher Verkehrslinien. Ferner wird ihre Entwicklung aufgezeigt.

2. Sodann, nach einigen Bemerkungen über die Geschichte der Bevölkerung, wird das Wachstum der Stadt Jequié in Beziehung gesetzt zum Wechsel der Beförderungsmittel in dem Gebiet. Es werden ferner der geringe Einfluss der Eisenbahn und der Aufschwung aufgezeigt, der nach dem Bau der Autostrasse Río-Bahía einsetzte.

3. In diesem Abschnitt werden der Reihe nach die Pläne besprochen, die es für die Stadt von ihrem Beginn bis zum heutigen Aussehen gab, ebenso wie hier die wichtigsten Eigentümlichkeiten des Stadtkerns und der Randgebiete gezeigt werden.

4 Gegenstand dieses Kapitels ist die weitere Region von Jequié, soweit sie zum Kakao-Anbaugebiet von Bahia gehört. Anfangs werden die örtlichen Gegebenheiten analysiert, die der Stadt ihre Bedeutung verleihen. Es werden eine innere und eine äussere Einflusszone unterschieden. Erstere beschränkt sich im grossen Ganzen lediglich auf das Munizipio und ist durch die Verschiedenheit der Erwerbszweige, aber auch durch die Abnahme der Bevölkerung ausgezeichnet, während die äussere Wirtschaftszone — ein Gebiet, wo der Einfluss von Ilheus-Itabuna sich trifft mit dem Einfluss von Jequié — in Monokultur bewirtschaftet wird und sein Bevölkerungsstand ständig wächst.

5 Im letzten Kapitel gibt der Verfasser eine Zusammenfassung der wichtigsten Ergebnisse seiner Arbeit.

RESUMO

La aŭtoro, profesoro de Homa Geografio ĉe la Katolika Fakultato de Filozofio de Bahia, prezentas geografian studaĵon pri urbo JEQUIÉ kaj pri la parto de la kakaŭarba bono de Bahia, kiu estas submetata al ĝia influo. Li dividis sian artikolon en kvin ĉapitrojn, krom malgranda enkonduko: I — La loko kaj la Situacio de Jequié; II — La Urba Kreskado; III — La Strukturo de la Urbo; IV — Regiona Agado de Jequié; V — Konkludoj.

I — En la 1-a ĉapitro li montras, kiel la urbo konstruiĝis sur la terasoj de la rivero Contas, sed li atribuas al ĝia situacio, kiel nodo de naturaj linioj de cirkulado, ĝian disvolviĝon.

II — Sekve, post historia resumo pri la loĝatigo, li interrilatas la urban kreskadon de Jequié kun la ŝanĝoj de tipoj de transporto en la regiono evidentigante la malgrandan influon de la alveno de la fervojo, la negativan rolon de iu ŝoseo kaj la rapida progreso atingita post la konstruado de la ŝoseo Rio-Bahia.

III — En la 3-a ĉapitro estas vidataj la sinsekvaj planoj, kun kiuj la urbo sin prezentis, de sia komenco ĝis atingo de la nuna fizionomio. Estas ankaŭ montrataj la ĉefaj karakterizaĵoj de la urba centro kaj de la aliaj urbpartoj.

IV — La regiono de Jequié, tio estas la parto de tiu areo, kiu apartenas al la kakaŭarba zono de Bahia, estas objekto de analizo en tiu ĉapitro. Komence estas analizataj la lokaj funkcioj, per kiuj la urbo plenumas sian regionan agadon. Poste estas studataj la interna zono kaj la ekstera zono de la Jequié-a regiono. Tiu konfuziĝas, *grosso modo*, kun la komunuma teritorio mem kaj karakteriziĝas per la miksitaj aktivecoj kaj per la malkresko de la loĝantaro, dum la ekstera zono — areo, kie sin intervas la influo de urbo Jequié kun tiu de la tuto Ilheus-Itabuna — estas monokultura kaj vidas ĉiam kreskadi sian demografian indicon.

V — En la lasta ĉapitro la aŭtoro resumas la ĉefajn konkludojn, al kiuj li venis en la daŭro de sia laboraĵo.

EMMANUEL DE MARTONE

1 de abril de 1873 – 25 de julho de 1955

Em 25 de julho de 1933, no decorrer de memorável sessão conjunta da Academia Brasileira de Ciências, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Brasileira de Geografia, o biogeógrafo patricio ALBERTO J. SAMPAIO traçou o perfil de um grande cientista e emérito professor, a quem então saudava oficialmente, em nome das três instituições. A EMMANUEL DE MARTONNE se conferia, na ocasião, o diploma de membro correspondente da Academia Brasileira de Ciências e de membro honorário da Sociedade Brasileira de Geografia. Agora, no fecho de um ano em que o mundo científico tem a lamentar a perda de um de seus maiores vultos, é justo que seja novamente evocada entre nós a obra fecunda daquele expoente da ciência geográfica francesa.

Não terei tempo para relembrar senão alguns pontos da luminosa trajetória que haveria de percorrer aquele jovem que, em 1892, estudava na Escola Normal Superior, o mesmo Agrégé de História e Geografia de 1895. Licenciado em Ciências e Letras, doutor em Ciências, como também em Letras, EMMANUEL DE MARTONNE seria, sucessivamente, professor da Faculdade de Letras de Rennes, de Lyon e de Paris (para onde foi nomeado em 1909). Ao cargo de professor da Escola Prática de Altos Estudos, acrescentaria, a partir de 1927, o de diretor do Instituto de Geografia da Sorbonne.

Paralelamente ao exercício do magistério, ia-se desdobrando uma fecunda atividade de pesquisador. Não tenho conta dos artigos saídos da pena de E. DE MARTONNE a começar de 1896, quando publicou o seu primeiro trabalho nos *Annales de Géographie*. Sei que, há muitos anos, tinham passado a casa dos cem. E note-se que eram escritos substanciosos, enxutos, sem repetições e recheios, trabalhos que não se escreviam para engrossar qualquer lista bibliográfica, mas para divulgar contribuições novas. De sua bagagem, podem destacar-se talvez os seguintes livros:

La Valachie (1902), ensaio de monografia geográfica;

Traité de Géographie Physique, 3 vols. em sucessivas edições (a partir de 1909), com a colaboração de CHEVALIER e CUENOT na parte referente à Biogeografia;

Les Régions Géographiques de la France;

Abregé de Géographie Physique (primeira edição, 1922);

Les Alpes (1926);

L'Europe Centrale, 2 vols. (1930-1931);

Géographie Physique de France (1942); e

Géographie Aérienne (1948).

Sobressai ainda o fato de ter sido da lavra de EMMANUEL DE MARTONNE a primeira carta morfológica relativa a um país inteiro. Foi desenhada na escala de 1:1 000 000, como parte integrante do magnífico Atlas de France, obra de quase 90 fôlhas e cerca de 200 mapas, que E. DE MARTONNE, associado ao igualmente eminente geólogo E. DE MARGERIE, completaria em 1943. Aliás, a primeira tentativa de estabelecer a cartografia morfológica em plano mundial, foi efetuada pela "Comissão para a Cartografia das Superfícies de Erosão", criada no Congresso Internacional de Geografia de Paris em 1931 e patrocinada pela União Geográfica Internacional. A iniciativa partiu de EMMANUEL DE MARTONNE, que presidiria essa Comissão da U. G. I. durante duas décadas.

A simples descrição de carreira universitária, embora notável, e a enumeração de bagagem científica, embora vultosa e rica, não bastariam, entretanto, para dar a medida da influência que teve DE MARTONNE sobre o desenvolvimento do campo científico a que deu o melhor de seu esforço.

É da própria natureza do homem considerar como estáveis e, quase diria, inevitáveis, as coisas que o cercam. Talvez por isso, os geógrafos desta geração nem sempre se dêem conta de que muitas instituições das que integram sua vida profissional, foram criadas ou tiveram sua continuidade assegurada pelo esforço de EMMANUEL DE MARTONNE.

Assim foi ele quem, em 1905, instituiu a "Excursão Anual Interuniversitária", a que, durante quase meio século, continuou a orientar. É um sistema pelo qual cada uma das universidades francesas, em rodizio, constitui o ponto de partida para trabalhos de campo na região onde está sediada; dêses trabalhos participam, durante uma semana, os corpos docentes de cada departamento de geografia, que se fazem acompanhar de seus estudantes avançados. Não se pode exagerar o valor dessa periódica revisão e discussão a que os geógrafos franceses se entregam, debruçados sobre o terreno.

Foi ainda DE MARTONNE quem fundou a Association de Géographes Français em 1915, com o objetivo de criar um foco de vida científica, fortalecer os laços entre os geógrafos, prolongar a ação das cátedras universitárias e vitalizar o ensino da Geografia.

EMMANUEL DE MARTONNE permaneceu até sua morte como um dos co-diretores dos *Annales de Géographie*, notável publicação bimestral, que vem a lume sob os auspícios do Centre National de la Recherche Scientifique.

Seja lembrada ainda a Bibliographie Géographique Annuelle, que se originou em 1891, como parte dos *Annales de Géographie*. Tendo sofrido uma interrupção durante a guerra de 1914-1918, foi ressuscitada por ELICIO COLIN e EMMANUEL DE MARTONNE,

quando este fundou a *Association de Géographes Français*. Desde 1931, a *Bibliographie Géographique Internationale*, atualmente publicada sob a égide da U G I e da UNESCO, representa a principal publicação desta natureza em todo o mundo

Depois de ter servido longamente à União Geográfica Internacional como secretário-Geral, exerceu DE MARTONNE a presidência desta organização durante dez anos. E ninguém terá feito mais para garantir a sobrevivência da instituição no decurso da segunda conflagração mundial e para renovar as suas atividades nos anos de após guerra. Nessa fase de dificuldades e atribulações sem precedentes, a U G I ficou a dever a sua própria existência a EMMANUEL DE MARTONNE

Não admira, pois, que durante muitos anos EMMANUEL DE MARTONNE tivesse sido, aos olhos de seus patrícios, como aos dos estrangeiros, a personalidade mais representativa da escola francesa. Não desmereceria, na liderança dessa escola, a tradição deixada por seu mestre (e sógro) VIDAL DE LA BLACHE, geralmente tido como o fundador da moderna geografia científica na França. Reconhecia, da mesma forma que LA BLACHE, ser a geografia uma ponte, com um encontro nas ciências naturais, e outro nas ciências do homem. O que a geografia pode trazer para o tesouro comum, em troca da contribuição que recebe das outras ciências, havia proclamado LA BLACHE, é a aptidão de não separar o que a natureza reúne, a compreender a correspondência e a correlação dos fatos. Assim o entendeu também DE MARTONNE, que com VIDAL DE LA BLACHE e GALLOIS, seria um dos principais inspiradores de um grande número de monografias regionais. Os homens que, em França, haviam feito surgir a moderna escola geográfica eram marcados por uma nítida formação histórica. Talvez a isso mesmo se deve a qualidade inconfundível das sínteses regionais que produziria essa verdadeira equipe de trabalhadores animados de um mesmo espírito. À penetrante análise científica, por um lado, se alia, por outro, um límpido estilo literário. Na França, a Geografia faz ciência, mas permaneceu uma arte. Sua literatura é algo de belo, não um conjunto hermético de jargão técnico.

Mas, DE MARTONNE, ao mesmo tempo que consolidava a brilhante tradição da escola francesa, soube trazer-lhe contribuição própria.

Na ocasião em que começava a manifestar-se a influência poderosa do ainda jovem cientista, o estudo das formas do relevo ostentava magnífico florescimento nos Estados Unidos da América. Nesse país, os nomes mais ilustres no campo da geografia (ou no das ciências a ela aliadas) eram os de geomorfólogos como GILBERT, POWELL, DAVIS. As pesquisas morfológicas ocupavam um lugar de absoluta primazia nas publicações dos geógrafos americanos. É verdade que, em compensação, eram pouco conhecidas as monografias regionais do tipo da escola francesa.

Na Alemanha, no albor do século, a ciência geográfica era marcada pela atuação de VON RICHTHOFEN e RATZEL, ambos chegados à geografia pelo caminho das ciências físicas. RICHTHOFEN, pela geologia; RATZEL, por uma combinação de geologia, zoologia e anatomia comparada.

Compreende-se, à luz das origens da geografia francesa, que o desenvolvimento dos estudos fisiográficos tivesse sido mais lento na pátria de E. DE MARTONNE. Sem renegar aquelas "qualidades literárias que permitem a composição de verdadeiros quadros de geografia regional", DE MARTONNE foi o primeiro geógrafo que, na realidade, se concentrou na geografia física. Ainda ao tempo em que era chefe do Departamento de Geografia da Universidade de Lyon, produziu uma das obras fundamentais para a geografia do mundo inteiro, seu *Tratado de Geografia Física*, clássico que tem sido traduzido em várias línguas. Quando, então, sucedeu a GALLOIS como diretor do *Institut de Géographie* da Sorbonne, conseguiu que o valor de sua especialidade fosse por todos reconhecido. Durante mais de 20 anos trouxe um novo ponto de vista aos trabalhos do *Instituto parisien* — onde seus antecessores imediatos se haviam interessado sobretudo pela geografia regional e pela geografia humana.

Embora há quatro anos EMMANUEL DE MARTONNE, com a saúde duramente atingida, tivesse deixado de participar efetivamente dos trabalhos e das reuniões dos geógrafos, sua influência persistiu através de seus discípulos, que hoje ocupam as cátedras de geografia das principais faculdades da França. Nem cessavam, com seu impedimento, os justos tributos a sua inteligência e a seu dinamismo. Assim, a Sociedade de Geografia de Paris, que, em 1946, o havia elevado à presidência e daí à presidência de honra vitalícia, votaria a homenageá-lo precisamente um mês antes de seu falecimento. Era-lhe concedida a grande medalha de ouro, a título excepcional, da Sociedade, instituição cujo passado representa uma parte do patrimônio cultural da França, vale dizer do mundo civilizado.

E a atuação de EMMANUEL DE MARTONNE teve mesmo um sentido nitidamente ecumênico. Além da grande disseminação de sua palavra escrita, destacando-se pela influência que teve na formação dos novos geógrafos o já citado *Tratado de Geografia Física*, realizou DE MARTONNE repetidas viagens ao estrangeiro, aí ministrando cursos e proferindo conferências. Entre os países visitados, lembra-me a Rumania, a Iugoslávia, a Alemanha, o Marroco, o Egito, os Estados Unidos, o México, a Argentina, o Chile e a Bolívia.

Aqui no Brasil, o tivemos por duas vezes. Interessou-se vivamente por alguns problemas específicos de geografia brasileira, conforme já patenteou a conferência proferida na sessão de 1933. Tal interesse certamente decidiu-o a voltar em 1937 quando convidado pela Universidade de São Paulo. No segundo semestre desse ano, ministrou um curso e fez conferências sobre geografia física na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. Como decorrência de excursões realizadas no ensino de sua segunda e mais demorada visita ao Brasil, quando percorreu os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e o litoral até a Bahia, ficaram os geógrafos brasileiros a dever-lhe, além de outros estudos de menor fôlego, interessante ensaio sobre "Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico".



Mas talvez o maior serviço que nos prestou DE MARTONNE foi no sentido de promover a integração do Brasil na comunidade geográfica internacional

Já no Congresso Internacional de Geografia de Paris, em 1931, foi DE MARTONNE quem propôs ao respectivo Comitê Executivo fôsse conferida ao Brasil, na pessoa de A. J. SAMPAIO, a vice-presidência da Secção de Biogeografia

Quando aqui esteve em 1933, fêz-se intérprete de uma mensagem especial da União Geográfica Internacional, de que era então secretário-geral, externando o desejo de ver figurar o Brasil entre as nações que aderiam à referida organização

A U. G. I. fôra criada em Paris no primeiro pós-guerra, sob o patrocínio do Conselho Internacional de Pesquisas, hoje conhecido pela designação de Conselho Internacional de União Científicas. Participaram de sua fundação delegados da Bélgica, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Portugal e Espanha, a ela vindo agregar-se posteriormente, organizações geográficas representativas de cerca de quarenta países

Previo DE MARTONNE que a obra dos investigadores brasileiros seria mais fecunda, no dia em que um órgão nacional de geografia pudesse coordená-la em um espírito geográfico, pondo-se em contacto com organizações análogas, por intermédio da União Geográfica Internacional. Os proventos, ensinava a experiência, seriam grandes para a ciência em geral, mas também para este país, "tão cheio de seiva e de possibilidade de desenvolvimento", na expressão do ilustre visitante, que assim insistia em seu convite:

"Alimento a esperança de regressar ao meu país, com a grata notícia da adesão do Brasil à União Geográfica Internacional, em cujos trabalhos, muito desejamos ver figurar a valiosa cooperação dos eminentes colegas brasileiros

"O valor dessa cooperação se evidencia desde logo do duplo fato de vossa alta cultura e brilhante operosidade em trabalhos geográficos, bem como da variada riqueza de temas geográficos de vosso extenso país, cujo futuro económico é o melhor possível, se considerarmos as riquezas naturais do país, suas inúmeras quedas d'água, etc."

A Academia Brasileira de Ciências, tomando na devida consideração as palavras aqui proferidas, resolveu tomar a iniciativa de propor às instituições e aos profissionais brasileiros, interessados no progresso dos estudos geográficos, a criação de um Comitê Nacional de Geografia, sob os auspícios da Academia

O "Comitê" brasileiro seria, pois, um órgão não-governamental. Desde logo se lhe delinearam dois objetivos, por assim dizer, complementares. A organização funcionaria, por um lado, como elemento de ligação junto à União Geográfica Internacional, e, por outro, se propunha a responder a consultas e a facilitar a seus membros trabalhos cartográficos, fotográficos e outros a seu alcance

Reconhecido o papel fundamental da investigação geográfica na valorização de um país jovem e mal conhecido, como o Brasil, pronto se verificou que as atividades de âmbito nacional do novo órgão deveriam ser de tal monta que o seu financiamento exigiria recursos incomparavelmente superiores aos que pudessem ser reunidos pela entidade privada proejtada pela Academia. Chegou-se à conclusão de que o governo se deveria encarregar do assunto, criando um órgão oficial de geografia. E assim, a 24 de março de 1937, o decreto 1.527 instituiu o Conselho Brasileiro de Geografia (incorporado ao Instituto Nacional de Estatística), autorizava a sua adesão à U. G. I. e dava outras providências correlatas

Segundo o artigo 1º do referido decreto, o Conselho se destinaria "a reunir e coordenar os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais, instituições particulares e dos profissionais que se ocupem de Geografia do Brasil, no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio"

Todos sabem o vigoroso surto que vem manifestando a ciência geográfica brasileira nestes últimos lustros, a ninguém sendo lícito desconhecer o papel relevante que teve o Conselho Nacional de Geografia, nesse desenvolvimento

Mas, embora o decreto de 1937 autorizasse ao Conselho Brasileiro de Geografia a aderir à União Geográfica Internacional, somente em 1953, a estrutura geográfica brasileira atingiria a sua plenitude, ficando a adesão do Brasil definitivamente regularizada. É que os estatutos da U. G. I. prevêem, em cada país-membro, a constituição de uma Comissão Nacional, entidade não-governamental, onde possam ser representadas, em amplas bases nacionais, os principais núcleos geográficos do país. Foi precisamente esta Comissão, criada por iniciativa da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, que começou a funcionar há dois anos. Quando a instalação da Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional é saudada como "um marco a assinalar nova intensificação dos estudos geográficos no Brasil sob o influxo maior, mais direto e mais constante dos grandes mestres e dos grandes institutos científicos estrangeiros", é-nos grato lembrar que a semente da instituição foi lançada pelo homem cuja memória hoje reverenciamos

Para terminar, permito-me recordar as palavras que proferiu o chefe da delegação britânica ao propor à XVII Assembléia Geral da U. G. I., reunida em Lisboa em 1949, fôsem conferidos a EMMANUEL DE MARTONNE o título e o status de presidente honorário vitalício. A resolução, reconhecia seu proponente, não tinha precedente. Jamais houvera um presidente honorário da União Geográfica Internacional. "Mas, acrescentava, se a proposta não tem precedente, o mesmo se pode dizer do homem. Nunca houve outro MARTONNE"

Entre os vários motivos que o referido delegado apresentou ao fundamentar sua proposta, um há que também justifica a publicação do presente comentário:

"Para que possamos exprimir de forma duradoura o respeito e a estima que nos inspirou EMMANUEL DE MARTONNE e o nosso reconhecimento pela inteligência e a operosidade que o fizeram o primeiro geógrafo do mundo — le doyen des géographes du monde entier"

HILGARD O'REILLY STERNBERG

ASPECTOS GEOGRÁFICOS DO TERRITÓRIO DO RIO BRANCO¹

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
Geógrafo do C N G

O território federal do Rio Branco teve sua origem no decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, à semelhança do que aconteceu com os outros territórios criados na zona de fronteiras. Considerando-se o caso especial dos territórios localizados na grande região amazônica, apenas o Acre teve origem diferente. O território do Rio Branco, embora criado em 1943, sua instalação somente foi feita a 20 de junho de 1944. As áreas da bacia Amazônica transformadas em territórios federais, ainda não cumpriram realmente o papel que lhes está reservado. Não há dúvida que os territórios federais estão possibilitando maior desenvolvimento de certas áreas outrora inteiramente abandonadas. E, a este propósito



Fig 1

¹ O presente artigo acompanhado de amplo documentário fotográfico, constitui um resumo da monografia de nossa autoria intitulada *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*

mesmo no Rio Branco, que é o território que tem lutado com maiores dificuldades para o seu desenvolvimento, a transformação de certos trechos é realmente incontestável.

A área do atual território resultou do desmembramento de municípios do estado do Amazonas: Boa Vista, parte de Moma e Barcelos. Sua superfície atualmente é de 214 316 quilômetros quadrados (Fig 1). Esta extensa região do setentrião brasileiro é ocupada por uma escassa população, sendo mesmo das unidades da Federação a que possui menor densidade, 0,07 habitantes por quilômetro quadrado.

A posição geopolítica desse território é muito importante uma vez que confina com terras da Venezuela e da Guiana Inglesa numa extensão de 2 411 quilômetros², sendo 985 quilômetros com a Venezuela e 1 426 quilômetros com a Guiana Inglesa. Nos fins do século passado a Inglaterra teve pretensões na zona raiana, ou mais exatamente na depressão do Pirara e no trecho Maú-Cotingo. A questão foi submetida ao rei da Itália que fez, no dizer de E. BACKHEUSER, justiça de Salomão, dando parte à Inglaterra e parte ao Brasil⁸. Atualmente é uma fronteira morta e já demarcada.

O território do Rio Branco é uma verdadeira ponta de lança entre as terras da Venezuela e da Guiana Inglesa devendo por conseguinte merecer maiores atenções do que tem tido até o momento.

A paisagem física do território do Rio Branco pode ser considerada segundo três regiões: 1 — *Região do Baixo Rio Branco* — caracterizada por apresentar terrenos geologicamente recentes e uma topografia monótona. A cobertura vegetal desta região é a densa floresta do tipo hileiano. Aliás esta é a única área do território que possui os mesmos caracteres da Amazônia, uma vez que é um prolongamento da planície no sentido do norte. Na parte sul e oeste confina com terras do estado do Amazonas. No leste apenas em pequeno

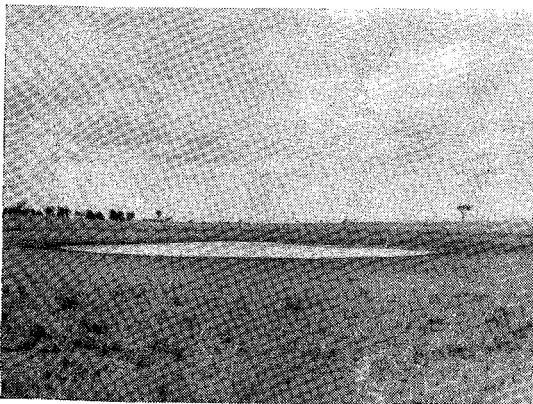


Fig 3 — Na superfície do vasto peneplano rio-branquense é freqüente o aparecimento de depressões fechadas, e de forma acentuadamente circular, cuja origem ainda é de difícil explicação.

(Foto Tomas Somlo)

² Anuário Estatístico do Brasil, ano XII, 1951 (p. 3)

⁸ Vide: Curso de Geopolítica Geral do Brasil



Fig 2 — Na topografia do peneplano fóssil algumas vezes surgem blocos, que devido à forma e à coloração escura, ao serem vistos de longe, dão idéia de matações. Todavia quando nos aproximamos dos mesmos, basta a rugosidade externa e os vacúolos ou perfurações, para denunciarem a sua identidade. Trata-se por conseguinte de grandes blocos de laterito disseminados na superfície dos campos rio-branquenses. A presente foto foi tirada ao norte da cidade de Boa Vista, mais ou menos no limite das fazendas Santa Fé e Monte Cristo (Foto Tomas Somlo)

trecho ao longo do rio Nhamundá, confina com terras do estado do Pará.

2 — *Região do Alto Rio Branco* — compreendendo as terras do vasto peneplano, que está coberto com uma vegetação de campos. Esta é a zona onde se desenvolve a pecuária do Rio Branco.

A topografia é monótona, não apresentando grandes contrastes de altitude (Figs 2 e 3). A planura da região é quebrada por vezes pelo aparecimento de alguns *inselbergs*.

3 — *Região Montanhosa* — constituída pelas terras do sistema Parima-Pacaraima, isto é, pelas terras que existem ao longo da fronteira com a Venezuela e com a Guiana Inglesa. Não constitui uma área muito extensa, po-

tem economicamente é muito importante por causa dos afloramentos de terrenos, possivelmente algonquianos (Fig 4), onde se extraem os diamantes e futuramente também, o ouro, quando este despertar maior interesse

O ponto extremo norte do Brasil está justamente nesta região, no monte Cabuáí, na latitude de $5^{\circ} 16' 19''$ N. É ainda nesta região, porém, mais a oeste que se encontra o monte Roroinã (segundo pico do Brasil) localizado no ponto de trijunção: Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa, com 2875 metros de altitude, formando como que um planalto isolado e com escarpas abruptas

Indiscutivelmente esta é a área mais acidentada de toda a Amazônia Brasileira

Das três regiões morfológicas, é no Alto Rio Branco, isto é, na zona dos campos, que vamos encontrar mais de 90% da população do território. A penetração do homem na região tem-se feito lentamente e sua fixação ao solo constitui problema ainda não resolvido

O estudo genético-evolutivo das formas de relevo nos leva a pensar na existência de uma possível fossa tectônica ou mesmo de um largo canal, que no decorrer do terciário permitiu uma ligação ampla do Amazonas com o oceano Atlântico. O traçado aproximado desse canal acreditamos que pode ser considerado como o do atual Rio Branco e o rio Essequibo na Guiana Inglesa. Neste particular não podemos deixar de frisar que se trata de uma hipótese para pesquisas futuras

Os sedimentos da série das Barreiras, isto é, do plioceno foram, em grande parte, as rochas do embasamento no Alto Rio Branco. Como explicar a invasão provocada por esta sedimentação se não admitir a existência de um afundamento tectônico? É esta cobertura sedimentar terciária, fossilizadora da área peneplanada do escudo das Guianas, que nos leva a pensar na existência de um canal nordeste-sudoeste separado pelos maciços de Tumucumaque a leste e Parima-Pacaraima a oeste

Na área do penepiano do Rio Branco observa-se, como já dissemos, uma paisagem monótona, que de quando em vez é interrompida pelo aparecimento de "inselbergs" (Fig 5), ou mesmo de maciços montanhosos de pequena extensão, como os do Apiaú, Mucajáí, Lua, etc

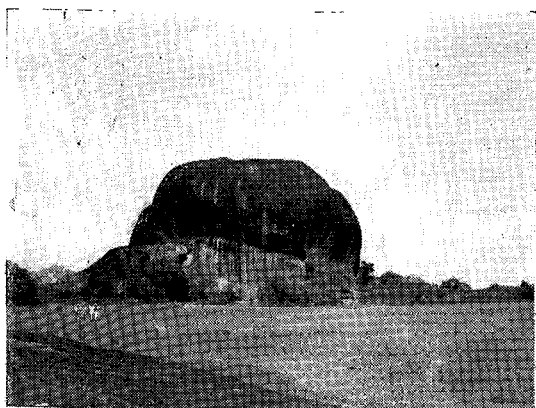


Fig 5 — A Pedra Pintada constitui um gigantesco bloco de granito, que restou sobre a superfície aplainada do Tarimé

(Foto Tomas Somlo)



Fig 4 — Aspecto do alto do Tapequém vendo-se a ondulação do terreno e o igarapé Cabo Sobral

(Foto Tomas Somlo)

O solo da área dos campos pode ser dividido em solos das "terras firmes" e das "baixadas", que constituem pequenas áreas junto aos miritizais, onde o aproveitamento com o plantio de pastos será mais fácil que nos "campos lavrados", onde o nível hidrostático se acha mais profundo. O processo da eluviação tem tornado os horizontes inferiores bem compactos, em certas áreas de campo. Este processo determina a lavagem do horizonte superficial que se enriquece em areia, já que os outros sais são dissolvidos e carregados em dissolução, ocasionando uma iluviação nos horizontes inferiores. Não se pode deixar de assimilar a existência de afloramen-

tos de canga nos campos do Rio Branco (Fig 6) que surgem sob a forma de blocos, concreções, picaria miúda, etc

No Alto Rio Branco devemos ainda salientar as pequenas áreas onde afloram solos argilosos, oriundos da decomposição de granitos a gnaisses. Mas, além destes, existem também pequenas áreas de solos bastante féteis — “terras roxas”, cujo aproveitamento deve ser feito de maneira cuidadosa, a fim de se ter bom rendimento por muitos anos. Neste particular nunca é demais lembrar que, se por um lado, estas terras são bastante ricas, por outro, a sua vulnerabilidade é grande num clima tropical úmido, com estações alternadas bem características de chuvas intensas e de seca rigorosa.

Este tipo de clima acarreta o desenvolvimento do processo de laterização, que consiste numa lixiviação do cálcio, do sódio, do potássio, ou melhor, das bases trocáveis, e uma segregação do ferro e da alumina sob a forma de hidróxido ferro-aluminoso. Às vezes o enriquecimento em ferro é tão grande que se passa a ter um verdadeiro minério de ferro.

Os lateritos na cidade de Boa Vista formam crostas de blocos e concreções, que se mantêm sob uma capa de material detritico, cuja espessura na maioria dos perfis examinados, era superior a 5 metros. Do ponto de vista prático, o aparecimento da crosta de “pedra-jacaré”⁴ tem importância, uma vez que denuncia a proximidade do lençol d’água que será captado pela perfuração. O estudo da profundidade do lençol d’água na cidade de Boa Vista é fácil de ser realizado, tendo em vista o número de poços aí existentes.

Na superfície dos campos deve-se ressaltar, como já dissemos, o afloramento de concreções e blocos, tendo estes algumas vezes mais de 2 metros de altura (Fig 7). O estudo desses dois elementos nos leva à conclusão da existência de uma erosão lenta, provocada pela pluviação na superfície dos campos, deixando à mostra as concreções e os blocos.

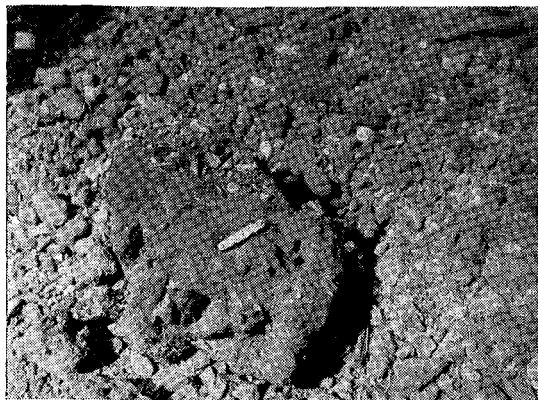


Fig 7 — Blocos de conglomerado laterítico na margem direita do rio Branco, junto à foz do rio Cauamé (Foto Tomas Somlo)

⁴ Denominação regional dada ao laterito

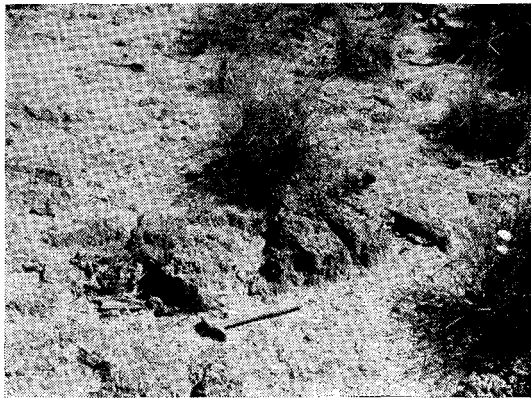


Fig 6 — O lençol d’água ao escorrer sobre uma zona de topografia monótona como a dos campos do Rio Branco, pode carregar a parte mais superficial e algumas vezes iniciar um leve ravinamento.

Além do processo de carregamento do solo, isto é, da desoloagem, devemos ainda lembrar o desenvolvimento do processo da eluviação do horizonte superior e a iluviação contínua dos horizontes inferiores.

(Foto Tomas Somlo do C N G)

No Baixo Rio Branco, junto às margens do rio, há grandes alagações por ocasião das chuvas, enquanto no verão, pode-se observar os baixios, cuja altura é da ordem dos 3 a 4 metros. No material desses baixios se tem na parte superficial uma exígua camada de terra vegetal, que repousa sobre um material areno-argiloso e mais abaixo surge, algumas vezes, a crosta de laterito.

Quanto ao estudo do clima da região devemos acrescentar que o único posto existente é o de Boa Vista, cujos dados meteorológicos são bastante incompletos.

Existe nessa unidade política da federação três quadros fisiográficos distintos, sendo, portanto, possível que haja em cada um deles particularidades do ponto de vista climático, que todavia, devido à inexistência de observações meteorológicas não podem ser comprovadas. A série meteorológica existente para Boa Vista dá uma idéia do clima reinante no alto Rio Branco, isto é, na zona dos campos. Aí o clima é caracterizado por um período chuvoso, de chuvas torrenciais, e outro seco, que dura de seis a sete meses. Já no Baixo Rio Branco o clima é chuvoso durante todos os meses, havendo, todavia, um período de chuvas menos intensas (Conforme dados meteorológicos dos postos de Moura e Barcelos).

A consequência dessa alta precipitação durante quase todos os meses do ano, no Baixo Rio Branco, é a existência de uma densa cobertura florestal, enquanto no Alto Rio Branco dominam os campos. Na região montanhosa é possível que exista um outro tipo de clima, porém, não possuímos nenhum posto de observação, o que não nos permite, por conseguinte, aventar nenhuma idéia.

Aplicando-se a classificação climática de KÖPPEN ao território do Rio Branco vemos que a grande área de campos está compreendida no tipo *Aui*, isto é, clima quente e úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno, enquanto a zona do oeste e do sul apresenta um tipo intermediário, ou de transição *Ami*, que embora com uma estação seca pouco intensa, os totais anuais são elevados, permitindo a existência de florestas.

O território é drenado pela bacia do rio Branco, cujos formadores são o Uaicueira e o Tacutu. Estes rios, com os seus afluentes e subafluentes, têm origem nas serras Parima e Pacaraima. Nos limites orientais e ocidentais do território, na zona do Baixo Rio Branco, há dois rios — Jufari e Jauaperi, que são afluentes do rio Negro, não pertencendo, por conseguinte, à bacia do rio Branco.

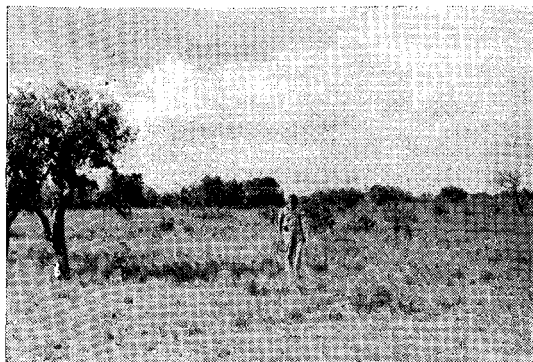


Fig 9 — *Aspecto da savana rio-branquense*
(Foto Tomas Somlo)

nuação do rio principal, não devendo, por conseguinte, ser considerado como um rio afluente.

A quase totalidade da bacia do rio Branco está no hemisfério norte. Mede mais de 600 quilômetros na direção norte-sul e 500 quilômetros, leste-oeste. Observando-se o traçado seguido pelos rios, vemos ver que há um número bem maior de afluentes pela margem direita do que pela esquerda, havendo, por conseguinte, uma assimetria na drenagem. Além do mais, a extensão dos rios da margem direita é incomparavelmente superior. Para



Fig 8 — *Aspecto de um trecho da rodovia BR-17 ao sul do rio Mucajá, vendo-se em ambos os lados da estrada, a vegetação florestal*

(Foto Tomas Somlo)

O curso do rio Branco costuma ser dividido da seguinte maneira: *baixo Rio Branco* (388 quilômetros de extensão) — trecho que vai desde a foz do rio Negro até o início das primeiras cachoeiras, *Médio Rio Branco* (24 quilômetros de extensão) — trecho encachoeirado, e finalmente, *Alto Rio Branco* (172 quilômetros de extensão), compreendendo o percurso que fica entre a última cachoeira de montante e a confluência dos rios Uaicueira e Tacutu.

O rio Uaicueira é considerado, por alguns autores, como um prolongamento normal, ou melhor, uma continuação

tanto basta considerar o Uraricuera, cujas cabeceiras se acham próximas do meridiano de 65° W de Greenwich, estendendo-se o rio até o meridiano de $60^{\circ} 20'$, na altura do paralelo de 3 de latitude N.

O regime hidrográfico do rio Branco é definido por uma época de cheias, que corresponde ao "inverno" e uma de estiagem, ou seja o "verão". Como consequência prática do regime hidrográfico para a navegação, verifica-se que no período da estiagem as comunicações fluviais tornam-se bastante difíceis, chegando mesmo a constituir um problema as ligações entre Boa Vista e Manaus. Pouco acima da sede da vila de Caracaraí se encontra a zona das cachoeiras, que dificultam muito a navegação. Mesmo no Baixo Rio Branco, isto é, a jusante de Caracaraí, no período de estiagem, as comunicações se fazem com certa dificuldade por causa dos bancos de areia que afloram no leito do rio.

A vegetação do rio Branco é caracterizada por apresentar, do ponto de vista fisionômico, a densa e pujante floresta do tipo hileiano, especialmente no Baixo Rio Branco (Fig 8),



Fig. 10 — Aspecto da cidade de Boa Vista, localizada na margem direita do Rio Branco, e os seus tradicionais campos. O sítio da cidade é fácil de ser descrito, sendo a topografia sensivelmente monótona. A cidade instalou-se numa superfície marginal ao grande rio.

Da cidade partem várias estradas abertas a pneumático, que seguem direções variadas em busca das sedes das fazendas.

Na superfície do campo existem várias depressões cheias d'água, as quais são procuradas pelo gado. No leito do rio observa-se a existência de várias ilhas aluviais, onde a vegetação arbórea cobre todo o solo. Nas margens do rio Branco, especialmente na esquerda, em grandes trechos, vê-se o aparecimento da vegetação do tipo campestre.

enquanto no Alto Rio Branco estende-se a grande área de campos, onde as formações arbóreas e arbustivas aparecem com grande frequência (Fig 9) Daí as denominações regionais de: “campo lavrado” (estepe), “campo coberto” (savana), “campo de baixada”, etc.

Do ponto de vista populacional esta é a unidade federada que menos habitantes possui.

A população absoluta do território é bastante reduzida, sendo de apenas 18 116 habitantes para uma área de 230 660 quilômetros quadrados, o que equivale dizer 7 habitantes para uma área de 100 quilômetros quadrados, ou seja, 0,07 habitante por quilômetro quadrado. Se ao invés de considerarmos a população total do território, tomamos como exemplo o dado populacional relativo ao município de Catimani (corresponde ao Baixo Rio Branco) teremos a densidade de 0,01 habitante por quilômetro quadrado, o que equivale a dizer 1 habitante por 100 quilômetros quadrados.

A distribuição e a fixação dos habitantes é sensivelmente variada, segundo as diversas zonas econômicas existentes no território. Assim, na zona da produção extrativa, isto é, da coleta de produtos da floresta, da caça e da pesca, (mariscagem), há grande rarefação demográfica e deslocamentos periódicos da população em busca do recurso natural a ser explorado.

A distribuição da população que vive da indústria extrativa vegetal e animal é bastante disseminada. No Baixo Rio Branco, onde o homem vive da coleta de produtos da floresta e da mariscagem, isto é, da pesca, encontramos algumas barracas e “tapiis”, distando vários quilômetros entre si. Rios são os aglomerados de mais de 30 ou 40 habitantes. As margens dos rios há uma certa permanência relativa da população.

Na zona dos campos se encontra a maior porcentagem de população do território, cerca de 90%. A atividade criatória condiciona a existência de uma população sedentária, enquanto os que vivem da garimpagem do diamante na região montanhosa se adensam em pequenos povoados — se é que assim podemos denominar — transitórios, em função da riqueza existente. Os garimpeiros são essencialmente nômades, pois não se fixam à terra, como os que vivem da pecuária ou da agricultura, aliás, isto é fácil de se compreender uma vez que o seu único interesse reside nos achados mais fáceis e constantes do diamante.

O centro populacional mais importante é Boa Vista (Figs 10 e 11) capital do território, com 5 132 habitantes. Exerceu este núcleo, após a criação do território certa atração na população do Baixo Rio Branco, produzindo um êxodo em sua direção. Isto devido às funções administrativas que aumentaram, com a elevação da modesta cidade em capital.

Caracarái, localizada no início da zona das cachoeiras, é o centro populacional mais importante do baixo Rio Branco. Quanto ao município de Catimani, não podemos deixar passar despercebido o fato de ainda não ter o mesmo sua sede instalada, embora tenha sido criado no ano de 1943, isto é, no ano da criação do território. A grande dificuldade apontada pelos governadores do Rio Branco é a falta de uma boa área de terras fimes no Baixo Rio Branco que permita a instalação de um aglomerado populacional, isto é, de uma cidade.

A colonização efetiva no território é obra muito recente datando de 1951. Neste particular devemos salientar que desde o século XVIII, já se falava na necessidade de colonizar os campos do Rio Branco (sinônimo de povoamento). Por ocasião da transformação dessa área em território federal, já em 1944 algumas famílias foram levadas para o Mucajá, ou seja a colônia Fernando Costa (Figs 12 e 13). Desta primeira tentativa pode-se dizer que resta apenas um colono com sua família.

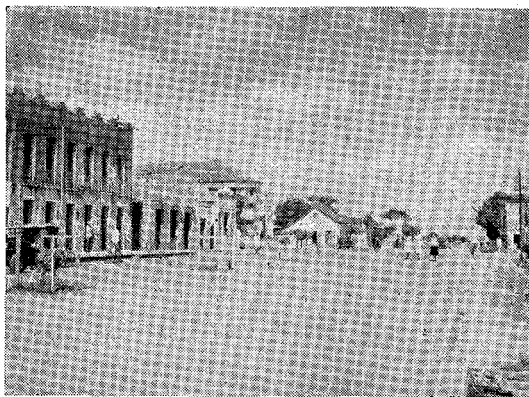


Fig 11 — A avenida Jaime Brasil é a artéria principal da cidade de Boa Vista; é onde se localiza a maioria das lojas comerciais do centro. Ao contrário do que vamos encontrar nos bairros de Carangá, Rói-Couro e Porto da Olaria, aí dominam as construções de alvenaria, cobertas de telha.

(Foto Tomas Somlo)

e a experiência adquirida. Além desta colônia localizada na margem do rio Mucajaí e cortada pela rodovia que vai de Boa Vista para Caracaraí, futura BR-17, deve-se citar a colônia do Cantar, localizada junto à serra do mesmo nome. Estas são as duas colônias do território cujos resultados têm sido bastantes compensadores, pois estes dois centros estão produzindo alguns gêneros de primeira necessidade como: farinha de mandioca, arroz, feijão e milho. Não se pode ainda adiantar muito a respeito, uma vez que a experiência é recente, necessitando portanto de um período mais longo para se ter dados mais concretos, quanto às culturas a serem realizadas, e o imigrante mais conveniente à região.

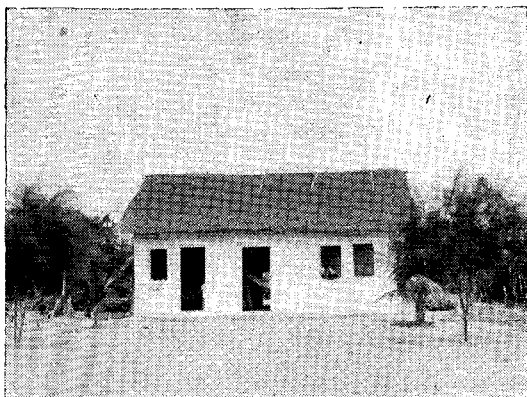


Fig. 12 — Casa de taipa rebocada com cimento ou cal e pintada. A cobertura é de palha. Os móveis são bastante reduzidos, pois, a maioria só dispõe de um baú para guarda de objetos pessoais, um caixote, e raramente uma cadeira para sentar-se. A cama é substituída pela rede.

(Foto Tomas Somlo)

nam as condições características da grande planície com densa cobertura florestal, onde existem espécies produtoras de: sorva, balata, castanha, cipó-títica, látex (de *Hevea Benthamiana*), etc. Além da coleta de produtos da floresta, vive o homem da caça de animais silvestres e da “mariscagem” do pirarucu, taitaruga, tucacajá, etc. A caça é praticada com o fito de conseguir carne para a alimentação diária, sendo as peles vendidas no comércio.

2 — *Zona da pecuária* — compreende a grande área do peneplano fossilizado do alto Rio Branco e a parte inferior dos contrafortes das serras Pauma-Pacaima. E nesta área que se realiza a tradicional criação de gado do Rio Branco.

O gado criado extensivamente é de pequeno porte, sendo na quase totalidade não raciado. A introdução do gado nos campos do Rio Branco começou a se processar nos fins do século XVIII, realizada por LÔBO D'ALMADA, aproveitando-se das idéias de seu antecessor PEREIRA CALDAS. As fazendas nacionais de São Marcos, São José e São Bento foram fundadas em 1793. Dessas fazendas só resta no momento a de São Marcos, cuja sede se encontra próximo à confluência dos rios Tacutu e Uiaucueira.

Os rebanhos dos campos do Rio Branco têm sido dizimados pela “raiva” que é transmitida por um morcego hematófago, e também por degenerescência. Só recentemente, ou melhor, após a criação do território federal, tem-se procurado dar mais assistência ao fazendeiro, não só vacinando o gado contra a raiva, como também adquirindo-se reprodutores. Todavia, não se pode deixar de frisar que esta obra de assistência e melhoria do rebanho é ainda bastante incipiente na região. A iniciativa privada é muito restrita, de modo que todos os encargos ficam na responsabilidade do governo federal.



Fig. 13 — Na colônia do Mucajaí podemos distinguir dois tipos de habitação: 1 — choca de palha, mais ou menos semelhante a um tapir e 2 — casa de taipa. Esta última pode ser às vezes rebocada e pintada. Na foto acima focalizamos uma casa de taipa coberta de folhas de palmeira.

(Foto Tomas Somlo)

O transporte do gado dos campos do Rio Branco para Manaus é feito pelas "boeiras" (Fig. 14)

3 - Zona da produção extrativa mineral - corresponde à "região montanhosa", isto é, ao extremo setentrional do território. Os grupos humanos aí vivem da garimpagem do diamante.

O abastecimento da "região montanhosa" é feito com dificuldade, uma vez que as vias de transporte terrestres são inexistentes. Somente os rios podem ser utilizados. Além do mais, os seus cursos são muitas vezes interrompidos por rápidos e corredeiras tornando penoso e difícil o transporte.

No caso específico do garimpo localizado na serra do Tapequém (Fig. 15), alguns produtos são levados da cidade de Boa Vista, por via aérea.

As ligações terrestres são realizadas com grandes dificuldades por "comboios" (Fig. 16).

Os produtos consumidos nos garimpos sofrem um encarecimento que chega muitas vezes a ser superior a 100%, por causa do frete.

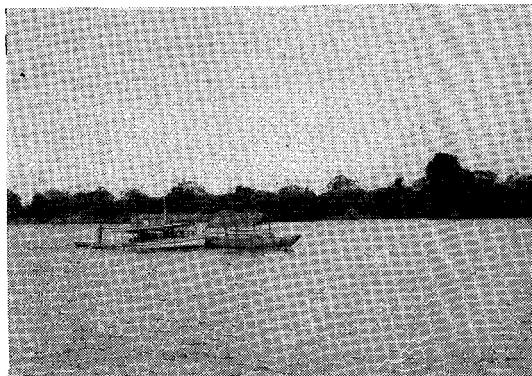


Fig. 14 — "Boeira" transportando o gado dos campos riobranquenses para Manaus
(Foto Tomas Somlo)

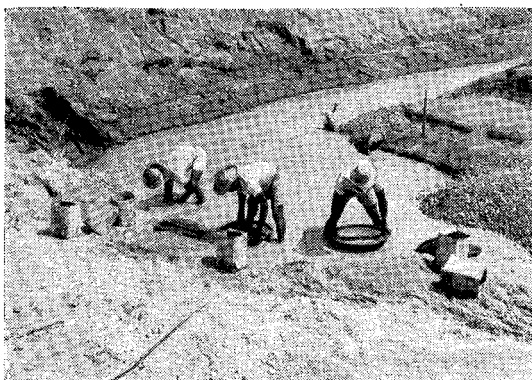


Fig. 15 — Lavagem do cascalho no Tapequém
(Foto Tomas Somlo)

Atualmente com as duas colônias agrícolas é de se esperar que o mercado de Boa Vista seja abastecido, pelo menos, parcialmente, com a produção desses núcleos.

A economia do Rio Branco, ao contrário do que se passa nas outras unidades federadas localizadas na Amazônia, é apoiada na produção extrativa mineral e na pecuária. Quanto aos produtos da coleta, da caça e da pesca pouco pesam na balança comercial do território.

Estudando-se os transportes no território do Rio Branco, não se pode deixar de ressaltar o grave problema que eles têm constituído para todos os administradores dessa unidade da Federação.

Em nenhuma das três zonas econômicas do território a agricultura é praticada com intensidade. A produção agrícola é insípida, e neste particular não se pode deixar de assinalar que muitos dos gêneros de primeira necessidade são importados de Manaus, Belém, ou de outros centros do Brasil. Mesmo a totalidade da farinha consumida no território até recentemente vinha de Manaus e Belém. Nas fazendas não há o hábito de se construir pequenas hortas para produção de hortaliças ou de cereais. Os fazendeiros fazem geralmente o seu "aviamento" em Manaus, de modo que não se preocupam com plantações.



Fig. 16 — "Comboeiro" e seu "comboio" na boca da mata, no sopé do Tapequém.
(Foto Tomas Somlo)

Não existem estradas na época do “inverno”, pois grandes trechos das vias abertas a pneumáticos se tornam intransitáveis, o que acarreta a impossibilidade das ligações entre várias sedes de fazenda. A única rodovia existente, e em fase de construção, é a rodovia BR-17, que partindo de Boa Vista chega a Caracaraí (Fig. 17), com destino a Manaus.

As comunicações na área dos campos são muito fáceis na época do “verão”, tanto assim que as estradas aí existentes foram abertas a pneumáticos. Porém, no período invernososo as depressões do solo existentes na cobertura sedimentar do Alto Rio Branco ficam cheias d’água, e também os pequenos cursos d’água, secos no verão, passam a correr, o que

dificulta consideravelmente as ligações. Não é raro certas sedes de fazendas ficarem completamente ilhadas na época invernososa.



Fig. 17 — Sobre o igarapé Uai Grande foi construída uma boa ponte de cimento armado, no ponto em que é atravessado pela rodovia BR-17. A vegetação da zona focalizada é de campos sujos. A topografia sub-horizontal está aí sulcada pelo igarapé Uai Grande.

(Foto Tomas Somlo)

O transporte no território constitui, portanto, um grande problema. As ligações de Boa Vista com Manaus, excluindo as aéreas, estão restitidas à navegação fluvial, só pode ser feita com regularidade na época das cheias. A dificuldade nos transportes tem acarretado um grande óbice no progresso econômico do território. Além do mais, as importações devem ser planejadas normalmente para o período da cheia, uma vez que na estiagem é quase impossível alcançar-se Boa Vista.

O armazém de depósito localizado em Caracaraí fica geralmente cheio de volumes que aguardam uma época mais propícia, para serem levados em caminhões até a boca da estrada, isto é, o local de embarque acima das corredeiras.

A navegação fluvial é bastante difícil no Médio Rio Branco, na época do “verão”, de modo que a ligação entre Boa Vista e Manaus se torna precária. Somente a construção de uma rodovia pavimentada poderá assegurar uma comunicação perene entre as duas capitais. Nessa região, onde as chuvas são torrenciais, não se pode pensar em estrada sem revestimento, uma vez que o serviço de conservação anual tornaria anti-econômica a existência da rodovia.

Finalizando estas breves considerações a propósito do território do Rio Branco devemos insistir em algumas soluções que julgamos da maior importância para a economia rio-branquense, quais sejam a de se desenvolver uma criação de gado em bases mais científicas e se fixar grupos humanos em colônias, a fim de que a produção de gêneros alimentícios seja assegurada regularmente durante todo o ano. Torna-se urgente a construção de uma rodovia pavimentada permitindo a ligação normal entre Boa Vista (capital do território), e Manaus, a grande cidade do interior da Amazônia. A dificuldade nas ligações internas entre os diversos agrupamentos populacionais com a cidade de Boa Vista, e, desta com Manaus tem sido apontada como um dos fatores, que mais tem concorrido para o atraso do território do Rio Branco.

BIBLIOGRAFIA

- ALMADA, Manuel da Gama Lôbo de, — “Descrição relativa ao Rio Branco, e seu território” (Ano de 1787). In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnográfico do Brasil*. Tomo XXIV, n° 4, pp. 617-683 — 1861.
- BENEVIDES, Marijesco de Alencar, — *Os novos territórios federais*. 264 páginas. Rio de Janeiro — 1946.

- BHERING, Francisco, — “O vale do Amazonas e suas comunicações telegráficas”. In: *Rev. do Clube de Engenharia*, n.º 13 — 1905, p. 139
- CARVALHO, M Pacheco de, — “Plano racional de recuperação da Amazônia. In: *Bol. Geográfico*, ano X, n.º 109, julho-agosto de 1952, pp. 407-421
- CASTRO SOARES, Lúcio de, — “Território do Rio Branco” In: *Boletim Geográfico*, ano II, n.º 17, agosto de 1944, pp 668-670
- COSTA PEREIRA, José Veríssimo, — “Campos do Rio Branco”. In: *Amazônia Brasileira*, pp. 409-410 — I. B G E — 1944.
- COUDREAU, H -A , — *Voyage au Rio Branco — aux montagne de la Lune, ou haut Tiombetas*, 135 páginas, Rouen — 1886
- DINIZ, Sebastião, — “Zona do Amazonas: estudo sobre o Rio Branco”. In: *Rev da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, Bol. 1-4, tomo X, ano 1894, pp 30-33.
- EGGERATH, D Pedro, — *O vale e os índios do Rio Branco* 77 páginas, Rio de Janeiro — 1924.
- GUIMARÃES, Djalma, — “Província magmática de Roraimã” (Brasil setentrional) 57 páginas. *Bol. n 45 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil* Rio de Janeiro, 1930
- LIMA FIGUEIREDO, — “As savanas do Rio Branco” In: *Boletim Geográfico*, ano VI, n.º 66, setembro de 1948, pp 601-603
- MAGALHÃES, Valério Caldas, — *Quadro estatístico do gado existente nas fazendas rio-branquenses das espécies bovina e equina* — Boa Vista Ed mimeografada, abril de 1952.
- MARTINS, Antônio, — “A situação da pecuária no território federal do Rio Branco” In: *Revista do Parlamento*, ano III, n.ºs 11 e 12, dezembro de 1949, pp 57-60
- MARTINS, Antônio, — “Território do Rio Branco” In: *Diário do Congresso*, ano II, n.º 175, pp. 6 601-6 605, dia 8-10-1947
- MEDEIROS, Océlio de, *Administração territorial*, 380 páginas, Rio de Janeiro — 1946.
- MEDEIROS, Océlio de, — “Os territórios federais e os problemas de imigração e colonização”. In: *Rev Colon e Imig*, ano VIII, n.º 2, junho 1947, pp 26-40
- MORTARA, Giórgio, — “A população de fato do território do Rio Branco nas suas fronteiras” In: *Bol. Geográfico*, ano II, n.º 17, agosto de 1944, pp 671-673
- NABUCO, Joaquim, — *O direito do Brasil*, tomo VIII, 285 páginas. São Paulo.
- NUNES, Osório, — “O território do Rio Branco e a valorização da Amazônia”. In: *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*, vol III, Rio de Janeiro, 1949, pp. 315-341.
- OLIVEIRA, Avelino Inácio de, — “Bacia do Rio Branco” *Bol n.º 37 do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, 69 páginas Rio de Janeiro, 1929
- OLIVEIRA, Avelino Inácio, — “Recursos minerais da Amazônia” In: *Observador Econômico*, ano VIII, n.º 89, junho de 1943, pp. 18-30.
- OURIQUE, Jacques, — *O vale do Rio Branco*, 208 páginas, 85 figs, 1 mapa Manaus 1906
- PEREIRA, Luciano, — *O Rio Branco* (Observações de viagem) 68 páginas Manaus 1917
- RAJA CABAGLIA, F A, — “Aspectos gerais da fisiografia das regiões fronteiriças” (A bacia do rio Branco) In: *Boletim Geográfico*, ano III, n.º 34, janeiro de 1946, pp 1 300-1 304.
- RICE, A Hamilton, — “Os rios Branco, Uaicueia e Parima” In: *Anais da Comissão Especial do Plano de Valorização da Amazônia*. Vol III, pp 13-135 — Tradução de ARAÚJO CAVALCANTI e OCÉLIO DE MEDEIROS — Rio de Janeiro, 1949
- SAMPAIO, Francisco Ribeiro de, — “Relação Geográfico-Histórica do Rio Branco da América Portuguesa” In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* Segunda série, tomo XIII, n.º 18, 2.º trimestre de 1850, pp. 200-273
- SERRA, Ricardo Franco de Almeida, — “Documento oficial sobre o Rio Branco ou Parima” In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VI, n.º 21, abril de 1844, pp. 84-90.
- SILVA, Raimundo Pereira da, — “Comunicações de Manaus com o Alto Rio Branco” In: *Revista do Clube de Engenharia*, n.º 49, outubro de 1938, pp 2 400-2 403.
- SILVA, Raimundo Pereira da, — “Territórios Federais”. In: *Revista do Clube de Engenharia*, n.º 50, novembro de 1938, pp 53-60.

- SINDOU, J. M. Othon, — "O Rio Branco integrado esplêndidamente no progresso que marca os territórios". In: *Câmbio*, ano IV, n.º 13, julho de 1950 — Recife.
- SOUSA, André Fernandes de, — "Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no Grande Rio Amazonas". In: *Revista do Instituto Histórico e Geog Brasileiro*, 4.º trimestre — 1848, tomo 10 pp, 411-504
- SUCKNOW, Gustavo, — "Exploração do Rio Branco". In: *Rev da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro* Bol. IV, ano 1891, tomo VII, p 276.
- TAPAJÓS, Torquato, — "Estudos sobre o Amazonas: O Rio Branco" In: *Rev da Soc de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo X, ano 1894, 1.º ao 4.º Bol, pp 1-30.
- TATE, G H H, — "Notas sobre a região do monte Roraima" In: *Boletim Geográfico*, ano III, n 33, dezembro de 1945, pp 1173-1182
- Anuário do Rio Branco*, 23 páginas Tipografia Beneditina de Santa Maria — São Paulo.
- Plano de urbanização de Boa Vista* 15 páginas, ed. mimeografada — Rio de Janeiro, 1946.
- Sinopse estatística do município de Boa Vista* (Território do Rio Branco), 36 páginas, ilus I.B G E — 1951
- "Território do Rio Branco". In: *Resenha Econômica do Banco do Brasil*, ano IV, n.º 1, pp. 14-22
- Território Federal do Rio Branco* — 1951 Dados relativos ao quinquênio 1946-1950 Inspeção Regional de Estatística Municipal, ed mimeografada.

FABRICO DE TIJOLOS DE ALVENARIA NO INTERIOR DO BRASIL

Nos diferentes estágios em que o barro se apresenta, oferece ao homem uma aplicação vantajosa, a começar, naturalmente, pela construção da casa onde, como é sabido, sua utilidade não se limita somente às paredes tôscas ou de alvenaria; na cerâmica rudimentar ou nos mais lavorados biscuits a argila tem uso freqüente, marcando algumas das principais atividades humanas. Nossas observações se reportarão, entretanto, ao fabrico de tijolos para construção, indústria próspera em todo o país, hoje altamente mecanizada nos grandes centros. Interessam-nos, especificamente, os processos primitivos ainda empregados nos rincões mais afastados, onde maquinaria e novas técnicas, em virtude do seu alto custo, não penetraram sensivelmente, permitindo se conservem quase sem modificações os rudimentos que a tradição vem transmitindo há vários séculos.

O local preferido para a instalação de uma olaria é o baixio ou brejos, cujos leitos rasos, mas cheios de material aluvionar, oferecem colheita fácil de boa matéria-prima, além de, pelo baixo nível do solo fornecer água em abundância, vantagem pela qual pode ainda uma olaria, apesar de situar-se em um vale, extrair barro de morros circunjacentes, como acontece repetidas vezes no estado do Rio ou em São Paulo.

Geralmente, uma olaria dispõe de telheiros ou galpões onde as peças cozidas são armazenadas, aí permanecendo resguardadas das intempéries ou até serem vendidas. Em grandes áreas de chão batido e limpo, trabalha o oleiro, abaixando-se cada vez que maneja com agilidade de acrobata a "grade" onde o barro toma a forma do tijolo. O produto sai molhado e aos pares, permanecendo até secar, sobre uma leve camada de areia que impede sua aderência ao solo.

À margem da área ocupada pelos tijolos recentes, chamada "lastro", sempre fica o "barreiro", depósito de onde um ajudante retira, para suprimento constante do oleiro, o barro pronto para uso imediato. A extração é feita na véspera ficando de mólho os torrões durante a noite, para no dia seguinte, em saracoteio rítmico o caboclo esmagá-los sob os pés até obter uma pasta vigorosa que a água amolece e torna fugidia. À medida que trabalha o oleiro, o "lastro" se assemelha a um tabuleiro de xadrez pela regularidade dos tijolos dispostos em linhas paralelas e, enquanto os mais recentes aí se conservam, os tijolos enxutos vão sendo arrumados em pilhas longitudinais nas extremidades, recebendo essa arrumação provisória uma ligeira proteção de palhas. Antes de serem arrumados para a queima, os tijolos são "desbarbados" tarefa que consiste em raspar com facas rústicas, sem gume, as rebarbas deixadas nas arestas, e que é executada por menores.

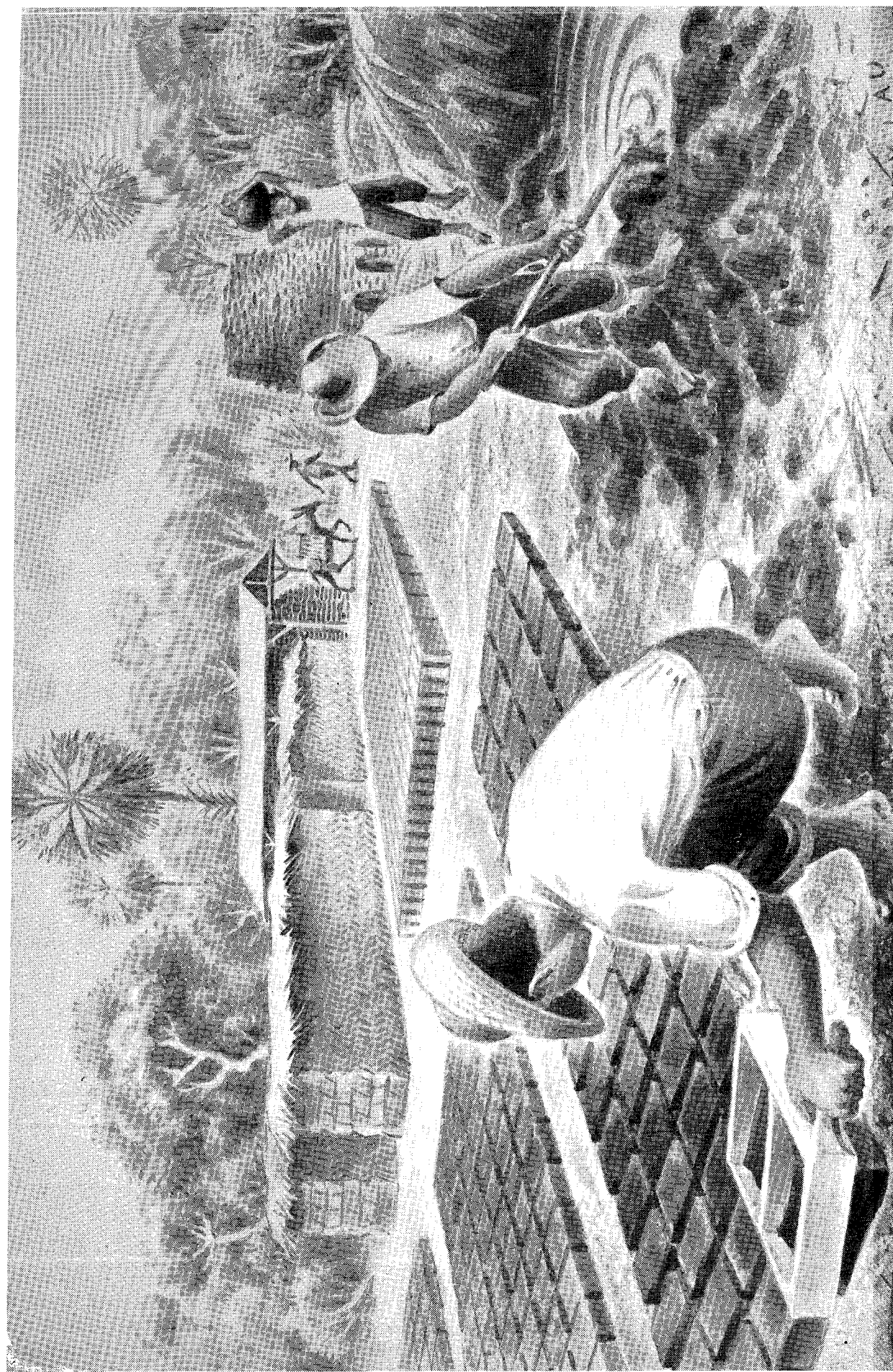
Nas olarias mecanizadas, a peça que mais se distingue é uma prensa movida por um boi, o qual, girando em torno de um eixo, arrasta pesado cepo que vai esmagando o barro em substituição ao trabalho excessivamente cansativo em que se emprega, comumente, o ajudante do oleiro.

Na fabricação de tijolo se alinham três fases que vão da preparação do barro ao fabrico propriamente dito e à secagem conseqüente, após o que são feitas as caieiras, tarefa que requer cuidados metuculosos. Desde a arrumação, que obedece à forma de uma pirâmide retangular truncada e de inclinação suave, assentando sobre uma base vertical cuja altura permita a introdução da linha necessária à queima, a caieira se apresenta como delicado problema cujos resultados dependem de fatores diversos; o vento, inclusive, tem sua influência, devendo sua direção atingir as bocas de fogo de modo a que o calor se distribua com uniformidade por todo o conjunto. Os tijolos são cruzados uns sobre os outros até a altura conveniente, recebendo a parte externa do bloco um rebôco que lhe dá aspecto inteiriço, sem frestas, para impedir que escape o ar quente. Depois de cozinhar durante três dias, a caieira é desmanhada, seguindo-se a remoção dos tijolos para os depósitos ou diretamente para o consumo. O rendimento do tijolo é imediato e compensa o dispêndio requerido pela telha, produto onde a qualidade do barro, da lenha e mão-de-obra mais caros não oferecem grande atrativo. Subsiste, entretanto, o seu fabrico numa olaria, por circunstâncias óbvias. O tipo a que nos referimos é o vulgarizado como telha-vã ou colonial.

É de consistência apurada, sem grãos, o barro para telha, usando-se na sua confecção uma grade de ferro que só permite fazer-se uma peça de cada vez. O oleiro trabalha sobre um cavalete inclinado como apoio uma prancha comprida de madeira de onde a placa de barro é empurrada sobre a fôrma definitiva, o "cágado", instrumento convexo e longo que tem uma das extremidades mais estreita, servindo esta particularidade para facilitar a junção de uma telha sobre outra, sem deixar vazar a gua. Do "cágado" é a telha removida para secadores suspensos, prateleiras ventiladas e a sombra, que permitem uma secagem lenta. As caieiras de telhas são fixas e podem ser utilizadas durante muitas vezes, pois sua construção é de argamassa, em formato de caixão e de muita resistência, cabendo-lhe mais propriamente o nome de forno de cremação.

Brasil a dentro, as populações ainda erguem suas casas com tijolos e telhas das indústrias rudimentares, o caboclo porejando suor lustrado sobre o corpo que o sol queima, modelando placas de barro que o fogo endurece para, em agrupamentos sucessivos, fazer brotar do chão violento, muros e cidades.

BARBOZA LEITE



Mapa do Brasil

O Conselho Nacional de Geografia, editou recentemente um mapa do Brasil na escala de 1 : 5 000 000, o qual atende, em parte, as finalidades a que se destina. Críticas têm aparecido sobre o mesmo, onde são apontadas falhas que aos olhos dos leigos podem parecer graves erros cometidos pelos técnicos incumbidos de sua elaboração, ou — o que seria pior — negligência injustificável.

O C.N.G. elabora mapas em diversas escalas (desde 1 : 250 000 até 1 : 5 000 000), nos quais se procura representar o país com a fidelidade compatível com os elementos disponíveis na época de sua elaboração e segundo a mais moderna técnica cartográfica. Esses mapas são tanto mais pormenorizados quanto maiores forem as suas escalas, ou, em outras palavras, as suas dimensões.

Em particular, a carta do Brasil na escala de 1 : 5 000 000 é um simples mapa informativo, no qual figuram em sua grande maioria (mas não em sua totalidade) as cidades, a rede hidrográfica, as vias de transporte mais importantes e o relevo do país, em suas linhas gerais. A presença de maior ou menor número de acidentes geográficos está condicionada à escala do mapa.

Ora, a escala de 1 : 5 000 000 é uma escala muito pequena, na qual um milímetro representa cinco quilômetros e onde o Brasil aparece contido num quadrado de um metro de lado. Nestas condições, em regiões quase despovoadas, como o Norte e o Centro-Oeste, pode-se representar todas as cidades e mesmo muitas vilas; mas em zonas densamente povoadas não é possível representá-las todas, pois a nomenclatura ocuparia a maior parte do espaço, ocultando muitos acidentes importantes (rios, estradas, etc.) e tornando o mapa praticamente ilegível.

Nenhuma carta geográfica em pequena escala, principalmente dos países mais desenvolvidos, tem em mira representar todas as suas aglomerações urbanas. Quando várias destas se encontram demasiado próximas, é forçado o cartógrafo a adotar um critério de seleção, sendo o mais usado o da população.

É o que ocorreu, por exemplo, com a cidade de Mariana, cuja ausência no mapa provocou descontentamento, mas que não é a única a faltar, seja em Minas, seja em outros

estados do Brasil. Das 388 cidades existentes em Minas Gerais em 1950, apenas 187 puderam figurar no mapa.

Mariana acha-se muito próxima de Ouro Preto (cerca de 9 quilômetros, em linha reta que na escala do mapa são representados por menos de 2 milímetros) e não muito distante de Ponte Nova e Itabirito. Sua população (nos quadros urbano e suburbano) era de 4 384 habitantes, segundo o censo de 1950, ao passo que Ouro Preto contava com 8 751, Ponte Nova com 15 056 e Itabirito com 7 104 habitantes. Os nomes dessas quatro cidades não poderiam coexistir, sem prejuízo da clareza do mapa, sendo o cartógrafo forçado a eliminar um deles, tal como em muitos outros casos análogos. O critério da população foi desfavorável a Mariana, conforme indicam os números acima. Na edição de 1950, todavia, por não figurar a cidade de Itabirito, foi incluída a de Mariana.

Observe-se que o importante não é considerar a população isoladamente, mas sim em relação às das aglomerações vizinhas. Pequenas cidades podem a devem figurar no mapa, quando em regiões pouco povoadas; ao passo que outras, embora mais populosas, são forçadas a desaparecer, quando situadas nas proximidades de várias aglomerações ainda maiores. É esta a razão por que foram omitidas tantas cidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo.

O Conselho Nacional de Geografia editou, entretanto, um outro mapa (ora esgotado, mas em preparo para reedição) na escala de 1 : 2 500 000, em que o Brasil aparece com as dimensões de 2 x 2 metros e do qual constam todas as suas cidades e muitas de suas vilas.

Outras cartas do país são ainda publicadas pelo Conselho, (e esta é a sua principal tarefa) subdivididas em folhas, em escalas maiores, isto é, de 1 : 1 000 000, 1 : 500 000 e 1 : 250 000, nas quais figuram as cidades, as vilas e até mesmo os povoados.

A omissão de cidades e de quaisquer acidentes geográficos, mesmo de certa importância, é uma fatalidade a que nenhum cartógrafo poderá fugir, quando se trata de mapas em pequenas escalas.

Jamais pretendeu, pois, o Conselho Nacional de Geografia, nas suas diversas edições de mapas em escala de 1 : 5 000 000, representar tôdas as cidades, nem tão pouco tôdas as estadas, todos os rios ou tôdas as searas. Da mesma forma procedem os mais conceituados institutos cartográficos dos mais adian-

tados países do mundo. Não se trata, por conseguinte, de ignorância ou de um lapso e muito menos de qualquer intuito de menosprezo. Erros são, entretanto, inevitáveis; e qualquer crítica serena e construtiva será sempre bem recebida, para o aperfeiçoamento da cartografia brasileira.

XVIII Congresso Internacional de Geografia

Proseguem animados os preparativos para a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia nesta capital, de 9 a 18 de agosto do corrente ano. Continuamos neste número a divulgar informações fornecidas pela Comissão Organizadora a respeito do importante certame geográfico.

TESES RECEBIDAS

Secção IV — Hidrografia

ALFREDO CASTELLANOS, Rosário, Argentina — "Communication de redes hidrográficas por derriame en ríos de llanura de Córdoba, Argentina". "Fenômeno de Captura en los ríos sebianos de Córdoba, Argentina".

ARISTIDES ALEJANDRO INCARNATO, Buenos Aires, Argentina — "El río de la Plata: estuario o delta"?

VICTOR PREVOT, Paris, França, "La crûe de la Seine en janvier 1955"

Secção V — Biogeografia

LEO EINO AARIO, Helsinki, Finlândia, "Pollen as the Indicator of the Tundra and the Timberline"

MONICA MARY COLE, "The importance of Biogeographical Studies in Marginal Agricultural Areas with Special References to the Savannas and Moorlands"

PIERRE DANSEREAU, Montreal, Canadá, "Les structures de la végétation en Côte d'Ivoire et leurs équivalents brésiliens".

"The character of altitude vegetation in Brazil, the Philippines and West Tropical Africa"; HENRI MARCEL GAUSSEN (Toulouse, França) — "Etagement dans les montagnes tropicales"; WILHELM LAUER, (Kiel, Alemanha) — "Die Gliederung und Benennung der tropischen Vegetationsgürtel"; RICHARD MOMSEN JR., P (Petrópolis, E. Rio, Brasil) — "The forest-grassland boundary between Jaraguá, Anápolis and Goiânia on the Planalto Central"; TAKESKI SEKIGUTI, (Tóquio, Japão) — "Results of pollen analysis in Japan".

Secção VI — Geografia Humana — Questões diversas

KAZI S AHMAD, (Panjab, Lahore, Paquistão) — "Water supply in the Indus plain and allied problems"; ANGEL BASSOLS BATALLA, (México) — "L'habitation rurale typique de cinq régions du Mexique"; JAMES I CULPERT, (Las Cruces, E. U. A.) — "Rural Dwellings of the Rio Grande Valley and the Llano Estacado of New Mexico showing the influence of Spanish, Indian and Anglo Cultures upon each other"; PIERRE DEFFONTAINES, (Barcelona, Espanha) — "La ville religieuse, premier stade de la Géographie Urbaine"; PAUL FENELON (Vanves, França) — "L'habitation rurale typique du Périgord"; BRUNO FRANCOLINI (Firenze, Itália) — "Le facteur religieux dans le paysage géographique (Afrique du Nord, Amérique du Sud)"; J GROBER (Jena, Alemanha) — "Triennium Bioclimaticum Tropicale, its aims and organization"; HILDEGARD BINDER JOHNSON (Minneapolis, E.U.A.) — "The role of German core settlements in the American Midwest"; MURTEL LOBO (Karachi, Paquistão) — "Typical rural dwellings of different Geographic areas in Pakistan"; GENE ELLIS MARTIN, (Ahtens, E. U. A.) — "Land division in Central Chile"; SHIGETI MURAMATSU (Osaka, Japão) — "Typical rural dwellings of different Geographical areas in Japan"; P. SERTON (Stellenbosch, União Sul-Africana) — "Comparative water-supply in the Karoo and the Kalahari"; BOGDAN ZABORSKI (Canadá) — "Rural Settlements in Canada"

Secção VII — A Geografia da população e do povoamento

KAZI S. M AHMAD (Panjab, Lahore, Paquistão) — "Indo-Pakistan migrations following the partition"; GUNNAR ALEXANDERSSON (Stockholm, Suécia) — "Changes in the Industrial Structure of Cities"; DAVID H. K AMIRAN, (Jerusalem, Israel) — "The expansion of settled land in Israel"; WILLIAM AP-

PLEBAUM e HOWARD L. GREEN (Lexington, E U A.) — “Problems in classification of intra-city business areas”; WILLIAM APPLEBAUM (Lexington, Massachusetts, U S A) — “Postwar growth of shopping centers in the United States”; FRANCESCO BONASERA (Camerino, Itália) — “Morfologia Urbana Costeira dell'Italia Medio-Orientale”; CLYDE EUGENE BROWNING (Seattle, E U A) — “Urbanization and/or population distribution in Mexico”; CHABOT (Paris, França) — “La géographie de la récréation”; E. J. DONATH (Victoria, Austrália) — “The impact of post-war immigration on Australia”; GERD ENQUIST (Uppsala, Suécia) — “The concept of urban settlement”; PAUL FENELON (Vanves, França) — “Définition du mot ‘rural’”; GAETANO FERRO (Savona, Itália) — “Les villes de l'Algaive”; BRUNO FRANCOLINI (Firenze, Itália) — “La colonisation européenne des pays tropicaux”; PIERRE O. L. GEORGE (Paris, França) — “Essai de classification des facteurs de différenciation des quartiers urbains dans divers types de grandes villes”; ARCH C. GERLACH (Washington, E U A) — “Comparative Urban Geography”; JOSEPH P. HAUGHTON (Dublin, Irlanda) — “Contemporary changes in the Irish rural landscape”; JAMES M. HUSTON (Oxford, Inglaterra) — “Population Changes in Sardinia, 1901-1951”; JOHANNES HUMMEL (Aarhus, Dinamarca) — “Rural habitat in the humid tropics of East Bengal”; SHINZO KIUCHI (Tóquio, Japão) — “Recent Increase of Agriai Cities in Japan”; IGNACIO MARTINEZ RODRIGUES (Montevideu, Uruguai) — “Étude géographique comparée de deux villes: Porto Alegre — Montevideu”; ELIO MIGLIORINI (Nápoles, Itália) — “I limiti della Grande Napoli”; PETER HUGH NASH (Medford, E U A) — “Concepts of Urban Geography and City Planning as Expresses and Implied in the Urban Renewal Legislation of 1954 of the Federal Government of The United States”; MICHEL ROCHFORD (Strasbourg, França) — “Réseau urbain et types de ville en Alsace”; JEAN MARIE RIVY (Quebec, Canadá) — “Le mouvement d'urbanisation dans le Québec”; HELMER SMEDS (Helsingfors, Tölö, Finlândia) — “The Population capacity of the Ethiopian Highland”; HENRY SOMERS STERLING e ROBERTO LIZARRALDE (Madison, E. U. A.) — “Downward Migration from the Venezuelan Andes to the Llanos and Maracaibo Piedmonts”; SHUNJI WADA (Shiga, Japão) — “Problems of acclimatization”.

Secção IX — Geografia Agária

HANS BOESCH (Zurique, Suíça) — “Das Verschwinden der Dreizegenwirtschaft in der Nordostschweiz”; PIERRE DEFFONTAINES (Barcelona, Espanha) — “La conquête de l'Amérique Latine par le Bétail”; HENRI DESPLANQUES (Lille, França) — “Les aires dans le paysage rural d'Ombrie et de Toscane” (Itália); E. J. DINATH (Vitória, Austrália) — “Recent changes in the Australian wheat industry”; GAETANO FERRO (Savona, Itália) — “L'utilisation du sol dans l'Algaive”; ALBERTO MORI (Pisa, Itália) — “Conseguenze geografiche della riforma agraria in Italia”; PAUL PELISSIER (Dakar, A. O. F.) — “Types d'utilisation du sol en Afrique Occidentale”; JEAN POUQUET, (Dijon, França) — “Erosion des sols et restauration d'après les premiers résultats de la mission Pouquet en Guinée française, Afrique Occidentale française”; HENRY STERLING, (Madison, E. U. A.) — “Geographic consequences of Agrarian Reforms in Central Vera Cruz, Mexico”; JUAN VILÁ VALENTI (Barcelona, Espanha) — “El concepto de ‘sistema de cultivo’”; SHAH MANZOOR ALAM (Secunderabad, Índia) — “Land use and Settlement Pattern along the river Godavary in Hyderabad State”; PAUL WHEATLEY (Singapura, Malásia) — “Agricultural experiments in the Straits Settlements, 1786-1865”.

Secção X — Geografia da Indústria, do Comércio e do Transporte

JOHN P. AUGELLI (College Park E U A.) — “Industrial genesis in an underdeveloped area: Puerto Rico, U S A”; WILLIAM GEORGE VICTOR BALCHIN (Swansea, Inglaterra) — “The Second Industrial Revolution in Wales”; STANLEY BEAVER (Keele, Staffordshire, Inglaterra) — “Land reclamation after surface mineral working in Great Britain”; BENOÎT BROUILLETTE (Montréal, Canadá) — “Les conséquences de la canalisation du Saint-Laurent sur les exportations canadiennes de céréales”; MONICA MARY COLE (Keele, Inglaterra) — “The Emergence of South Africa as an Industrial Nation The Geographical basis and the Economic and Human Problems”; PIERRE DAGENAIS (Montréal, Canadá) — “Conséquences géographiques des récents développements de l'industrie minière dans le grand nord de Quebec, au Canada”; LOUELLA DAMBAUCH (Miami, E U. A.) — “Puerto Rico's Industrial Progress”; OTTO LEHOVEC (Weissenburg, Alemanha) — “Ein Landschaftsmodell”; BORJOVE Z. MILOJEVIC (Belgrade,

Iugoslávia) — “The teaching of regional geography at the Universities”; CHARLES JOHN ROBERTSON (Edinburg, Escócia) — “Borderlands of research in Economic Geography and Economics”.

Secção XIII — *Geografia Regional*

E J DONATH (Vitória, Austrália) — “The Munay Valley”; BORJOVE Z. MILOJEVIC (Belgrado, Iugoslávia) — “Les régions subtropicales de la Yugoslavie”; J LEWIS ROBINSON (Vancouver, Canadá) — “Geographic Regions of Canada”.

Adesões

Até 30 de novembro era de 446, sendo 90 de brasileiros e 356 de estrangeiros, o número de geógrafos inscritos no XVIII Congresso Internacional de Geografia o que demonstra bem o interesse que ele está despertando, no Brasil e no mundo. Os países que enviaram maior número de adesões ao Congresso, até agora, são os Estados Unidos, a França, o Japão, a Alemanha e a Inglaterra.

Instituições estrangeiras inscritas

Bureau d'études géologiques et minières coloniales — França; Chaire de Géographie Historique de la France du Collège de France; Comité Spécial du Katanga — Bélgica; Departamento de Geografia da Universidade Hebraica de Jerusalém — Israel; Ferdinand Postma Library — União Sul Africana; Geographisches Institut, Hochschule für Welt-handel (University of Commerce) — Áustria; Institut Français de l'Afrique Noire — África Ocidental Francesa; Institut de Géographie de Poitiers — França; Istituto di Geografia dell'Università di Pisa — Itália; Instituto Geografico Militar — Uruguai; Instituto Nacional de Investigaciones Geograficas — Uruguai; Institut Royal de Sciences Naturelles — Bélgica; Institut Scientifique Chéïfien — Marrocos; International Geographical Union — E U A; Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar — Portugal; Laboratoire de Géographie de l'Université de Rennes — França; Landscape — Magazine of Human Geography — E U A; National Geographic Society — E U A; Potchefstroom University — União Sul Africana; Séminaire de Géographie de l'Université de Liège — França; Southampton University (Library) — Inglaterra; Touring Club Italiano — Biblioteca das Nações Unidas — E U A; Universidade de Queensland — Austrália

Propostas de contrato de professores estrangeiros

Ao ensejo do XVIII Congresso Internacional de Geografia, professores estrangeiros terão oportunidade de lecionar nas faculdades ou outras instituições científicas do Brasil.

Apresentaram até agora propostas de contrato os seguintes:

ROBERT CAPOT-REY (Argélia): doutor em Letras; professor de Geografia na Universidade de Argélia; secretário-geral do Instituto de Pesquisas do Saara.

Cargo atual: professor de Geografia na Universidade de Argélia; secretário-geral do Instituto de Pesquisas do Saara.

Contrato desejado: das conferências sobre o Saara (morfologia das regiões áridas, climatologia do deserto, população do Saara, gênero de vida e industrialização) — duração: 18 de agosto a 8 de outubro.

RONALD JAMES HARRISON — Church Inglaterra: bacharel em Ciências, diploma de professor e doutor em Filosofia (London School of Economics, Université de Paris, École de Sciences Politiques e Institute of Education da Universidade de Londres).

Especialidade: Geografia da África Ocidental e Geografia Política da África.

Cargo atual: lecturer (senior) de Geografia.

Contrato desejado: lecionar de agosto a outubro.

FRANK HENRY WINN GREEN (Inglaterra): bacharel em Ciências (Economia) e “master” em Ciências (Geografia) pela Universidade de Londres, assistente do Rockefeller Research (London School of Economics) 1932-1933; lecturer de Geologia do University College de Southampton (1933-1946); pesquisador do Ministry of Town and County of Town Planning (1946-1950).

Especialidade: uso da terra, planejamento regional e climatologia.

Cargo atual: geógrafo do Nature Conservancy.

Contrato desejado: professor ou conselheiro técnico sobre planejamento regional.

MONICA MARY COLE (Inglaterra): certificado da Universidade de Londres (General School e Higher School Certificates); bacharel em Ciências; doutor em Filosofia; pesquisador-assistente do Ministry of Town and County Planning (1944-1945); lecturer de Geografia da Universidade de Capetown (1947) e da Universidade de Witwatersrand, Johannesburg (1948-1951); professor visitante da Universidade de Idaho, E U A.

OSKAR H. KRISTIAN SPATE (Inglaterra); doutor em Filosofia pela Universidade de Cambridge; lecturer grade I da Universidade de Rangoon, Burma, lecturer e, depois, reader de Geografia da Universidade de Londres (Bedford College for Women, London School of Economics)

FRANCESCO BONASERA (Itália); bacharel em Geografia e em Letras; professor do Instituto medi superiori d'Instruzione italiani

Especialidade: climatologia; planificação regional; geografia urbana

Cargo atual: professor da Universidade Faculdade de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais; professor do Curso di Laurea in Scienza Naturali dell'Università degli Studi di Camerino; diretor científico do Observatório Geofísico "Alessandro Seipieri" da Università degli studi di Urbano

Contrato desejado: lecionar de 20 de julho a 30 de agosto

BORIVOJE Z. MILOJEVIC (Iugoslávia); doutor em Filosofia; doutor "Honoris Causa" (Montpellier, Grenoble, Rennes e Praga)

Especialidade: geografia regional; metodologia da geografia

Cargo atual: professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Belgrado

Contrato desejado: professor visitante ou técnico, de agosto ao fim de outubro

ALEJANDRO MEDINA VALDERRAMA (Peru); estudos superiores na Universidade Nacional Mayor de São Marcos; bacharel em Geografia Matemática, Geografia, Topografia e Cartografia

Especialidade: geografia matemática; topografia; cartografia

Cargo atual: professor secundário e pesquisador geográfico

Contrato desejado: professor ou conselheiro técnico, durante o mês de agosto.

MARGUERITE LEFÈVRE (Bélgica); doutor em Geografia pela Sorbonne

Especialidade: morfologia (superfícies de erosão) e geografia do *habitat*

Cargo atual: diretor do Instituto Geográfico da Universidade de Louvain

JEAN TRICART (França); agregado e assistente na Sorbonne: "docteur de l'Etat", laureado pela Academia de Ciências, em 1942; colaborador do Serviço da Carta Geológica da França

Especialidade: geomorfologia, estudo das formas detríticas, planificação regional

Cargo atual: professor de Geografia da de Strasbourg; diretor do Instituto e do

Laboratório de Geografia da mesma Universidade

MAURICE LE LANNOU (França): formado pela Escola Normal Superior; agregado de História e de Geografia; doutor em Letras (Geografia)

Especialidade: geografia humana, econômica e política; França, Europa, Mediterrâneo e Brasil

Cargo atual: professor na Universidade de Lion.

Contrato desejado: realizar conferências de 1 a 30 de agosto de 1956

HENRI ENJALBERT (França): diretor da revista topográfica francesa: "Les Cahiers d'Ottet-Mer"

Especialidade: geografia econômica

Cargo atual: "maître de conférences" de Geografia na Faculdade de Letras de Bordeaux

Contrato desejado: lecionar em Póvoa Alegre, Curitiba ou Florianópolis

ANDRÉ CAILLEUX (França): "maître de conférences" na Escola de Altos Estudos de Paris

Especialidade: estudo das formas e aspectos das areias e seixos Ação dos rios, do vento e do mar Desagregação

Contrato desejado: contrato de 15 dias para tratar dos métodos de estudo das areias e seixos Iniciação e direção posterior de trabalhos sobre esses assuntos

JEAN POUQUET (França): licenciado em Letras; diplomado em estudos superiores de Geografia; agregado da Universidade (Geografia); doutor em Letras (Geografia)

Especialidade: geomorfologia, pedologia (erosão do solo, restauração, tipos de evolução do relevo, estudos sobre a laterita dos países de oscilações climáticas sazonárias nas regiões inter e subtropicais).

Cargo atual: professor de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Dijon e encarregado de missão para o estudo de erosão dos solos, na Guiné francesa

Contrato desejado: contrato de pequena duração (agosto a novembro) para dar 2 tipos de cursos: para classes menos adiantadas (aspectos geográficos da África Francesa) e para classes adiantadas (técnicas e métodos de pesquisa científica na Geografia Física)

MICHEL ROCHEFORT (França): agregado da Universidade

Especialidade: geografia humana (cidades e geografia da população).

Cargo atual: assistente de Geografia da Universidade de Estrasburgo

Contrato desejado: contrato de curta duração, como conselheiro técnico ou professor (junho a outubro)

PAUL FENELON (França): professor de Geografia na Faculdade de Letras de Poitiers e na E N S de Fontenay aux Roses (Sena)

Especialidade: morfologia cástica, geografia agrícola

Contrato desejado: contrato de pequena duração, conferências

LOUIS PAPY (França): diretor da revista tropical francesa: "Cahiers d'Outre Mer"

Especialidade: países tropicais

Cargo atual: professor de Geografia da Faculdade de Letras de Bordeaux.

Contrato desejado: lecionai em Manaus ou em alguma universidade do Nordeste

FRITZ ERIENNE (Haiti): formado pela Escola Politécnica de Port-au-Prince; Army Map Survey (E U A); Instituto Geográfico Nacional (Paris)

Especialidade: geodésia e cartografia

Cargo atual: diretor do Serviço de Geodésia

Primeiros resumos de comunicações

Até 30 de novembro, tinham sido recebidos os seguintes primeiros resumos de comunicações propostas ao XVIII Congresso Internacional de Geografia

KRÁI, Jiri (Praga, Tchecoslováquia) — "The use of aerial photographs and aerial ethnography in the study of rural settlement and rural economy"; "Aerial photographs in urban geography"; POUQUET, Jean (Seine, França) — "Some types of evolution of the relief in French Guinea: hydrographic processes and curiassing phenomena on the heights of Fouta Dialon (French Occidental Africa)"; "Erosion and restoration of the soils in Fouta Dialon (Lambé district) French Guinea, after the first findings of the Pouquet expedition (Fouta Dialon Committee)"; KAMPF, Aa H (Valby, Dinamarca) — "A geographical study of the splitting up of Danish agricultural properties"; GROBER, Di (Jena, Alemanha) — "Tiemium Bioclimaticum tropicale"; BROUILLET, Benoit (Montréal, Canadá) — "Les conséquences de la canalisation du Saint-Laurent sur les exportations canadiennes de céréales"; LEHOVEC, Otto (Weissemburg, Alemanha) — "A contribution to the immigration problem"; "A model of the Landscape"

Inscrições nos simpósios

Nos dois simpósios que se realizarão durante o XVIII Congresso Internacional de Geografia, inscreveram-se numerosos cientistas. Do simpósio sobre "Contribuição da Geografia ao planejamento regional das áreas tropicais" pretendem participar os seguintes geógrafos: ANDRÉ LAPEYRE (St Mandé, França) — "Contribution de la paléographie à la planification régionale des pays tropicaux"; FREDERICK HUNG (Oxford, Ohio, E. U. A.) — "Contribution of regional studies to the economic development of Taiwan island in China"; JEAN POUQUET (Côte d'Or, A. O. F.) — "Organisation des types de culture et des formes d'élevage en fonction de impératifs geomorphologiques e pedologiques"; FRANCIS RUELLAN (Rio de Janeiro, Brasil) — "Le rôle de l'analyse et de l'interprétation geomorphologique dans la planification régionale des pays tropicaux"; MYRTLE LOBO (Karachi, Paquistão) — "Contribution of geography to the regional planning of Pakistan"; OLOF JANASSON (Göteborg, Alemanha) — "Contribution of geography to the regional planning of tropical areas"; PAUL PELISSIER (Dakar, A. O. F.) — "Contribution de la planification régionale des pays tropicaux; exemples pris en A. O. F."; PIETRO SCOTTI (Gênova, Itália) — "Planification régionale"; RONALD JAMES HARRISON (Chichester, Londres, Inglaterra) — "The contribution of geography to the regional planning of tropical areas"

Bolsas para o Congresso

Até 30 de novembro, a Secretaria Executiva havia recebido 44 pedidos de bolsas de geógrafos e professores estrangeiros, acompanhados de suas respectivas credenciais (cursos que possuem, cargos que ocupam, publicações e especialidade). Dentre os que pediam bolsas, estão cientistas da França (19), Estados Unidos (8), Inglaterra (18), Itália (4), Alemanha (3), Austrália (2), Áustria (12), Bélgica (1), Canadá (1), Egito (1), Espanha (1), Irlanda (1), Islândia (1), Peru (1), União Sul-Africana (1).

Candidatos às excursões

Elevar-se a 393 o número dos que tomam parte nas excursões, sendo que 306 são geógrafos estrangeiros, que assim evidenciam suas preferências:

Excursão n.º 1 (Planalto Centro-Occidental e Pantanal Mato-Grossense) — 27 candidatos

Excursão n.º 2 (Zona metalúrgica de Minas Gerais e vale do rio Doce) — 21 candidatos.

Excursão n.º 3 (Roteiro do café e frentes pioneiras) — 37 candidatos

Excursão n.º 4 (Vale do Paraíba, serra da Mantiqueira e região de São Paulo) — 41 candidatos

Excursão n.º 5 (Planície litorânea e zona canavieira do estado do Rio de Janeiro) — 31 candidatos

Excursão n.º 6 (Bahia) — 28 candidatos.

Excursão n.º 7 (Nordeste) — 16 candidatos.

Excursão n.º 8 (Amazônia) — 42 candidatos

Excursão n.º 9 (Planalto Meridional) — 13 candidatos.

Os 87 brasileiros que desejam participar das excursões demonstraram preferências do seguinte modo:

Excursão n.º 1 — 24 candidatos; excursão n.º 2 — 12 candidatos; excursão n.º 3 — 3 candidatos; excursão n.º 4 — 3 candidatos; excursão n.º 5 — 7 candidatos; excursão n.º 6 — 1 candidato; excursão n.º 7 — 7 candidatos; excursão n.º 8 — 22 candidatos; excursão n.º 9 — 8 candidatos.

Exposição cartográfica e geográfica

Realizar-se-á por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia, uma exposição cartográfica e geográfica brasileira e estrangeira. Entidades de diversos países já escreveram para a Comissão Organizadora.

São elas: o Comité de Géographie du Maroc de l'Institut Scientifique Chérifien; a Comissão Nacional Holandesa da U.G.I.; a Royal Geographical Society; a Comissão Nacional Holandesa da U.G.I.; a Secção de Botânica da União Internacional de Ciências Biológicas; o Touring Club Italiano, e algumas firmas comerciais, também já se inscreveram para expor material de equipamento

Notas diversas

Carta do vice-presidente da União Geográfica Internacional — Em carta dirigida ao secretário executivo da Comissão Organizadora, o professor GEORGE CRESSEY, referindo-se ao grande interesse que o XVIII Congresso Internacional de Geografia está despertando nos Estados Unidos, disse que, segundo espera, a delegação americana, que virá ao Brasil, constará de 120 a 200 geógrafos

Delegação alemã — O Prof. H. WILHELMY (Alemanha) comunicou ter sido eleito 1.º representante dos professores universitários de Geografia e do Comité Central dos Geógrafos Alemães. Está ele encarregado de preparar a participação da delegação alemã ao Congresso e de acompanhá-la ao Rio

Copresidência das Secções do XVIII Congresso Internacional de Geografia — Aceitaram a copresidência das Secções: CARL O SAUER, da Universidade da Califórnia (Secção de Geografia Humana); CARL TROLL, da Universidade de Bonn (Secção de Biogeografia); ERWIN RAISZ, da Universidade de Clark (Secção de Cartografia); HAS-SÂN AWAD, da Universidade do Cairo (Secção de Geomorfologia); HENRY GAUSSEN, da Universidade de Toulouse (Secção de Biogeografia); JAMES W. WATSON, da Universidade de Edimburgo (Secção de Cartografia); MAURICE PARDE, da Faculdade de Ciências de Grenoble (Secção de Hidrografia); PIERRE DEFFONTAINES, do Instituto Francês de Barcelona (Secção de Geografia Humana); RICHARD J. RUSSEL, da Universidade Estadual de Luisiana (Secção de Geomorfologia).

Benefícios decorrentes da realização do Congresso — A presença de numerosas notabilidades da ciência geográfica mundial, no Brasil, possibilitará o estudo de questões importantes relativas à ocupação de solos equatoriais, ao armazenamento da água em regiões semi-áridas, ao desenvolvimento das indústrias de base, à imigração e à colonização, o que concorrerá para o melhor esclarecimento desses e de outros assuntos

Carta em português de professor da Universidade da Austrália — Têm chegado dos mais longínquos pontos do globo cartas e adesões. Muito curiosa foi a carta de um professor de Geografia da Australian National University, Camberra, dirigida ao secretário executivo, professor HILGARD O'REILLY STERNBERG: "Leio o português com facilidade tolerável (até traduzir alguns versos de CAMÕES e GARRET), mas nunca antes o escrevi. Sei que poderia escrever em inglês com a mais segura confiança, mas há onze anos que eu aprendi o português (em Bombaim) e estou cuidado que eu o esquecerei quase totalmente se não praticar sempre que é possível. Tenho a intenção de assistir as lições, em Londres, para aprender a linguagem falada. Tenho um grande desejo de confrontar a geografia histórica da colonização em Bra-

sil e Austrália, as diferenças são bastante manifestas, mas há também, semelhanças subtis para excitar a curiosidade”.

Bôlsa patrocinada pelo Centro Cultural Brasil-Israel

O Centro Cultural Brasil-Israel patrocinará a vinda do geógrafo DAVID KALLNER AMIRAN e já se dirigiu ao mesmo, por carta, indagando qual a colaboração que deseja ter do Centro, para que possa vir ao Brasil.

O professor AMIRAN leciona Geografia na Universidade Hebraica de Jerusalém e dedica-se, especialmente, ao estudo do Mediterrâneo, da Ásia e do Brasil, tendo como especialidades, a geomorfologia, a geografia humana e o estudo do povoamento.

Novos membros honorários da Comissão Organizadora — Em reunião da diretoria da Comissão Organizadora, foram eleitos membros honorários dessa Comissão os senhores ALIM PEDRO e ELMANO CARDIM, em reconhecimento ao apoio dado pelos mesmos, respectivamente como prefeito do Distrito Federal, e como presidente do I B G E e presidente da Comissão Organizadora, aos trabalhos preparatórios do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Foi, também, eleito o senhor José Batista Pereira.

A Suíça no Congresso — O Departamento Político Federal da Suíça informou ao Ministério das Relações exteriores do Brasil que a Suíça se fará representar no XVIII Congresso Internacional de Geografia, pelo senhor HANS ANNAHEIM, professor livre-docente da Universidade de Basileia.

Carta de geógrafo sueco — O geógrafo sueco IVAR AMBJÖRM dirigiu uma carta à Secretaria Executiva, referindo-se à viagem que irá fazer pelo Brasil antes da realização do Congresso. Além de participar de uma excursão, no período posterior ao mesmo, pretende ele ir a Belém, Manaus, Recife, Paulo Afonso, Ilhéus e Rio, seguindo na medida do possível o roteiro das excursões que por aí passaram. Nesse sentido, pede o professor IVAR AMBJÖRM que lhe sejam remetidos os guias de excursão com bastante antecedência, para que possa estudar, previamente, as regiões a serem percorridas.

Geógrafo francês fala sobre a realização de um Congresso no Brasil — Dentre os Congressos até hoje realizados, dois foram no

continente americano: o oitavo, no ano de 1940, em Washington, Filadélfia, Nova York, Niagara Falls, Chicago e São Luís e o décimo sétimo, no ano de 1952, em Washington. O XVIII Congresso terá, porém, a particularidade de ser o primeiro no hemisfério sul. E mais: o de sediar-se mais próximo ao equador que qualquer outro, pois o de mais baixa latitude, até hoje reunido, foi o do Cairo, que se realizou em 1925. A curiosidade que suscitam nossas zonas pioneiras, de desenvolvimento espetacular (como o norte do Paraná), a perspectiva de reuniões e excursões, em plena faixa equatorial, não fazem pois, senão aguçar o grande interesse que, pelo Congresso, já vêm demonstrando os meios geográficos internacionais. Veja-se, por exemplo, o que escreveu há pouco o geógrafo PAUL VEYRET, na *Revue de Géographie Alpine* (Fasc. II, 1953).

“O próximo Congresso deve reunir-se no Rio de Janeiro em 1956. A escolha de um país tropical do hemisfério sul, que se desenvolve rapidamente e onde a geografia apresenta um surto recente, mais preme de promessas, foi muito bem recebida. Estamos certos de que o Brasil reservará aos futuros congressistas uma acolhida das mais calorosas”.

Antecedentes e significado da escolha do Brasil para sede do XVIII Congresso Internacional de Geografia — A última Assembléia Geral da U G I realizou-se em agosto de 1952, na cidade de Washington, por ocasião do XVII Congresso Internacional de Geografia. Três delegações apresentaram em nome de seus países, convite formal para que nelas se instalasse o XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se em 1956: a Áustria, que oferecia, para sede da reunião, a cidade de Viena; a Grã-Bretanha, que abriu as portas de Edimburgo, e o Brasil, que, renovando um convite já feito, em 1949, pleiteou para nossa capital essa distinção. Apesar da distância que nos separa do Velho Continente, isto é, da maioria dos países-membros da União Geográfica Internacional, apesar, portanto da dispendiosa viagem com que terá de arcar grande número dos participantes da próxima reunião, o convite da delegação brasileira — aprovado pelo Itamarati — logrou, desde o primeiro escrutínio, maioria simples de votos. Esta se transformaria, na última reunião da Assembléia Geral, em maioria absoluta.

Triennium Bioclimaticum Tropicale

por JULIUS GROBER, Jena (Alemanha)

O aumento atual da população do mundo, que de acordo com a expectativa será ainda maior no futuro, impôs o dever de nos preocuparmos com o provimento dos meios para a sua subsistência. Junte-se a isto a tendência geral, cada vez mais acentuada, para o melhoramento destes meios de subsistência. A solução do problema depende exclusivamente do aproveitamento de todas as possibilidades oferecidas pela terra, as quais são, evidentemente, limitadas em seu conjunto. As partes densamente povoadas dos continentes devem ser desde já consideradas insuficientes para tais propósitos, mesmo que o progresso técnico ainda lhes permita atender por algum tempo as necessidades crescentes.

É inevitavelmente necessário, portanto, que surjam providências e para a realização destas somente podemos contar com as partes atualmente menos populosas do globo. Das regiões polares, só uma faixa estreita ao redor da calota setentrional entraia futuramente em cogitações para colonização adicional, produção de mantimentos e aproveitamento de matérias-primas. Restam, portanto, as zonas quentes (tropicais e subtropicais), as quais, por diversas razões geofísicas e biológicas, têm sido até agora muito fracamente povoadas e só restritamente aproveitadas para a produção de vitualhas e matérias-primas. Nessas regiões o clima e o solo mostram-se desfavoráveis, em vastíssimas extensões, à civilização moderna. Apesar disto, não resta outra alternativa.

A primeira condição para essa tentativa é um conhecimento muito mais exato do mundo inorgânico e orgânico dos trópicos e subtropicais, em suas relações mútuas, do que aquele que possuímos atualmente. De fato, até agora só dispomos substancialmente de conhecimentos isolados sobre o efeito direto e indireto daqueles climas nos processos vitais das plantas e animais e do homem. Também os nossos conhecimentos sobre as peculiaridades globais e regionais do ambiente geofísico (clima e solo) são de certo modo insuficientes, e muito mais precários em comparação com as zonas temperadas.

São necessárias investigações comparadas e sistemáticas em equipe, das quais devemos esperar os melhores resultados, como aconteceu há algum tempo em relação a

uma tarefa análoga, no "segundo ano polar" dos meteorologistas (1932-33). Tendo em vista, porém, a grande multiplicidade dos problemas, não podemos esperar semelhante êxito nas zonas quentes da terra, no domínio da bioclimática, dentro do prazo de apenas um ano. Os fenômenos biológicos, e seus entrelaçamentos com os fatores geofísicos, exigem de modo absoluto um período de investigações mais prolongado. Somente um "Triennium Bioclimaticum Tropicale" (TBT) poderia oferecer possibilidades de êxito.

Para isto, certamente, grandes dificuldades terão de ser vencidas quanto aos aspectos econômicos e de organização. Considerando, porém, as consequências científicas e práticas que daí sem dúvida resultarão, não devemos desanimar perante tais dificuldades, e muito menos diante de obstáculos reais que possam sobrevir.

A idéia do TBT foi apresentada pela primeira vez em 1939, na discussão de uma palestra do autor sobre a significação bioclimática das medidas de radiações na União Sul-Africana perante a Universidade de Pretória, pela Dra. GERTRUD RIEMERSCHMID, discípula de DORNO (Davos) e de LINKE (Frankfurt S o Meno), colaboradora durante muitos anos do Instituto Fisioterapêutico da Universidade de Jena, ela realizara pesquisas bioclimáticas nas Ilhas Canárias, no Brasil, no Alto-Egito, no Quênia e em Tanganica, continuando-as na União Sul-Africana a serviço do governo respectivo. Faleceu na África em 1946, em consequência de uma doença hepática tropical. O plano do TBT devia, realmente, levar por direito o seu nome. Somente devido à generalidade de tal empreendimento científico adotamos o nome neutro latino.

Em grande número de países tropicais já existem institutos científicos dedicados à pesquisa dos fatores naturais e à sua valorização. Muitos deles ofereciam ao autor a sua hospitalidade, gratamente reconhecida. Atualmente essas instituições vêm desenvol-

N R — Título do original: "Triennium Bioclimaticum Tropicale". Publicado em *Forschungen und Fortschritte* 28, 1954, pp 176-178. Tradução feita pelo Dr. W. LOBATO PARAENSE e Dr. HARALD SIOLI, a/c Serviço Especial de Saúde Pública, Belo Horizonte (Minas Gerais), Brasil.

vendo trabalhos que sem dúvida muitas vezes se revestem de altíssimo valor. Estes, porém, como é óbvio, são orientados segundo os interesses dos países respectivos e de sua economia nacional, ou segundo os interesses da chamada "mãe-pátria". Entretanto o aumento da população mundial e de suas crescentes necessidades exige, além disso, trabalhos de pesquisa abrangendo *todas* as zonas tropicais e subtropicais, referentes a determinados problemas importantes e inevitáveis futuramente para *todos*. Não é suficiente trabalhar em um setor de pesquisa sugerido por urgentes necessidades locais. É necessário orientar os temas de trabalho para uma determinada direção, em seguida possivelmente para outras mais, e promover a possibilidade de comparação da qual resultará a certeza dos resultados.

Em suas linhas gerais deve o TBT ser proposto ao mundo científico para discussão.*

De início deveriam tomar parte nas pesquisas, sob a direção de um geógrafo interessado, o mais possível em problemas gerais e com orientação especialmente geomorfológica, representantes dos seguintes ramos da ciência:

- 1) Meteorologistas (principalmente climatologistas, mas também microclimatologistas e micrometeorologistas);
- 2) Geologistas com experiência edafológica;
- 3) Botânicos;
- 4) Zoologistas (particularmente interessados em ecologia);
- 5) Fisiologistas (biologia humana e comparada);
- 6) Médicos tropicalistas

Em cada especialidade deveriam ser constituídas turmas de trabalho, que ficariam situadas em regiões apropriadas das zonas quentes, com os necessários requisitos científicos (pessoal auxiliar, laboratórios, etc.), durante o período de três anos. Poderiam talvez ficar adidos a uma dessas turmas um psicólogo, um sociólogo que também poderia com vantagem ser etnógrafo, e um técnico em economia política (ecologia humana).

* Submetendo a discussão o plano aqui apresentado pelo Prof. GROBER, os editores ao mesmo tempo solicitam aos interessados, representantes das ciências naturais, agrônomicas e médicas, que apresentem a respeito os seus pontos de vista científicos e práticos e propostas especiais.

A cada colaborador seriam confiadas, dentro de um plano comum à região escolhida para as observações e seus arredores (e também às regiões vizinhas), determinadas tarefas de sua especialidade:

Primeiro: Um inventário dos assuntos, fenômenos e processos relativos à sua especialidade, e o seu estudo através dos três anos de observação. Aplicar-se-ia aqui a coleção de todos os dados referentes aos fenômenos formais (valores médios e limites), nos domínios tanto físicos quanto biológicos. Neste particular poder-se-ia seguir de modo geral, primeiramente nos seus aspectos descritivo e quantitativo, as relações entre os fatores geofísicos e os fenômenos e processos biológicos em vegetais, animais e no homem, na região respectiva. Estes trabalhos ampliariam de modo urgentemente desejável os nossos conhecimentos sobre os fatos bioclimáticos, e também sobre muitos outros processos que precisam ser compreendidos cientificamente.

Segundo: A cada colaborador seria distribuída uma *tarefa científica principal*, enquadrada no plano geral e na organização científica do mesmo. Essa tarefa, escolhida de acordo com as condições peculiares à estação respectiva e com a experiência individual do colaborador, seria executada paralelamente nas diversas estações. Estas tarefas principais, tanto das turmas quanto dos seus membros individualmente, deveriam consistir principalmente na pesquisa dos efeitos do clima local e geral da terra e do ar sobre o mundo vivo. Tais pesquisas visariam, por ex., da parte dos geólogos e edafólogos, às modificações das camadas superiores do solo, importantes para as plantas, os animais e o homem, produzidas pelo clima especial; da parte dos botânicos, as peculiaridades e adaptações, dependentes do clima, nas formas e nos processos vitais da vegetação, nas suas relações, no seu aparelhamento protetor de defensiva, principalmente àquelas que poderiam vir a ser importantes para a civilização humana. O mesmo seria aplicável aos zoólogos, fisiólogos e médicos tropicalistas. Todos os temas referir-se-iam, segundo prévios entendimentos, aos problemas metodologicamente independentes, porém relacionados entre si, de cuja solução depende a ampliação das bases geográficas da civilização humana. O termo "geografia" deve ser aqui compreendido no seu sentido mais amplo.

Terceiro: Recomendar-se-ia aos colaboradores individualmente a escolha de um

tema especial resultante de suas próprias observações na região, o qual também faria parte do conjunto de trabalhos a serem obrigatoriamente executados.

Inicialmente bastaria um pequeno número de tais estações TBT; cerca de oito, localizadas respectivamente na floresta pluvial tropical, na estepe e no deserto tropicais e subtropicais, na savana tropical, em região costeira e em região montanhosa. É possível, porém, que em vista de um empreendimento conjunto de todos os países participantes, muitos destes revelassem o desejo de ver atuar, nas diversas regiões citadas, maior número de estações distribuídas por toda a faixa quente da terra. Não haveria razão para contrariar tais desejos, que conduziriam somente ao aprofundamento e à ampliação dos nossos conhecimentos.

Na organização do TBT deve ser assegurada a maior liberdade possível. É absolutamente necessário que as estações individuais sejam independentes na marcha de seus trabalhos e possam funcionar objetivamente; por isso elas poderiam ficar em ligação, mas sem interdependência, com instituições científicas (institutos, museus, academias) eventualmente existentes nos diversos países.

Sem dúvida os institutos de pesquisa acima referidos, já existentes nos países quentes, sem prejuízo de suas relações nacionais e de modo adequado aos interesses de seu pessoal e aos problemas de que se ocupam, poderiam contribuir no domínio das investigações das estações TBT.

Pensamos que à UNESCO, por ex., poderia caber o papel de órgão central dos trabalhos do TBT entre todos os povos pertencentes às Nações Unidas. Mas nenhuma nação (sem restrições devidas à forma de governo, raça ou cor) deve ser excluída da colaboração no TBT; tampouco aquelas que não pertencem propriamente às partes quentes da terra.

Estamos informados de que, do ponto de vista geofísico-meteorológico, está sendo planejado um "Ano Geofísico Internacional" (1957-58), semelhante aos antigos "Anos Polares", no qual são também previstas observações nos trópicos. Seria muito desejável um entrosamento de ambos os planos, do que decorreriam efeitos proveitosos. A importância geral do TBT e dos problemas que lhe servem de fundamento pode ser compreendida através de planos de trabalho desenvolvidos sobre bases semelhantes. Refe-

rirmo-nos aos planos, se bem que de âmbito regional, de exploração científico-natural da bacia amazônica,¹ da erosão do solo em diversas grandes zonas áridas,² etc.

Um trabalho conjunto das nações nos moldes propostos poderá contribuir — provavelmente até de forma decisiva — para superar por longo tempo as dificuldades acima enumeradas, que ameaçam a humanidade.

No presente artigo fazemos apenas uma exposição inicial das bases deste plano e o submetemos à crítica. Esforçai-vos por oferecer ao público cientista, em forma de proposta, numa exposição mais pormenorizada, a representação prática das tarefas, tanto globais quanto isoladas, a serem realizadas neste empreendimento pelos grupos de trabalho e pelos colaboradores das seções particulares. Antes de tudo trata-se de dar a conhecer aos especialistas a idéia do TBT e de apresentá-la para exame. Só depois seria conveniente incluir círculos mais amplos.

Permanecendo como principal objeto de consideração o aspecto positivo das pesquisas planejadas no sentido da ampliação das áreas utilizáveis para alimentação e a civilização da população da terra, e até hoje ainda não colonizadas, ao lado dele devem ser também considerados aspectos de certo modo negativos. Na penetração técnica de regiões anteriormente não desenvolvidas foram cometidos muitos erros graves, como p. ex. no domínio da economia da água, das monoculturas, das densas aglomerações humanas (*Verstädterung*). Todos eles devem ser examinados, sob muitos aspectos, em relação às zonas quentes, antes de serem iniciados novos projetos.

Condição essencial para isso é o estudo prévio do equilíbrio biológico sob o controle dos fatores climáticos — inclusive microclimáticos — e da influência de medidas de ordem técnica sobre esse equilíbrio. Serão assim evitados erros irreparáveis ou, pelo menos, de reparação dispendiosa.

¹ Ver HARALD SIOLI, Betrachtungen über den Begriff der "Fruchtbarkeit" eines Gebietes anhand der Verhältnisse in Böden und Gewässern Amazoniens, Forsch und Fortschr 28 1954, pp 65-72.

² Ver, p. e: J. H. SCHULTZE, Neuere theoretische und praktische Ergebnisse der Bodenerosions-Forschung in Deutschland, Forsch. und Fortschr 27, 1953, pp 12-18.

GROBER, Julius, nasc 27-11-1875. Medicina interna. Dr. med., professor emérito de medicina interna e diretor do Instituto Fisioterápico da Universidade "Friedrich Schiller" de Jena. Enderêço: Bachstrasse 18, Jena, Alemanha.

Mario Augusto Teixeira de Freitas

Registramos com pesar o falecimento do Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, ocorrido em 22 de fevereiro do corrente ano, nesta capital

Filho do Sr. AFONSO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, destacada figura do magistério paranaense, engenheiro e escritor, nasceu o Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS em São Francisco, no estado da Bahia, a 31 de março de 1890

Ainda muito moço e já formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, conquistou, por concurso, em 1908, um lugar na antiga Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Viação, onde sua inteligência viva, espírito de iniciativa e capacidade de trabalho lhe proporcionaram, desde cedo, natural ascensão entre os companheiros de repartição. Coube-lhe, nessa fase, promover numerosas pesquisas estatísticas até então inéditas no país e realizar, pessoalmente, vários estudos com base nos levantamentos efetuados

Em março de 1920, foi nomeado, a convite de BULHÕES CARVALHO, delegado geral do recenseamento em Minas Gerais, desempenhando essa comissão até o encerramento dos trabalhos censitários naquele estado. Sua notável atuação naquele cargo levou o governo mineiro a convidá-lo para reformar a organização estatística estadual, dando-lhe plena liberdade de iniciativa. Teve, então, o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS a oportunidade de ensaiar a aplicação, no campo da estatística, do sistema de cooperação interadministrativa entre diferentes esferas de governo, no caso, o federal e o estadual, sistema esse de que se tornaria um ardoroso defensor. Como diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, hoje Departamento Estadual de Estatística, lançou importantes trabalhos, dentre eles o *Anuário Estatístico do Estado*, o *Anuário Demográfico*, o *Anuário de Legislação e Administração Municipal*, o *Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais*, a *Carteira Estatística de Minas Gerais* e a *Divisão Administrativa e Judiciária de Minas Gerais*

Deixando a direção do Serviço de Estatística de Minas Gerais, em 1930, veio para o Rio de Janeiro e, a convite do Governo Provisório, colaborou na organização do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual passou a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, que

logo se tornou o centro dinamizador das atividades da nova Secretaria de Estado. É aí que concebe, em grandes linhas, o plano de cooperação interadministrativa, de âmbito nacional, exposto em tese apresentada à IV Conferência Nacional de Educação, de 1931, e que, estruturando e unificando as estatísticas do ensino em todo o país, através do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado entre a União e os Estados, seria o ponto de partida de toda a evolução do sistema da estatística geral brasileira

Mais tarde o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS colaborou decisivamente com o então ministro da Agricultura, general JUAREZ TÁVORA, na criação de um serviço de estatísticas da produção e não mais se deteve em seus esforços no sentido da coordenação de todas as atividades estatísticas nacionais, à base da cooperação intergovernamental. Relator da Comissão Interministerial que estudou a organização do Instituto Nacional de Estatística, criado em 1934, graças à sua atuação incansável, a ele se deve, também, a realização da Convenção Nacional de Estatística de 1936, que subscreveu como representante do Ministério da Educação e Saúde. No instrumento de acordo firmado pelos delegados da União e de todas as unidades federadas, os problemas estatísticos do país foram equacionados com grande acuidade e precisão, constituindo aquele documento, de autoria do ilustre brasileiro, uma síntese admirável de muitos dos objetivos por ele defendidos em longa pregação, animada sempre do mais ardente patriotismo

Criado o Instituto, depois denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela associação, nas mesmas bases de cooperação interadministrativa, do sistema de atividades geográficas, o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS foi o primeiro a ocupar, até 1948, o cargo de secretário-geral, sem prejuízo das funções de diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, que também exercia, aposentando-se em dezembro de 1952, após 44 anos de serviço público que não cessou nessa ocasião, pois até recentemente se entregava a estudos e à meditação em torno de nossos problemas fundamentais. Ainda no ano passado participou ativamente das reuniões do Instituto Interamericano de Estatística — em cuja fundação, verificada em 1941, exerceu, aliás, destacado papel, tendo sido, por isso, eleito seu primeiro presidente e, mais

tarde, presidente honorário — e da 29ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, do qual era vice-presidente.

Como secretário-geral do IBGE, coube-lhe conceber, planejar e consolidar a atual organização estatística brasileira, imprimindo-lhe não somente as marcas do seu espírito como a capacidade de realização que a impôs ao respeito da opinião pública nacional e firmou-a no conceito das entidades internacionais. Sua atuação, nesse posto, foi realmente exemplar, sobretudo pelo idealismo e pertinácia com que tornou vitoriosa uma experiência de tal envergadura e sem precedentes na vida administrativa do país.

Antigo presidente da Associação Brasileira de Educação e da Sociedade Brasileira de Estatística, membro da Liga Brasileira de Esperanto, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Associação Brasileira dos Municípios, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Liga da Defesa Nacional, da Ação Social Arquidiocesana e do Conselho-Diretor da Fundação Getúlio Vargas, o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS foi um pregador incansável, de ânimo verdadeiramente apostolado, de largas e generosas idéias. Dentre as causas por que se bateu figuram a maior difusão do ensino e sua adequação às necessidades do país, a revitalização dos municípios, a redivisão territorial, incluindo a interiorização da Capital Federal, o prevalecimento do sistema métrico decimal, a instituição de colônias-escolas, a cooperação interadministrativa em vários campos das atividades governamentais, a reforma do Registro Civil, a uniformização ortográfica, a adoção do esperanto como língua auxiliar, a criação de bibliotecas e museus municipais, a reestruturação da administração brasileira. Participou ativamente de numerosas iniciativas e campanhas de objetivos cívicos e culturais, tendo sido o promotor da I e II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, da I Exposição Nacional de Mapas Municipais, das comemorações do "Batismo Cultural de Goiânia" e da instituição do "Dia do Município". Colaborou, com grande eficiência, nas primeiras "Semanas Ruralistas" levadas a efeito no país e no movimento de renovação do sistema educacional brasileiro, promovido pela ABE. Apontado pelo então presidente do DASP, Sr. Luís Simões Lopes, como "funcionário público nº 1 do Brasil", por suas excepcionais qualidades de servidor da nação,

teve o seu nome proposto por aquela autoridade para inscrição no Livro do Mérito, iniciativa que, entretanto, não chegou a concretizar-se, tal o empenho com que, em sua modestia, a ela se opôs o homenageado.

Quando à frente da Secretaria-Geral do IBGE, o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS assinalou a sua atuação tanto pelo vigoroso impulso que imprimiu a todas as atividades estatísticas nacionais, como pela iniciativa de numerosas resoluções do Conselho Nacional de Estatística e de leis federais do maior alcance, quer para a consolidação do sistema estatístico-geográfico, quer para o interesse geral do país. Cumpre referir, dentre as primeiras, as que fixaram dietizes de reforma social ou ofereceram sugestões ao encaminhamento dos problemas de base do Brasil, e dentre as segundas, o decreto-lei nº 311, que estabeleceu a inalterabilidade, em períodos quinquenais, da divisão territorial-administrativa e judiciária das unidades da Federação, em distritos, municípios, termos e comarcas, e respectiva revisão segundo normas racionalizadoras devidamente fixadas, com a delimitação obrigatória dos quadros urbanos, suburbanos e rurais; o decreto-lei nº 969, que determinou a realização decenal, nos anos de milésimo zero, o recenseamento geral do Brasil; o decreto-lei nº 1360, que estabeleceu disposições padronizadoras para o núcleo das repartições federais do sistema do Instituto; e o decreto-lei nº 4181, que, além de dispor sobre a criação das Seções de Estatística Militar nas unidades da Federação, autorizou a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, possibilitando, assim, a solução do grave problema da coleta de dados no âmbito municipal, de capital interesse para a estatística geral e, de modo especial, para os estudos necessários à segurança nacional.

O Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS publicou numerosos trabalhos, entre os quais se destacam: *O ensino primário no Brasil, O que dizem os números sobre o ensino primário, Os serviços de estatística do estado de Minas Gerais, O reajustamento territorial do Brasil, O problema do município no Brasil atual, A educação rural, A Constituição de 1934 e a ortografia, O Exército e a educação nacional, Teses estatísticas, o IBGE e a segurança nacional, O IBGE e os governos regionais, Dispersão demográfica e escolaridade, A evasão escolar no ensino primário brasileiro, A estatística e a organização nacional, A redivisão política do Brasil, O ensino primário brasileiro no decênio 1932/1941,*

A escolaridade média no ensino primário brasileiro e Problemas de organização nacional

Através de artigos, discursos, entrevistas e conferências, defendeu sempre ardorosa-mente as idéias que o empolgavam, para elas conquistando, com um raro poder de persuasão, adeptos entusiastas. Vários de seus trabalhos foram traduzidos e divulgados em publicações especializadas de outros países. Membro de numerosas instituições técnicas e culturais estrangeiras, mereceu ainda recentemente a honra de ser eleito *fellowship* da Royal Statistical Society, de Londres. Por sua vez, a Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em expressiva resolução,

proclamou-o, em 1950, "membro permanente" do mesmo Conselho. Católico praticante, figuram entre suas obras inacabadas dois livros de cunho filosófico-religioso.

Casado com a Sra. ROSALINA LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS, também pertencente a tradicional família brasileira, deixa o Dr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS dois filhos: os Srs. ANTÔNIO PAULINO LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS, diretor de Administração da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e AUGUSTO AFONSO LIMPO TEIXEIRA DE FREITAS, engenheiro civil e diretor da Sociedade Técnica de Empreendimentos de Engenharia Ltda. Deixa, também, vários netos.